



# História da Organização Educacional de Bagé (1925-1929)

Alessandro Carvalho Bica

Educação Pública no Governo  
de Carlos Cavalcanti Mangabeira



Este é um estudo acerca da história da educação do Rio Grande do Sul, notadamente sobre o município de Bagé/RS, e tem como enfoque principal compreender o processo de estabelecimento da política educacional ocorrida na gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) neste município. Esta Organização Educacional reafirmou os princípios republicanos elaborados pela filosofia positivista do Partido Republicano Rio-Grandense na Primeira República, além de promover um projeto educacional que conferia à Educação um papel fundamental na modernização da sociedade e na formação dos cidadãos. Neste sentido, este processo pautou-se na expansão educacional da Instrução Primária, Secundária, Artística e Física no município de Bagé/RS. Esta investigação assentou-se na análise documental de documentos escritos, tais como, relatórios Intendências e orçamentários do município de Bagé/RS, correspondências, jornais, leis, decretos e atos, dentre outros. Tais documentos foram abordados sob o prisma da metodologia histórico-crítica. No processo de escrita deste trabalho, percebeu-se que as crises políticas ocorridas no transcorrer da década de 1920 no Estado do Rio Grande do Sul, provocaram adequações nas conjecturas administrativas municipais e culminaram num esforço político dos republicanos gaúchos em reafirmar seus símbolos, suas crenças e rituais, além de, ratificar, os valores da República positivista. Neste sentido, a condução de Carlos Cavalcanti Mangabeira ao posto de Intendente Municipal do município de Bagé na última década da Primeira República, representou o continuísmo republicano e a hegemonia política na cidade, bem como, a instituição de um projeto de expansão educacional e da consolidação de uma política pública educacional para a Organização e Estruturação da Instrução Pública Primária.



## **História da Organização Educacional de Bagé (1925-1929)**

## *Direção Editorial*

---

Lucas Fontella Margoni

## *Comitê Científico*

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Berenice Corsetti**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flavia Obino Correa Werle**

Nome da Instituição (UNISINOS)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos**

Nome da Instituição (UNISINOS)

**Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara**

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

**Prof. Dr. Eduardo Arriada**

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

# **História da Organização Educacional de Bagé**

**(1925-1929)**

**Educação pública no Governo de  
Carlos Cavalcanti Mangabeira**

Alessandro Carvalho Bica



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

BICA, Alessandro Carvalho

História da Organização Educacional de Bagé (1925-1929): educação pública no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira [recurso eletrônico] / Alessandro Carvalho Bica -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

306 p.

ISBN - 978-85-5696-783-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação; 2. Bagé; 3. História; 4. Carlos Cavalcanti Mangabeira; 5. Primeira República; I Título.

CDD: 900

---

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

*À memória de meus queridos pais*



## Agradecimentos

A elaboração de uma tese de doutorado, não é apenas um trabalho solitário que envolve o pesquisador e seu olhar sobre as fontes, seus objetos e problemas e no delinear de suas perguntas de pesquisa, ela também é fruto de muitas interações, de trocas, de estímulos e do apoio de muitas pessoas, como também de várias instituições que abriram suas portas para o pesquisador nestes últimos quatro anos.

Em virtude disso, talvez seja impossível listar todos os nomes e instituições que, de alguma forma, me ajudaram a finalizar este trabalho. No entanto, mesmo correndo o risco de ser enganado por minha memória, julgo necessário citar alguns nomes que, pela proximidade e/ou pelo suporte emocional e intelectual, fizeram desta aventura de escrever uma possibilidade real e menos dolorosa.

Enfim, estes agradecimentos não são mera formalidade acadêmica, mas sim, a expressão de meu profundo respeito e reconhecimento a todos vocês que fizeram e fazem parte desta caminhada.

Primeiramente, agradeço a Deus, companheiro de todos os meus momentos de silêncio.

Para minha família! Adriane, companheira de todas as horas, esposa em todos os momentos, mulher incrível e amiga fiel que muito se dedicou nas minhas ausências. A Amanda, minha filha amada, que aprendeu a gostar de História de Bagé, de tanto ouvir da minha *inseparável companheira tese* e ao meu pequeno filho Arthur, que cresceu junto com minha inseparável amiga, mas que nos tempos de folga e não foram muitos me reensinou a jogar bola no corredor de casa, e me fez por vezes voltar a ser criança novamente, a todos vocês, dedico meu amor eterno.

Ao casal de amigos-pais, João Carlos Hirdes e Sandra Mara Röedel Hirdes, que me acolheram como um filho/genro e sempre ampararam meus filhos e minha esposa nas minhas ausências.

A minha orientadora Berenice Corsetti, estudiosa da História da Educação do Rio Grande do Sul, que desde o início de meu ingresso na Unisinos, acreditou na relevância desta tese e que com seu olhar atento, paciente e dedicado fez profundas sugestões na elaboração deste trabalho.

Aos professores Elomar Tambara e Eduardo Arriada pelas valiosas contribuições teórico-metodológicas realizadas no exame de qualificação.

Às professoras Eloisa Capovilla e Flavia Werle, experientes pesquisadoras que trouxeram novos e profundos olhares para minha pesquisa no exame de qualificação.

Aos companheiros do Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP) de São Leopoldo, que possibilitaram a realização de minhas pesquisas.

Ao pessoal do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que indicaram caminhos e novos arquivos para a feitura deste trabalho.

Ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que possibilitou a consulta junto ao acervo de cartas de Borges de Medeiros.

À querida amiga e pesquisadora Elida Hernandez Garcia, que em muito contribuiu para esta pesquisa, possibilitando a consulta nos acervos do Museu Dom Diogo de Souza de Bagé.

Ao amigo Cláudio de Leão Lemieszek, pesquisador e diretor do Arquivo Público Municipal de Bagé.

À Universidade Federal do Pampa por possibilitar meu afastamento total para a conclusão de meus estudos de doutorado.

Aos meus amigos-professores da Unipampa, que sempre perguntavam: *Como anda a tese?* E eu, sempre respondia: *Ah! Se ela andasse sozinha!*

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa obtida para realização do doutorado.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos pelo apoio, boa vontade, delicadeza e auxílio na caminhada do doutorado.

Por fim, o doutorado também provocou agradáveis lembranças, são aquelas que nos deixarão as mais doces saudades, **os amigos**, entre eles, encontram-se professores, convivas e colegas, que dividiram cafés, bobagens sem sentido e muitas preocupações, e que agora se tornaram boas e velhas lembranças.

Compreendemos que mesmo após contemplar o fim desta jornada e completar esta etapa de nossas vidas, percebemos que muitas coisas mudaram e nos transformaram, nossos corpos enrijeceram e nossos cabelos mudaram de tom.

Afinal, tudo tende a mudar com o tempo, muitas ideias foram escritas e outras ainda não foram rabiscadas ou pensadas. Mas, assim é a academia, um lugar onde sonhos tornam-se realidade, um lugar onde o possível torna-se impossível e onde o improvável torna-se provável.

A todos vocês,

Família, professores, amigos, colegas e companheiros de sonhos,

Muito obrigado!



***Alô Buenas***

*Você diz alô, eu digo buenas*

*Você diz alô, eu digo buenas*

*Eu sou do fim do Sul,*

*Do fundo do quintal do País*

*Corazón no puede calentar la muerte*

*Vamos luchar ahora e hacier la suerte*

*Rio Grande do Sul*

*Das guerras de Sepe Tiarajú*

*E lendas*

*Luz de Boitatá e a bruxa boa teiniguá*

*Você diz alô, eu digo buenas*

*Você diz alô, eu digo buenas*

*Eu sou do fim do Sul,*

*Do fundo do Quintal do País*



## Lista de siglas

PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
FURG	Fundação Universidade de Rio Grande
UEL/RS	Universidade Estadual de Londrina do Estado do Paraná
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UPF	Universidade de Passo Fundo
NUPHE	Núcleo de Pesquisas em História da Educação
GEEHN	Grupo de Estudos em Educação, História e Narrativas
ASPHE	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas. "História, Sociedade e Educação no Brasil".
AL/RS	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul
IAP	Instituto Anchieta de Pesquisas
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul



## Prefácio

*Berenice Corsetti*<sup>1</sup>

Apresentar o livro do professor-pesquisador Alessandro Carvalho Bica é motivo de muita alegria e expressão do meu reconhecimento pela importante contribuição que oferece ao campo da História da Educação Brasileira. Essa obra, que se constituiu a partir de seus estudos de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que eu tive o prazer de orientar, representa a culminância de suas investigações em temas que nos são muito caros, no entendimento e na defesa da educação pública e de qualidade, como direito de todos os brasileiros.

O trabalho que apresentamos aborda uma relevante temática relacionada à História da Educação no Rio Grande do Sul, num período importante para a constituição da educação pública no Estado, ou seja, a Primeira República Rio-grandense. O estudo, assim, tem um enfoque regional, mas situado no cenário mais amplo das questões nacionais.

O árduo trabalho de investigação realizado por Alessandro resultou na reunião de um conjunto expressivo de fontes históricas do período, buscando compreender as especificidades da organização educacional pública do município de Bagé, na Primeira República. Para tanto, o esforço analítico realizado a partir das fontes explicitou os processos históricos e políticos que produziram um fazer educacional distinto na região da campanha gaúcha.

A história educacional em Bagé integra o contexto da educação republicana, nos primeiros anos da República. Nesse período verificou-se

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação/Unisinos.

a adoção da cultura política positivista no campo educacional do Rio Grande do Sul/Brasil. Esse processo situou a escola pública no âmbito da política de modernização conservadora implementada pelo Estado gaúcho, no período da Primeira República Rio-Grandense. Nesse sentido, é necessário entender a escola pública como integrante de uma organização montada a partir da orientação da política educacional definida pelos dirigentes republicanos de orientação positivista.

A utilização dos pressupostos da modernidade positivista foi, no Rio Grande do Sul, adequada às condições locais e aos interesses específicos do grupo dirigente. Portanto, a modernização que significou a prática da modernidade em termos sulinos, implicou no traçado de políticas públicas que demonstraram as convicções da nova elite dirigente, centradas na busca de uma racionalização que transformou o Estado rio-grandense em importante agente social, político e cultural, à época.

O processo de modernização no Rio Grande do Sul foi liderado pelo Partido Republicano Rio-Grandense que assumiu, ao longo de sua atuação no governo gaúcho, um caráter intervencionista, tanto no plano econômico como social. Em termos econômicos, essa intervenção buscou promover o progresso aos moldes capitalistas, enquanto em termos sociais visava à pacificação como condição do próprio desenvolvimento. Nada mais de acordo com o lema positivista de “ordem e progresso”. Isso teve importantes reflexos no setor educacional.

O projeto político dos positivistas republicanos rio-grandenses, nesse quadro, envolveu a escola pública, nos marcos de uma organização educacional e de uma política do Estado para o setor da educação, as quais são abordadas com brilhantismo na obra com que nos brinda o professor-pesquisador Alessandro Bica.

Ao abordar a história da organização educacional em Bagé, no período de 1925 a 1929, dando destaque especial à educação pública no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira, o autor transita por temáticas muito caras aos historiadores.

Na primeira parte de sua obra, Alessandro trata da formação do município de Bagé na História, na economia e nas relações políticas do Estado do Rio Grande do Sul. A caracterização da história de Bagé, desde

a sua gênese, dá início ao que está desenvolvido na obra, o que é fundamental para as análises que seguem.

Na segunda parte aborda os jornais como fonte de pesquisa, dando especial enfoque aos discursos na Imprensa Periódica de Bagé: a visão republicana, no “O Dever” e a concepção federalista, no “Correio do Sul”. As disputas políticas entre republicanos e federalistas são desveladas através da utilização dessa importante fonte documental para os estudos históricos, ou seja, os jornais. Conforme nos coloca o autor, “a leitura e análise desta fonte documental revelou que o advento da República e o limiar do século XX trouxeram alterações à ordem cotidiana da cidade em relação aos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, como também no que tange as questões educacionais”.

Na terceira parte trata da educação republicana no município de Bagé, abordando a educação como cenário da história nas primeiras décadas do Século XX. O autor traz importante contribuição para o entendimento da política educacional no município de Bagé, desdobrando, a partir de suas especificidades, o período estudado.

Na quarta parte do livro, o autor nos oferece um quadro relevante sobre a instrução primária em Bagé, situando a organização das políticas da Instrução pública municipal na década de 1920, privilegiando a administração de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), com a análise das diferentes ações que marcaram a sua atuação na condução da educação municipal.

Com sua formação apurada no campo da ciência histórica, Alessandro triangula com maestria com diferentes fontes documentais. Além dos periódicos, sua obra se constituiu com a análise preciosa de regulamentos, relatórios, além de imagens fotográficas, que muito auxiliam na compreensão da temática estudada. As fontes documentais, trabalhadas no âmbito da investigação, foram abordadas a partir da metodologia histórico-crítica, numa perspectiva dialética, constituindo um arcabouço empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não escrito.

Com o trabalho investigativo desenvolvido a partir da metodologia histórico-crítica, o autor foi explicitando a problemática central de seu estudo. Ou seja, “em que medida a distensão política ocorrida com o

Pacto de Pedras Altas (1923) representou um refortalecimento do princípio da hegemonia administrativa do Partido Republicano Rio-Grandense na eleição de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925) e promoveu o processo de expansão da Instrução Pública Municipal nos últimos anos da Primeira República, no município de Bagé”.

A partir das questões levantadas ao longo do curso da investigação, o autor possibilitou compreender os significados das mudanças estruturais do processo da expansão da Instrução Pública Municipal na cidade de Bagé, bem como, entender as dimensões da organização educacional da educação pública municipal, no período da Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929), no município de Bagé.

Os estudos regionais, no âmbito da História da Educação, têm possibilitado ampliação significativa do conhecimento relacionado aos processos ocorridos historicamente e que envolvem o campo educacional. Ou seja, estudos mais localizados e regionalizados, possibilitam “leituras singulares, que levam os pesquisadores a inserções mais profundas em seus recortes temporais, priorizando as questões de pesquisa e um contato mais próximo com suas fontes”.

A obra de Alessandro Carvalho Bica nos ajuda a compreender a trajetória de surgimento e consolidação da escola pública no Estado do Rio Grande do Sul e se junta a outros estudos que contribuem nessa direção. É, portanto, um livro importante para todos que se interessam pelos temas relacionados à educação e à história.

Por fim, agradeço ao autor dessa expressiva obra a honra que me deu de prefaciá-la e convido os leitores a refletirem sobre o texto apresentado, nas significativas contribuições que nos oferece. Elas colaboram muito para a construção de uma luta que se faz cada vez mais necessária em prol da escola pública democrática, plural, laica e de qualidade, em nosso país.

Uma boa leitura para todos!

# Sumário

Considerações iniciais .....	23
------------------------------	----

## Parte I

### História, economia e política

1 .....	41
<b>A Formação do município de Bagé na História, na Economia e nas relações políticas do Estado do Rio Grande do sul</b>	
1.1. A ocupação do território fronteiriço e a formação do município .....	41
1.2. As raízes econômicas do município de Bagé nos séculos XIX e XX .....	53
1.3. A gênese do universo político-partidário no município de Bagé .....	67

## Parte II

### Os jornais como fonte de pesquisa

2.....	99
<b>Os Discursos na Imprensa Periódica de Bagé: a Visão Republicana no “O Dever” e a Concepção Federalista no “Correio do Sul”</b>	
2.1. As querelas políticas entre Republicanos e Federalistas .....	99
2.2. O Congresso Federalista de 1917.....	113
2.3. A Reação Republicana e o prelúdio do Assisismo .....	116
2.4. O Conflito e a Pacificação de 1923 .....	125
2.5. A Eleição de 1925 e o Continuísmo Republicano.....	133
2.6. A Vitória Libertadora na Eleição Republicana Municipal.....	144

## Parte III

### A educação republicana no município de Bagé

3.....	155
<b>A educação como cenário da história nas primeiras décadas do Século XX</b>	
3.1. A Política Educacional Republicana na Primeira Década do Século XX .....	155
3.2. A Educação no município de Bagé entre os anos de 1910 e 1913.....	169
3.3. A Educação Municipal no Governo de Martim Tupy Silveira (1914-1925).....	173
3.4. As Instituições Escolares Privadas no município de Bagé (1914-1925).....	187

**Parte IV**  
**A instrução primária como política educacional**

<b>4.....</b>	<b>199</b>
<b>A organização das políticas da Instrução pública municipal na década de 1920</b>	
4.1. A Administração de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929).....	199
4.2. A Organização da Educação Primária (1925-1929).....	211
4.3. - O Ensino Secundário e a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora .....	233
4.4. - O Instituto Municipal de Belas Artes de Bagé .....	238
4.5. A Praça de Desportos: A dimensão cívica do discurso republicano .....	243
4.6. As Heranças do Projeto Educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) ..	262
<b>Considerações finais.....</b>	<b>267</b>
<b>Referências.....</b>	<b>275</b>
Livros, Teses, Dissertações e Artigos .....	275
Jornais Consultados .....	299
Relatórios e Regulamentos .....	299
Leis, Decretos e Atos.....	302
Relatórios.....	302
<b>Anexo 01 .....</b>	<b>304</b>
<b>Anexo 02.....</b>	<b>305</b>
<b>Anexo 03.....</b>	<b>306</b>

## Considerações iniciais



Figura 01 – Cartão Postal da cidade de Bagé (Final do Século XIX)

Fonte: Arquivo Particular de Mário Lopes

### ***O Historiador***

Veio para ressuscitar o tempo e escarpelar os mortos, as condecorações, as liturgias, as espadas, o espectro das fazendas submergidas, o muro de pedra entre membros da família, o ardido queixume das solteironas, os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas. Veio para contar o que não faz jus a ser glorificado e se deposita, grânulo, no poço da memória. É importuno. Sabe-se importuno e insiste, rancoroso, fiel.

(Carlos Drummond de Andrade)

Ao iniciar este trabalho com o poema de Drummond, tento lembrar, quais as razões, os sentidos, os caminhos e descaminhos que me levaram a escolha do ofício de *historiador*. Porém, esta parte inicial tem como

propósito estabelecer alguns diálogos com os caminhos que levaram o professor-pesquisador e/ou pesquisador-historiador a encontrar sua temática de pesquisa, bem como, as suas escolhas teóricas.

A constituição desta pesquisa tem origem em um contexto mais amplo, que visou recuperar e analisar uma parcela da História da Educação na cidade de Bagé, RS. Esta pesquisa surgiu de uma demanda pessoal, que se traduzia em pensar e elaborar um plano de pesquisa estabelecido em função do concurso público para professor efetivo da UNIPAMPA<sup>1</sup> (Universidade Federal do Pampa) realizado em março de 2006. Dentre os objetivos propostos neste plano estavam: *fomentar a formação de um Grupo de Pesquisa em História da Educação na Universidade Federal do Pampa; Estimular estudos e pesquisas na área de História da Educação junto aos acadêmicos dos cursos das licenciaturas, bem como, caracterizar a relevância da disciplina de História da Educação e de pesquisas relacionadas com esta área na formação pedagógica dos professores.*

Em função destas demandas pessoais e pelo empenho em estabelecer relações entre as pesquisas em história e história da educação com os cursos de Licenciatura<sup>2</sup> existentes na UNIPAMPA, se criou um movimento para a constituição do Núcleo de Pesquisas em História da Educação (NUPHE)<sup>3</sup> na cidade de Bagé.

Portanto, a escrita deste trabalho se se revela, também, como resultado de um amplo trabalho de pesquisa que está sendo desenvolvido nos acervos de jornais encontrados no Museu Dom Diogo de Souza e no Arquivo Público Municipal da cidade da Bagé.

---

<sup>1</sup> A Universidade Federal do PAMPA foi criada pela Lei Federal de nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, desvinculando-se, assim, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a UNIPAMPA possui 10 Campi - Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

<sup>2</sup> Atualmente existem 06 (seis) cursos de licenciaturas no campus da Unipampa Bagé, a saber: Letras, Línguas Adicionais, Música, Matemática, Química e Física, sendo que a cadeira de História da Educação Brasileira é oferecida aos alunos ingressantes, nos primeiros semestres como disciplina obrigatória.

<sup>3</sup> O Núcleo de Pesquisas em História da Educação da Unipampa, campus Bagé, foi criado e cadastrado no CNPQ em abril de 2008. Atualmente, em função de um processo de expansão interno e reordenamento de suas linhas de pesquisas, mudou seu nome para *Grupos de Estudos em Educação, História e Narrativas (GEEHN)*, porém, permanecendo com uma linha dedicada as pesquisas em História da Educação.

A partir desta compreensão e ancorado na idéia de que os estudos em História da Educação surgem da necessidade de uma renovação teórico-metodológica, temos por base que estes trabalhos pretendam dar voz aos esquecidos, aos atores envolvidos nos processos educativos, ao cotidiano escolar, aos aspectos da cultura escolar, bem como enfatizar uma visão mais profunda dos espaços sociais, materiais, culturais e políticos que constituíram a história da educação da cidade de Bagé.

Sobre a articulação do ensino e da pesquisa e também da relevância dos estudos na temática de história da educação, Saviani (2005, p. 26-27), comenta:

Penso que, considerando o nível que atingimos de desenvolvimento das pesquisas em história da educação, estamos em condição de nos colocar as questões específicas relativas a uma mais forte articulação entre o ensino e a pesquisa em nossa área. Para isso, faz-se necessário atuar mais firmemente juntos aos cursos [...] transformando-os em espaços de rico estímulo às pesquisas e aos estudos educacionais.

É possível identificar que estas novas pesquisas que envolvem a história da educação, abrangem estudos mais localizados e regionalizados, permitindo leituras mais singulares, que levam os pesquisadores a inserções mais profundas em seus recortes temporais, priorizando as questões de pesquisa e um contato mais próximo com suas fontes.

Contudo, há também que se ter um cuidado com estes novos olhares, com estas novas categorias e com estes novos objetos de estudo e investigação. O historiador da educação que se proponha a trabalhar com estudos mais focalizados em história e em educação devem ter um rigor metodológico firme para que os objetos em estudo possam ser revelados sobre uma perspectiva historiográfica privilegiada da história e não sejam apenas inquéritos laudatórios, narrativas de fatos e acontecimentos históricos.

Sobre as preocupações teóricas e metodológicas realizadas pelos historiadores, Tambara (2000, p. 84), faz o seguinte alerta:

O que me parece fundamental é estar atento à existência de uma preocupação constante no sentido de evitar-se uma atomização do real, a perda de referência da totalidade, e a imersão em temas inócuos e politicamente desmobilizantes. [...] Estes objetos de pesquisa precisam, necessariamente, ser submetidos a análises que os insiram em investigações de séries de longo curso. [...] Entretanto, não é questão de produzir História da Educação como um amontoado de fatos. Mas, há necessidade de resgatar a base empírica de nossas investigações.

Neste sentido, nosso primeiro passo, foi realizar um levantamento de fontes e acervos sobre história da educação existentes nos jornais da cidade de Bagé. Sendo assim, nosso objetivo foi construir um inventário de fontes sobre a história da educação da cidade. Nesta perspectiva metodológica, primeiramente, delimitamos que a primeira fase da pesquisa fosse à coleta de dados no jornal *O Dever* entre os anos de 1900–1928.

Após estes levantamentos preliminares, mapeamentos e decodificação dos dados, foram realizados alguns estudos mais particulares sobre as primeiras instituições escolares da cidade de Bagé, encontradas neste jornal. Logo, o segundo momento da pesquisa foi historicizar as particularidades destas instituições escolares<sup>4</sup>.

Portanto, a leitura e análise desta fonte documental revelou que o advento da República e o limiar do século XX trouxe alterações à ordem cotidiana da cidade em relação aos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, como também no que tange as questões educacionais, como adverte Saviani (2008, p. 25):

Em suma, as primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo debate das idéias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a idéia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos [...].

---

<sup>4</sup> Cabe salientar que os resultados destas pesquisas iniciais, possibilitaram a produção de 04 (quatro) artigos, que foram publicados e apresentados no XIV Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, realizado na cidade de Pelotas no ano de 2008.

Assim sendo, entendemos que os relatos sobre as características educacionais municipais, encontradas no jornal O Dever da cidade de Bagé, revelaram preocupações da municipalidade na disseminação e na universalização da escolarização e que também estes assuntos fossem amplamente debatidos, defendidos e/ou questionados. Compreende-se, então, que havia todo um conjunto de interesses sociais em ampliar os espaços educativos para arregimentar um número cada vez maior de letrados nas primeiras décadas do início do século XX, na cidade de Bagé.

De certo, o processo desencadeado pelo trabalho do historiador da educação, é também a *construção do seu próprio espaço histórico*, como afirma Chaunu (1989), que revela-se na procura das suas fontes, no seu fazer empírico e nas suas escolhas metodológicas.

Portanto, a aproximação com a temática desta pesquisa se inseriu a partir de um achado empírico, de uma descoberta inesperada e por uma dúvida teórica. Após as primeiras incursões realizadas no jornal e no mapeamento das fontes escritas – relatórios intencionais e relatórios do orçamento municipal -, fez-se necessário compreender as dimensões políticas da situação educacional da cidade de Bagé, na Primeira República do Estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto, começamos uma nova busca por outros acervos documentais, pois estas fontes poderiam revelar perspectivas diferentes ao trabalho do historiador. Recorremos então, aos acervos preservados no Arquivo Público Municipal de Bagé.

Neste novo processo da pesquisa, um importante documento “saltou” em nossas mãos. Este evento lembrou-me da escrita de Saviani (2004, p. 5), quando afirma: *“as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado.*

Este achado empírico, isto é, este novo documento - ***Regulamento das Escolas Municipais de 1925***<sup>5</sup> -, esquecido pelo tempo, entre tantos

---

<sup>5</sup> Em tempo, cabe salientar que a leitura e análise deste documento, permitiu a escrita do artigo ***O Regulamento das Escolas Municipais de 1925 do município de Bagé: Uma análise da Educação Primária nas primeiras***

documentos do Arquivo Público Municipal, foi o ponto de partida para uma nova operação historiográfica pretendida pelo historiador, ou seja, compreender as políticas públicas municipais para a educação, ocorridas na década de 1920 na cidade de Bagé.

A partir de então, ocorreu o que chamamos da “*conversa entre pares*”<sup>6</sup>, assim sendo, anuncia-se o objetivo deste livro: ***Compreender as mudanças educacionais no processo da expansão da Instrução Pública Municipal, no transcorrer da década de 1920, bem como, entender as dimensões educacionais destas ações particularizadas no final da Primeira República na cidade de Bagé.***

Sendo assim, trabalho de pesquisa em Educação se inscreve, no campo da História da Educação, e, particularmente no campo das políticas públicas educacionais, tendo como propósito abordar ***a Organização Educacional da Educação Pública Municipal no período da Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé.***

As apreensões historiográficas apresentadas e distribuídas no corpo deste trabalho propõem uma leitura promovida pela vontade de dialogar com as várias fontes usadas na construção deste arcabouço de ideias que procuram interpretar o passado da História da Educação da cidade de Bagé.

Ao manusearmos estas fontes, procuramos compreender o porquê foram produzidas, quais às intenções de sua produção e quais os sentidos de quem as produziu. Para tanto, na análise destes documentos escritos buscou-se revelar e compreender o que não foi dito, bem como desvelar o passado congelado de suas linhas na construção de uma narrativa histórica de seu tempo.

Nessa medida, este é um dos papéis dos historiadores, como acrescenta Pesavento (2004: 59): “... o historiador explica, [...], imprimindo sentidos ao seu discurso. Na busca de construir uma forma de conheci-

---

**décadas do século XX**, publicado no XV Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, realizado na cidade de Caxias do Sul no ano de 2009.

<sup>6</sup> Esta expressão pode ser conceituada, a partir dos estudos de De Decca (2000), quando afirma, que os diálogos entre o historiador e a sua fonte, são os momentos fundamentais da pesquisa historiográfica.

*mento sobre o passado, o historiador dá a ler este passado, decifrando-o e dotando-o de uma inteligibilidade.”*

O olhar para os documentos pesquisados – Relatórios, Regulamentos, Jornais, etc... - nos possibilitou a descoberta do passado silencioso ou silenciado das fontes, neste íterim, é preciso que o pesquisador busque um novo olhar, paciente e radical sobre estes documentos e fontes historiográficas.

Sobre o trabalho com as fontes em História da Educação e as suas interfaces com o trabalho historiográfico do historiador, Lopes & Galvão (2001, p. 92 - 93), fazem a seguinte afirmação:

O trabalho com as fontes exige, antes de tudo, paciência. [...] O cruzamento e confronto das fontes poderá também ajudar no controle da subjetividade do pesquisador. É uma operação indispensável. Há uma expressão antiga que diz bastante bem do incansável trabalho que se há de ter com o entretecer do problema, com as questões formuladas e a ida às fontes: **“da bigorna à forja, da forja à bigorna”**. (grifos do autor)

As mesmas autoras revelam que o tratamento dados as fontes pelos pesquisadores que trabalham com história da educação devam passar por uma **“Revolução Documental”**, pois o *documento em si não é História, não faz História*. [...] *É preciso antes de mais nada que o pesquisador invente um método que [...] funcione para explorar cada documento e, ao mesmo tempo, o conjunto de documentos*.

Outra consideração extremamente relevante sobre a chamada **“Revolução Documental”** é tomada de Corsetti (2006, p. 36):

Apesar dessa “revolução documental”, os pesquisadores têm insistido na necessidade de, mesmo para aqueles que abordam novos temas e que utilizam fontes não-tradicionais, de recorrerem aos arquivos. Mas em vez de fetichizarem os documentos, acreditando que eles possam falar toda a verdade, os historiadores da educação têm se esforçado para problematizar essas fontes. O trabalho a ser realizado exige que se persigam o sujeito da produção dessas fontes, as injunções na produção e as intervenções, isto é, as modificações sofridas e o destino e destinatário desse material. Não podemos deixar de

considerar a importância de problematizar o tema à luz da literatura que lhe é pertinente, propor questões, buscar as fontes, rever a literatura, checar as questões e reformulá-las se for o caso, voltar às fontes até que esgotem o problema e as fontes. Reafirmamos que são as questões que se fazem a cada um e ao conjunto do material e a relação que se estabelece entre elas e as respostas obtidas que criam a possibilidade de se “fazer história”. Assim, o trabalho com as fontes na análise documental, que exige cuidado, atenção, intuição, criatividade, não prescinde de uma relação anterior com a teoria e com a metodologia da história.

A partir destas compreensões, este trabalho visa contribuir para o alargamento de fontes e das pesquisas em História da Educação, visto que os estudos desta temática possuem relevância histórica, facilitando sem dúvida, a compreensão de que, através do conhecimento desse **cosmos** educacional, se faz possível refletir sobre a história e, também, sobre a história da pedagogia e/ou educação.

Logo, entende-se que o pesquisador/historiador deva definir o seu próprio método analítico ancorado por uma estrutura teórica coerente, em relação as suas fontes. Portanto, deve-se perceber que as pesquisas em história da educação não são apenas relatos ou narrativas do tempo escolar, mas sim premissas teóricas apresentadas como resultados da própria pesquisa histórica.

Na construção deste livro, entendemos que também as pesquisas no campo da história da educação devem possuir imbricações teórico-metodológicas na formação dos pesquisadores da área da história da educação, como salienta Tambara (2000, p. 81):

o historiador é um ser no mundo com compromissos que historicamente lhe são inerentes. E esta vinculação com a realidade que o faz mergulhar no passado par a melhor compreender o presente. Esta vinculação não deve ser algo perfunctório, mas sim o amálgama essencial que conduz a escolha da teoria e da opção metodológica. Está inserida aqui a idéia de que em cada investigação existe um projeto de transformação para a sociedade. A pesquisa deve responder a algo, e este algo deve ser socialmente construído. Aqui aparece novamente o compromisso social do pesquisador e os valores que lhe são constitutivos.

Portanto, este trabalho tem como propósito estabelecer diálogos historiográficos entre os discursos oficiais e as intenções educacionais presentes na construção de um fazer pedagógico singular, estabelecido com o governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS.

Na construção deste livro, compreendemos que, no processo das narrativas em História da Educação, bem como no ato do pesquisador mergulhar nas fontes disponíveis, devam ser elas, iluminadas pelos olhos do presente numa releitura do passado e à luz dos seus problemas de pesquisa.

Sobre as proximidades do pesquisador com as suas fontes, afirma Neves (1985: p. 45): *“o historiador [...], é capaz de formular uma problemática e de construir uma interpretação em que reconhece o encontro de duas historicidades: a sua própria e da documentação que utiliza”*.

Nossas preocupações iniciais são revelar os sentidos contidos nos discursos e expostos nas várias fontes documentais que servem de suporte empírico para a produção deste trabalho, como avaliam Lopes e Galvão (2001: 95-96) em relação à escrita da História: *“A escrita da história materializa o trabalho realizado, é parte da própria operação historiográfica e um dos momentos mais significativos da tarefa de interpretação”*. Outra fonte documental que será trazida no corpo deste texto, como uma fonte auxiliar de pesquisa, que expõe sentidos aos registros escritos são as imagens fotográficas. Sobre o seu uso nas pesquisas em história, Borges (2003, p. 73) faz a seguinte consideração:

[...] devem ser vistas como documentos que informam sobre a cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e também como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social. [...]. Todavia, sem compreender as vozes dos homens e mulheres de ontem, não podemos conhecer os sentidos que eles atribuíram às suas produções simbólicas.

Logo, compreendemos que ao usarmos a fotografia como uma fonte auxiliar à nossa escrita, estamos retratando fisicamente os documentos escritos, isto é, a fotografia passa a dar significado ao texto e imprime a ele nossas intenções e opções teóricas, ou seja, a fotografia tem, como objetivo principal, verbalizar, reproduzir, descrever o escrito sobre a ótica do pesquisador.

Ademais, nos processos de escrita sobre história da educação, os documentos-fontes são como registros particulares e particularizados que compõem um caleidoscópio único, permeados de vários matizes escritos do passado, ancorados na tênue linha da história. Logo, compreende-se que a visão acurada e precisa do pesquisador produz vários sentidos sobre estas fontes obliteradas pelo tempo passado.

Nesta perspectiva então, cabe ao historiador a tarefa de localizá-las, selecioná-las e interrogá-las, pois, o sucesso da qualidade do trabalho teórico de um pesquisador dependerá da qualidade das perguntas que forem feitas aos documentos ou da forma como eles forem usados. Neste sentido Ragazzini (2001, p. 14) afirma:

A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado

Assim, devemos aceitar que não é possível compreender o passado em sua total plenitude, porém, sempre é bom lembrar, que são as pesquisas ou os pesquisadores que selecionam as suas fontes por razões de temáticas distintas ou por metodologias apropriadas. As fontes ou documentos são condições fundamentais para a construção do conhecimento histórico. Em contrapartida, a relação do historiador com estas fontes deve se constituir numa das bases primordiais da pesquisa histórica.

Conforme Ragazzini (2001, p.15), o trabalho do historiador pode ser representado *“como uma ponte entre o presente e o passado”* possibilitando assim uma interlocução dos problemas historiográficos

enfrentados no presente com o uso de metodologias apropriadas na construção/reconstrução do conhecimento histórico.

Logo, as fontes documentais mapeadas e apresentadas neste trabalho estão sendo abordadas sobre o prisma da metodologia histórico-crítica, constituindo um arcabouço empírico capaz de articular as relações entre o escrito e o não-escrito, logo, analisaram-se estes documentos históricos numa perspectiva dialética.

Nesta perspectiva, assumiu-se que uma postura interpretativa dialética deve reconhecer os fenômenos educativos sempre como resultados e/ou efeitos de seu tempo e institucionalizados pelo passado. Para Moacir Gadotti (2001, p. 38):

Enquanto instrumento de análise, enquanto método de apropriação do concreto, a dialética pode ser entendida como **crítica**, crítica dos pressupostos, crítica das ideologias e visões de mundo, crítica de dogmas e preconceitos. A tarefa da dialética é essencialmente crítica.

Portanto, ao escolhermos a **metodologia histórico-crítica**, como **perspectiva teórico-metodológica** da pesquisa, outro ponto fundamental em nossa escrita foi à escolha da **abordagem técnico-metodológica** para o tratamento das fontes, logo, a opção que nos pareceu mais coerente foram os procedimentos usados pela **análise documental**, como uma possibilidade de desvendar novos aspectos da temática e dos problemas da pesquisa.

Logo, nossas compreensões sobre análise documental, estão ancoradas nas concepções de Cunha (1989, p.40): “*como o conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação*”. Assim, os principais momentos da análise documental são a análise, a síntese e a representação, podendo se realizar as atividades de classificação, indexação e elaboração de resumos para a descrição do conteúdo de um documento.

Neste sentido, presume-se que o objetivo primeiro da perspectiva e/ou procedimentos da análise documental seja representar para recuperar.

Assim sendo, as pesquisas realizadas nos acervos consultados, sob a luz e as técnicas empregadas pela análise documental, possibilitaram a categorização dos documentos e/ou dos arquivos<sup>7</sup> em tipos de fontes que foram agrupadas, segundo sua tipologia e características, este processo possibilitou o agrupamento dos documentos em categorias distintas. Os acervos de fontes pesquisados para elaboração desta pesquisa essencialmente:

- Relatórios da Intendência Municipal de Bagé (1903-1930);
- Relatório do Orçamento Municipal de Bagé (1900-1930);
- Regulamento das Escolas Municipais (1925);
- Relatório da Praça de Desportos de Bagé (1927);
- Correspondências da Intendência Municipal do município de Bagé enviadas ou recebidas;
- Relatórios dos Secretários de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul (1897-1925);
- Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1897-1925);
- Lei Orgânica Eleitoral do Município de Bagé (1925);
- Códigos de Posturas Municipais de Bagé (1892, 1927);
- Fotografias;
- Jornais;

Na organização destes achados empíricos, buscou-se averiguar o conjunto de materiais existentes de forma analítica, permitindo a compreensão das intenções educacionais da Intendência Municipal da cidade de Bagé. Esta ação metodológica proporcionou o cruzamento das fontes, a feitura de novas perguntas e busca de algumas respostas.

Este procedimento metodológico, no olhar das e para as fontes, pode ser compreendido nas palavras de Lüdke e André (2007, p. 38-39): “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.” Logo, compreendemos

---

<sup>7</sup> Na construção desta divisão, usamos como base de conceituação da análise documental e também na divisão do corpo das fontes, os textos produzidos por Cunha (1989), Ludke & André (2007), Pimentel (2001) e Rampazzo (2005).

que os documentos representam um poderoso *corpus* de evidências, que fundamentam as afirmações e inquietações teóricas do pesquisador.

Os procedimentos de coleta, de procura e de “garimpagem” nos arquivos, estabelecem a costura desta colcha de retalhos, alinhavados pelo problema da pesquisa e pela perspectiva da análise documental.

Nesta perspectiva teórica e metodológica, alguns questionamentos foram tomados como ponto de partida para a operação historiográfica desta obra:

- Como o pesquisador em história da educação, deve se portar em relação aos conjuntos de fontes existentes nos arquivos?
- Quais são os limites, as fronteiras e as possibilidades/impossibilidades das fontes com que trabalhamos?
- As dinâmicas de organização das fontes nos arquivos revelam e/ou podem influenciar na escrita da história?
- Somente os documentos preservados no arquivo podem determinar o processo e o trabalho da pesquisa?
- Quais as intenções contidas nos documentos preservados pelos arquivos pesquisados?
- Como relativizar as fontes escritas e iconográficas, visto que foram produzidas pelo Estado e/ou município?

Neste sentido, é que fizemos a opção pela análise documental para o processo de escrita da história. A pesquisa documental se apresenta como uma técnica decisiva na área das ciências humanas e sociais, pois a base empírica destas pesquisas se revela pelo uso de fontes escritas. Logo, a análise documental se constitui em um importante aporte teórico-metodológico na pesquisa qualitativa, impulsionando o surgimento de novos aspectos de um tema ou de um problema de pesquisa.

Sob esta perspectiva, as análises das fontes demonstraram que as concepções políticas e administrativas da municipalidade construíram um fazer educacional particular na concepção da Educação Pública Municipal, bem como, na organização da Instrução Pública Municipal nos últimos anos da Primeira República no município de Bagé.

Logo, a compreensão e a análise das conjecturas históricas e políticas desencadeadas na última década da Primeira República no Estado do Rio Grande do Sul, provocaram uma postura educacional diferenciada na região da campanha gaúcha no final da década de 1920. Com base nestes pressupostos teóricos, este livro tem como temática de pesquisa:

*- Em que medida a distensão política ocorrida com o Pacto de Pedras Altas (1923) representou um reforçamento do princípio da hegemonia administrativa do Partido Republicano Rio-Grandense na eleição de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925) e promoveu o processo de expansão da Instrução Pública Municipal nos últimos anos da Primeira República no município de Bagé?*

Sendo assim, para subsidiar nossas afirmações e análises produzidas no corpo deste trabalho, usamos como subsídios na construção teórico-metodológica desta pesquisa, no que tange aos aspectos históricos-políticos, regionais e locais, as obras dos seguintes autores: Antonacci (1981), Axt (2002, 2005, 2011), Bakos (1987, 1996, 2007), Boucinhas (1993), Corsetti (1983), Golin (2004), Dalmazo (2004), Espírito Santo (2007), Fagundes (2005), Franco (1988, 2007), Félix (1987), Lemieszek (1997, 2010), Love (2005), Pesavento (1980, 1988), Piccolo (1992, 2007), Pimentel (1940), Pinto (1986), Reis (1911), Rodriguez (2000), Soares (2006), Tabora (1959), Tabora (1957), Tambara (1985), Trindade (1979, 1991), que fornecem subsídios sobre o contexto histórico, político, cultural e social do período investigado presente neste livro.

Em relação aos estudos que estão centrados em aspectos da educação brasileira e gaúcha no período investigado, foram investigadas as obras: Amaral (1999, 2003), Arriada (2011), Corsetti (1998, 2005, 2007, 2008), Dill (1984), Faria Filho (2000), Giolo (1997), Louro (1986), Nagle (2001), Neves (2007), Tambara (1998, 1999), Werle (2005, 2007).

Como subsídio para nossas reflexões teórico-metodológicas em história da educação foram consultados autores como Azevedo (1997), Burke (1992), Carvalho (2010), Certeau (2007), Corsetti (2006), Gonçal-

ves Neto (2004, 2005), Gramsci (1978, 1995), Le Goff (1996, 2003), Magalhães (2004), Saviani (2003, 2006, 2010), Tambara (1991, 1999) estes referenciais oferecem recursos na compreensão dos dados obtidos na pesquisa, além de promover e/ou provocar movimentos de teoria e empiria do pesquisador no processo da pesquisa.

Em decorrência das especificidades encontradas na construção deste trabalho, verificamos a necessidade de produzir um estudo historiográfico sobre aspectos da história econômica, política e partidária da região da campanha gaúcha, bem como, sobre os processos que desencadearam as políticas educacionais do município de Bagé na Primeira República.

Sendo assim, este trabalho foi dividido em 04 (quatro) capítulos e organizado da seguinte forma:

A primeira parte deste trabalho: ***História, Economia e Política - A formação do município de Bagé na História, na Economia e nas Relações Políticas do Estado do Rio Grande do Sul***, busca discutir e dialogar sobre a formação do Estado do Rio Grande do Sul e as suas interfaces com o processo de ocupação do território fronteiriço e a formação do município de Bagé, bem como compreender como estas dinâmicas históricas e econômicas provocaram tencionamentos posteriores e singulares, quer sejam eles, sociais, econômicos, políticos, culturais e particularmente, educacionais. A parte final desta primeira parte constrói as relações do processo da ocupação territorial com a gênese do universo político-partidário no município de Bagé entre o fim do Império Brasileiro e o advento da Primeira República.

Na segunda parte deste trabalho: ***Os Jornais como Fonte de Pesquisa - Os discursos na Imprensa Periódica de Bagé: A visão Republicana do “O Dever” e a Concepção Federalista do “Correio do Sul”*** propõe-se a discussão dos discursos encontrados nos editoriais dos jornais do município de Bagé nas primeiras décadas do século XX. Ademais, tentou-se compor um quadro teórico das particularidades encontradas na Primeira República sobre as disputas político-partidárias entre Republicanos e Federalistas, bem como, promover reflexões históricas sobre a manuten-

ção da hegemonia e do continuísmo do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade de Bagé.

A terceira parte, ***A Educação Republicana no Município de Bagé - A Educação no cenário da História nas Primeiras Décadas do Século XX*** analisa as peculiaridades das políticas educacionais republicanas durante as primeiras décadas do século XX no município de Bagé, bem como as especificidades da educação, no que tange aos aspectos numéricos da educação pública municipal e da ação da iniciativa privada de Instituições Escolares. Neste sentido, são abordadas questões que subsidiam teoricamente as diferenças entre os conceitos que serão usados para definir a Instrução Pública Municipal e a Educação Pública Municipal.

Na última parte deste trabalho, intitulada: ***A Instrução Primária como Política Educacional - A Organização das Políticas da Instrução Pública Municipal na Década de 1920*** procura-se estabelecer as relações políticas que conduziram o republicano Carlos Cavalcanti Mangabeira ao governo do município de Bagé, além de esboçar as características administrativas de sua gestão na Intendência Municipal. Este capítulo oferece leituras teóricas sobre a sistematização da Educação Primária e as principais mudanças ocorridas na Instrução Primária, Secundária, Artística e Física no período de 1925 a 1929. Ademais, é neste capítulo que se discute a expansão e as heranças históricas da organização da Educação Pública Municipal na cidade de Bagé.

Enfim, ao longo deste trabalho, que teve como fio condutor compreender as especificidades da organização educacional da Educação Pública Municipal do município de Bagé na Primeira República, buscou-se produzir a partir das fontes, uma análise que explicitou os processos históricos e políticos que produziram um fazer educacional distinto na região da campanha gaúcha. Deste modo, no processo final da escrita deste trabalho, esperamos contribuir para a história da educação no Rio Grande do Sul.

## **Parte I**

### **História, economia e política**



## A Formação do município de Bagé na História, na Economia e nas relações políticas do Estado do Rio Grande do sul

Mapa 01 - Planta do Continente do Rio Grande



Autor: Antonio Ignacio Rodriguez Cordova, 1780

Fonte: [http://www.ihgrgs.org.br/cd\\_mapas\\_rs/CD/indice.htm](http://www.ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/indice.htm)

### 1.1. A ocupação do território fronteiriço e a formação do município

*Fronteira, se bem entendida, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.*

*Holanda (1995, p. 12-13)*

O excerto do texto de Sérgio Buarque de Holanda, sobre o significado e o conceito de fronteira, juntamente com a leitura dos primeiros mapas produzidos sobre o continente do Rio Grande, pode nos auxiliar a compreender a importância histórica que o Estado do Rio Grande do Sul teve nas relações de expansão do território português no transcorrer dos séculos XVII e XVIII.

Esta leitura, ancorada nos atuais estudos historiográficos, revela que os estabelecimentos populacionais que se formaram nesta região, auxiliaram no expansionismo lusitano, bem como possibilitaram a constituição de relações próprias e peculiares no dimensionamento das demarcações de terras entre as coroas ibéricas.

Os estudos que abordam os processos de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul freqüentemente relacionam a conquista do território de Rio Grande de São Pedro às pretensões expansionistas portuguesas, iniciados com a fundação, em 1680, da Colônia de Sacramento, na margem setentrional do Rio da Prata, em frente à cidade de Buenos Aires.

Essa expansão portuguesa desencadeou vários processos belicosos nas regiões fronteiriças, durante os séculos XVII e XVIII, que acabaram por definir a configuração geográfica do Estado do Rio Grande do Sul no limiar do século XIX.

Portugal aproveitando-se das condições incertas das fronteiras aqui existentes, como, também, das transformações propostas a partir do pensamento ilustrado do século XVIII, empenhou-se em impor, nas regiões de terras gaúchas, uma série de limites geográficos através de tratados internacionais.

O Tratado de Madri<sup>1</sup>, datado de 1750, foi um dos primeiros e mais importantes acordos diplomáticos do século XVIII, onde as possessões

---

<sup>1</sup> O Tratado de Madri foi firmado em 1750 entre as duas Coroas Ibéricas. Também conhecido como Tratado de Limites visava demarcar as linhas fronteiriças entre as suas possessões coloniais. Em relação à América portuguesa, estipulava a troca da Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões. A execução do Tratado gerou uma revolta que ficou conhecida como a "Guerra Guaranítica", na qual uma parte dos índios missionários se negou categoricamente a entregar as suas terras ao rei português. Juntamente com outros fatores, a "Guerra Guaranítica" foi um dos motivos da anulação do Tratado. Muitos escritos e trabalhos acadêmicos têm sido produzidos sobre esta temática em livros de História Geral do Brasil e de História do Rio Grande do Sul. Sobre a temática em questão, ver: ARTEGA, Juan José. *Las*

portuguesas avançaram até a Região dos Sete Povos das Missões, provocando, assim, um dos primeiros confrontos em solo gaúcho, a *Guerra Guaranítica*<sup>2</sup> que desafiou a ordem do dia, bem como, o *status quo* ibérico pelos Jesuítas e índios Guaranis.

Outro momento importante da expansão lusitana em terras rio-grandenses foi à fundação oficial do presídio Jesus-Maria-José, que deu origem à cidade de Rio Grande, em 1737, este evento possibilitou o início dos processos de concessões de sesmarias, complementando o projeto colonizador português nas Campanhas do Sul.

A consagração deste esforço lusitano para se assenhorear de boa parte da área que hoje constitui o Estado do Rio Grande do Sul foram estruturados e radicados no direito natural moderno do *uti possidetis* e acolhidos nos séculos seguintes. (Espírito Santo, 2006, p.35)

Neste processo colonizador, muitos fatores incorreram para a ocupação do povoamento do território sul-rio-grandense, entre eles, destacam-se: a ação e a presença de um grande número de padres Jesuítas, o surgimento dos aldeamentos, a catequização dos índios guaranis, a introdução do gado vacum, o desenvolvimento da pecuária, a ação dos bandeirantes paulistas, estes fatores promoveram a interação entre homens – europeus, índios e negros – e a natureza, pródiga em rios e pastos. (Reichel, 2006).

Na afirmação de Ribeiro (1995, p. 411): “o motor fundamental [...] do Brasil sulino foi a empresa colonial portuguesa conduzida [...] com o propósito explícito de levar sua hegemonia até o rio da Prata”. Com base nestas compreensões históricas, é possível afirmar que o processo de

---

*consecuencias del Tratado de Madrid en la desarticulación de la frontera demográfica de la Banda Oriental. 1750-1761.* Montevideo: Archivo General de la Nación, 1999; CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.* Brasília: Editora da UnB, 1982. p.181; CORTESÃO, Jaime. *O Tratado de Madrid.* Brasília: Senado Federal, 2001, 2 tomos.; FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional.* Lisboa: CNCDP, 2001. GOLIN, Tau. *A fronteira.* Porto Alegre: L&PM, 2002; 2004, 2 volumes; GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica.* Porto Alegre: Editora da Universidade; Passo Fundo: UPF Editora, 1998; SOUTHEY, Robert. *História do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981, 3 vols. 3º vol. p.376, entre outros.

<sup>2</sup> O conflito que se convencionou chamar de Guerra Guaranítica desenvolveu-se na segunda metade do século XVIII, no território dos Sete Povos da Banda Oriental do rio Uruguai. O processo histórico que veio desencadear esse confronto bélico encontra sua origem nos séculos XVI e XVII. Momento em que se faz necessário definir os limites que cabiam às nações ibéricas na América. Apesar das várias tentativas de dar uma solução ao problema, nenhuma delas alcançou o objetivo desejado pelas cortes ibéricas.

formação territorial rio-grandense se estabeleceu de maneira singular, produzindo um modo particular na ocupação deste espaço geográfico, bem como, no estabelecimento de relações sociais, econômicas e culturais únicas que fizeram do Estado do Rio Grande do Sul um lócus diferenciado nos séculos seguintes.

No caso específico da região da Campanha, no qual se localiza o município de Bagé, a ocupação tem sua gênese através das estâncias estabelecidas pelos jesuítas espanhóis e imigrantes lusitanos no transcorrer do século XVII e XVIII. Estas regiões formam a chamada “fronteira seca” do Estado do Rio Grande do Sul, devido à existência de linhas demarcatórias imaginárias.

A Coroa Espanhola preocupada em impedir os avanços lusitanos na região das fronteiras gaúchas, edificou várias fortificações, como a construção do Forte de Santa Tecla em janeiro de 1774, na região próxima ao município de Bagé. O historiador João Antonio Cirne escreveu em 1897, no Almanak do Rio Grande do Sul, o seguinte relato<sup>3</sup>, sobre os apontamentos históricos do povoamento do município de Bagé:

[...] quando Portugal e Hespanha se ventilava a questão de limites das possessões americanas das duas nações, o general hespanhol D. João José Vertiz e Salcedo, vice-rei de Buenos Aires, marchou á frente de um exercito de cinco mil homens, com o propósito de conquistar todo o territorio desde a Colonia do Sacramento até o forte portuguez de Rio Pardo, e chegando ás cabeceiras do Rio Negro, escolheu uma posição vantajosa sobre a cochilia entre as principaes vertentes do dito rio e as do camaquam, Jaguarão e Ibicuhy, e neste ponto culminante traçou e fez construir uma fortaleza, a que o nome da virgem martyr Santa Thecla. Era o ponto mais avançado na fronteira castelhana.

Ademais, a construção do Forte de Santa Tecla está intimamente ligada à história das expansões castelhanas em território sul-rio-grandense, as guerras fronteiriças e as disputas bélicas pelo espaço geo-

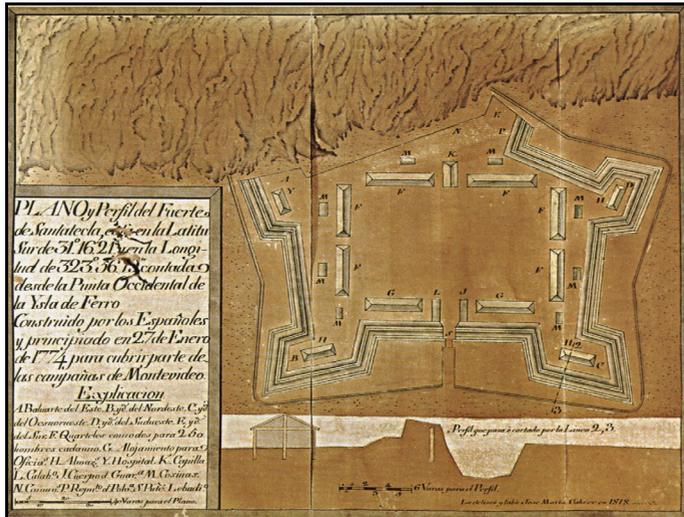
---

<sup>3</sup> Em todas as citações transcritas de jornais e/ou outros documentos de época preservaram-se a linguagem usada para dar ao leitor uma visão mais acurada dos textos.

gráfico do Estado do Rio Grande do Sul, bem como, ao início da ocupação do território que originará o município de Bagé, no limiar do século XIX.

Outro fato importante, sobre a história do Forte de Santa de Tecla, é que no limiar destas guerras fronteiriças e territoriais muitos historiadores apontam que a conquista do Forte pelas tropas portuguesas lideradas por Rafael Pinto Bandeira no ano de 1776, promoveram a manutenção do território português em solo rio-grandense no final do século XVIII.

Figura 02 - Imagem do Forte Santa Tecla



Fonte: GOLIN, 2002, p.392. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty.

O Forte de Santa Tecla (Bagé). Plano y perfil Del Fuerte de Santa Tecla, está en la latitu Sur de 31°16'21", y em la Longitud de 323°56'19" contada desde la Punta Occidental de la Ysla de Ferro. Construido por los Españoles y principiado en 27 de Enero de 1774 para cubrir parte de las campañas de Montevideo. 1786. José Maria Cabrer, demarcador do Tratado de 1777.

Logo, é possível compreender que estas regiões denominadas de fronteira seca foram se constituindo historicamente como espaços de lutas territoriais entre as coroas de Portugal e Espanha. Especificamente em relação à região da campanha, Reichel (2006, p. 49, 50 -51), traz a seguinte consideração:

[...] o espaço da campanha, com sua população e riqueza pecuária, viu-se envolvido diretamente nessa disputa travada entre portugueses e espanhóis. Participou de escaramuças, sitiamentos, confiscos de mercadorias, contra-

bandos, formação de milícias, que se tornaram uma constante na região. [...] A disputa pelas terras da zona de fronteira intensificou-se, pois a riqueza ganadeira dessas era enorme. As duas coroas militarizaram a área, construindo fortes, destacando milícias de soldados e guardas de fronteiras. [...] Essa era a situação vivenciada pelos homens e mulheres que habitavam as terras localizadas na divida do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina. Eles experimentavam a fronteira nos seus dois sentidos: o de linha que separa e o de zona que aproxima.

A afirmação de Reichel corrobora na compreensão que na região de fronteira, seus habitantes fossem eles, portugueses, espanhóis, jesuítas ou índios vivenciaram durante todo o século XVIII, o espelhamento das relações diplomáticas, bem como foram incluídos nos processos das disputas territoriais.

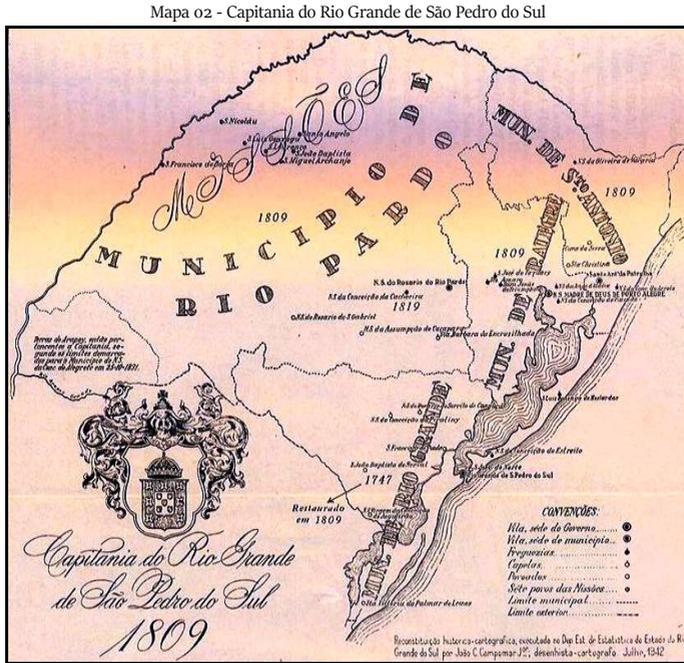
Estas escaramuças diplomáticas tentaram ser resolvidas novamente pela efetivação do Tratado de Santo Ildelfonso (1777)<sup>4</sup>, neste tratado o Estado português perdia os territórios localizados na região dos Sete Povos das Missões e da Colônia do Sacramento, mas por outro lado, passava a ocupar a região dos Campos Neutrais, banhado pelas lagoas Mirim e Mangueira, onde se localizava as atuais cidades de Santa Vitória do Palmar e Chui, e a partir de então, promovendo uma maior e mais efetiva ocupação lusitana nas terras gaúchas.

A chegada do século XIX trouxe mudanças substanciais para o alargamento das fronteiras portuguesas no extremo-sul do País, isto é, mesmo com o estabelecimento dos novos limites em 1777, as belicosidades entre os homens que habitavam as terras rio-grandenses não cessaram e os estigmas dos conflitos permaneciam, pois segundo Ferreira (1974, p.60): *Se ao menos a nova fronteira trouxesse consigo o respeito e a paz entre os habitantes desta parte do continente, [...] Além, disso, a paz tão desejada [...] foi de curta duração.* Neste cenário, percebe-se, que

---

<sup>4</sup> Sobre a importância do Tratado de Santo Ildelfonso na definição das fronteiras lusitanas em terras rio-grandenses, FERREIRA (1974, p. 57), traz o seguinte comentário: “Esse tratado, enormemente lesivo aos interesses brasileiros, não foi levado em consideração pelos rio-grandenses. [...] O período de Paz, sobrevivendo ao Tratado de Santo Ildelfonso, foi benéfico ao desenvolvimento econômico da Capitania, estabilizando a população que, em parte, vivia meio nômade, segundo os azares da guerra e as oscilações das raias fronteiriças.

no início do século XIX, a assinatura do Tratado de Badajoz (1801), possibilitou que Portugal efetivasse e definisse suas fronteiras no Estado do Rio Grande do Sul, como se pode observar abaixo:



Acervo Iconográfico do Museu Dom Diogo de Souza

Através da leitura do mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul acima, percebe-se que o Estado do Rio Grande do Sul estava dividido em quatro grandes municípios, o **município de Rio Pardo** que abrangia a região Norte e Noroeste, incorporando agora os Sete Povos das Missões, o **município de Santo Antonio da Patrulha** correspondia à região Nordeste e fronteira com o atual Estado de Santa Catarina, o **município de Porto Alegre** se encontrava próximo a região central do Estado. E por fim, o **município de Rio Grande** que incorporava toda a região dos Campos Neutrais (Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim e Lagoa Mangueira) além da região da Campanha, ocupada pelo Forte Santa Tecla que dará origem ao município de Bagé.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (1808) possibilitou uma ocupação e uma maior expansão sobre o território gaúcho, como, também os movimentos de emancipação das colônias espanholas no sul, promovidos por José Artigas, contribuíram no desencadeamento de relações beligerantes na região da campanha.

Para reforçar a idéia da efetiva ocupação portuguesa na região da Campanha, o governo imperial promoveu a invasão da “Banda Oriental”<sup>5</sup> em 1811 e 1816, com o objetivo específico de expandir seus territórios sobre boa parte da região do Prata, na afirmação de Reichel (2006, p. 57): *O governo imperial português, [...] enviou tropas por terra e mar para atacar a Banda Oriental. As terrestres invadiram o território vizinho pela Capitania de São Pedro, [...] e acamparam junto à Fronteira Oeste.*

Neste contexto, os documentos oficiais e os historiadores bajeenses apontam que a incursão militar realizada no ano de 1811, pelo português Dom Diogo de Souza, deu origem a fundação da cidade de Bagé.

Ademais, a própria história da fundação do município confunde-se em muito aos interesses expansionistas, militares, políticos e econômicos, no transcorrer do período Imperial e no período da República Velha. Sobre o momento inicial da formação do território de Bagé, o historiador Atila Taborda (1959, p. 10) faz a seguinte afirmação:

Em princípios de 1811 acampou D. Diogo na região que corresponde hoje ao município de Bajé. Dividiu o seu exército de observação em três colunas, sendo a primeira, que estacionou à margem direita do arróio, nas proximidades dos cerros desta cidade, comandada pelo Gal. Manoel Marques de Souza. Nêste interim, apresentava-se o ensejo para a realização dos sonhos de conquista de D. Joao VI e D. Diogo. É que Buenos Aires independente envía uma declaração de guerra [...]. Em julho de 1811, o Gal. D. Diogo de Souza, move-se desta região com suas tropas e invade o Estado Oriental numa verdadeira marcha triunfal de vitórias sucessivas. [...] E foi daí, desse histórico acampamento de destemidos soldados luso-brasileiros, que surgiu está simpática cidade de Bajé, merecidamente chamada de “Rainha da Fronteira”.

---

<sup>5</sup> A expressão “Banda Oriental” era usada para definir a região da Cisplatina nas três primeiras décadas do século XIX, após as derrotas das campanhas separatistas de José Artigas na década de 1820 e a invasão portuguesa em 1816, recebe o nome de Colônia Cisplatina, pertencendo até o ano de 1828 ao território português. (REICHEL, 2006).

Ainda sobre ao início do povoamento do município de Bagé, Eurico Jacinto Salis (1955, p. 34 - 36) traz a seguinte consideração:

No ano de 1812, desenvolvia-se o novo núcleo de Bagé, nascido de um acampamento militar, [...] a população já possuía arraigados sentimentos religiosos [...]. Numa ação de profundo sentimento religioso [...] e em procissão transportam para a nova freguesia a preciosa imagem de S. Sebastião, talhada em madeira, com olhos amendoados, estilizando bela feição íncola e depositaram em um rancho, característico dos pampas sulinos, dos muitos que existiam no acampamento de Dom Diogo [...]. Construíram então, no local onde se acha a histórica matriz de S. Sebastião, a primeira capela de grande dimensão, feita em torrões de barro e coberta com capim santa-fé. [...] em 1814, a freguesia foi elevada à condição de curato, [...].

Percebe-se através deste texto, que a questão da religiosidade foi também uma tônica no processo de formação do município de Bagé, este fato pode ter relação direta e/ou indireta pelas características adversas vivenciadas pelos habitantes da campanha neste período e pela preocupação com o estigma que se tinha do Gaúcho, um homem sem lei e religião, como afirma Gutfreind (2006)<sup>6</sup>: *habitados a uma vida independente e andarilha, os gaúchos representavam uma classe rebelde, responsável pelos crimes sociais para os proprietários de terra e do gado.*

Ademais, a religiosidade sempre foi um traço importante no processo colonizador português desde os tempos do Brasil Colônia, este processo tinha o caráter educativo e pedagógico, além de ser o amálgama dos interesses lusitanos em relação à necessidade de civilizar também os “selvagens” da Província de São Pedro do Sul. (Piccolo, 1992; Dreher, 2006 e Saviani, 2008).

Logo a ocupação do território fronteiriço e a formação do município de Bagé, durante todo o século XIX, obedeceram a uma lógica da organização urbana das cidades que se localizavam nas regiões que viveram as transformações advindas das guerras territoriais ocorridas nos séculos anteriores.

---

<sup>6</sup> Não temos como objetivo deste trabalho, historicizar a questão do gaúcho e suas especificidades locais e/ou regionais, mas compreender o processo de formação do município de Bagé.

Ainda sobre os aspectos das guerras que ocorreram nos territórios da fronteira gaúcha, destaca-se a Guerra da Cisplatina<sup>7</sup> que pode ser definida como a conseqüência da disputa do território da Banda Oriental entre o Império Brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Iniciou-se em 1821, ano da anexação oficial da Banda Oriental ao território brasileiro com o nome de Província Cisplatina, em 1825 temos a declaração de guerra das Províncias Unidas ao Império Brasileiro e encerrando-se em 1828, quando dos tratados de paz entre o Império e as Províncias Unidas com a formação da República Uruguaia.

Particularmente, este conflito teve conseqüências devastadoras para o município de Bagé, sendo seu território invadido pelas tropas do General e Ministro da Guerra argentino Carlos Maria de Alvear, como comenta Ferreira (1974, p. 86-87): *Alvear tomou a ofensiva, penetrando no território rio-grandense por Bagé, passando por São Gabriel, marchou na direção de Cacequi*. Ainda sobre este acontecimento Taborda (1955, p. 12) traz o seguinte relato:

Por ocasião da guerra Cisplatina, Bajé viveu dias de verdadeiro pavor, quando da invasão do exército uruguaio-argentino, sob o comando do Gal. Carlos Maria de Alvear. As maiores infâmias foram cometidas, desde o sangue vergonhoso, o assassinio covarde, até a violação dos lares, a torpeza do desrespeito às famílias. Mas foi aqui, também, que esse indigno general sofreu a maior derrota. Foi aqui em Bajé que esse réles e ousado aventureiro encontrou uma jovem digna, que o enfrentou corajosamente, jogando-o à lama do chão, sem piedade para fugir depois pelo acampamento afora, [...] Foi esta sem duvida a maior derrota de Alvear, porque as suas vitórias não as alcançava no campo da batalha, mas na satisfação dos seus instintos, na rapina, no saque, no opróbio, no desrespeito à dignidade humana.

Sendo assim, os acontecimentos transcorridos entre os anos de 1811 e 1846, que marcam a fundação do município de Bagé em 1811 e a elevação à

---

<sup>7</sup> Especificamente sobre algumas especificidades da Guerra da Cisplatina, ver: MIRANDA, Marcia. **A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006; PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império: O Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na Construção do Brasil**. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007 e LAURENZANO, Cristina Mayra. **Os Conflitos Platinos e a Formação do Estado**. Dissertação de Mestrado em História Social, UEL, Londrina, 2008, entre outros escritos.

condição de Vila, respectivamente, são ainda, grandes lacunas históricas no processo da construção das narrativas<sup>8</sup> que marcam a vida da cidade.

Neste sentido, o processo de urbanização das regiões de fronteira e particularmente da cidade de Bagé, ocorreu principalmente devido aos desdobramentos políticos e acontecimentos econômicos durante todo o século XIX, visto que nestas regiões, a sociedade refletia no seu imaginário uma sociedade guerreira e militarizada do século XVIII e as aspirações econômicas da nascente elite sul-rio-grandense que irá se estabelecer no século XIX.

Sobre o processo de urbanização ocorrido na fronteira do Rio Grande do Sul, durante o século XIX e a formação das cidades nestas regiões, Ramos (2006) traz o seguinte relato:

O alargamento do território para o sul e para oeste e a fundação de povoados, capelas e vilas estão vinculados à expansão desejada pelos luso-brasileiros e à incorporação de tais espaços como resultado dos tratados coloniais que se estabeleceram ainda no período colonial. A importância das cidades na fronteira oeste está exatamente na necessidade de povoar esses espaços, garantindo efetivamente a posse de tais lugares ao Império brasileiro.

Neste mesmo texto, Ramos (2006, p. 442 - 443), ao relatar o processo de desenvolvimento e ocupação das cidades localizadas na fronteira oeste, bem como, sobre os aspectos econômicos, culturais e sociais ocorridos nestes movimentos urbanos, traz os seguintes comentários sobre a cidade de Bagé no século XIX:

A nascente povoação foi elevada a vila em 1846 e a cidade 13 anos depois, em razão de sua considerável expansão. Quanto ao aspecto urbano, Bagé apresentava-se bem urbanizada com suas 33 ruas, cinco praças e mais de mil casas, [...]. ***Apesar da ocupação militar em seu nascedouro, a atividade***

---

<sup>8</sup> O conceito usado neste sentido tem como objetivo evidenciar a importância das narrativas históricas na construção da escrita da História, isto é, entendemos a expressão "***narrativa histórica***" como um processo que permite articular o historiador e seus objetos de pesquisa, neste sentido, é preciso levar em conta também que o ato de relativizar a verdade, foi uma conquista significativa para a historiografia. As narrativas históricas contemporâneas não podem perder de vista certa busca pelo verdadeiro. A historiografia pode e deve ser concebida como um movimento constante de releituras do passado, compreendidas como reinterpretações do passado que são passíveis de perdas, equívocos e revisões. Sobre este assunto, sugere-se a leitura de CERTEAU (1982), HOBBSAWN (1998) e LE GOFF (2003).

***econômica de Bagé estava concentrada na pecuária e na charqueada.*** O processo de urbanização era, então, ampliado na medida em que esses grandes proprietários deslocavam-se para o espaço urbano, erguendo ali suas casas, em especial na rua Sete de Setembro. Tais prédios, assobradados ou não, eram um atestado da riqueza. As famílias dos fazendeiros, entretanto, continuavam morando no interior e a casa da cidade era usada por ocasião das festas religiosas do Divino Espírito Santo ou de São Sebastião, padroeiro da cidade. A essa sociabilidade de caráter religioso juntava-se a desenvolvida pelos comerciantes, que, dada sua importância e poder econômico, construíram o Clube Comercial e o teatro para peças teatrais, bailes e festas sociais e em cujos espaços as elites locais costumavam se reunir. (grifos nossos)

Sendo assim, compreende-se que apesar da incursão militar que promoveu a ocupação do território do município de Bagé, a partir dos anos de 1811, o desenvolvimento urbano, cultural e social esteve intimamente ligado aos aspectos econômicos da pecuária e da produção charqueadora, como também pelo surgimento do comércio, obedecendo a uma lógica estrutural e as dinâmicas econômicas recorrentes no processo de formação do território rio-grandense durante o século XIX, principalmente nas regiões fronteiriças.

Muitos pesquisadores estabeleceram conceitos sobre o termo “fronteira”, mas recorreremos a Souza (1995, p.154) para compreender esta dinâmica particular do espaço entre Brasil e Uruguai:

[...] a fronteira é vista não somente como a extensão dos limites, mas como uma área de interação, de interdependência e de complementaridade. Espaço quase sempre preenchido por extensos campos, apropriados em sua grande parte pelos latifundiários, e com um sistema peculiar de cidades vizinhas, muito próximas, cuja base econômica foi sempre a troca assimétrica de bens, serviço e homens.

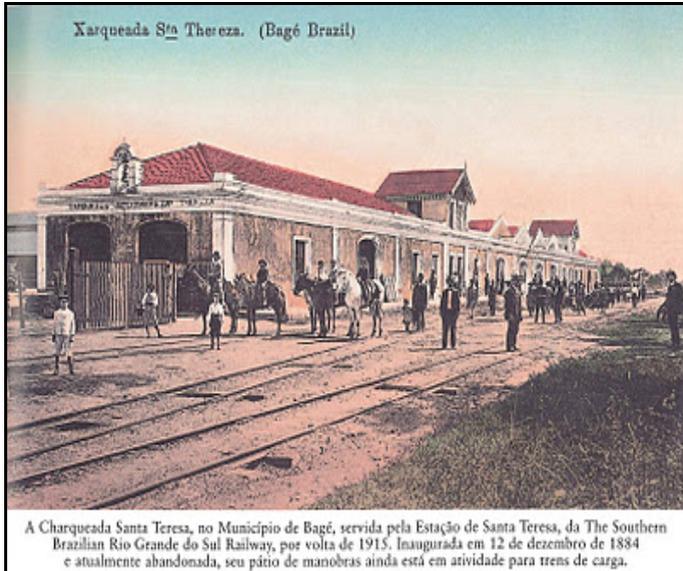
Existia uma singularidade na organização interna deste espaço em relação às trocas. Os fluxos eram típicos de uma produção baseada na pecuária extensiva, onde as tropas de gado se deslocavam ora para abastecer os saladeiros uruguaios, ora para as charqueadas rio-grandenses. Este fluxo de homens e mercadorias nos obriga a aprender este espaço levando em conta a porosidade fronteiriça.

Desta forma, compreende-se que na constituição do cenário urbano e econômico bajeense, estes desdobramentos e pressupostos culturais e sociais foram fundamentais na constituição de uma sociedade balizada pelo elemento das relações fronteiriças.

## 1.2. As raízes econômicas do município de Bagé nos séculos XIX e XX

*Os preparativos agitavam braços e vaivém de homens. Carrinhos salgados de sal se derramavam no monte farto e branco que clareava alto num canto da salga pronto para ser lequeado pelas pás ágeis dos salgadores. [...] Os tanques limpos, cheiros de salmoura, borbulhavam bem dosados. [...] Azeitava-se zelosamente o guincho a vapor que arrastava os animais amedrontados para o sacrifício. Taravam as balanças. [...] As facas de dois gumes, com que desnucavam as reses, sobre a parede alta da mangueira, ao alcance da mão do desnucador. A instalação elétrica, revisada [...] O nível da água, cuidado.*  
Wayne (1982, p. 35-36).

Figura 03 - Charqueada Santa Thereza de Bagé



Fonte: Acervo Centro Histórico e Cultural Vila de Santa Thereza

De fato, a formação histórico-econômica do Estado do Rio Grande do Sul tem suas origens na doação de sesmarias e na formação de estân-

cias no século XVIII e no estabelecimento da indústria saladeiril durante o século XIX, as conseqüências deste processo de ocupação das terras rio-grandenses relegaram por muitas vezes ao Estado gaúcho, uma posição de fornecedor de produtos primários agrícolas e de pecuária, tais como, o charque e o couro para outras províncias, como também para o mercado externo durante todo período Imperial e durante algumas décadas da República da história brasileira.

Para Zarth (2006), este processo de ocupação originou uma alta concentração fundiária das terras gaúchas, que associadas à baixa densidade demográfica, aos problemas de abastecimento e da vulnerabilidade de nossas fronteiras, acabou por gerar discursos favoráveis a uma redistribuição de terras, no desenvolvimento das pequenas propriedades e no processo de extinção da escravidão. De certo, os processos políticos e sociais desencadeados durante todo o século XIX no Brasil, e particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, provocaram mudanças substanciais nas relações econômicas e nas dinâmicas sociais no findar do século XIX, no Rio Grande do Sul.

Logo, estas mudanças podem ser associadas também ao processo de enfraquecimento da indústria saladeiril, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a manutenção da produção pecuária e agrícola, ao incentivo à imigração européia, ao desenvolvimento urbano e aos discursos de modernidade pelos republicanos.

Logo, ao final do século XIX, o Estado do Rio Grande do Sul sofria com a crise da economia baseada na grande propriedade rural, na pecuária e nas charqueadas, agravada em muito pela imobilidade de seus representantes políticos em relação aos políticos de outras regiões brasileiras, prejudicando assim, os interesses econômicos gaúchos.

Paralelamente a estas questões, ganham força política e econômica às regiões de imigração européia no Estado do Rio Grande do Sul, com suas produções baseadas na pequena propriedade rural, na policultura e no capital comercial. Este dinamismo produtivo encontrado nas regiões de imigração proporcionava a exportação de vários artigos para outras regi-

ões brasileiras. Este fato originou o enfraquecimento político e a perda da supremacia econômica dos pecuaristas, visto que, as relações econômicas tradicionalmente ligadas à grande propriedade e ao mercado interno brasileiro perdem espaço para uma nova ótica trazida pela República.

Neste sentido, é preciso compreender que os processos históricos de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul produziram uma formação social particular em relação ao Brasil, não somente por sua importância político-militar, mas também pelo seu status econômico. Essas características produziram uma estrutura fundiária única e um sistema econômico diferenciado no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esta afirmação é descrita por Mertz (2007, p. 203-204):

Isso porque, além de ter possuído uma área de pastagens naturais que cobria originalmente 70% do seu território e que deu origem aos grandes latifúndios da pecuária de exportação [...] Desse modo, como resultado dessa estrutura fundiária, sobressaíram-se na economia agrária gaúcha da República Velha (1889-1930) três sistemas agrários distintos: o primeiro e o mais antigo assentou-se na pecuária extensiva, baseada no latifúndio; o segundo desenvolveu-se a partir da imigração e teve por base a agricultura familiar policultora e a pequena propriedade; o terceiro sistema desenvolveu a agricultura comercial do arroz, baseada no arrendamento da terra dos pecuaristas.

A leitura deste excerto subsidiada pelas obras de Pesavento (1980, 1988, 1993), nos ajuda a compreender o panorama econômico gaúcho da Primeira República, e conseqüentemente o processo de modernização pelo qual a sociedade e a economia deveriam passar, ou seja, o rompimento com suas raízes oligárquicas, escravistas, clientelistas e latifundiárias.

Segundo Corsetti (1998), no caso do Rio Grande do Sul, esse processo de modernização se constituiu na expressão da modernidade republicana, logo este movimento configurou-se também como projeto político do PRR, neste sentido o governo estadual procurou organizar e introduzir reformas para o desenvolvimento econômico gaúcho, com o claro objetivo de diversificar a economia e ter o total controle sobre a economia no Rio Grande do Sul.

Uma das preocupações iniciais do PRR foi à questão da estrutura tributária em relação à estrutura fundiária presente no Rio Grande do Sul. No projeto republicano, um dos primeiros passos a ser realizado era modificar as estruturas arcaicas e primitivas da cobrança de impostos, pois, na visão republicana quando se pretende modernizar uma sociedade, sua economia deve ser tornar mais complexa como também sua estrutura tributária. Esta afirmação pode ser observada nas palavras de Targa (2007, p. 249-250):

Em outros estados do Brasil republicano, tal como no Rio Grande do Sul, os três principais argumentos invocados para justificar uma reforma fiscal e a substituição do imposto sobre as exportações pelo imposto territorial eram as seguintes:

- a) Libertar o tesouro do estado da dependência de um imposto cujas receitas eram instáveis, pois repousava sobre um único produto, cujo preço, além disso, era fixado por mercados externos à região;
- b) promover a diversificação da produção agrícola, expandindo, assim, a pauta de produtos exportáveis, e com isso, reduzir a dependência da geração da renda interna do desempenho de um único produto;
- c) forçar as propriedades rurais ociosas a produzirem ou a dividirem-se.

Contudo, estas reformas econômicas planejadas pelo PRR, produziram conflitos políticos no Estado do Rio Grande do Sul, que podem ser traduzidos por dois projetos econômicos antagônicos presentes na Primeira República, segundo Fonseca (1993)<sup>9</sup>, de um lado, o projeto dos pecuaristas que tentavam especializar a economia com a pecuária de exportação e reivindicavam uma política protecionista para o charque gaúcho, e de outro lado, o projeto do PRR, que tinha por objetivo tornar a economia regional forte, menos dependente e vulnerável da lógica de exportação de produtos.

Porém, como afirma Targa (2007) o Imposto Territorial apesar de sofrer modificações em alguns momentos e ser muito criticado pelos

---

<sup>9</sup> Sobre estes conflitos ver a obra de FONSECA, Pedro César D. **A Revolução Federalista: uma interpretação**. In: ALVES, F. [et alli...] (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG, 1993.

pecuaristas da região da Campanha<sup>10</sup>, pelos arrozeiros e também pelos colonos da região de imigração, foi sem dúvida nenhuma durante o período da República Velha no Rio Grande do Sul, o grande responsável pelo impedimento das crises de abastecimento, como no aumento do custo de vida e demonstrando um comportamento administrativo público por parte do Governo Estadual que até então, não se conhecia em nenhum outro Estado da Federação Brasileira.

A obra de Dalmazo (2004) é extremamente importante para compreender as dinâmicas e as relações econômicas da Primeira República Gaúcha, segundo este autor, durante a República Velha a economia gaúcha viveu dois períodos distintos: o primeiro abrangeu a última década do século XIX até o término da Primeira Guerra Mundial e o segundo período iniciou-se na década de 1920 e caracterizou-se pela intensificação do processo de integração da economia regional com as demais regiões do País e com o Exterior.

Dalmazo (2004) defende a idéia que a pecuária e as charqueadas passaram todo o período da Primeira República em crise, diante da oscilação de preços e da concorrência, apesar das transformações tecnológicas introduzidas no manejo dos campos e nas lides da criação bovina, nas charqueadas e nos transportes, até mesmo na fase mais avançada da modernização, que ocorreu com a instalação das primeiras indústrias frigoríficas na década de 20 do século passado.

Ainda sobre este assunto, Dalmazo (2004, p. 54), comenta:

Cabe lembrar que a pecuária-charqueada-frigorífico sofreu uma crise que se arrastou no tempo, mas resistiu e manteve-se como principal atividade da economia regional, assentada nas suas vantagens locais, apesar dos entraves

---

<sup>10</sup> Interessante é a análise feita pelo mesmo autor, em relação ao pagamento do Imposto Territorial, segundo TARGA (2004, p. 258): *“De fato, a parcela do Imposto Territorial recolhido na zona da pecuária tradicional era maior que a recolhida nas outras três regiões juntas. [...] no ano de 1914, um contribuinte da zona de colonização alemã pagava em média 7 mil contos de réis, o da zona italiana pagava 5 mil réis, o do zona arroeira pagava em média 14 mil réis e o da pecuária 35 mil réis.* Este fato corrobora na compreensão de que na região da Campanha houvesse as maiores hostilidades políticas ao PRR e que estas representaram durante todo o período da Primeira República uma preocupação constante na manutenção de políticos fortemente ligados aos preceitos políticos do Castilhismo-Borgismo.

no sistema de transporte ferroviário, precário e oneroso, e na barra obstruída para acesso de navios de grande calado.

Portanto, a evolução econômica das relações de comércio no Rio Grande do Sul, no período de 1889-1930, foi à expressão do desenvolvimento e das modificações da economia regional. O processo de incremento da pecuária-charqueada-frigorífico e da lavoura colonial foi fundado com características exclusivas em relação às demais regiões do Brasil, que configuraram a formação de uma diversificação social e econômica na economia do Rio Grande do Sul.

Sandra Pesavento, em sua obra: *A Burguesia Gaúcha: Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho* (1988) discute a formação e a afirmação do empresariado industrial no Rio Grande do Sul no período da Primeira República e como estes grupos assumiram características capitalistas e burguesas no desenrolar do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Neste sentido, interessante é a descrição realizada sobre a Charqueada Santa Thereza<sup>11</sup> de Bagé, onde Pesavento (1988, 59-82) analisa algumas das ações empresariais que ultrapassavam o espaço da empresa saladeiril e compunham uma ótica de submissão do trabalho ao capital:

Na Charquada Santa Thereza, do Visconde de Ribeiro de Magalhães estabelecida em Bagé, funcionava na primeira década do século, um colégio misto para 60 alunos, sendo o professor pago pela Intendência Municipal. [...] Em uma biografia feita sobre o Visconde, há referências de que o empresário havia, estabelecido hospital de caridade, farmácia, restaurante popular, escola e armazém, e teatro onde se realizavam exposições cinematográficas. [...] No ramo do beneficiamento da carne, a propriedade de Visconde Ribeiro de Magalhães (Charquada Santa Thereza) apresentava, já em 1909, casas de

---

<sup>11</sup> Em tempo, cabe salientar que a Charqueada Santa Thereza de Bagé foi estabelecida no ano de 1897 no município de Bagé, tendo como seu proprietário o Visconde Ribeiro de Magalhães e que na visão de muitos historiadores incorporou idéias liberais na produção do Charque, bem como, na manutenção da ordem social sobre seus empregados e no progresso econômico de sua produção fabril. Sobre a Charqueada Santa Thereza, consultar as obras de: BOUCINHAS, Cláudio A. *A História das Charqueadas de Bagé (1891 - 1940) na Literatura*. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 1993; FAGUNDES, Elizabeth Macedo. *Vila de Santa Thereza*. [S. l.: S. N.], 1999. SOARES, Fernanda Codevilla. *Santa Thereza: Um Estudo sobre as Charqueadas da Fronteira Brasil-Uruguaí*. Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana, UFSM, 2006.

material construídas para abrigar o pessoal do estabelecimento, que se elevava a 894 pessoas (operários e suas famílias), bem como uma capela para atender as necessidades de culto.

A partir deste fragmento de Pesavento, observamos que mesmo com a crise estabelecida nas charqueadas, no período da Primeira República, a Charqueada Santa Thereza conseguiu manter a “dominação do capital sobre o trabalho” associando práticas assistencialistas com um fim de dominação do trabalho humano.

Ainda sobre este assunto, Pesavento (1988) argumenta que os empresários eram considerados pelo Governo Estadual como parceiros no processo de alianças do PRR, numa justificativa ideológica para a manutenção do poder estatal, como no estabelecimento do consenso entre a burguesia agrária e a burguesia industrial.

Segundo Soares (2006), as charqueadas fronteiriças representaram um importante centro econômico, social e cultural – notadamente a Charqueada Santa Thereza - para o Estado do Rio Grande do Sul, nestes espaços foram incorporadas técnicas modernas de fabrico do charque, o estabelecimento da mão-de-obra assalariada, o estabelecimento da indústria de derivados, o controle do tempo dos trabalhadores, as questões da higiene e saúde animal, constituindo assim, um “*amplo complexo urbano e industrial*” durante todo o período da Primeira República. Segundo Soares (2006, p. 105-106):

As novas charqueadas gaúchas transitaram do espaço pelotense, ou litorâneo, para o espaço da campanha, ou da fronteira, localizadas aonde o gado era criado e utilizando-se de uma série de vantagens que o comércio de trânsito e o contrabando permitiu. [...] Os charqueadores fronteiriços não sobreviviam apenas do charque em si. Do boi era aproveitado a língua, os ossos, o pelo, o rabo, etc. Além das indústrias de derivados, possuíam olarias, serralherias e outras fábricas que poderiam funcionar no período da entressafra, tornando produtiva a vida dos operários. [...] Seu proprietário, o português Antônio Nunes de Ribeiro de Magalhães, adicionou luxo e requinte na vida rústica da fronteira. [...] O charque gaúcho manteve-se como o principal produto exportado no Rio Grande do Sul durante a República Velha,

competindo com os produtos coloniais e com os frigoríficos que se instalaram no Estado a partir de 1917.

Não temos como propósito apontar as características econômicas do Ciclo Charqueador no Rio Grande do Sul no período estudado, mas sim esboçar algumas características econômicas presentes na história econômica rio-grandense na Primeira República. Muitos autores já discutiram esta temática, tais como, Corsetti (1983), Pesavento (1980, 1988) que apontaram as perspectivas sobre o declínio das charqueadas, especialmente sobre as causas que levaram a desarticulação das charqueadas escravistas no Rio Grande do Sul.

Porém, nosso objetivo é apontar que a indústria pecuária localizada na Campanha gaúcha teve no período da República Velha um status econômico relevante nas relações do mercado interno, como também no enriquecimento da cidade de Bagé.

A incorporação da produção saladeiril em fins do século XIX produziu uma mudança estrutural na construção de uma sociedade economicamente abastada na região da campanha, haja vista, que o ciclo charqueador da Zona Sul do Estado entrava paulatinamente em franca decadência pelas mudanças ocorridas com o fim da escravidão e pela concorrência com o charque platino. Sobre isto, Tambara (1983, p. 25) comenta:

Estes estabelecimentos, normalmente baseados na mão-de-obra escrava, encontravam muitas dificuldades no seu desenvolvimento, visto que suas características particulares serviam como entrave ao perfeito desenvolvimento de sua estrutura de produção. Entre estes entraves, destaca-se a concorrência exercida pelas charqueadas uruguaias e argentinas, que, sendo montadas num modo de produção mais capitalista, possuíam maior competitividade no mercado. Pelo aviltamento do preço do charque, a produção gaúcha favorecia a competitividade das mercadorias produzidas em outros centros. [...] Como se vê, a indústria do charque estava vinculada ao sistema econômico da Federação de uma forma subalterna e constituiu-se num sistema produtivo no qual as diretrizes econômico-políticas possuíam um caráter exógeno.

Neste sentido, é preciso compreender que a dinâmica que se estruturou nas charqueadas fronteiriças, notadamente na cidade de Bagé, mudou consideravelmente o caráter essencialmente tradicional da empresa saladeiril gaúcha. Sobre estas mudanças, Soares (2006, p. 54-56) faz a seguinte consideração:

Nesse contexto espacial torna-se necessário destacar o papel de Bagé no cenário charqueador gaúcho de fins do século XIX, tendo em vista a importância deste município para a atividade charqueadora gaúcha [...] O tronco ferroviário que ligou Rio Grande – Bagé em 1884 é [...] um elemento indispensável na nova dinâmica econômica que as fronteiras adquirem e na interiorização das charqueadas, vale lembrar que sem trilhos seria impossível a instalação das charqueadas no interior do Estado. Nessa época, Bagé absorve rebanhos da fronteira e do planalto que se destinavam, anteriormente, para Pelotas ou para Montevidéu. Em Bagé, como nos demais municípios da fronteira, as charqueadas acompanharam e promoveram a modernização que a região passou na segunda metade do século XIX. [...] as preocupações com melhoria da saúde, higiene e raças dos animais utilizados para fabricação do charque são representadas nas ações e medidas adotadas pelos charqueadores fronteiriços.

De certo, o surgimento das charqueadas associado aos melhoramentos urbanos e estruturais ocorridos no município de Bagé entre os anos de 1890 até a década de 1930, ocasionaram o que podemos chamar de “*apogeu econômico*” da cidade, estes acontecimentos são também descritos por pesquisadores bajeenses. Sobre as mudanças que ocorreram neste período, o historiador Claudio Lemieszek (1997, p.35-36), traz os seguintes comentários:

Indiscutivelmente, Bagé gozava de uma condição invejável no Estado. Nas estatísticas relativas às arrecadações das receitas municipais realizada em 1908, Bagé ostentava um belo quarto lugar. Para que se tenha idéia do que era Bagé, no ano que consideramos o ponto de partida de sua arrancada para o desenvolvimento, basta dizer que em 1895 sua população beirava os trinta mil habitantes, sendo servida por duas casas bancárias, sete lojas de fazenda, quatro ferragens, um bazar de louça, seis joalherias, cinquenta e nove armazéns de secos e molhados, nove hotéis, seis farmácias, cento e três oficinas de

pequenas indústrias, oito escolas públicas e quatro particulares, duas charqueadas, três curtumes, uma fábrica de sabão, duas de cerveja, uma de água mineral, afora fábricas de massas, velas e outras utilidades, bem como dois moinhos. No plano urbanístico, paisagístico e principalmente na capacidade de gerar projetos prevendo a solução de problemas futuros ao acelerado desenvolvimento, [...] De fato, já possuíamos no final do século passado (século XIX) um dos mais aperfeiçoados códigos de posturas municipais, com grande ênfase para o saneamento básico e saúde pública. As praças, passeios públicos e ruas despertavam a atenção de todos pela beleza e amplitude.

Logo, é possível perceber que o município de Bagé construía seu “projeto civilizador” mantido pelo desenvolvimento da indústria charqueadora e do comércio que se agregou a esta produção.

Portanto, é preciso entender que a charqueada era o principal mercado para o criador pecuarista que queria vender seu gado. As charqueadas bajeenses geravam os maiores números de empregos na região de Bagé entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, constituindo-se no entorno do estabelecimento da charqueada, uma gama de empregos diretos e indiretos. A arrecadação de impostos para o município, isto é, as receitas ordinárias provenientes das atividades saladeiris figuravam entre os quatro principais rendimentos da Intendência<sup>12</sup>, entre os anos de 1903 até 1940.

Associado a produção charqueadora existente na cidade de Bagé, ocorreu uma diversificação em diversos setores da economia, tais como, no setor financeiro, com a fundação de bancos e sucursais; no setor dos transportes, com a estrada de ferro que servia como um roteiro geográfico para a localização do espaço das charqueadas; no setor cultural, implicou na fundação de teatros, no centro da cidade, da apresentação das primeiras sessões de cinema em Bagé; no surgimento de escolas para os filhos dos trabalhadores; na assistência social para os empregados de algumas charqueadas; especialmente na charqueada Santa Thereza.

---

<sup>12</sup> Estas considerações foram feitas com base na leitura dos quadros existentes nos Relatórios de Orçamento da Intendência Municipal de Bagé, catalogados durante o processo empírico da pesquisa e encontrados no Arquivo Público da cidade de Bagé.

Segundo os estudos realizados por Taborda (1959), Boucinhas (1993), Lemieszek (1997) e Soares (2006), a produção saladeiril desencadeou uma série de mudanças estruturais extremamente importantes na configuração urbana, econômica, política e sócio-cultural da cidade de Bagé, tornando-a uma das principais cidades do Estado entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Sobre a fundação das primeiras charqueadas no município de Bagé e as características advindas com esta produção, recorreremos a Pimentel (1940, p. 119-120 e 130):

Em 21 de fevereiro de 1897, foi festivamente inaugurada a importante **Xarqueada Santa Thereza**, à margem direita do Quebraxinho, a cinquenta quilômetros da cidade. [...] A xarqueada S. Tereza propriamente dita, representa um capital de 500:000\$000 rs. e tem ao seu serviço, durante a safra, 200 trabalhadores. [...] Em agosto de 1902, foi inaugurada a **Xarqueada S. Domigos**, situada um pouco além do passo real do Piraisinho. O seu capital inicial, foi superior a 250 contos, e empregou 250 homens na sua primeira safra. A **Xarqueada San Martin**, localizada à margem esquerda do Piraisinho, foi inaugurada em novembro de 1902. O seu capital inicial elevou-se a mais de 150 contos. Na primeira safra, trabalharam mais de 150 homens. Em março de 1903, foi inaugurada a **Xarqueada S. Antonio**, sita à margem direita do Rio Negro, [...] um capital de 100 contos, com um pessoal ao seu serviço de 160 homens. [...] Sendo Bagé um município eminentemente pastoril, 70% de sua indústria é saladeiril. É bastante salientarmos que Bagé, no quadro da matança para o Xarque, no Rio Grande do Sul, ocupa o 2º lugar.

Observa-se que a economia do charque, foi de extrema importância na vida cotidiana da cidade, quer seja, nos aspectos econômicos, nos aspectos sociais e culturais, mas também, nos aspectos políticos, como podemos observar na transcrição da carta<sup>1314</sup> do Visconde Ribeiro de

---

<sup>13</sup> As cartas utilizadas na construção deste trabalho pertencem ao Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros do IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), sendo adquiridas pelo pesquisador através de cópias digitalizadas.

<sup>14</sup> Fizemos a opção da transcrição da totalidade da carta, visto que ela possui muitos argumentos que fortalecem a tese da importância da produção saladeiril na cidade de Bagé, bem como, justificam as implicações que esta economia possuía na cidade, como também no Estado do Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX até meados do século XX.

Magalhães encaminhada a Borges de Medeiros, então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista os acontecimentos ocorridos na Revolução de 1923:

Santa Thereza, 20 de março de 1924.

Exm<sup>o</sup>. Snr. DR. A. A. Borges de Medeiros

M.D. Presidente do Estado

Porto Alegre

Queira V. Exma acceitar meus saudaes.

Meu escopo indo a presença de V. Exa. por intermedio desta, é solicitar o apoio efficiente de V. Exa. Junto á Commissão Arbitral, que vem de ser organizada, de conformidade com o convenio de Pedras Altas.

Não tenho títulos que me acreditem junto de V. Exa. e me dêem margem a impetrar a sua obsequidade; todavia a captivane attenção que v. Exa. Já tem dispensado a minha pessoa, me anima a confiar que meu pedido será bem acolhido-maximé sendo como é a reintegração de um direito lesado. Como é de conhecimento geral, e plenamente ficou constatado pelo Snr. Capitão José Antonio de Medeiros, Delegado Militar Federal nesta circumscrição, e por uma justificação perante a Justiça Federal, em que entre outros foram ouvidos o Coronel Marim Silveira, Intendente do Município, Deputado Mangabeira, e o chefe revolucionário Estacio Azambuja - minhas estâncias foram muito danificadas quer em seus tapumes, quer em suas existencias, sendo carneadas pelos belligerantes, que nellas tiveram quase que ininterruptamente acampados - para mais de 1600 reses vaccuns e duas mil e tantas ovelhas. O Governo Federal tomou a si, pelo convenio de Pedras Altas, a indemnisação dos prejuízos, e para iniciar sua actuação nomeou a Commissão Arbitral a que se compromettera. Infere-se disso que administrativamente, em face da prova que for produzida, indemnizará os danos verificados. Minha situação se aggravará sobremaneira e será irreparavel se o Governo não resarcir os prejuízos e danos, causados pela revolução às minhas fazendas. Trabalho ha cerca de 70 annos no Rio Grande do Sul, onde adquiri bens, procurando, todavia na Constancia de meu labor, contrair para o bem collectivo, máxime do município de Bagé berço de meus filhos, officina de minha actividade, onde tambem um dia em alguns palmos de terra serao recolhidos meus restos. Estou velho-o espirito combalido pelas vicissitudes e cheio de amarguras pelas incertezas do dia de amanhã. Quero contudo derimir minha situação para que Ella não se reflecta nos meus filhos nublandolhes o futuro. D'ahí a resolução que tomei agora de invocar o auxilio decisivo do valimento de V. Exa. junto á Commissão Arbitral, no seio da qual tem re-

levo o representante de V. Exma. Examine a Comissão o processo que elucida o meu direito a justificação, a vistoria e o relatório do Snr. Capitão Delegado Militar Deferal, e as estas perfeitas e acabadas – e a justiça de minha reclamação ressaltará com limpidez. Permita V. Exa. que confiante na discreta e decisiva intervenção de V. Exa. eu apresente meus antecipados agradecimentos subscrevendo-me com alto apreço.

De V. Exma.

Amigo Cro. e Obo.

Visconde Ribeiro de Magalhães.

As mensagens contidas nesta carta revelam questões interessantes sobre o panorama político estabelecido na década de 1920, em relação à política e a economia rio-grandense, trazidos à tona com a Revolução de 1923<sup>15</sup>, porém nosso objetivo é tentar compreender a importância da economia saladeiril no município de Bagé. Apesar da crise inicial que se abaterá com o surgimento dos frigoríficos no Estado do Rio Grande do Sul, que segundo Tambara (1983, p.34) devia-se ao fato do: *despreparo das elites gaúchas em empreenderem um processo industrial mais efetivo, pois não investiam em indústrias que necessitavam de proteção alfandegária, uma vez que seus produtos deveriam ter livre trânsito para o exterior*, a produção charqueadora ainda possuía um caráter relevante na economia gaúcha.

A leitura paciente das informações contidas na carta do Visconde de Magalhães nos faz compreender que mesmo com a crise que se abatia na economia do charque no Estado do Rio Grande do Sul, os charqueadores, assim como os pecuaristas da região da campanha, representavam um ponto de apoio ao governo estadual nas relações de poder econômico e político, como afirmam Pesavento (1980) e Felix (1987). Neste sentido, é preciso compreender que a economia saladeiril representava ainda um dos maiores orçamentos nas receitas do Estado, em relação à contribuição das charqueadas e o número de estabelecimentos saladeiris no Estado, os dados obtidos do Relatório do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1920, p.133 e 144), revelam que:

---

<sup>15</sup> As questões específicas da Revolução Assisista de 1923, serão tratadas com uma maior profundidade no capítulo 02 deste trabalho, que trata particularmente da História política do município de Bagé.

Em 1918, a contribuição do xarque no valor global da nossa exportação foi de apenas 29.329:910\$000, contra 42.845:253\$8741 em 1917, [...]. Em 1919, porém, a exportação do xarque subiu, novamente, até 47.130:119\$440, ultrapassando, como se viu, o próprio total de 1917, com uma diferença de 17.800:209\$430 sobre o de 1918. [...] Funcionam também, no Estado, actualmente, 28 xarqueadas: 05 em Pelotas, 01 em Itaqui, 06 em Bagé, 01 em Uruguaiana, 02 em Quarahy, 01 em São Borja, 01 em Caxias, 01 em Rosario, 01 em Camaquam, 01 em Santa Maria, 01 em Cachoeira, 01 em Jaguarão, 04 em São Gabriel, 01 em Julio de Castilhos e 01 em Livramento. Além do xarque, esses estabelecimentos preparam e exportam, em grande escala, couros, sebo, chifres e outros sub-productos.

Ainda no mesmo Relatório do ano de 1920 (p.138), encontramos alguns dados quantitativos, que revelam o número de abates provenientes das charqueadas e dos frigoríficos do Estado, entre o período de 1911 e 1920:

Quadro 01 - Número de abates nas Charqueadas e Frigoríficos

Localidades	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
P. Alegre	18.386	5.371	6.815	2.478	10.000	10.964	11.258	2.826	8.821	---
R. Grande	6.807	2.236	1.815	868	465	2	3.781	13.685	61.983	62.969
Pelotas	140.785	43.832	118.781	83.926	77.936	79.145	108.046	88.495	<b>63.418</b>	62.194
Uruguaiana	27.240	47.904	48.709	39.734	23.935	19.785	26.615	16.636	1.532	2.912
Quarahy	75.053	95.481	56.391	32.308	27.438	24.008	26.612	22.675	8.674	12.977
Bagé	101.545	111.288	<b>147.383</b>	<b>126.287</b>	<b>140.462</b>	<b>124.174</b>	<b>138.230</b>	<b>133.663</b>	39.830	<b>112.645</b>
Livramento	<b>150.739</b>	<b>162.421</b>	121.383	63.600	66.842	62.362	68.619	60.432	55.378	41.234
Itaqui	82.631	78.803	60.923	50.027	19.344	4.161	24.290	24.546	20.400	15.170
Jaguarão	15.525	12.589	8.669	4.715	5.910	3.826	6.146	6.809	4.885	6.241
São Gabriel	37.448	39.751	41.083	3.039	47.747	46.315	33.345	29.345	31.000	30.939
Rosário										

Fonte: Acervo Digital - Hemeroteca Digital Brasileira.

Adaptação da tabela reproduzida no Relatório do Presidente da Província do Estado do Rio Grande do Sul (1920).

Através da análise da tabela reproduzida acima, é possível perceber que entre as 10 principais cidades produtoras de charque do Estado, entre os anos de 1911 e 1920, a produção saladeiril oriunda da cidade de Bagé figurava quase sempre em primeiro lugar, haja vista, o número de charqueadas que possuía e conseqüentemente pelo modo de sua fabricação, vinculando-a a um sistema mais competitivo e produtivo. Os saladeiros bajeenses desde o início do século XX preocuparam-se com a genética das raças do gado de corte, com as questões higiênicas das char-

queadas e com a qualidade de vida e a assistência dos trabalhadores nestas empresas. (Pimentel, 1940).

Sendo assim, a produção saladeiril presente na história econômica<sup>16</sup> de Bagé, ocorrida entre os anos de 1890 e 1930, constituiu-se como imprescindível e como estrutura necessária para o desenvolvimento urbano e econômico da cidade, sendo assim, evidenciou a **opulência e a cultura**<sup>17</sup> da produção charqueadora na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, provocou uma mudança do eixo econômico do ciclo charqueador localizado na Princesa do Sul - Pelotas para a Rainha da Fronteira - Bagé.

### 1.3. A gênese do universo político-partidário no município de Bagé

Paralelamente ao processo de ocupação do território de Bagé, assim como a incorporação da cidade no cenário econômico do Estado do Rio Grande do Sul, entre os séculos XIX e XX, alguns momentos históricos são importantes para a compreensão da gênese política do município de Bagé, entre eles, destacam-se: a Revolução Farroupilha, a Revolução Federalista e a Revolução Assisista, estes conflitos figuram como os principais acontecimentos históricos da ascensão e exacerbação das divergências político-partidárias e na configuração das vertentes ideológicas e antagônicas que se constituíram na história política gaúcha.

A região da Campanha, encravada no limite das terras brasileiras e historicamente importante nos conflitos fronteiriços advindos do século

---

<sup>16</sup> Sobre história econômica no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1889-1930, ver: DALMAZO, Renato. *Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 1986. (Documentos GERPRO, n. 68)

<sup>17</sup> O termo usado faz referência ao livro *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; Um estudo sobre a História de Pelotas*, do historiador e professor Mário Osório Magalhães, este estudo descreve o período de apogeu econômico da cidade de Pelotas como principal núcleo charqueador e escravista do Estado do Rio Grande do Sul. Não temos como principal leitura que ainda pode ser feitas sobre a produção saladeiril presentes na cidade de Bagé, mas sim, evidenciar que esta produção possibilitou um crescimento econômico notável entre os anos de 1890 e 1930 na cidade. Trabalhos futuros e novas hipóteses realizadas por pesquisas mais globais, podem revelar que os motivos que possibilitaram este crescimento econômico e esta mudança do eixo da produção saladeiril no Estado do Rio Grande do Sul, podem estar relacionados ao sistema de produção, entre eles: as relações de trabalhos, a experiência dos trabalhadores, aos ganhos salariais, a localização geográfica das charqueadas, as questões de salubridade e higiene, as vilas operárias e etc... .

XVII e XVIII, abrigou originalmente um grande número de estancieiros ligados à pecuária, estes participaram efetivamente nos conflitos com o Estado Imperial na epopéia farroupilha. É possível afirmar, que nesta região se formara uma elite diferenciada de outras regiões do Estado gaúcho. Nas palavras de Padoin (2006, p. 40, 41 - 43):

A Revolução Farroupilha (1835-1845) surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da campanha rio-grandense, que, por vínculos e crenças políticas, defendia um projeto político que teve no federalismo sua bandeira. [...] Assim, o Rio Grande do Sul constitui-se num espaço fronteiriço, fato este que gerou um perfil específico na sua história, à construção de sua sociedade e de sua formação política. Enquanto espaço fronteiriço e em processo de formação no século XIX, foi palco de disputas, palco de fomento e discussão de idéias e projetos políticos, [...] Com isso, a elite que se formou no sul do Brasil adquiriu um perfil próprio, mas característico do contexto histórico e de um espaço fronteiriço. [...] Nesse sentido, a elite farroupilha, composta de comerciantes, estancieiros, militares, charqueadores e sacerdotes, nascidos ou não no Rio Grande do Sul, uniu-se na defesa de um projeto federalista. Porém, é importante salientar que nem todo o rio-grandense foi farroupilha como nem todo farroupilha foi republicano e separatista.

Neste contexto, é importante lembrar que as regiões de fronteira sempre representaram um espaço de manutenção dos interesses expansionistas do Estado Imperial nos séculos anteriores, isto significa afirmar que o Rio Grande do Sul, e particularmente a região da Campanha, eram efetivamente a defesa do Estado brasileiro em formação.

O processo desencadeado na/pela Revolução Farroupilha e a assimilação dos ideais federalistas e republicanos, somados a congruência de vários acontecimentos históricos vivenciados pelas elites gaúchas ali localizadas, provocaram na Campanha gaúcha, de certa forma, a significação de um *Estado sui generis*<sup>18</sup> provocando, por vários momentos,

---

<sup>18</sup> A compreensão do *Estado sui generis* neste sentido está ancorada no pensamento de Gramsci (1978), quando afirma que em todo o sistema hegemônico da democracia, na medida em que ocorrem o desenvolvimento econômico e a configuração da legislação, os grupos dirigidos tendem a passar a ocupar os espaços dos grupos dirigentes. Ancorado nessa concepção, afirmamos que os conflitos vivenciados pelas elites estabelecidas na região

distanciamentos ideológicos e políticos com o governo imperial do Rio de Janeiro.

Sobre as compreensões políticas advindas com a Revolução Farroupilha, Padoin (2006, p. 68), contemporiza a seguinte conclusão:

Concluindo, a Revolução foi mais uma variável e expressão no contexto brasileiro, platino e americano da propagação das idéias liberais e federalistas transformadas num projeto político de um *novo* Estado que se pré-configurou. Nesse sentido, o estudo da Revolução Farroupilha vem muito bem exemplificar e demonstrar o quanto nossa história, apesar das divergências e disputas políticas, é integrada ao contexto e espaço fronteiriço platino e ao contexto de formação e consolidação dos Estados Nacionais modernos, em especial dos americanos.

Estes processos estão intimamente ligados aos acontecimentos históricos e aos desdobramentos políticos oriundos com a invasão da “Banda Oriental” ou Cisplatina (1811 e 1812), a perda da Guerra da Cisplatina (1828), a Constituição Centralizadora Imperial (1824) e o Tratado de Poncho Verde (1845), estes eventos produziram na campanha gaúcha a constituição de um fazer político-administrativo particular que permanecerá até o final da década de 1920.

Muitos historiadores tratam o assunto da fronteira gaúcha como uma *Questão de Estado*, pois suas vinculações com o mundo platino e a especificidade de uma fronteira aberta e vazada, possibilitava um envolvimento maior com as idéias republicanas provenientes da República Oriental del Uruguay, estes ideais representavam um perigo iminente ao Estado Brasileiro.

Portanto, é preciso compreender que mesmo com o fim da secessão, em 1845, produzir-se-á no seio político da Província Rio-Grandense, duas forças políticas antagônicas e divergentes que irão disputar o cenário político durante todo o Segundo Reinado no Brasil. Conforme Carneiro (2007, p. 137):

---

da Campanha gaúcha provocaram em muitos momentos da História do Estado do Rio Grande do Sul antagonismos e divergências políticas, econômicas, culturais e sociais e por vezes educacionais.

Cabe observar que, o *centro físico* do regionalismo localizava-se na Campanha, na sua área mais extrema, onde se encontra com o Uruguai, seu centro político, ao longo da segunda metade do século XIX, constituiu no Partido Liberal. Tanto que esse veio a desempenhar ativo papel de elaborador e gestor político dos interesses enraizados junto às elites rurais. Papel que, para ser questionado, exigiu que o florianismo e o castilhismo conduzissem o Rio Grande do Sul em direção a um escabroso banho de sangue e impusessem à sociedade sul-rio-grandense – e também à brasileira, por força do convívio – uma ditadura que se estenderia por impressionantes quarenta anos.

Em fins do século XIX, uma série de mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil, tais como: a promulgação das leis abolicionistas, os processos imigratórios europeus, as experiências de industrialização, a Guerra do Paraguai e o surgimento do Manifesto Republicano, possibilitaram a inserção e/ou a assimilação de idéias republicanas por parte de algumas elites brasileiras, estes novos ventos também sopraram na Província do Rio Grande do Sul.

O Partido Liberal, que adotara durante o Segundo Reinado o discurso marcadamente reformador e questionador do centralismo monárquico, representado por Gaspar Silveira Martins<sup>19</sup> – *estancieiro da campanha* - sua maior liderança, defendia uma maior autonomia administrativa, financeira da província e uma ampla reforma eleitoral. Logo, constata-se que os ideais republicanos deveriam ter esteio no Partido Liberal, mas, na concepção de historiadores como Helga Piccolo (1979) e

---

<sup>19</sup> Gaspar Silveira Martins nasceu na Fazenda Aceguá em 1834 e foi batizado em 1835 na Freguesia de Cerro Largo, hoje cidade de Melo no Uruguai, um espaço fronteiriço platino entre domínios e influências de brasileiros e uruguaios. Era filho do casal Carlos Silveira e Maria das Dores Martins, brasileiros, donos de uma vasta extensão de terras na região da fronteira platina. Em sua obra Love (1975, p. 24) traz os seguintes comentários sobre a figura do homem e do político Gaspar Silveira Martins: *Nascido na elite, rebelde e agressivo. Ávido pela aclamação popular. Constituiu o estereótipo do caudilho gaúcho. Alto, de peito cheio e corpulento, com uma barba farta e ajeitada [...]. Era um homem fascinador das massas, condutor de homens, verdadeiro caudilho.* A atuação política da Silveira Martins foi presente durante todo o século XIX, sendo o principal chefe do Partido Liberal durante o Império representando a elite da campanha gaúcha, que tinha sua base de sustentação na economia pastoril do grande latifúndio da região pampeana. Sobre a vida de Silveira Martins, consultar as Obras: CARVALHO, M. T. de. *Nobiliário Sul-Rio-Grandense*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937 e CONTREIRAS RODRIGUES, Felix. *Esboço da filosofia política de Silveira Martins (Conferência)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

Ricardo Pacheco (2006), este processo foi extremamente tímido e com uma leitura e uma postura particularizada do movimento republicano.

Porém, estas confluências republicanas tiveram apoio também na região da campanha, berço político do grupo liberal de Gaspar Silveira Martins, esta constatação é observada por Salis (1955, p. 215), sobre o panorama político que ocorria nas últimas décadas do século XIX na cidade de Bagé:

Os sentimentos republicanos, que de há muito vicejavam neste legendário rincão da gleba gaúcha, passaram da fase cautelosa a feição publicitária, em fins de 1887, quando ardorosa e intensa campanha democrática visando o sufrágio nacional para a eleição direta do primeiro mandatário do país, e dos representantes do poder legislativo, se fez sentir através da propaganda dos mais credenciados condutores. Bagé teve em Nereu Soares Martins, quando cheio de entusiasmo esposou a nova doutrina, um adepto de real mérito que em 1888, congregou os elementos simpatizantes da nova causa para fundar o *Partido Republicano*, neste município. Um dos seus primeiros atos à frente dos correligionários, foi convidar o festejado orador Dr. Francisco de Assis Brasil, pois que estava em grande evidência por vir mantendo galhardamente na Assembléia Provincial do R. G. do Sul, veemente discussão política com o glorioso tribuno Gaspar Silveira Martins, para que fôsse o primeiro orador a se dirigir ao povo desta cidade pregando os salutareis ideais por êle preconizados, desde os tempos acadêmicos.

As ações descritas acima revelam a forma cautelosa e reticente do Partido Liberal Gaúcho em promover uma campanha republicana, visto que a divulgação do Manifesto Republicano, no Rio de Janeiro, e a Fundação do Partido Republicano Paulista, na Convenção de Itu, ocorreram no transcorrer da década de 1870, essas observações devem-se ao fato que o Partido Liberal era a única força política representativa do pensamento republicano no Rio Grande do Sul. Ainda sobre o caráter político reticente de Gaspar Silveira Martins sobre o regime republicano, Rossato e Padoin (2011, p. 04-05) trazem a seguinte afirmação:

Portanto, sua defesa como representante do Partido Liberal, não estava pausada em uma forma de governo específica Monarquia ou República, mas sim

a defesa das liberdades individuais que deveriam estar acima de qualquer forma de governo. Por isso, colocava-se como um grande defensor da liberdade: “Não tenho idolatria por forma de governo; quero a liberdade, por ela trabalho, por ela trabalharei enquanto me restar um sopro de vida” [...]. Nesse sentido, o presidencialismo advindo com a República era combatido por Silveira Martins, pois sempre defendeu o parlamentarismo na organização do governo. Da mesma forma, a República Parlamentar seria ideal para a superação dos males da monarquia, desde que essa garantisse a liberdade dos cidadãos. Com isso, permitiria que a representação fosse da região para o centro, garantindo autonomia regional. Porém, uma autonomia em um estado unitário a nível federal. (grifos das autoras)

Logo, esta demora em assumir uma postura mais próxima em relação ao pensamento republicano produziu de certa forma, uma cisão dentro do próprio Partido Liberal, que naturalmente seria o Partido Republicano Rio-Grandense. Esta constatação é verificada por Pinto (1979, p. 101) apud Pacheco (2006, p. 146 - 147), em relação às dificuldades de enquadramento e das resistências dos diferentes grupos políticos aos ideais republicanos no Estado:

o grupo em estudo constitui-se de elementos muito jovens, com uma instrução formal excepcional para o contexto intelectual em que viviam, e que, em sua grande maioria, pertencia à classe média urbana. Portanto, trata-se de um grupo que não estava envolvido diretamente nos interesses do grupo dominante da campanha ou de regiões dominantes das regiões mais pobres do norte da Província. A propaganda republicana foi feita à revelia destes segmentos da sociedade gaúcha e por isto mesmo o movimento não obedeceu aos interesses de cada uma dessas regiões.

A afirmação de Pinto (1979) refere-se ao *grupo composto por elementos jovens*, esta observação é extremamente relevante para a compreensão dos dois tipos de movimentos republicanos existentes no Rio Grande do Sul, o primeiro deles estava ligado aos bacharéis de Direito formados na década de 1860, que reorganizaram o Partido Liberal naquele período, e um segundo grupo de bacharéis oriundos da mesma Faculdade de São Paulo, em 1880, estes tiveram contato com novas teorias científicas, como

o positivismo, o darwinismo e o socialismo científico, entre eles, podemos citar Pinheiro Machado (1874-1879), Júlio de Castilhos (1877-1881), Assis Brasil (1877-1881) e Borges de Medeiros (1881-1884).

Logo, o Partido Liberal que, teoricamente, deveria aglutinar todos os desejosos de um movimento ideologicamente republicano, no Estado do Rio Grande do Sul, provocou um enfraquecimento teórico e uma pulverização nas estruturas políticas republicanas estaduais, em fins do século XIX.

O estopim desta conjuntura política deu-se ainda no Império, quando, em julho de 1889, ocorreu o retorno do político Liberal Gaspar Silveira Martins<sup>20</sup> à presidência da Província, o qual comandou a ocupação dos cargos públicos por seus partidários liberais. Esta ação levou a que algumas lideranças tradicionais do Partido Conservador, tais como, Francisco da Silva Tavares – estancieiro da região da campanha – a ingressarem nas fileiras do Partido Republicano. (Pacheco, 2007).

Diferentemente do que ocorria em outras províncias do Brasil, onde os Liberais adensavam e/ou criavam o Partido Republicano, no caso do Rio Grande do Sul, os conservadores foram responsáveis pelo engrandecimento das fileiras republicanas.

Através desta compreensão, têm-se no limiar da República, dois grupos antagônicos de mesma raiz política de republicanos no Rio Grande do Sul: os oriundos do Partido Liberal, que formariam mais tarde o Partido Federalista, com sua base política na Campanha gaúcha, e o Partido Republicano Rio-Grandense, ligado aos jovens bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo, da década de 1880, ligados a região central do Estado, com exceção de Assis Brasil, que não concordava com

---

<sup>20</sup> O político liberal Gaspar Silveira Martins, foi banido do território brasileiro pelo art. 2º, do Decreto nº 78, de 21 de dezembro de 1889, que assim afirmava: *Fica desterrado do território nacional, com a obrigação de residir em qualquer dos países do continente europeu, o cidadão Gaspar Silveira Martins.* (Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-21-dezembro-1889-542219-publicacaooriginal-50068-pe.html>). Sendo que sua prisão ocorreu quando estava em sua viagem pelo Estado de Santa Catarina, apesar do distanciamento do Rio Grande do Sul, manteve-se sempre informado sobre a situação da República Castilhista estabelecida no Estado. Após um ano no exílio, pode retornar para o Brasil, pelo Decreto nº. 1037, de 19 de dezembro de 1890, em sua volta ao Estado seu pensamento era principalmente de uma república mais representativa e parlamentarista, na afirmação de Gutfreind (1979, p.88): *Desde sua chegada, reafirmou Silveira Martins seu desejo de um regime republicano representativo, em moldes parlamentaristas, combatendo o presidencialismo.*

a política centralizadora promovida por Júlio de Castilhos após a Constituição Estadual. (Corsetti, 1998).

Estes antagonismos políticos foram sentidos mais fortemente, posteriormente à queda do Império Brasileiro e a Proclamação da República, em 1889, e efetivamente depois do mês de julho de 1891, quando Júlio de Castilhos assumiu formalmente a Presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Sobre este primeiro período republicano gaúcho, Rodríguez (2000, p., 63 – 65), traz a seguinte consideração:

Castilhos assumiu o poder em 15 de julho de 1891; [...]. Ao assumir o cargo, Castilhos considerava-se disposto a proceder como um sereno magistrado [...]. Quanto à organização do Estado, Castilhos montou a máquina política e administrativa com pessoal de sua absoluta confiança, “*preferindo à sisudez e prudência a altanaria corajosa de partidários exaltados*”, que entregaram à prática de atos abusivos e violentos, especialmente contra os adversários de maior prestígio. [...] Castilhos não perdoava ninguém, nem sequer aos próprios republicanos dissidentes, entre os quais havia, sem dúvida, velhos e íntimos amigos com quem talvez tivesse podido chegar a uma oportuna reconciliação. Informava, além disso, em vista de não terem cessado as ameaças da ordem, que o Governo “*estava preparado para reprimir prontamente qualquer tentativa de desordem*”. Em conseqüência da crescente intransigência aumentou a onda oposicionista contra Castilhos. Os jornais contrários, na capital e no interior, começaram a chamar-lhe de tirano e autocrata, apesar de reconhecerem a honradez pessoal e a inteligência. E todos os adversários esperavam, atentos, a ocasião de tirar-lhe as rédeas do poder. (grifos do autor)

A leitura deste excerto nos possibilita compreender então, que os primeiros anos da nascente República no Estado do Rio Grande do Sul, foram marcadamente constituídos pela hegemonia e ortodoxia do Partido Republicano Rio-Grandense na condução político-administrativa do Estado, tendo um forte controle, muitas vezes autoritário do Estado sobre as municipalidades. Esse *modus operandi*<sup>21</sup> instituído por Júlio de

---

<sup>21</sup> A expressão *modus operandi* usada no corpo do texto, pode ser entendida como um mesmo modo ou maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo sempre os mesmos procedimentos, sejam eles, políticos, econômicos e/ou sociais. A compreensão do *modus operandi* de Júlio de Castilhos no controle do Partido Republi-

Castilhos, ancorou-se na leitura particular do Positivismo e na manutenção e controle do aparelhamento estatal por parte dos republicanos gaúchos.

Sobre as particularidades da filosofia do Positivismo, encontradas no Estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, Rodríguez (2006, p. 73-74), faz a seguinte afirmação:

O castilhismo firmou-se como uma versão positivista diferente do *comtismo*, ou do positivismo *tout-court*. Como filosofia prática atuante, a ideologia castilhistas criou um modelo político que se perpetuou no Rio Grande do Sul ao longo de mais de três décadas, [...]. Em síntese, o castilhismo diferencia-se do comtismo em virtude de destacar incisivamente a presença dominante do Estado nos diferentes campos da vida social, ao mesmo tempo em que era criada toda uma infra-estrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas. O castilhismo mostrou-se mais decididamente totalitário que o comtismo.

Este controle do aparelhamento estatal por parte dos republicanos teve seu momento máximo de contestação na Revolução de 1893, pelos Federalistas, que tinham na região da Campanha as suas principais lideranças políticas desde o período imperial brasileiro. Este grupo afirmou-se na política gaúcha como uma forte oposição na República, no Estado do Rio Grande do Sul. Como afirma Salis (1955, p. 238, 241-242):

Assim, após longas tertúlias em torno à figura de grande moral e prestígio do Gen. Joca Tavares, assentaram os líderes das oposições ao governo de então, fundar a **31 de março de 1892, o Partido Federalista, Realizou-se nesse dia marcante da História de Bagé**, memorável reunião do congresso político sobre a presidência do Gen. Joca Tavares, no qual foi lançada na República, pela primeira vez, a adoção e defesa dos princípios parlamentaristas

---

cano Gaúcho, pode ser entendido como forma de dominação política e de clientelismo, neste viés, o conteúdo dessas relações políticas deve ser um pressuposto permanente para a análise das políticas sociais nos primeiros anos da República Rio-Grandense. Em termos concretos, interessa aqui perceber uma prática corrente do governo estadual de Júlio de Castilhos tendo como suas características mais evidentes: *um poder político-administrativo centralizador, uma administração pública percebida como questão de foro pessoal do governante; uma concepção personalista de autoridade; uma prática “apropriação privada” das instituições públicas*. Sobre patrimonialismo no Brasil, ver: (FAORO, 1975; SCHWARTZMAN, 1988), e sobre clientelismo ver: (CARVALHO, 1987, 1997, 2000; GRAHAM, 1997; LEAL, 1997).

tas, por inúmeros chefes de incontestável valor. [...] ***Após a Fundação do Partido Federalista o ambiente de divergência política no Estado cada vez mais se acentuou.*** Assim, após célebres conferências realizadas no “Hotel La Minuta”, à rua dos Andradas, em Pôrto Alegre, nos aposentos de César Ferreira Pinto, entre Julio Prates de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, apesar da sinceridade de ambos, faliram. ***Não lhes foi possível um accôrdo, que pusesse fim às divergências existentes entre os partidos republicano e federalista.*** Castilhos que no momento estava no governo por um golpe revolucionário desejava realizar eleições como fim de restaurar a ordem constitucional do Estado, regularmente instituída pela Assembléia Constituinte em 14 de julho de 1891, dizendo: “*O Gôverno republicano é o governo da opinião; por isso mesmo deverá governar o partido que obtiver vitória em um pleito de honra, como o que proponho*”. (***grifos nossos***) (grifos do autor)

Esta nota reafirma o descontentamento dos Liberais/Federalistas com a Carta Constitucional de julho de 1891, promulgada por Julio de Castilhos. Entre os principais pontos questionados estão: a *substituição da Constituição Comtista do Estado por uma Constituição republicana segundo os modelos parlamentaristas; a reeleição ininterrupta do Presidente Estadual; a autonomia municipal e a liberdade imprensa.* (Salis, 1955). Esta belicosidade, provocada pela ascensão dos partidários de Júlio de Castilhos ao governo, também pode ser compreendida nas palavras de Reckziegel (2006, p. 32): *A Campanha, tradicional reduto de grandes propriedades e de onde saíam os quadros políticos de mando provincial, [...] perdeu a importância para outras áreas [...] notadamente a Serra e o Litoral.*

Sobre a Revolução Federalista, é importante mencionar que esta representou um dos maiores conflitos armados vivenciados nos campos rio-grandenses, bem como incorporou a região da campanha gaúcha, notadamente à cidade de Bagé, como a terra do esteio à oposição do governo do PRR, no período da República Velha, no Estado do Rio Grande do Sul. Ainda sobre este mesmo assunto, Franco (2006, p. 135 -136-137) comenta:

A base de sustentação do novo partido mostrava-se forte. Embora com predominância de elementos da Fronteira, notadamente de Bagé e Santana do Livramento. [...] Já então tudo se encaminhava para a guerra civil, que os federalistas preparavam afanosamente. Em fevereiro de 1893, depois de empossado Júlio de Castilhos na presidência do Estado, a insurreição se declarava na região de Bagé, com a invasão do caudilho Gumercindo Saraiva. A revolução que entrou para a história com a denominação de “Federalista” foi de fato comandada pelo partido que Silveira Martins e os Silva Tavares haviam fundado no ano precedente. Da insurreição, saíram os federalistas com a alcunha de “maragatos”, alusão aos comandados de Gumercindo Saraiva, que precediam, em parte, do Departamento de San José, no Uruguai. [...] A idéia central do pensamento dos federalistas era a liquidação do castilhismo, representado sempre como a encarnação de uma tirania opressiva, cruel e desligada da opinião pública. Esse ódio ao partido de Castilhos estendeu-se depois ao marechal Floriano, desde que o presidente ofereceu mão forte ao governo do Rio Grande do Sul e desde que à revolução se associou à Armada.<sup>22</sup>

Sobre o início dos conflitos entre republicanos e federalistas e a presença marcante da cidade de Bagé, no limiar do estopim deste motim, a historiadora Rezkiegel (2006, p. 42), faz a seguinte consideração:

A revolução eclodiu no dia 2 de fevereiro de 1893, quando os federalistas liderados por Gumercindo Saraiva, passaram a Fronteira rumo a Bagé com mais de 400 homens, em grande parte brasileiros, usando divisas vermelhas, mas também com número considerável de orientais, que ostentavam divisas brancas, demonstrando sua vinculação com o Partido Blanco. [...] Os líderes federalistas faziam constantes encontros preparatórios para a insurreição. A casa de Gaspar Silveira Martins em Melo transformou-se no quartel-general dos revolucionários. As reuniões estendiam-se noite adentro, tratando da ob-

---

<sup>22</sup> A Revolta da Armada foi um movimento deflagrado por setores da Marinha brasileira no ano de 1893, contra o presidente da República, marechal Floriano Peixoto. Encabeçado pelo contra-almirante Custódio de Melo e pelo almirante Luiz Filipe Saldanha da Gama, o episódio expressou com clareza os interesses e as disputas políticas do início do período republicano. O conflito tem suas origens quando Custódio de Melo, que havia apoiado Floriano na eleição para vice-presidente, não aceitou as medidas do governo em relação à política gaúcha. De outro lado, havia o problema sucessório. Pela Constituição, Floriano deveria convocar novas eleições no prazo de dois anos após a posse. Porém, isso não ocorreu. E Custódio, que era candidato à Presidência, ficou contrariado com a nova situação. Especificamente sobre a revolta da Armada, consultar as obras: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986; MARTINS, Hélio Leônico. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997; PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da Ordem: O florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997; QUEIROZ, Suely Robles de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, entre outras.

tenção do armamento e de contribuições pecuniárias de fazendeiros da região. Junto aos estancieiros da Fronteira foi conseguindo montante significativo para os recursos de guerra.

Portanto, compreende-se que, a partir dos textos acima, a relevância e a especificidade histórica que a Revolução Federalista possui na história fronteiriça do Estado do Rio Grande do Sul, como na cidade de Bagé. Neste ínterim, é interessante analisar, as preocupações do governo estadual com as aproximações e relações políticas e/ou econômicas dos federalistas com os vizinhos uruguaios. Rezkiegel (2006) defende a tese que os republicanos gaúchos, notadamente, a cúpula do PRR, ocupavam-se em designar “agentes secretos” para espionar as ações federalistas em território uruguaio.

Neste sentido, é também interessante observar o discurso pronunciado pelos líderes revoltosos para justificar os pretextos das belicosidades e das escaramuças entre federalistas e republicanos. Em decorrência dos motivos que levaram a deflagração do movimento de 1893, a obra de Caggiani (1996, p. 53-55) faz referência ao pronunciamento realizado por João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) e Rafael Cabeda – líderes federalistas - retirados do Jornal El Dia da república uruguaia:

Os povos oprimidos em armas, no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo injusta e atrozmente caluniados em seus nobres e elevados ideais patrióticos. Nossos adversários com o intento pérfido de fazer a antipatia à revolução, nos apresentam ao país como restauradores da Monarquia! É uma monstruosa calúnia! É uma torpe e miserável especulação! Não! O objetivo dos revolucionários rio-grandenses não é a restauração da Monarquia; é libertar o Rio Grande da tirania que oito meses o oprime, restabelecendo a garantia de todos os direitos individuais, é acabar com o regime de perseguições, das violências inauditas, do latrocínio, do saque e do assassinato oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo de Marechal Floriano Peixoto. [...] nos chamam restauradores! Mentira! Queremos a restauração da lei, do direito, da justiça, da liberdade e da garantia dos bens e da vida de todos os cidadãos. Lamentamos que os nossos irmãos do norte acreditem em mais essa perfídia oficial, inventada para desnaturar os intuítos patrióticos do único direito que resta a um povo oprimido – a revolução.

Segundo alguns historiadores, a atrocidade das lutas entre federalistas e republicanos têm seu ápice nos conflitos ocorridos no final de novembro de 1893, quando a força governista foi dominada pelo maragato Joca Tavares às margens do rio Negro<sup>23</sup> (5º distrito de Bagé). Na noite do dia 24 de novembro cerca de 300 prisioneiros, de um total de mil republicanos, foram executados por degola, sob supervisão de Adão Latorre<sup>24</sup>, supostamente por serem uruguaios.

Logo após a chacina do Rio Negro, Joca Tavares faz uma investida para tomar a cidade de Bagé. Esta cidade tinha um valor subjetivo para os revolucionários, pois era considerado o berço do movimento federalista.

Este acontecimento deve ser revisitado na história deste conflito, o *Cerco Federalista de Bagé*, como ficou conhecido pela historiografia gaúcha. Este evento representou a derrocada do ideário federalista e a ascensão e afirmação do republicanismo no Estado do Rio Grande do Sul.

O Cerco Federalista ocorreu quando as tropas federalistas do General Joca Tavares, sitiaram a cidade de Bagé, durante os últimos meses de 1893, provocando a ruína do cenário urbano da cidade e o entrincheiramento das tropas republicanas na Praça da Matriz, como se pode observar na imagem abaixo.

Ainda que com um contingente de aproximadamente 3 mil homens, Joca Tavares não obtém sucesso. A resistência fortemente armada da

---

<sup>23</sup> A trágica degola do Rio Negro, em 1893, é referencial histórico para a literatura gaúcha da região da campanha, através da Lenda da Lagoa da Música de Pedro Wayne, onde o autor faz o seguinte comentário: *É quando chegando às dezesseis horas, vai se realizar o antigo rito do encantamento daquelas águas. Então, lá do fundo de certo trecho da lagoa, vem um som harmonioso que pouco a pouco vai aumentando de intensidade até que, estruge forte e enérgico, deixando atônitos os que não estão acostumados com ele. Mas os dali sabem que é o encantamento produzido pelo sangue de trezentos e muitos gaúchos degolados, com seus corpos atirados na Lagoa, que está se realizando.* Sobre as relações da obra de Pedro Wayne com a História, consultar: MEDEIROS, Vera Lúcia Cardoso. **Lagoa da Música, de Pedro Wayne: Ecos da História e do imaginário do Pampa Gaúcho.** In: Revista Eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Dossiê: literatura, oralidade e memória. Programa de Pós-Graduação em Letras – UFRGS – Porto Alegre – Vol 04, N. 01 – jan/jun 2008.

<sup>24</sup> A Literatura gaúcha e a música nativista fazem muitas referências ao negro Adão Latorre, mas a historiografia gaúcha trouxe ainda poucas contribuições sobre realmente quem era este federalista, capataz e homem de confiança de Joca Tavares. Sobre a presença de Adão de Latorre na literatura, consultar: BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. **Rodeio dos Ventos.** Porto Alegre: RBS / Editora Globo, 1978; RUAS, Tabajara & BONES, Elmar. **A cabeça de Gumercindo Saraiva.** São Paulo: Record, 1998 e GUAZELLI, Cesar Augusto Barcelos. **Olha a faca de bom corte! Aproximações histórico-literárias à violência no Rio Grande do Sul.** In: Revista Métis: história & cultura – v. 6, n 11, p.47-67, jan/jun, 2007.

cidade de Bagé, sob a liderança de Carlos Maria da Silva Telles faz com que os revolucionários desistissem da mesma no início de janeiro do ano de 1894, após 46 dias de cerco.

Figura 04 - Imagem das tropas republicanas em 1893



Tropas do Coronel Carlos Telles entrincheirados diante da Igreja da Matriz

Rua Conde de Porto Alegre esquina Sete de Setembro

Fonte: Acervo Iconográfico Museu Dom Diogo

A resistência empregada pelas tropas republicanas do Coronel Carlos Telles, durante os meses de novembro e dezembro, juntamente com os reforços militares enviados pelo governo republicano gaúcho, possibilitaram o fim do Cerco Federalista à cidade de Bagé no limiar do ano de 1894. Sobre este fato, Salis (1955, p. 293) comenta:

Finalmente, às 23 horas de 7 para 8 de janeiro de 1894, é retirado o cinturão de força que envolvia a cidade; não mais se ouviu um tiro, trazendo esse fato o esboço alegre de um sorriso para uns, e a desconfiança para outros. Foram formuladas várias hipóteses: pensavam uns que o inimigo os atraía para a orla da cidade a fim de metralhá-los; outros achavam que a munição se esgotara; e, finalmente, alguns, julgaram que se aproximava o reforço da Divisão Sul, há tanto tempo esperado. O extraordinário Carlos Teles, não ligado às hipóteses imaginárias, não perdeu tempo em lucubrações, em vista das circunstâncias ótimas para reparador descanso, mandou redobrar a vigilância e determinou aos demais que aproveitassem aquela pausa para repousar.

Este evento de resistência das forças republicanas, em virtude do Cerco Federalista de 1893, promoveram a afirmação política do Partido Republicano Rio-Grandense no Estado e na cidade de Bagé, bem como, a asseveração dos preceitos ideológicos castilhistas na organização das instituições republicanas, no decorrer da República instaurada no Rio Grande do Sul.

Estas duas constatações podem ser revisitadas nas cartas encontrados no acervo do Museu Dom Diogo de Souza, na cidade de Bagé. A primeira delas, escrita por Coronel Carlos Teles e endereçada para o Presidente do Estado, como também na resposta de Júlio de Castilhos para o comandante da resistência republicana na cidade de Bagé, respectivamente:

**Quartel do Comando da Guarnição e Fronteira de Bagé.**

**09 de janeiro de 1894**

Após quarenta e seis dias longos dias de sítio, é com maior satisfação que este comando, rememorando o que então se passara, torna publico o seguinte: As instituições nascentes e a integridade da nossa Pátria não perigarão jamais enquanto tiverem defensores valorosos e abnegados até o sacrifício, com vós. [...] Contrabalançando as alegrias provenientes da grande vitória alcançada pelas armas gloriosas da República, este comando lamenta aqueles que tombaram no campo de luta; aos feridos, os que apenas chegaram a verter seu sangue em prol das novas instituições, - os nossos respeitos e admiração; aqueles, porém, que sucumbiram para sempre, as nossas saudades e a gratidão da Pátria.

**Porto Alegre, 14 de janeiro de 1894**

**Coronel Carlos Teles – Bagé**

Vosso heroísmo e de vossa guarnição provocou o entusiasmo e admiração de todos os republicanos e os justos aplausos nacionais, pela imperterrita e prodigiosa resistência, que opuzestes aos sanguinários inimigos da Republica durante prolongado sítio.

Abraço-vos jubilosamente e aos vossos comandados.

Em relação à Revolução de 1893, muitos historiadores afirmam que esta provocou tamanha destruição do cenário urbano da cidade, que, sufocado este conflito pelos republicanos, a cidade de Bagé, haveria por passar por transformações em seu cenário. Como afirma Lemieszek (1997, p. 34):

A própria Revolução de 1893 contribuiu para a expansão e crescimento de Bagé, uma vez que exigiu a reconstrução de tudo quanto havia sido destruído na luta. Por outro lado, a sucessão de vários Intendentes com extraordinária capacidade administrativa e afinada com o forte poder central de Júlio Castilhos e Borges de Medeiros tiveram também importância fundamental para deixar marcado este esplendoroso período.

A partir destas constatações afirma-se que, na cidade de Bagé, ocorreram várias e diversas transformações estruturais, fossem elas políticas, culturais e/ou educacionais no transcorrer do final do século XIX e início do século XX.

A belicosidade destas diferenças político-partidárias desencadeadas no processo republicano de 1889, e aprofundadas com os acontecimentos pós-revolução federalista agravaram em muito as divergências entre republicanos e federalistas estabelecidos na região da campanha gaúcha. Logo, o controle estatal que se estabeleceu nesta região, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, necessitava que houvesse a existência de governos municipais extremamente vinculados aos discursos da ortodoxia republicana e castilhista na Primeira República.

Sobre isto, Axt (2007) afirma que Júlio de Castilhos, após as derrotas impostas à oposição, impôs sua liderança unipessoal, controlando o PRR, a administração pública, bem como, a política estadual e as situações municipais.

Ademais, estas idéias reafirmam que a doutrina castilhista caracterizou-se pela polarização política de um governo autoritário, onde os interesses estaduais tinham a primazia na condução política, com um caráter moralista e conservador, tudo isto tutelado pelo carisma de seu líder.

Esse controle estatal evidenciou-se também no município de Bagé, durante todo o período republicano, esta observação pode ser compreendida no telegrama enviado por Júlio de Castilhos, enquanto chefe político do PRR gaúcho para as bases do PRR Bajeense, em 23 de julho de 1903, em relação à condução partidária na cidade.

Figura 05 - Telegrama de Júlio de Castilhos para o PRR Bajeense



Fonte: Acervo Iconográfico Museu Dom Diogo de Souza

Deste longo telegrama, destacamos a seguinte parte, que reafirma nossas idéias iniciais, de que houve um apoderamento político do PRR na condução política nas cidades gaúchas, como o controle onipotente de Júlio de Castilhos nas decisões partidárias locais:

Estando, porém, definitivamente assentado entre elles alvitre de ficar constituída direcção unipessoal, resulta para mim a obrigatoriedade de fazer recahir a decisão arbitral de um só nome. Isto posto, resolvo escolher Octavio, pelos motivos seguintes: - Primeiro, porque respeitando continuidade da

direcção que de facto tem elle exercido ahi desde 1896, cumpre-me obstar de interrompel-a bruscamente por iniciativa mim emanada que se contraporá á minha intuição orgânica. – *Segundo, porque sendo elle antigo chefe do governo municipal com meu apoio, reeleito por indicação minha, não seria licito destitui-lo por acto meu de funcções de direcção política, o que affectaria sua autoridade moral na governação do município, além de me acaretar incongruência.[...] Confio que este alvitre seja adoptado por todos inclusive Octavio, que assim contara na junta consultiva um auxiliar importante e a cohesao partidaria se tornara completa e definitiva [...]* (grifos do autor)

A leitura pacienciosa e acurada deste telegrama nos revela como eram conduzidas as relações político-partidárias nos municípios, isto significa afirmar que o controle do aparelho estatal estava tutelado ao chefe do Estado e ao chefe do PRR gaúcho, evidentemente que este mandonismo estatal se apresentava mais fortemente nas regiões que apresentavam querelas internas. Outra demonstração deste poder do PRR gaúcho na cidade de Bagé pode ser verificada no quadro político abaixo:

Quadro 02 – Representação Partidária do PRR<sup>25</sup> no município de Bagé

Intendente	Início Mandato	Fim Mandato	Condição
Antonio Xavier de Azambuja	20/04/1893	12/04/1897	Nomeado
José Octavio Gonçalves	12/04/1897	12/04/1905	Eleito
Augusto Lucio de Figueiredo Teixeira	12/04/1905	11/04/1909	Eleito
Juvêncio Maximiliano Lemos	15/04/1909	03/10/1910	Nomeado

Continua

<sup>25</sup> Em tempo, cabe salientar, que as considerações específicas sobre a condução político-administrativa dos intendentos no município de Bagé no período de 1889 a 1930, bem como, sobre os processos das disputas político-partidárias entre republicanos e federalistas serão tratadas no segundo capítulo deste trabalho

Quadro 02 – Representação Partidária do PRR no município de Bagé

Intendente	Início Mandato	Fim Mandato	Condição
José Octavio Gonçalves	31/10/1910	07/04/1913	Eleito
José Manuel Rodrigues	12/04/1913	05/01/1914	Nomeado
Martim Tupy Silveira	05/01/1914	11/04/1925	Eleito
Carlos Cavalcante Mangabeira	11/04/1925	11/04/1929	Eleito
José Bernardo de Medeiros Junior	12/04/1929	14/08/1929	Eleito
José Gomes Ferreira	12/12/1929 –	03/03/1930	Nomeado
Juvêncio Maximiliano Lemos (PRR)	11/03/1930	31/12/1930	Eleito

Conclusão

Fonte: Livre Adaptação do livro de TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. **Governos e Governantes de Bajé**. Bajé: Museu Dom Diogo de Souza, Número I, Série I, 1966.

A partir da compreensão do princípio da hegemonia<sup>26</sup> (Gramsci, 1978), o PRR, quando tomou a condução política e administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, certificou-se que também os intendentos municipais deveriam estar sobre o “controle estatal”, bem como sob a “tutela política” do governo estadual, esses fatos corroboram na compreensão de que no município de Bagé, durante todo o período da República, os representantes municipais fossem ligados politicamente ao PRR.

Na construção deste imaginário e na produção simbólica da ideologia republicana<sup>27</sup>, o PRR da cidade de Bagé criou, em 15 de novembro de 1901, o jornal **O Dever**, órgão de divulgação e representante dos interesses do comércio e indústria do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, também é possível mapear os discursos da municipalidade, sobre as

<sup>26</sup> Isto nos remete a pensar que a hegemonia, enquanto direção moral e intelectual não se faz apenas na estrutura econômico-política da sociedade, se faz também no campo das idéias e da cultura, na capacidade de uma classe específica criar o consenso e de formar uma base social concreta, ou seja, nas formas de pensar e construir estratégias de acordo com suas orientações ideológicas.

<sup>27</sup> De acordo com Gramsci apud PORTELLI (1977, p. 69), a ideologia é uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente em todas as manifestações cotidianas dos seres humanos, isto é, na cultura, na arte, no direito, como também nas atividades econômicas, estas implicações buscam a síntese simultânea da hegemonia e da dominação, em suas palavras: **A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados.**

questões educacionais e pedagógicas presentes no transcorrer das primeiras décadas do século XX.

Outro fato que deve ser considerado é que, no município de Bagé, foi fundado o Partido Federalista, em 1892, e retomada suas bases políticas, durante o Congresso Federalista de 1901, com a presença de políticos ligados às lideranças da campanha gaúcha, representou também uma releitura do legado e do testamento político deixado com a morte de Silveira Martins, em 1901, como uma tentativa de desfossilização do Partido Federalista na Campanha Gaúcha, como afirma Franco (2007).

A partir de então, podemos afirmar que o Partido Federalista estabeleceu uma oposição rigorosa, austera e atuante a partir de anos de 1900, e mais diretamente após a fundação do jornal *Correio do Sul*<sup>28</sup> em 1914, no município de Bagé.

Esses conflitos ideológicos tomaram corpo novamente na Revolução de 1923, quando, na cidade de Bagé, os políticos federalistas contestavam a Constituição Castilhistas no artigo que tratava da reeleição ininterrupta dos governadores de Estado. O historiador Paulo Pezat (2007, p. 71) faz a seguinte consideração sobre o processo eleitoral que desencadeou a Revolução Assissista:

Como era esperado, a apuração dos votos deu a vitória à Borges de Medeiros, visto que era o próprio partido no poder que organizava o processo eleitoral. Descontentes com o desfecho e alegando a existência de fraude, os opositores gaúchos pegaram em armas visando impedir que o líder do PRR iniciasse seu quinto mandato na presidência do Rio Grande do Sul. Assis Brasil e as demais lideranças da Aliança Libertadora esperavam que Arthur Bernardes, eleito em nível nacional com seus apoios, interviesse no Rio Grande do Sul, destituisse Borges e revogasse a Constituição de 14 de julho de 1891. A partir do início de 1923, os conflitos se espalharam pelo Estado.

---

<sup>28</sup> No capítulo 2 deste trabalho, em sua primeira parte, será discutido o uso dos jornais com fonte para o estudo e a escrita da história, bem como, como os discursos encontrados nos jornais O Dever editado pelo Partido Republicano e no Correio do Sul pertencente aos federalistas, evidenciaram as divergências políticas e suas implicações no cotidiano da cidade nas três primeiras décadas do século XX.

Esta continuidade política na condução do Estado provocou o desencadeamento do conflito, bem como o acirramento de antagonismos históricos e amálgamas nas relações partidárias no Estado do Rio Grande do Sul, bem como, na região da campanha gaúcha.

Estes acontecimentos somam-se à tese defendida por muitos historiadores, que afirmam que em termos econômicos, o Estado do Rio Grande do Sul foi devastado por uma crise financeira entre o final da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920 sem precedentes na história gaúcha. Esta crise ocorreu em decorrência dos vários empréstimos tomados pelo governo de Borges de Medeiros, provocando processos inflacionários, a alta de juros, o interrompimento nos créditos ao segmento estancieiro e um aumento das taxas públicas, promovendo um distanciamento ideológico com o Partido Republicano Rio-Grandense. Sobre este panorama, Axt (2011, p. 360 – 361 e 362), traz a seguinte consideração:

Entre 1916 e 1921 o sistema financeiro regional viveu uma euforia determinada pela inflação econômica e monetária. O fenômeno da dupla inflação foi causado externamente pela elevação dos preços em função da guerra europeia e internamente pelas emissões que elevaram ao dobro a circulação do papel moeda. Foi um período de expansão das filiais bancárias pelo interior do Estado. [...], entre 1916 e 1919 estes estabelecimentos agiram mais como coletores do que agentes da circulação da riqueza. Diante disso, a elite dirigente entendeu recorrer ao sistema financeiro regional para financiar as encampações. [...] Na base do problema estava a deflação dos preços do “post bellum”, cujos efeitos se viram agravados pela precariedade das garantias internas das instituições bancárias regionais, seduzidas pela euforia inflacionária anterior e ainda pautada por uma administração mais empírica do que profissionalizada. [...] No caso do Rio Grande do Sul, esta asfixia do mercado financeiro determinava todo ano parte das atividades bancárias fosse sufocada durante algum tempo, até a chegada dos recursos advindos do intercâmbio de exportação. Com os ajustes da economia internacional após o término da Conflagração Mundial, a valorização das moedas europeia provocou uma corrida especulativa no Brasil. [...] Em 1920 não havia sequer como financiar as exportações e muitos navios partiam vazios do porto de Rio Grande, enquanto a produção ficava estocada nos armazéns. Da imprensa

independente alguns jornalistas responsabilizavam o Governo por esse desarranjo. Igual postura assumiram os representantes federalistas, no Congresso e na Assembléia.

O historiador Cláudio Lemieszek (2005, p. 19-20) escreve sobre a tônica desta crise econômica, na cidade de Bagé, e as suas correlações com o governo de Borges de Medeiros:

A partir da crise econômica iniciada em 1920, a evolução dos acontecimentos é rápida. No nascedouro desse movimento figura Bagé em posição de destaque, pois foi justamente na Exposição-Feira de Bagé, em 1921, que os fazendeiros conseguiram articular a criação da Federação das Associações Rurais do Estado, acatando a pregação da imprensa da capital que, principalmente através do Correio do Povo, incentivava os estancieiros a unirem-se através de associações e cooperativas para tentar dobrar o governo. [...] Basicamente, os produtores rurais reivindicavam a redução das tarifas ferroviárias, a elevação das taxas de importação dos produtos oriundos do prata, a diminuição dos impostos e a criação de um banco hipotecário ou de uma carteira agrícola. [...] Com a falta de ação do governo e face à bem sucedida mobilização dos fazendeiros, abriram-se às portas para o rompimento da classe com o governo. Tem início a decadência do ciclo de dominação política do PRR, cujo projeto de governo na verdade só funcionou enquanto às condições econômicas externas e internas atendiam os interesses da classe dominante.

No plano político, estas conjunturas econômicas, associadas à participação de Borges de Medeiros na chamada “Reação Republicana”<sup>29</sup>, causou um certo afastamento com as elites dirigentes e com o exercito brasileiro, estes alijados as políticas nacionais.

No plano interno, o descontentamento das elites pecuaristas com os rumos econômicos e políticos advindos do início da década de 1920, associados ao alijamento vivido em decorrência da política de Borges de Medeiros e as heranças históricas de 1893, favoreceram a candidatura do

---

<sup>29</sup> A Reação Republicana foi um dos primeiros movimentos de contestação da chamada Política do Café-com-leite (representadas pelas elites do café dos Estados de São Paulo e Minas Gerais), quando forças de oligarquias periféricas indicam a contra-candidatura de Nilo Peçanha, no caso específico, do Estado do Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-Grandense iniciou uma franca oposição ao candidato Arthur Bernardes, representante da política do Café-com-leite. Sobre este assunto, ver FAUSTO (1982); CARVALHO (1980 e 1987).

Federalista Assis Brasil ao governo estadual, como comenta Franco (2007, p. 164-166):

O clima de insatisfação existente entre os pecuaristas rio-grandenses, no princípio da década de 20, favoreceu a candidatura de Assis Brasil como opositor de Borges de Medeiros, este pretendendo o exercício de um quinto mandato presidencial. Mesmo os federalistas, cujas convicções parlamentaristas sempre tinham sido hostilizadas por Assis Brasil, aderiram em sua maioria à coligação assissista. E o próprio Diretório Central do Partido, numa reunião em Bagé, em 14/10/22, sacramentou esse apoio, por unanimidade. [...] Mas, basicamente, a coligação oposicionista, sem um programa definido, articulava-se em função de impedir o 5º mandato de Borges de Medeiros e de promover a revisão constitucional do Rio Grande do Sul. Inconformados com o resultado oficial da eleição, que dava por assegurada os três quartos de votantes, condição primária de reeleição segundo a carta constitucional castilhista, as oposições se levantaram em armas, em janeiro de 1923, esperançosas, sobretudo pela intervenção federal ditada pelo presidente Arthur Bernardes, a quem haviam apoiado. Pela primeira vez, o PRR havia dado seus votos ao candidato da oposição, Nilo Peçanha, derrotado nas eleições presidenciais. [...] Os federalistas, coerentes com sua tradição revolucionária, vinda dos combates sangrentos de 1893, foram os agentes principais das guerrilhas de 23. [...] A eles se somaram numerosos republicanos dissidentes.

Portanto, pode-se concluir que as mudanças ocorridas durante a década de 1910 e no início dos anos de 1920, promoveram o aumento das cisões políticas e um agravamento nas questões administrativas internas no PRR, que de certa forma, promoveram um distanciamento da política castilhista, como também um afrouxamento nas relações hegemônicas do PRR gaúcho.

Outra forma de aglutinação política usada pelos federalistas foi o condicionamento deste movimento a um caráter nacional e não regionalista, contrariando o que os republicanos borgistas exortavam, sobre as condições e as intenções políticas do movimento que apoiava a candidatura de Assis Brasil a Presidência do Estado do Rio Grande do Sul, como demonstra a imagem abaixo.

Figura 06 – Cartaz da Campanha Federalista de 1923



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Caçapava do Sul

Sobre a representação acima, faremos algumas ilações teóricas<sup>30</sup> sobre os indícios descritos na imagem que foi disseminada pelos partidários assististas em 1923:

- A presença do gaúcho de lenços vermelhos sentado ao cavalo, segurando a bandeira brasileira envolvida por fitas vermelhas – cor que representava os maragatos - com as seguintes frases: *Liberdade ou Morte*, numa possível referência às palavras de *Ordem e Progresso*, determinando o caráter regionalista e nacionalista do movimento de 1923, isto nos permite ponderar que os líderes do

<sup>30</sup> No propósito de fazer a análise da imagem, usamos como referencial teórico à idéia do “*Paradigma Indiciário*” presente na obra de Ginzburg. Esta movimento se traduz em “um saber prático”, caracterizado pela capacidade de, a partir de dados aparentemente irrelevantes, descrever uma realidade complexa que não seria cientificamente experimentável. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador, de modo tal que possa se traduzir numa seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por aqui”. Ginzburg acredita que a própria idéia de narração (contar uma história, descrever situações e comportamentos), distinta de outras formas de expressão, como o sortilégio, o exconjuo ou a invocação, tenha nascido numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas. Sobre esta idéia, consultar: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

- movimento de 1923, tencionavam com o conflito um caráter de aglutinação política estadual e federal;
- As fotografias expostas à esquerda da imagem, revelam o apoio de políticos ligados ao PRR gaúcho, como o Deputado Federal Nabuco de Gouveia e o Senador Soares dos Santos. Além deles encontramos a imagem dos ministros Tavares Lyra, e Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra e responsável pela assinatura do Pacto de Pedras Altas, a presença destes evidenciava o apoio da Federação brasileira nas causas do Rio Grande do Sul;
  - Outra presença importante de destaque, é a figura de Dom João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre no período de 1912-1946, responsável pelo fortalecimento das relações políticas da Igreja Católica com o Governo do Partido Republicano Rio-Grandense no Estado do Rio Grande do Sul, como afirma Isaia (2006, p. 28): *“Para o catolicismo rio-grandense, a experiência política castilhista era valorizada enquanto projeto [...] apelo à ordem, no desdém às praxes da democracia liberal e no respeito, prestígio e liberdade desfrutados pelo catolicismo.”*
  - Outras fotografias merecem destaque, quer seja pela sua importância política e/ou militar, como são os casos de: Assis Brasil, Honório Lemes, Zeca Netto, Simões Lopes Filho, Antunes Maciel, Menna Barreto, Adão Latorre, entre outros;
  - Por fim, encontramos ainda, o dizer: **Pro Paz – Movimento Revolucionário de 1923**, numa clara afirmação, que os assististas queriam estabelecer a tranquilidade política no Estado do Rio Grande do Sul.

Estas hipóteses associadas às implicações políticas da Revolução Assisista<sup>31</sup> de 1923, na política estadual, são retomadas por Axt (2007, p. 102 e 120):

Com o Pacto de Pedras Altas de dezembro de 1923, que pacificou a revolução assisista, garantiu-se a permanência de Borges de Medeiros por mais cinco anos na presidência do estado. Em compensação, a oposição logrou impor uma reforma constitucional que alterou a espinha dorsal do constitucionalismo castilhista, pois [...] limitou as intervenções estaduais nos municípios.

---

<sup>31</sup> A Revolução de 1923 foi a última revolução em solo gaúcho. Este acontecimento teve alguns fatores estruturais, tais como: crise financeira, hegemonia política e relações de poder. No final de 1922, houve a quinta reeleição do Presidente do Estado, Borges de Medeiros, também líder do Partido Republicano Riograndense (PRR). Tal reeleição foi considerada fraudulenta e antiética pela oposição, devido à perpetuação de Borges de Medeiros no poder central do Estado. Esta situação política originou uma oposição liderada por Assis Brasil, através do Partido Libertador (PL). No ano de 1923, a crise política entre os partidos, PRR e PL foi suficiente para a eclosão da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul. Sobre este assunto consultar: ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: As Oposições & A Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981 e PESAVENTO, Sandra Jatthy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

[...] O pacto também diminuiu a compressão sobre a oposição, que experimentou um renascimento, [...]. Finalmente, ao enfraquecer o comando central borgiano, o pacto permitiu um fortalecimento temporário do poder local. [...] A oposição federalista e dissidente logrou importantes vitórias no Pacto de Pedras Altas, com:

- a proibição de reeleição do primeiro mandatário;
- a adaptação das eleições estaduais e municipais à legislação federal;
- consignação à justiça de competência para julgar recursos referentes às eleições municipais;
- anistia para os presos e perseguidos políticos gaúchos.

Estas hipóteses também são fundamentadas em Reckziegel (2007) e Franco (2007), estes dois autores contextualizam, em suas obras, as relações políticas complexas existentes na região da Campanha, no processo de implantação do Positivismo no Rio Grande do Sul, na passagem do Império para a República, afirmando que estas relações produziram condutas político-partidárias particularizadas naquela região.

Outra hipótese tem por base os apontamentos de Pezat (2007), que afirma que os acontecimentos e as mudanças ocorridas efetivamente, após a Insurreição de 1923, promoveram certas adequações ideológicas na postura do Castilhismo-Borgista, na condução política gaúcha, como também, um novo arranjo nas composições políticas do Estado do Rio Grande do Sul. Estas mudanças ocorridas no cenário político gaúcho, após a segunda metade da década de 1920, permitiram que as Intendências municipais promovessem reformas educacionais, de acordo com suas intenções particulares e com suas características locais.

É possível pensar que, a partir destas conjunturas estaduais associadas ao contexto nacional vivido pelo Brasil, no desencadear da década de 1920, promovessem novas leituras aos aspectos sociais e educacionais no Rio Grande do Sul, como também na cidade de Bagé. Ademais, sabe-se que, na década de 1920, vários grupos da sociedade começaram a delinear suas proposições sociais, entre eles destacam-se, os intelectuais, os artistas, os tenentes, os trabalhadores, os educadores e, também, aqueles que creditavam ao nacionalismo a possibilidade de romper com o

passado colonial e as heranças portuguesas existentes ainda no Brasil República.

Outra questão fundamental e de interessante análise presente nos discursos positivistas na Primeira República sobre o processo de modernização da sociedade, foram os apelos pela escolarização profissional, como afirma Pesavento (1990, p. 146):

Para o Estado gaúcho da República Velha, a racionalização da produção implicava a realização de aperfeiçoamentos técnicos no processo produtivo e no desenvolvimento do ensino profissional. Observa-se a associação do progresso econômico com os da educação, através do conhecimento científico. Tanto o progresso seria obtido pela aplicação da ciência e tecnologia, quanto o ensino profissional habilitaria os técnicos de nível superior e inferior serem os agentes desta renovação. Assim, os princípios de inspiração positivista mais uma vez atuavam a serviço das necessidades da produção e dos interesses dela decorrentes, convertidos em proposta político-ideológica.

Ainda sobre esta questão é importante salientar a presença marcante da orientação ideológica do positivismo gaúcho na sociedade e na política do Estado do Rio Grande do Sul, as questões ligadas à educação elementar ganharam importância nos discursos oficiais, demonstrando assim que, a educação era uma preocupação do governo do Estado gaúcho.

Sendo assim, neste contexto a educação pública passou a ter um papel fundamental na organização do Estado Republicano gaúcho. Esta educação deveria ser física, intelectual e moral, com objetivo explícito de garantir a ordem e promover a consciência dos cidadãos de seu papel social. Para isto, os positivistas trataram de organizar a escola segundo seus preceitos ideológicos.

Segundo os estudos de Giolo (1997) a instrução contou, também, como uma das grandes prioridades nas dotações orçamentárias do Estado e nos programas de ação de muitas organizações civis.

De fato, o ensino rio-grandense, no período da Primeira República, recebeu um incremento financeiro sem precedentes, tanto em termos

quantitativos quanto qualitativos. Esta realidade deve ser analisada sob o ponto de vista de suas conexões estruturais e conjunturais, isto é, com os preceitos ideológicos do positivismo gaúcho. (Giolo, 1997).

Outro aspecto importante foi à articulação da educação às demandas capitalistas de produção, como afirma Pesavento (1990) que se solidificavam de forma plena no Rio Grande do Sul, como no resto do Brasil.

Ainda sobre a importância dada ao ensino e ao papel da educação atribuído pelos republicanos do PRR no período da Primeira República, Corsetti (1998, 511-516), afirma:

Os dirigentes políticos do Rio Grande do Sul, na Primeira República, não pouparam palavras para destacar a importância por eles atribuída à educação. [...] A escola pública tornava-se, assim, uma realidade estampada no crescimento quantitativo das instituições escolares patrocinadas pelo Estado e, com isso, possibilitara-se o atendimento de toda a sociedade riograndense. [...] O papel da educação na proposta de desenvolvimento capitalista do Rio Grande do Sul é inegável [...]. Ela espelha também a síntese contraditória que marcou a educação gaúcha no período [...]. No ensino gaúcho ocorreu um expressivo processo de expansão e organização. Ao lado da expansão quantitativa, a reorganização curricular implementada e a inserção dos conhecimentos científicos nos programas escolares, constituíram-se em elementos qualitativos de avanço que devemos ressaltar. Esses ingredientes, todavia, escamotearam a obra educacional da República. [...] a análise da organização educacional nos possibilitou perceber [...] uma hierarquização e centralização da autoridade e do poder.

Portanto, podemos afirmar que os republicanos positivistas não pouparam esforços em atribuir à escola um papel modernizador característico da República, e por outro lado, também não se esqueceram de manter o controle sobre esta instituição. Essas afirmações podem ainda ser observadas quando examinamos os vários decretos e leis expedidos durante o primeiro período republicano no Estado do Rio Grande do Sul.

Estas constatações podem ser apreendidas, quando analisamos os relatos sobre a Instrução Pública, presentes nos Relatórios expedidos pelos

Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul, compreendidos entre os anos de 1911 e 1923, respectivamente:

**Instrução Pública** – Pela sua peculiar relevância, consagra o governo a este ramo da administração especial cuidado. No intuito de melhorar a condições de serviço, atendendo-o com a necessaria prestesa, tomei a deliberação de entregal-o á Repartição Central, ficando assim mais immediatamente sob as vistas do respectivo Secretario de Governo. Deu-se conseqüentemente a supressão da secretaria especial da instrucção publica, com aproveitamento do pessoal na nova directoria creada na citada Repartição Central. [...] O Estado tem prestado a 33 municipios auxilio para regencia de aulas nos districtos ruraes, estando já funcionando 127. A população escolar subiu a 99.210 alumnos. (Relatório do Presidente do Estado Rio Grande do Sul. (1911, p. 11)

**Instrução Pública** – A instrucção publica é dentre os diversos ramos da administração, aquella a que mais carinhosa solicitude tem dispensado o governo riograndense, desde a implantação da Republica. Por isso mesmo, é summamente grato registrar-se, através dos dados estatísticos, o augmento annual e rapido da matricula e da frequencia das numerosas escolas estaduaes. Certamente a ninguem é licito, nos julgamentos sobre tão delicado assumpto, subordinar-se ao criterio exclusivamente quantitativo. Não deve preoccupar a atenção governamental apenas o numero de matriculas, mas tambem, e principalmente, a eficiencia do ensino ministrado. Eis porque os methodos e processos de instrucção primaria e de educação physica cívica, entre nós, são continuamente aperfeçoados, de accôrdo com a experiencia dos povos mais adiantados na matéria. (Relatório do Presidente do Estado Rio Grande do Sul. (1923, p. 17)

Neste sentido, constata-se nestes discursos que os dirigentes republicanos atribuíram a Instrução Pública um papel fundamental no projeto de desenvolvimento econômico no Estado do Rio Grande do Sul, organizando a educação segundo os preceitos ideológicos do positivismo gaúcho e transformando os assuntos educacionais em ingredientes necessários e fundamentais para a viabilização do projeto republicano de modernização da sociedade rio-grandense, como comenta Corsetti (2007, p. 310): *A expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo, a modificação curricular e programática, representaram*

*os aspectos progressistas da ação republicana, [...] como até então não se havia visto o Rio Grande do Sul.*

Neste sentido, a organização do ensino no Estado do Rio Grande do Sul pelos positivistas gaúchos representou a consecução de um projeto republicano pensado pelo Partido Republicano Rio-Grandense na Primeira República, bem como, a estruturação de todos os dogmas e preceitos positivistas instaurados com o transcorrer da República.

## **Parte II**

### **Os jornais como fonte de pesquisa**



## Os Discursos na Imprensa Periódica de Bagé: a Visão Republicana no “O Dever” e a Concepção Federalista no “Correio do Sul”



Figura 07: Convite para Missa Póstuma  
Fonte: Correio do Sul, 22/07/1922  
Acervo Arquivo Público Municipal de Bagé

Figura 08: Propaganda Eleitoral do PRR  
Fonte: Dever, 11/11/1922  
Acervo Museu Dom Diogo de Souza

### 2.1. As querelas políticas entre Republicanos e Federalistas

*À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais [...]. Nenhuma*

*história das mudanças sociais e econômicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas duas fontes.*

Hobsbawn (1995, p. 11)

Entendemos que a pesquisa histórica focalizada nos periódicos<sup>1</sup>, semanários e jornais publicados no início do século XX, possibilitam uma série de indagações teóricas e novas operações individuais da pesquisa historiográfica, pois estes são permeados por singularidades que permitem uma visão mais complexa e rica do passado, resgatando vozes e contextos muitas vezes suprimidos pelos documentos tidos como oficiais.

Portanto, as pesquisas em jornais demonstram a centralidade deste tipo de fonte para as pesquisas em história e história da educação, visto que nos autoriza a vislumbrar as *histórias* da cotidianidade, dos aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais, construídas pela multiplicidade de seus indivíduos.

Deste modo, é possível pensar que nas páginas dos jornais **O Dever** e do **Correio do Sul** editados na cidade de Bagé durante as primeiras décadas do século XX, sejam encontrados discursos das disputas políticas, dos confrontos ideológicos, dos tencionamentos cotidianos e da divulgação das idéias republicanas e federalistas.

Neste sentido, o olhar sistematizado sobre estes jornais como fontes documentais, são imprescindíveis na compreensão das percepções dos relatos de sua época. Em relação a estes novos olhares sobre a imprensa como fonte de pesquisa e as suas relações com a História da Educação, Nóvoa alerta (1997, p. 31):

---

<sup>1</sup> Ao usarmos as expressões: semanário, periódico e jornal, entendemos que estes são publicações diárias ou não, que nos trazem notícias sobre os fatos e acontecimentos, sobre as informações políticas, econômicas, culturais, literárias e educacionais. Sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa na área de história e história da educação, consultar: JANOTTI, M. L. **O Livro Fontes históricas como fonte**. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005; VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. **A Imprensa Periódica especializada e a pesquisa histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.73, nº 175, p. 407-430, set/dez. 1992; VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920**. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de (Org.). *Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Entende-se que os estudos e pesquisas focalizados na imprensa periódica revelam uma rede de tencionamentos políticos e ideológicos que sustentam ou criticam os discursos educacionais no início da República brasileira. Os jornais sempre foram usados para descrever ações, opiniões e mudanças pretendidas pelos dirigentes do Estado e/ou por seus signatários, possuindo assim, uma importância como meio de divulgação das suas práticas cotidianas. Sobre a importância dos jornais como fonte de pesquisa Gonçalves Neto (2002, p. 201), afirma:

É principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas. Não nos esqueçamos de que a imprensa desse período é majoritariamente dependente do texto impresso, estando outras formas de comunicação, como o telefone e o cinema, ainda em seus primórdios.

Compreende-se então que nos jornais houvesse a defesa de discursos e ideologias políticas, de tendências educacionais, das características pedagógicas, e das práticas morais, cívicas, culturais, sociais, como também das escolares. Nesse viés, as notícias encontradas nos jornais *Dever e Correio do Sul*, foram percebidas como um “*retrato em preto e branco*”<sup>2</sup> da realidade educacional bajeense, capazes de desvelar um espaço do passado e do tempo, que não fora descrito nas pesquisas sobre a história da educação.

---

<sup>2</sup> A expressão *retrato em preto e branco* para as referências em pesquisas realizadas em jornais foi usada por FARIA FILHO, Luciano Mendes no artigo “*O jornal e outras fontes para a história da educação mineira no século XIX*” (2005).

Portanto, na perspectiva de compreender as disputas políticas e as diferenças ideológicas entre os signatários do Partido Republicano Rio-Grandense e do Partido Federalista na cidade de Bagé, recorreremos às notícias publicadas pelos jornais<sup>3</sup> nas décadas de 1900, 1910 e 1920.

## O jornal O Dever

O jornal O Dever foi fundado em 15 de novembro de 1901, por partidários do Partido Republicano Bajeense e considerava-se o *órgão de divulgação e representante dos interesses do comércio e indústria do Estado do Rio Grande do Sul*, sua periodicidade era de terça-feira a domingo, tinha direção de Thomaz Salgado, mas seu principal diretor e redator foi Adolfo Luiz Dupont<sup>4</sup>. O pesquisador Cláudio Lemieszek (2010, p. 30) traz a seguinte consideração sobre a fundação do jornal: *O principal deles foi o deputado republicano Adolfo Luiz Dupont, que acompanhou o jornal até sua extinção em 1937. Entre seus principais articulistas estavam Leonardo Truda, Lindolfo Collor e Theófilo de Andrade.*

Neste sentido, os redatores do jornal O Dever, em sua primeira edição datada de 15 de novembro de 1901 (p.01), deixam evidentes os princípios republicanos e as suas intenções políticas, morais e intelectuais na configuração do periódico. Como podemos observar abaixo:

***Portador de idéias elevadas lutará dignamente para incorporá-las ao patrimônio intelectual e moral do povo brasileiro. Os pontos cardeais de seu programa estão perfeitamente sintetizados na sábia constituição do estado. Na defesa e difusão dos princípios ali consagrados, empenhar-se-á com a fé de um templário, sem jamais tergiversar.*** É plenamente jus-

---

<sup>3</sup> Salienta-se que estes acervos de jornais, encontram-se preservados em dois lugares distintos. O acervo do jornal O Dever pode ser consultado no Museu Dom Diogo de Souza, situado à Rua Emilio Guilain, 759. Por outro lado, o jornal Correio do Sul pode ser pesquisado junto ao Arquivo Público Municipal de Bagé, localizado na Rua Carlos Mangabeira, nº 20 - segundo andar, ambos no centro da cidade de Bagé.

<sup>4</sup> Adolfo Luiz Dupont nasceu em Bagé em 21 de junho de 1886, filho de Charles Adolphe Dupont - reconhecido educacionista nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Bagé - e Maria Honorina Ramos. Bacharelou-se em Direito, foi promotor público nomeado em 1910, deputado estadual no período de 1921-1924 pelo PRR e vice-intendente eleito no período de 1925-1929, durante o Governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira.

tificável todo o ardor que empregar nessa luta, pois a curta e tumultuária vida da república, aí está para atestar a sabedoria e excelência desses princípios. Enquanto o resto do Brasil contorcesse nas agitações de uma demagogia (premente), e sua vida econômica e financeira com vasos de morte, o Rio Grande do Sul vai prosseguindo serenamente no seu itinerário de glórias e prosperidades, ladeando os escolhos, onde outros vão naufragar. É que nós temos na constituição do Estado um poderoso farol a iluminar o nosso caminho. Hoje todas as almas puras, todos os verdadeiros patriotas, todos os republicanos orientados voltam-se para o Rio Grande do Sul como terra da promessa. É em nossas leis que eles procuram o remédio para salvar da miséria e da anarquia o seu estado natal [...] ***Daí também a sua legítima submissão ao admirável organizador do Rio Grande, ao nosso oráculo político, ao chefe amado Dr. Julio de Castilhos, que para os republicanos aqui no sul com Washington, para os americanos do norte, é o primeiro na paz, o primeiro na guerra, o primeiro no coração dos seus concidadãos. Mas não é só nas lides da política que O Dever empenhará seus melhores esforços: bater-se pelo progresso de Bagé, fomentar o desenvolvimento de seu comércio, das suas indústrias e artes; colocar-se ao lado dos frances na defesa de seus direitos é também meta de seu programa.*** (grifos nossos). (O Dever, 15/11/1901. p. 01)

Ao analisarmos as impressões e os objetivos contidos na escrita realizada pelos redatores do jornal O Dever, percebemos a tônica ideológica da presença do periódico para a cidade de Bagé, como também para o Estado do Rio Grande do Sul. Se considerarmos que a imprensa é parte integrante da estrutura ideológica da classe dirigente, como aponta Gramsci (1982), pode-se afirmar que este jornal expressou fundamentalmente o pensamento republicano na cidade.

Neste sentido, entendemos que os republicanos gaúchos e bajeenses se empenharam na construção do “mito de origem” (CARVALHO, 1990, p. 52), projeto que, segundo José Murilo de Carvalho (1990, p. 141), constituiu-se numa tarefa extremamente árdua e impraticável aos republicanos em nível federal, fato que se deveu à falta de representação popular do movimento em nível nacional, pois: ***Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano. O esforço despendido não***

***foi suficiente para quebrar a barreira [...] sem raiz na vivência coletiva a simbologia republicana caiu no vazio [...]***”.

Logo, a própria configuração do jornal também buscava a construção do mito do “líder carismático” em torno da figura de Júlio de Castilhos, fato este essencial para a continuidade do poder político-ideológico para a nascente República no Rio Grande do Sul<sup>5</sup> (FÉLIX, 1998). A constituição deste mito-herói era necessária para a hegemonia dos republicanos no Estado, Castilhos em sua morte foi transformado quase em divindade, um apóstolo republicano, sendo tratado pelos seus seguidores pelo pronome “Ele”. Sobre esta sacralização do líder republicano Loiva Otero (1998, p. 150) diz que:

[...] o uso constante do pronome Ele, grifado em maiúscula, substituindo o nome próprio de Júlio de Castilhos, aumenta a percepção de um ser distante, um longe/perto, presença que se manifesta mesmo sem ser vista. Cria um clima de misticismo e religiosidade, uma aura de sacralidade como fundante para o político.

Ainda sobre o papel onipotente e ideológico da figura de Júlio de Castilhos para os republicanos bajeenses, encontramos as seguintes notícias na edição do Jornal O Dever, de 29 de outubro de 1903 (p.01) e de 24 de outubro de 1904<sup>6</sup> (p.02), respectivamente, convocando os republicanos para a missa de falecimento, em homenagem à ***Memória do Grande Brasileiro e inesquecível Rio-Grandense*** e dispensando do trabalho, os funcionários da Intendência em virtude do aniversário de um ano da morte de Julio de Castilhos:

---

<sup>5</sup> Neste caso, é importante lembrar o aparelhamento político, ideológico e administrativo realizado pelo PRR, após a Revolução Federalista de 1893. Em relação a estes acontecimentos verificar o segundo capítulo deste trabalho.

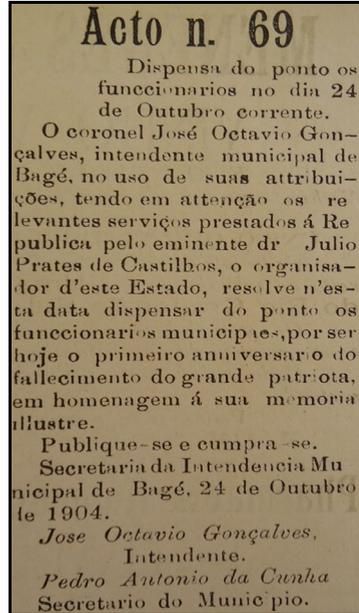
<sup>6</sup> Na mesma edição de 24 de outubro de 1904 (p.02), o Intendente José Octavio Gonçalves, edita o ato municipal de nº 70: ***manda por em liberdade os presos de correção que se acham recolhidos aos postos policiais***. Ao publicar este ato, assim justifica o mesmo: ***usando das faculdades inerentes a este cargo e querendo consagrá-lo à memória do distinto republicano dr. Julio Prates de Castilhos um acto significativo de zelo e amor pela liberdade, sentimento este que sempre mereceu os maiores devotamentos desse grande cidadão***.

Figura 09 – Convite para Missa



Fonte: O Dever, 29/10/1903 (p.01)  
Acervo Museu Dom Diogo de Souza

Figura 10 – Ato Municipal - Feriado



Fonte: O Dever, 24/10/1904  
Acervo Museu Dom Diogo de Souza

Ao examinarmos estas duas notícias, podemos perceber a relevância da figura de Júlio de Castilhos na política estadual e na política bajeense, visto que ambas as notícias eram assinadas por José Octavio Gonçalves, Intendente Municipal, chefe do PRR municipal e homem de confiança de Júlio de Castilhos e do governo estadual. A institucionalização do ideário positivista ocorreu principalmente nos primeiros anos da República no Rio Grande do Sul e afimaram-se mais fortemente com a morte de Júlio de Castilhos.

Neste sentido, é possível perceber que a exacerbação dos valores positivistas nos primeiros anos da República, era importante, nas zonas de fronteira e especificamente na região da campanha gaúcha, área predominantemente pecuarista e charqueadora vinculados ao federalismo, na expressão de Félix (1987, p. 66-67):

Essa obediência, que era envolta pela *mística do chefe*, acentuava a comunhão de interesses, servindo, por esse motivo de coesão social e de

legitimação política. Júlio de Castilhos inquestionavelmente fornecia o lastro carismático que aglutinava o partido. Com sua morte, esse suporte tem que ser suprimido, e aí entra a necessidade de organização, de hierarquização do partido, ou suas bases burocráticas. Houve um esforço de propaganda para justificar a ausência desta força carismática, e ela foi feita através da freqüência, em doses homeopáticas, de máximas positivistas, principalmente acentuando a idéia da obediência, de que a *submissão é a base de aperfeiçoamento*. (grifos do autor)

Segundo Félix (1987), a morte de Julio de Castilhos causou a *ausência desta força carismática* e provocou uma crise interna no PRR, apesar da dedicação espartana de Borges de Medeiros, enquanto herdeiro político do carisma de Júlio de Castilhos. Axt (2007) argumenta que o período compreendido entre os anos de 1903-1908, foi considerado como o momento da *Crise Hegemônica* do PRR no Estado do Rio Grande do Sul. Sobre o período posterior a tensão interna do PRR, Axt (2007, p. 98), traz o seguinte comentário:

*Construção da Hegemonia Borgiana* - Entre 1908 e 13, durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves, Borges de Medeiros permanecia na chefia partidária e pôde organizar toda uma *rede de compromissos* e lealdades no interior. Entre 1903 e 1908, processaram-se inúmeras substituições de comandos políticos no interior do Estado. [...] Borges de Medeiros, por sua vez, pretendeu intervir de forma mais sistemática nos municípios, reforçando o poder administrativo do Estado. A partir de 1910, plenamente superada a crise de hegemonia de 1903 a 1910, a organização da rede de sustentação borgiana foi impulsionada pela estreita ligação com o governo de Hermes da Fonseca. *Hegemonia Borgiana (1913-1918)* - Ao reassumir a presidência do Estado em 1913, Borges de Medeiros consolidou novamente o conceito de chefia unipessoal, até então apenas almejado. (grifos do autor).

Sobre esta rede de compromissos estabelecida no interior do Estado, encontramos na cidade de Bagé, um marca da lealdade à chefia unipessoal de Borges de Medeiros, estas observações podem ser feitas na

leitura da carta<sup>7</sup> de Tupy Silveira dirigida ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente ao Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros do IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul):

Bagé, 23 de abril de 1913.

Ilmo. Snr. Dr<sup>o</sup> Borges de Medeiros

Presado Chefe

Saudações respeitosas

Ratifico meu telegramma em resposta aos dois a mim passados, ***nos quaes confiais-me a factura administração deste municipio e a direcção politica do partido republicano local***, na ausencia do meu distincto am<sup>o</sup> Dr. Nabuco de Gouveia. ***Como republicano, sempre filiado ao partido que dignamente chefiais, jamais me furtarei a toda e qualquer investidura por vossa determinação.*** Saberei, inspirado nos são exemplos emanados de vossa esclarecida autoridade, corresponder a confiança em mim depositada, neste momento de angustia para o partido republicano com a perda irreparável do nosso distincto e saudoso amigo Coronel José Octavio Gonçalves. [...] Conto para tão árduas tarefas com o apoio de todos os elementos republicanos de valor do municipio, [...]

Corregionario e Amigo

Tupy Silveira. (grifos nossos)

Ao analisarmos a correspondência do Intendente Municipal Tupy Silveira, observamos que as *redes de compromissos* que se alastravam no interior do Estado do Rio Grande do Sul, foram extremamente importantes na manutenção da ordem partidária e ideológica do PRR gaúcho,

---

<sup>7</sup> Em tempo, cabe salientar que todas as cartas utilizadas em nosso trabalho, pertencem ao Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros do IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul) e que nosso objetivo neste capítulo, é evidenciar os discursos presentes de republicanos e federalistas encontrados nos jornais. Porém, ao usarmos as correspondências intencionais como fonte de pesquisa, pretendemos compor um pouco mais o quadro das relações político-ideológicas estabelecidas no período pesquisado. Nesta perspectiva, nos ancoramos no pensamento de Andreotti (2005, p.03): *Todo o material que compõe um acervo de documentos nas suas várias formas, papéis, iconografias, fotografias, objetos etc., são fontes de consulta que nos trazem informações; são o ponto de partida e somente se constituem em fontes de pesquisa a partir da indagação do pesquisador.* Logo, entendemos que o documento é o nosso ponto de partida, permitindo novos olhares, novas interpretações e análises do passado. Sendo assim, [...] *a investigação histórica tem de, ao abordar as fontes documentais, ter em conta que elas expressam a síntese de uma multiplicidade de determinações históricas. Expressam as contradições e os conflitos de interlocutores aliados e adversários. Deste modo, o diálogo com um documento histórico deve refletir uma posição de leitura que o toma como síntese consensual do passado E não como a simples soma das vontades e intervenções.* (NORONHA, 1998, p. 33).

articulando o poder do Estado com o Poder do município, isto é, uma atuação **autoritária e paternal** do governo central, na expressão de Félix (1987, p. 76).

Deste modo, é preciso lembrar que após a morte de Gaspar Silveira Martins, ocorrida em 1901, o Partido Federalista gaúcho ainda buscava sua reorganização e *desfossilização* (Franco, 2007) política e ideológica. Sendo assim, podemos afirmar que o Partido Republicano Rio-Grandense Bajeense não contava com uma oposição nos folhetins diários da cidade. Esta oposição ocorre mais diretamente após a criação do jornal o Correio do Sul no ano de 1914.

### O jornal Correio do Sul

O jornal Correio do Sul foi fundado em 20 de setembro de 1914, pelos signatários do Partido Federalista da cidade de Bagé, sua periodicidade era de terça-feira a domingo, seus proprietários e redatores eram João Fanfa Ribas<sup>8</sup>, Félix Contreiras Rodrigues, Heitor Mércio e Thomaz Cirne Collares.

Na página inicial da primeira edição de 20 de setembro de 1914, um fragmento do editorial ***Quem somos e o que Queremos***, assinado por Fanfa Ribas, declara os princípios ideológicos, políticos e sociais do jornal Correio do Sul, bem como, sua vinculação irrestrita ao federalismo gaúcho, como observamos abaixo:

***Bagé, a culta cidade dos livres pampas do sul, covadonga do Federalismo gaúcho, vem de longa data ressentindo-se da falta de um órgão de publicidade que reflita o pensamento do grande Partido opositorista, no seio da comunhão brasileira. E é por isso, amparado no apoio generoso dos nos-***

---

<sup>8</sup> Entre os seus principais fundadores e redatores, destaca-se João Fanfa Ribas, nascido em 1º de abril de 1869, filho de João Furtado Fanfa e Maria José Taborda Ribas. Entre os anos de 1886 a 1894, redigiu o Jornal do Comércio e foi secretário da Gazeta de Notícias ambos na cidade de Porto Alegre. Hábil jornalista, Fanfa Ribas foi considerado como o profeta do Federalismo. (Lemieszek, 2010). Seus editoriais mereceram referência na obra literária de Érico Veríssimo (1995, p. 349): *Pelas notícias dos jornais, o velho acompanhava as proezas de Honório Lemes e seus guerrilheiros. Muitas vezes entrava no Sobrado erguendo o ar, como uma rósea bandeira de guerra, um número do Correio do Sul, e lia para a gente da casa e para os que lá se encontrassem o editorial assinado por Fanfa Ribas, que opinião de Badalo era o maior jornalista vivo do Brasil! Que estilo! Que coragem! Que cosa!*

sos amigos, e no assentimento confortador dos processos políticos, ***o Correio do Sul aparece na arena do jornalismo, respeitoso e calmo, cômico de que saberá cumprir o seu dever de combatente***, correspondendo a confiança que lhe dispensam eminentes chefes, e satisfazendo, na altura de suas forças, a aspiração dos filhos desta terra. É necessário dizer que nossa folha não surge de uma combinação bastarda, com fins preconcebidos de competição e desrespeito á ordem estabelecida: soldados de um partido que se bate por ideias, com programa definido e enraizado no coração da pátria, a nossa missão política se circunscreve ao terreno meramente doutrinário, onde nos colocamos com desvanecimento e onde havemos de permanecer na ordem. [...] Estamos certos de que nossa atitude de prudente observação e crítica moderada, não só está de acordo com o sentir geral dos elementos conservadores do Partido Federalista e da sociedade bageense, como também com as conveniências do momento, não só em relação ao bem estar do povo, ainda, em relação ao elucidamento dos fatos, á resolução de problemas transcendentais, á marcha dos acontecimentos e a vitória da nossa causa.

***[...] Na política do Estado, a nossa atitude é também de franca e leal oposição, não só a Carta de 14 de julho, como as praxes estabelecidas no departamento administrativo por S. Exc. O Sr. Dr. Borges de Medeiros, em quem reconhecemos excelsas virtudes de cidadão, a par da qualidade menos excelsas na sua organização de político. No tocante á vida do município, pedimos vênias ao digno patrício que desempenha atualmente as funções de chefe do Poder Executivo, e aqueles que o sucederem, para exercer a nobre missão de fiscalizar os atos do governo municipal, o que faremos sem prevenções nem má fé, [...] Tal será nossa conduta, encarada sob o ponto de vista político-partidário.*** [...] a todas as causas justas oferece amparo este jornal [...] mesmo que o seja dos arraiais contrários. [...] aqui como no seio da nossa coletividade política, há lugar para todos: a nossa casa é hospitaleira como a tenda árabe. [...] É o nosso programa, com ele nos atiramos nos braços do povo. (grifos nossos). (Correio do Sul, 20/09/1914, p.01)

Neste primeiro editorial do Correio do Sul, observamos as posições ideológicas contidas na elaboração do jornal, bem como, as evidências da sua produção e de seu caráter oposicionista ao Partido Republicano Rio-Grandense. Neste sentido, as interpretações e análises que podem ser feitas, a partir da leitura das notícias publicadas no Correio do Sul, após setembro de 1914, revelam o caráter da resistência empregada pelos

Federalistas na cidade de Bagé, através das notícias escritas no *órgão de publicidade que refletia o pensamento do grande Partido oposicionista*.

Os embates ideológicos, as querelas políticas e as críticas a filosofia do Partido Republicano que começam a ser travadas pelos signatários do Partido Federalista nas folhas do Correio do Sul, são observados, nas várias notícias presentes no jornal, inicialmente destacamos a censura em relação aos gastos do convênio da Intendência Municipal com o jornal O Dever, publicada em 05 de agosto de 1915:

**O expediente da Intendencia Municipal de Bagé** – Há mais de um mez terminou o periodo do contracto feito pela Intendencia Municipal desta cidade com a Empresa d'“O Dever”, para a publicação do seu expediente, serviço que esta sendo feito pelo preço elevadíssimo de quatrocentos mil réis mensaes. Attendendo ao estado precario das finanças municipaes, que obriga o nobre edil a vender os últimos terrenos que possui o municipio nesta cidade, conforme edital publicado, parece que por um natural escrúpulo s. s. devia tratar sem perda de tempo de reduzir esse pesado ônus, tanto mais que se afirma ser s. s. interessado na prosperidade da referida empresa jornalística. (grifos do autor) (O Dever, 05/08/1915, p.01)

Outra tônica encontrada nas notícias do jornal Correio do Sul está relacionada às questões relativas aos resultados eleitorais ocorridos na cidade de Bagé, e ao avanço federalista na região da campanha. Na notícia publicada em 30 de novembro de 1915, o editorial **O Reinado da Mentira – Factos Eleitorais de Bagé**, de Fanfa Ribas traz uma crítica enérgica ao deputado estadual Carlos Mangabeira, político republicano, da cidade de Bagé, como veremos a seguir:

Já nos julgávamos desobrigados de responder ao discurso do Sr. Carlos Mangabeira pronunciado na Assembleia do Estado, a proposito deste jornal e da politica de Bagé, por estarem sufficientemente rebatidas nestas columnas varias afirmativas. [...] Insistindo em affirmar que Bagé deixou de ser o baluarte inexpugnavel do Federalismo, o Sr. Dr. Mangabeira solicitou dados comprobatorios ao Sr. Coronel Tupy Silveira lhe documentar o assunto. [...] **Não era a vitoria, mas a derrota, que mandavam embrulhadas num pergaminho com sello o carimbo, ao illustre Pyrho da campanha de**

*rehabilitação do governo na Assembleia dos Representantes do Estado. Resam taes documentos que os pleitos de 1906, 1909, 1910, 1912 e 1915 deram os seguintes resultados:*

*1906 (Federalistas 875 – Republicanos 832)*

*1909 (Federalistas 965 – Republicanos 801)*

*1910 (Federalistas 1024 – Republicanos 489)*

*1912 (Federalistas 1100 – Republicanos 1413)*

*1915 (Federalistas 1193 – Republicanos 1436).*

*Como se vê pelos proprios dados com que joga o nobre deputado, o federalismo não decresceu em Bagé [...] de accordo com augmento da população e com os trabalhos do alistamento.* [...] O illustre deputado dr. Mangabeira, referindo-se ao pleito de 1912, disse que o Partido Republicano levou ás urnas 1400 e muitos eleitores. Vai nisso uma esperteza de s. exc., para não confessar que em 1915 a temperatura do prestígio situacionista cahiu de novo, [...] Aqui estamos nós, porém, para sahir em auxilio da memoria de s. exc., dando com precisão o resultado do dito pleito. A victoria de s. exc., na Assembleia consistiu, como se vê, em não haver naquella casa quem lhe quizesse pôr freio ás falsidades e ás espertezas. S. exc. Sahiu victorioso porque esgrimiu sósinho, atirando golpes ao vento. (grifos nossos) (Correio do Sul, 30/11/1915, p.01)

As apreensões sobre o quantitativo de eleitores republicanos e federalistas sempre foram motivos de preocupação dos dirigentes estaduais e municipais, obviamente em cidades, onde o federalismo exercia uma maior resistência política, os republicanos haveriam de contar e explicar os motivos do aumento ou da diminuição do número de votantes. A notícia publicada acima revela a preocupação dos republicanos e a necessidade da exortação dos avanços do PRR na cidade de Bagé, pelo, então deputado estadual Carlos Mangabeira.

Esta preocupação em relação ao quantitativo de eleitores republicanos e a constatação de Fanfa Ribas, de que: *Como se vê pelos proprios dados com que joga o nobre deputado, o federalismo não decresceu em Bagé [...] de accordo com augmento da população e com os trabalhos do alistamento*, pode ser observada na carta do Intendente municipal Tupy Silveira dirigida ao chefe do PRR estadual, Borges de Medeiros em 26 de fevereiro de 1915.

Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros

Presado Chefe

Saudações respeitosas

Acuso o recebimento de vossa carta de 18 do corrente. ***De facto, houve uma diferença para menos nesta ultima eleição comparativamente com a de 1912.*** Como verificará pelos dois quadros que lhe remmeto e que cuidadosamente mandei extrahir dos livros de actas que serviram nas duas ultimas eleições, este desagradavel facto, foi devido ao resultado apresentado n'alguns districtos ruraes, que por desídia dos respectivos subintendentes, a eleição não teve a concurrencia da de 1912. Minhas vistas já se achavam voltadas para elles, e, com proveito para o partido, irei evitar a reprodução. [...]. Existe realmente no alistamento federal um numero extraordinário de eleitores que já perderam a capacidade politica, assim como grande numero de indivíduos que residem no estrangeiro e outros completamente desconhecidos. Deu a isto, a, em tempos anteriores, fazerem a inclusão, procurando a quantidade do que a qualidade dos eleitores. (grifos nossos)

A leitura da continuação da carta de Tupy Silveira, explica ainda, que o Partido Republicano Bajeense começava a arregimentar novos signatários, estes mais jovens e ligados ao setor do comércio da cidade e com *capacidades intelectuais austeras* na compreensão da doutrina republicana, evitando assim, a desqualificação dos resultados das eleições posteriores.

Em relação ao exposto sobre os fatos eleitorais acima arrolados, é importante mencionar que ao voltar ao Governo do Estado, Borges de Medeiros impõe uma Reforma Eleitoral em 14 de julho de 1913, que assegurava o sistema de representação proporcional para as minorias e um esquema mais correto do alistamento de eleitores. (Franco, 2007). Sobre esta mudança, Franco (2007, p. 156) faz a seguinte consideração: [...] a *Lei Eleitoral de 1913 representou um passo à frente, [...] induziu os municípios<sup>9</sup> a também reformarem suas leis eleitorais e a adotarem a representação proporcional nos conselhos municipais.*

---

<sup>9</sup> Cabe salientar que em 05 de novembro de 1913, José Manoel Rodrigues, Intendente Municipal provisório da cidade de Bagé, edita e publica o ato nº 154 que modifica a Lei Eleitoral do município, esta ação é reflexo das mudanças executadas no sistema eleitoral estadual. Assim como na Lei Estadual, que em seu art. 81 previa que:

Neste sentido, é possível compreender as notícias publicadas pelos jornais O Dever (Republicano) e o Correio do Sul (Federalistas), demonstrassem as apreensões partidárias em relação aos acontecimentos políticos e aos processos eleitorais vivenciados nas décadas de 1910 e 1920, no Estado do Rio Grande do Sul.

Não temos como objetivo narrar todos os acontecimentos, inflexões e antagonismos políticos desencadeados no Estado do Rio Grande do Sul através das folhas matutinas dos jornais de Bagé. Porém, como afirma Franco (2007), os mais ríspidos momentos políticos entre Federalistas e Republicanos, começam após o Congresso Federalista de 1917 e tem seu término, no ano de 1928, com a fundação da Aliança Liberal.

## 2.2. O Congresso Federalista de 1917

As primeiras notas, encontradas sobre o Congresso Federalista realizado no mês de março de 1917, na cidade de Porto Alegre, são mencionadas nos jornais da cidade de Bagé, antes mesmo do início do Congresso de Porto Alegre.

O Correio do Sul, órgão vinculado e defensor do Federalismo na cidade de Bagé, traz na primeira página da edição de 09 de março, a seguinte notícia:

### CONGRESSO DO PARTIDO FEDERALISTA

#### Organização e Instalação

A – Cada município do Estado terá no Congresso um delegado, escolhido em commicio partidario convocado pelo Directorio municipal ou quem suas veses fizer. Do mesmo modo será escolhido um suplente, devendo, porém, o delegado ter domicilio no municipio que o escolhe.

E – O Congresso será installado com a presença, pelo menos, de trinta e seis congressistas, no dia 25 de março proximo, em Porto Alegre.

G – Desde esse acto a Congresso, na plenitude da representação da soberania partidaria, [...] do mesmo Congresso a proposição e debate de proposições que

---

*Todas as opiniões políticas terão direito á representação proporcional ás suas forças eleitorais*, a Lei Eleitoral Municipal fazia o mesmo no art. 12, em relação ao Conselho Municipal da cidade. Sobre a Lei Eleitoral de 1913, consultar: [http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/estudos\\_eleitorais/estudos\\_eleitorais.pdf](http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/estudos_eleitorais/estudos_eleitorais.pdf).

possam implicar preterição de princípios organicos da republica parlamentarista ou de sua continua propaganda, que é a rasão de ser do Partido Federalista, ou possam implicar restricções á sua autonomia em casos de cooperação e colaboração com elementos partidários a elle estranhos, em actos e situações politicas de conveniencia nacional, do Estado ou do mesmo partido.

Conselheiro Francisco Antunes Maciel

Estacio Azambuja

**Presidente do Directorio**

**Secretario**

(grifos do autor) (Correio do Sul, 09/03/1917, p.01)

Ainda no jornal Correio do Sul, encontramos notícias sobre o referido Congresso entre os dias 29 e 30 de março de 1917, onde o jornal reproduz às notícias reportadas pelo *Serviço Especial do Correio do Sul*, as observações trazidas relatam o **Novo Programma Partidario** do Federalismo gaúcho e a **Grande Manifestação** ocorrida nas ruas de Porto Alegre após o término do Congresso. Destas notícias publicadas na primeira página do jornal, faremos os seguintes destaques:

O Novo Programma Partidario

[...] Artº 5 – Alem das reformas propostas, o partido propugna pela reforma da bandeira nacional, para excluir o lemma positivista.

Art 6º - Na politica organica do Estado é programma do partido:

Unico – Substituir, por todos os meios politicos e juridicos apropriados, a carta dictatorial de 14 de julho de 1891, por uma constituição ajustada ao regimen e princípios constitucionais da União, sendo o presidente do Estado eleito pela respectiva assembleia. [...]. (Correio do Sul, 29/03/1917, p. 01)

A Grande Manifestação

[...] O congresso reafirmou as tradições federalistas, desenvolvidas com clarividencia por Silveira Martins e sustentadas em nome da confraternização dos homens livres, que constituem uma verdadeira seita, no mais elevado sentido da palavra. [...] O programma de hoje é o mesmo velho programma, defendido na paz e na guerra, cujas theses fundamentaes de parlamentarismo, rebrilham nelle. [...] O órgão do governo riograndense, A Federação, qualificara de fosseis os parlamentaristas. [...] (Correio do Sul, 30/03/1917, p.01)

Em relação ao Congresso Federalista de 1917, o jornal O Dever reedita a publicação do jornal federalista **Gaspar Martins** da cidade de

Santa Maria, aproveitando as dissidências internas do Partido Federalista, os redatores do O Dever, usam a notícia para assegurar suas críticas ao deputado estadual santanense Rafael Cabeda<sup>10</sup>, tradicional político do federalismo gaúcho e ao presidente do Diretório Federalista, Francisco Antunes Maciel Junior, político federalista da cidade de Pelotas. Desta notícia, faremos o seguinte destaque:

Política Federalista

[...] O partido nunca esteve unificado e nem podia estar. Só um homem de talento deslumbrante ou muito dinheiro poderia ter forças para impor-se a um partido de oposição e anarchisado como o federalista, e o Sr. Cabeda não tinha nem uma, nem outra coisa. Elle tem “Viveza”, tem ardis, mas viveza e ardis que empulham por pouco tempo e o tornam conhecido e duvidado por aquelles que foram empulhados. Nunca se cogitou da real unificação do partido e sim dos interesses individuaes: os srs. Cabeda e Maciel Junior queriam e querem ser deputados e outros queriam e querem as posições que dão direito as lisonjas que satisfazem vaidades. Nunca se cuidou das qualificações porque os qualificados bastavam para eleger os srs. Cabeda e Maciel Junior, e para conchavos nas eleições intencenciais. [...] (O Dever, 10/03/1917, p.01)

De certo, o Congresso Federalista de 1917, foi uma tentativa de retomada da ideologia partidária do testamento político deixado por Silveira Martins (1901), porém como comenta Franco (2007, p. 160), sobre as heranças deixadas pelo Congresso de 1917, foi: *Uma das últimas moções aprovadas foi o voto de “saudade e gratidão” a Silveira Martins, Joca Tavares, [...] e Gumercindo Saraiva. [...] Embora admirável na coe-rência, ativez e tenacidade, o partido se fossilizou.* Neste sentido, o Congresso de 1917, foi também um ensaio para promover uma oposição forte e intensa ao sistema castilhistaborgista em evidência no Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>10</sup> Segundo Franco (2003), Rafael Cabeda, era adepto do jornalismo planfetiário, sendo redator do Maragato publicado na cidade de Rivera (Uruguai), entre os anos de 1901 e 1918. Foi deputado federal pelo Partido Federalista em duas ocasiões (1915/1917 e 1921/1922) e liderava uma das facções do Partido, oposta à de Arthur Pinto da Rocha, também federalista que possuía o apoio dos federalistas da região de Bagé. Sobre a importância política de Rafael Cabeda, consultar a obra de CAGGIANI, Ivo. **Rafael Cabeda: símbolo do Federalismo.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1966.

### 2.3. A Reação Republicana e o prelúdio do Assisismo

Um importante momento das inflexões político-ideológicas entre federalistas e republicanos estampadas nas páginas do Correio do Sul e do O Dever, ocorreu em função da chamada “Reação Republicana”, onde o Partido Federalista apoiou a candidatura de Arthur Bernardes e o Partido Republicano Rio-Grandense sustentou seu apoio político ao candidato da oposição Nilo Peçanha nas eleições presidenciais, de 01 de março de 1922.

Para historiadores como Félix (1987) e Axt (2007), a “Reação Republicana”, provocou um considerável e gradativo desgaste político para os republicanos gaúchos, possibilitando a contestação da ordem estabelecida pelos vários dissidentes da década de 1920.

Sobre a conjuntura política estabelecida no Estado do Rio Grande do Sul, em função da eleição presidencial de 1922, Pezat (2007, p. 70-71) faz a seguinte ponderação:

Porém, diante de uma nova conjuntura em que o isolamento anterior não era mais possível, Borges de Medeiros pouco a pouco passou a tentar fazer articulações políticas de âmbito nacional, em geral se contrapondo às políticas econômicas impostas por São Paulo e Minas Gerais, o que levou Borges de Medeiros a apoiar a candidatura do fluminense Nilo Peçanha contra o mineiro Arthur Bernardes na eleição ocorrida em 1922. Por sua vez, Arthur Bernardes buscou o apoio de Assis Brasil, que lançou sua candidatura ao governo do Estado do Rio Grande do Sul pela Aliança Libertadora.

Este contexto nacional e estadual, também teve seus reflexos nos jornais da cidade de Bagé, uma das primeiras ocorrências sobre a eleição federal e as suas tramas políticas, encontra-se no jornal O Dever de 23 de janeiro de 1923 (p.01), com o título ***Mé...eting de Domingo – Fracasso sem Precedentes***: onde se destaca o acordo realizado, pelo então, deputado Federal Rafael Cabeda do Partido Federalista e o futuro candidato à presidência da república Arthur Bernardes. Na reportagem, os redatores

do O Dever, esclareciam os motivos dos conchavos políticos estabelecidos entre os federalistas gaúchos com os republicanos do bloco federal. Desta imensa notícia, destacamos:

[...] Tal, porém, foi o jogo de malabarismo político, executado pelos dois deputados federais que tem assento na camara baixa da Republica e seduzidos pelos salamaleques do viçoso candidato de Viçosa, que o elemento cabedista ficou tomado de um certo entusiasmo e d'ahi o arautear, pelos seus órgãos de publicidade. Que a opposição riograndense devia cessar fileiras em torno da candidatura do companheiro de chapa do Sr. Urbano dos Santos. [...] ***Acreditamos que os nossos adversarios a transigir, ainda uma vez com os seus principios parlamentaristas, sendo, como, são presidencialistas os dous candidatos á futura presidência da Republica, os nossos adversarios,*** justiça se lhes faça, que são brasileiros antes de mais nada, optaremos por Nilo Peçanha, que consubstancia, no momento, todas as esperanças de reerguer o Brasil amado da situação de miséria economica e moral em que se encontra. (***grifos nossos***) (O Dever, 23/01/1922, p.01)

Por sua vez, o jornal Correio do Sul na primeira página de sua edição de 08 de fevereiro de 1922, traz a seguinte notícia: ***A sucessão presidencial: Ao Federalismo do Rio Grande do Sul - Manifesto do Directorio Central***, nesta publicação os federalistas expõem os motivos do apoio irrestrito ao candidato Arthur Bernardes à presidência da República, como observamos abaixo:

[...] ***É de conhecimento publico que entre os dois candidatos que disputam a presidência da Republica, já se pronunciou o federalismo pelo Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes.*** Os motivos determinantes de tal resolução já foram amplamente elucidados, no relatório apresentado pela illustre comissão especial, encarregada, no Rio de Janeiro, de elaborar parecer a respeito [...] Sob o ponto de vista dos princípios que o Partido Federalista defende e propaga na politica nacional, é inegavel que outro candidato já houve, doutras vezes, que grande parte os incarnava. Basta mencionar o nome oracular de Ruy Barbosa, cujo porte gigantesco paira, cada vez mais, acima das tristes competições da politica brasileira. [...] reconhece ainda o Sr. Arthur Bernardes a justeza e a necessidade. É o relativo á lamentável incoordenação existente no seio da Federação Brasileira e produzida por

excesso de autonomia, conferido aos Estados. [...] **Quanto aos princípios que regulam a acção do Partido Federalista na politica estadual, não é duvidoso que não lhe cabe apoiar a candidatura de Arthur Bernardes. É parte vital do programma federalista pugnar pela modificação do regimen vigente no Estado.** É vital, porque não se trata apenas de aperfeiçoar o regimen representativo, consagrado nos textos constitucionaes, mas o que se necessita é restaural-o em suas bases fundamentais. **É a oportunidade, se não de modifical-o, como seria de estricto dever constitucional, pelo menos abalar a situação politica que o sustenta e consagra, nunca se apresentou mais promissora do que neste momento,** em que as forças políticas dominantes no paiz, quasi invariavelmente solidarias em seus recíprocos interesses, se scindiram em prejuízo da politica do Rio Grande. Taes são, em summa, os motivos que aconselham o federalismo em peso uma attitude de decisivo e franco apoio, nas eleições de primeiro de março próximo, á candidatura do egrégio dr. Arthur Bernardes. (Correio do Sul, 08/02/1922, p.01)

Em suma, as notícias publicadas no jornal O Dever como também no jornal Correio do Sul, anteriores ao período da eleição presidencial, tendem a defender os pretextos dos seus apoios políticos, como também ratificar as diferenças ideológicas dos antagonismos e das divergências políticas internas no Estado do Rio Grande do Sul.

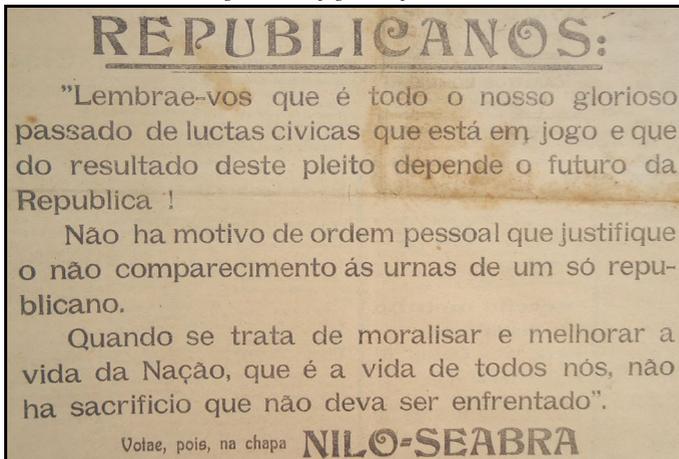
Neste sentido, é interessante observar, que os republicanos da cidade de Bagé, através das folhas de seu jornal empunharam uma adesão maior em relação aos eventos políticos. Esta conclusão pode ser observada, visto que as notícias de apoio a candidatura de Arthur Bernardes não tiveram muita relevância no jornal Correio do Sul. Porém, o mesmo não acontece com o jornal O Dever, que durante o mês de fevereiro de 1922, faz alusão quase diariamente a eleição e a obrigatoriedade dos signatários do PRR de votar em Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra. Dentre as várias notícias, destacamos:

Figura 11 – Propaganda Republicana I



Fonte: O Dever, 03/02/1922 (p.01)  
Acervo Museu Dom Diogo de Souza

Figura 12 – Propaganda Republicana II



Fonte: O Dever, 15/02/1922 (p.01)  
Acervo Museu Dom Diogo de Souza

A leitura destas notícias confirmam as teses defendidas por Antonacci (1981), Pinto (1986) e Felix (1987), que a crise estabelecida pela política nacional, a crise econômica e a política estadual conjecturadas em 1922, provocaram os desdobramentos necessários para o aglutinamento das oposições em relação ao Partido Republicano Rio-Grandense no Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre as contestações dos republicanos à adesão de Borges de Medeiros a chapa “Reação Republicana”, encontra-se a carta de Setembrino de Carvalho, onde se percebe o descontentamento de alguns republica-

nos a posição política tomada por Borges de Medeiros em 1922. De acordo com Félix (1986, p.138):

[...] mencionava que Borges de Medeiros granjeou o título de “grande político e estadista”, no cenário nacional impregnado por Pinheiro Machado, e que “quando os acontecimentos lhe exigiram uma ação decisiva renegou a tutoria da véspera, [...] e lançou-se nos braços de Nilo, inimigo de Pinheiro Machado e da situação do Rio Grande. Isto tudo é tristíssimo [...] Pensa (referindo-se a Borges) entender de tudo, e neste momento político, longe de ser um homem superior, revela-se um politiqueiro vulgar, que não soube conservar as tradições de honra do partido que dirige [...]

Mesmo com o esforço político empregado pelos republicanos gaúchos no apoio a candidatura de Nilo Peçanha e J. J. Seabra e do triunfo eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul, a chapa de Arthur Bernardes saiu vitoriosa no plano federal. Logo, estes episódios somados aos problemas estaduais promoveram o acirramento dos debates internos necessários na eleição estadual de novembro de 1922.

Os acirramentos políticos que aconteceram durante o ano de 1922, surgiram em grande parte em virtude da candidatura de Borges de Medeiros ao seu 5º mandato estadual para a presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Axt (2007) considera este momento, como o período da contestação hegemônica do PRR gaúcho.

Essas asseverações político-ideológicas são verificadas primeiramente no jornal Correio do Sul, no mês de agosto de 1922, quando o periódico produz o editorial: ***A sucessão presidencial no Rio Grande do Sul:***

Como se sabe, é grande a agitação que reina em todo o Rio Grande do Sul, interessando a opinião pública dos Estados vizinhos e da capital da República, em torno do magno problema da sucessão presidencial deste Estado. A reeleição do sr. Borges de Medeiros é positivamente intolerável. A sua tentativa constitui um facto odioso na vida política da província, para não dizer uma provocação affrontosa ao brio dos rio-grandenses. Vinte e cinco annos de cativo bastam para humilhar um povo e quebrar-lhe a enfiatura mascula, mas em se tratando de uma população historicamente altiva e nobre como a nossa, abre-se uma excepção na regra. [...] Poderão os detentores

do poder reincidir no erro, levando ás urnas o nome do dictador, que pôde mesmo, amparado na fraude, na força, no suborno e na corrupção, obter maioria de votos. Mas, si tal succeder, si o regimen da servidão ameaçar prolongar-se por mais cinco annos, só Deus poderá dizer o que acontecerá. [...] O Correio do Sul bater-se-á com todo o vigor das suas energias contra a perpetração desse crime monstruoso com que ameaçam a nossa dignidade de povo livre, em cujos pulsos se não ajustam os grilhões que arroxearam, [...] Levanta-se no Estado e fora delle a candidatura do eminente dr. Assis Brasil para a suprema investidura de chefe do executivo nesta gloriosa unidade da Federação. [...] Não é um movimento que parte do egoísmo de facções politicas de conseguir um nome político com que possam só erguer-se do ostracismo. São classes illustres, alheio ás conveniencias políticas e ás aspirações de mando. [...] Trinta e tres annos de caudilhagem, mais ou menos disfarçadas nas dobras das saias de Clotilde de Vaux, já pesam demais sobre a consciencia do povo gaúcho. [...] O Rio Grande deve ao dr. Assis Brasil assinalados serviços, [...] Se entre nós, a escolha dos dirigentes fosse feita de accôrdo com as necessidades regionaes, há muito que o Sr. Assis Brasil deveria ter sido o presidente do Rio Grande, que são a pecuária e a agricultura, já teriam recebido a orientação de que ellas carecem para seu desenvolvimento. [...] (Correio do Sul, 18/08/1922, p.01)

As notícias presentes no jornal Correio do Sul seguem durante o mês de agosto, setembro, outubro e novembro de 1922, obedecendo à tônica da defesa dos preceitos do Federalismo, das liberdades individuais, das críticas à ideologia positivista e a Constituição Estadual de 1891. Estas justificativas visavam resgatar os valores e a dignidade do povo gaúcho, condizente com sua tradição de liberdade e patriotismo, que teriam sido suprimidos pelo autoritarismo do governo republicano, em uma carta ao jornal Correio do Sul, de 07 de outubro de 1922, Assis Brasil afirma: *Mas é isto mesmo que fez mais patente o vicio original que combateremos. O mal está na dictadura, no DESPOTISMO LEGAL, que – a historia o attesta – nunca deu senão os tristes resultados que aqui contemplamos.* (Correio do Sul, 07/10/1922. p. 01).

No mês de novembro de 1922, o jornal Correio do Sul, faz uma ampla campanha de qualificação eleitoral através de suas folhas, convocando os signatários do Federalismo gaúcho e os homens livres do

Estado para eleição presidencial no Rio Grande do Sul. Ainda no mesmo mês, é importante destacar a chegada de Assis Brasil na cidade de Bagé, para realizar o discurso de abertura da Exposição da Associação Rural da cidade (Correio do Sul, 13/11/1922. p. 01).

Como era de se esperar, o Jornal O Dever nos meses de outubro e novembro, também empenhou uma ampla defesa no processo da reeleição estadual, exortando as qualidades pessoais e administrativas da chefia de Borges de Medeiros no Estado, sem esquecer-se de empregar uma crítica severa ao candidato da oposição, estas constatações são observadas na edição de 26 de outubro de 1922, da qual transcrevemos os seguintes trechos:

A unica razão por que Borges de Medeiros não seria re-eleito  
 O grande partido republicano de Bagé [...] sente, tranquillo e jubiloso, a aproximação do dia em que se realizará a eleição para presidente do Estado. Vae offerecer-se mais uma esplendida oportunidade, entre as muitas que temos sabido aproveitar, para constatarmos a nossa pujança, [...] irá aumentando na medida da expansão da prosperidade do Estado, devida aos seus administradores republicanos, entre os quaes Borges de Medeiros avulta como o consolidador da nossa grandeza moral e econômica. Reservemo-nos para o dia em que o Rio Grande do Sul houver opposição, não opposição de franco-atiradores sem bandeira, sem ideaes, que não sabe dizer o que quer, que não passa de um pacto de vaidade e interesse entre plutocracias regionaes e intelligencias pergaminhadas, que se resume n'uma herança de ódios e aversões mais ou menos heróicas, com embate de guerrilhas. Oposição para ser levada a serio é preciso que exponha em primeiro logar o motivo da sua discordância; se disser que ha administração péssima, aponte-lhe os defeitos, discuta com algarismos e não se deixe ficar na facillidade das accusações sem prova. Eis ahi porque surprehendemos o Brasil com o quadro, quase inédito na politica nacional, de uma esmagadora maioria. [...] Não vivemos do brilho antigo dos dias extintos; vamos andando, vamos caminhando e vamos construindo, e o dia de hoje já se nos vae tornando passado, porque o Partido Republicano é o mesmo de hontem, é o mesmo de todos os tempos. [...] conscio de que desejando a continuação de Borges de Medeiros no governo, quer sinceramente o progresso desta terra. O Partido de Bagé saberá cumprir com o seu dever, porque desapareceu a única razão pela qual Borges de Medeiros não seria eleito. Essa razão, todos a sabemos, consistiria n'uma re-

cusa de S. Excia. Borges de Medeiros deu mais uma vez mostras de seu patriotismo aceitando. O Partido Republicano saberá ser patriota elegendo-o. (O Dever, 26/10/1922, p.01)

As notícias encontradas no jornal O Dever, entre o mês de outubro e novembro de 1922, reafirmam as características da personalidade administrativa de Borges de Medeiros, os motivos políticos necessários da reeleição, os avanços sociais e econômicos das legislaturas republicanas nos municípios e no Estado. Obviamente os redatores do jornal O Dever, não se esqueceram de tecer duras críticas ao caráter político, filosófico e religioso do candidato opositor, como também, ratificar o compromisso da *ordem política* e da conquista do *poder a qualquer preço*, na expressão de Félix (1987, p. 76).

De uma série de editoriais produzidos quase diariamente nas páginas do jornal O Dever, as reportagens mais incisivas neste sentido são encontradas nos dias que antecedem a eleição estadual. As críticas a Assis Brasil, em relação ao seu caráter pessoal, sua postura religiosa e política, são observadas a seguir:

Catholicos! Eis como Assis Brasil, n'um soneto, deixa patente a sua profunda antipathia ás vossas crenças:

A Igreja

Já foste grande e boa, olympica e sagrada;  
 Domavas do tyranno a fúria sobranceira,  
 E era a tí que corria a ovelha amedontrada,  
 Para fugir, do lobo, á garra carniceira;  
 Porém, feita de pedra, immovel, emperrada,  
 Não pudeste seguir, dos tempos, a carreira:  
 Soprou de “oitenta e nove” a ríspida rajada,  
 E o vulto mergulhou te em nuvens de poeira.  
 Já te não busca não, a alma entristecida  
 Não o peito que sangra em vórtice cruento,  
 De mortas illusões na febre que trucida:  
 Gelou-se te no seio o coração poento,  
 E em vão ergues ao céu a torre ennergecida,  
 Onde pia, sinistro, o mocho somnolento.

Dr, Assis Brasil

Para a salvação do Rio Grande, vota-e em Borges de Medeiros!

(O Dever, 20/11/1922, p.01)

Politicamente é immoralidade reunir-se indivíduos de credo diverso com o fim de conquistarem o poder, repartindo depois, como cousa vil, o objeto da cubiçada vitória. Estas colligações são immoraes em si: mas o que é peor e que ellas são negativas e, por isso, funestas na administração, se conseguem triumphar... A nação terá no principio um máo governo e depois o desgoverno.

Dr. Assis Brasil – Do livro “Democracia Representativa.

(O Dever, 24/11/1922, p.01)

Juntamente a estas notícias, os republicanos estampavam nas folhas do O Dever, variadas e pequenas notas sobre a importância do voto em Borges de Medeiros, descrevendo as grandes virtudes e benefícios para o Rio Grande do Sul no pleito de 25 de novembro de 1922, dentre estas várias notas, destacamos as publicados no dia anterior da eleição:

O Rio Grande é uma Potencia Economica e Politica graças á sabia administração de Borges de Medeiros. Mostrai-vos gratos pelo muito que o grande estadista tem feito. (O Dever, 24/11/1922, p.01)

O povo é grande, quer BORGES DE MEDEIROS!

O Rio Grande do Sul é grande, quer BORGES DE MEDEIROS!

Grande é Borges de Medeiros e grande tem sido e será seu governo!

Grande é o Partido Republicano e grande será a sua vitória na eleição de 25 de novembro de 1922. (O Dever, 24/11/1922, p.01)

Republicanos! É a nossa grandeza do nosso glorioso partido que os nossos inimigos de todos os tempos pretendem aniquillar.

Cumpramos com o nosso dever levando às urnas, na proxima eleição [...] o nome do laureado e benemérito BORGES DE MEDEIROS! (O Dever, 24/11/1922, p.01)

Como era esperado, o pleito eleitoral realizado no mês de novembro de 1922, consagrou à vitória republicana, a consagração política de Borges de Medeiros como chefe onipotente do PRR gaúcho e a manutenção dos ideais do castilhismo-borgismo no comando político do Estado, no dia pos-

terior à eleição, o jornal O Dever estampava a seguinte notícia sua primeira página: ***Consagração de Borges de Medeiros: Hurrah! Invencível Partido Republicano! Hurrah! Rio Grande do Sul ativo e Forte! Mil vezes bemdita, memoria de Castilhos.*** Este editorial descrevia minuciosamente o valor político da vitória republicana, o apoio dos republicanos à causa partidária, relembrava a memória de Julio de Castilhos como “Guia” orientador do PRR, a importância dos chefes políticos no “aliciamento” de votos e a derrota implacável do Partido Federalista na cidade de Bagé.

Obviamente que as exasperações oriundas com a eleição estadual produziram seqüelas políticas no Estado do Rio Grande do Sul no período posterior a eleição, neste sentido, o jornal O Dever, publica no dia 22 de dezembro de 1922, a carta que Borges de Medeiros envia a Assis Brasil, justificando que o resultado das urnas e a legalidade moral da apuração, e que não se pronunciaria sobre este fato, mas que aceitava o arbitramento da Presidência da República.

#### **2.4. O Conflito e a Pacificação de 1923**

Os antagonismos políticos e ideológicos constituídos entre republicanos e a Aliança Libertadora - oposição formada por federalistas, democráticos e dissidentes do PRR -, começam a ser proferidos e amplamente esboçados nos jornais de Bagé durante o ano de 1923.

Os editoriais que seguem durante o período compreendido entre janeiro e dezembro do ano de 1923 revelam a tônica inflamada de ambos os lados na defesa de suas idéias e pensamentos políticos sobre o desenrolar da Revolução Assisista de 1923, nosso objetivo neste sentido, é expor algumas das inflexões mais importantes neste processo<sup>11</sup>, que denotaram mudanças políticas importantes na Intendência de Bagé no transcorrer do período posterior a pacificação do Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>11</sup> Sobre os discursos jornalísticos da Revolução Assisista de 1923, presentes nos jornais da cidade de Bagé, consultar a obra de LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **A Imprensa partidária e a Guerra Civil de 1923.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo: UPF, 2010. Orientação: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Luiz Carlos Tau Golin.

Para tanto, nossas escolhas tem por objetivo fundamentar e explicitar as mudanças oriundas nas políticas estaduais, como também apontar seus reflexos nos arranjos eleitorais que proporcionaram a manutenção do PRR no mando político municipal da cidade de Bagé.

Dentre os vários editoriais encontrados sobre a Revolução Assisista de 1923, publicados nos jornais O Dever e o Correio do Sul, figuram notícias dos conflitos armados, das asseverações ideológicas, dos embates políticos de defesa ou de acusação entre Borgistas e Assisistas, das campanhas militares dos federalistas e dos republicanos.

Dentre as várias notas que encontramos no Jornal Correio do Sul durante os primeiros meses de 1923, destacamos a notícia publicada em 18 de maio de 1923, este editorial nos chama a atenção pela exortação da emblemática figura histórica Adão Latorre morto em combate próximo às margens do Rio Santa Maria, esta notícia possui extrema relevância, quer seja pelo enaltecimento da memória do federalista, quer seja por rememorar seus feitos realizados na Revolução de 1893, ou pelo apelo sentimental, às causas políticas da Revolução de 1923, como vemos a seguir:

O Guerreio Negro

Coronel Adão Latorre

Acaba de succumbir no campo das pugnas cívicas, á margem do Santa Maria, pelejando como um grande bravo que era, o Coronel Adão Latorre, guerreio de rija tempera, cuja história se póde resumir nestes trez predicados soberbos: valentia, honrado e patriota. Tomou parte na campanha revolucionaria de 93, sob o comando do inolvidável chefe federalista Zeca Tavares, portando-se em todos os lances atrevidos daquela pugna gloriosa como um dos mais fortes batalhadores. Homem de côr, soube glorificar o sangue de sua raça e o nome de brasileiro, avançado sempre na linha da frente, sem fadigas nem desânimos, sem medo nem vacillações. [...] Patriota extremado, a sua lança esteve sempre ao serviço das causas da pátria, luctando pelas reivindicações populares, sem vaidades nem ambições, pelo simples prazer de ser útil ao berço político. [...] **Doente, aos oitenta annos de idade, quando o Rio Grande appellou agora a bravura de seus filhos, afim de que o libertassem da tyrannia do sr. Borges de Medeiros, aquelle velho soube dar o exemplo da voluntariedade aos moços, como aquelle negro soube mos-**

**trar aos brancos o que se chama ter capricho e amor ao berço natal.** (grifos nossos) (Correio do Sul, 18/05/1923, p.01)

A morte de Adão Latorre, representa na historiografia do conflito de 1923, um importante aspecto de análise, pois juntamente com outros federalistas históricos traziam consigo o amálgama dos preceitos revolucionários defendidos na campanha de 1893, e principalmente à figura de Adão Latorre, considerado por muitos, como o grande representante das atrocidades ocorridas no combate às margens do Rio Negro.

Ao tratar do conflito às margens do Rio Santa Maria, entre republicanos e federalistas, como também sobre a morte de Adão Latorre e a vitória das tropas republicanas, o jornal O Dever de 24 de maio de 1923, traz a seguinte notícia:

Os últimos intantes de uma curiosa revolução sem ideal, sem gente e sem dinheiro

Interessantes pormenores sobre o encontro ás margens do Santa Maria Chica

[...] Armas, munições, cavalhada, etc.

Os adversarios, desbaratados, foram levados, em completa desordem até o Passo do Bento Rengo, perdendo mais de cem mortos. [...] A columna derrotada seguiu na direcção da Serrilhada. Em conjunto, conforme já disse, foram apprehendidos mais de tres mil cavallos. [...] Tambem em conjuncto foram apprehendidas mais de 400 lanças. Quase todas estão recolhidas á Intendencia Municipal daqui. Tambem ahi acha-se parte dos fuzis apprehendidos; assim como, tambem esta aqui a grande carroça do Estado maior que era defendida por Adão Latorre no momento de morrer. (O Dever, 24/05/1925, p.01)

Neste íterim, é possível afirmar que no processo de análise dos editoriais presentes nos jornais da cidade da Bagé, concluímos que enquanto às páginas do O Dever sustentavam: *da serenidade dos republicanos em relação ao conflito armado, das intenções morais e éticas do PRR para o Rio Grande do Sul, do apoio do governo federal ao resultado das eleições, das tratativas de Paz.* Como se pode observar na notícia de 09 de maio de 1923 apud Lemieszek (2010, p. 77):

A desordem no Rio Grande do Sul não envolve nenhum aspecto constitucional, pois o presidente reeleito o foi dentro da Constituição e das leis do Estado e o seu reconhecimento feito pelo único poder competente no caso que é a Assembléia dos Representantes.

A partir deste momento, os signatários republicanos reproduziam que a condição de oposição dos assististas, além de ilegal era odiosamente repudiada pelo governo federal, e tinha por objetivo apenas o esfacelamento da ordem cotidiana e levava consigo a face ceifadora da morte das vidas pelos campos do Rio Grande.

De certa forma, a impossibilidade da intervenção federal no Estado, promoveu o desmoronamento das intenções mais austeras dos assististas, promovendo a prostração de muitos líderes revolucionários que acabaram por abandonar a causa oposicionista. (Lemieszek, 2010).

Sobre o panorama que se estabeleceu nas colunas jornalísticas durante a Revolução Assisista de 1923 na imprensa bajeense, e sobre os interesses republicanos e assististas na contenda político-militar, Lemieszek (2010, p.85) traça o seguinte comentário:

Vários artigos podem ser listados aqui para elucidar os argumentos políticos de ambos os jornais em torno da Guerra Civil de 1923, mas em todos é reconhecida a discussão e a formulação de discursos que basicamente questionavam ou criticavam ações tomadas pelos legalistas e oposicionistas. Tratava-se, portanto, de um embate que tinha, de um lado, a defesa da ordem pela Constituição Estadual e, de outro, a luta para a mudança dessa mesma Constituição. Os confrontos discursivos entre O Dever e o Correio do Sul estenderam-se até o fim do conflito armado. O jogo de influências que ambos os periódicos pretenderam executar, em relação aos leitores da cidade de Bagé, estava intimamente ligado à necessidade de exercer um poder de convencimento, de conseguir a adesão do público à causa a que estavam vinculados, e principalmente fragilizar os ideais dos seus inimigos, através de um jogo de força e poder. Todos os argumentos políticos em torno da Guerra Civil de 1923, postos por O Dever e Correio do Sul, definem a importância do papel que a imprensa partidária bajeense avulta em relação ao conflito armado de 1923. Nos documentos oficiais de ambos os jornais, no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária, os conflitos encontravam um espaço de propagação, mesmo nos momentos em que nos

campos de batalha não se registrava nenhum embate entre as forças governistas e assististas. Os fatos demonstram que os artigos publicados em O Dever e Correio do Sul serviram como agentes de combate entre as duas tendências políticas.

A constatação do pesquisador é reveladora para nosso trabalho, referendando a importância dos periódicos publicados na cidade de Bagé para as pesquisas em história e história da educação, focalizando os jornais como espaços de convencimento, como lugar de esteio dos ideais republicanos e federalistas e na demonstração das ideologias em conflito durante o período estudado.

Em fins de dezembro de 1923, é assinado o Pacto de Pedras Altas que pôs termo à Revolução Assisista, e abriu o caminho necessário para a reforma constitucional tanto desejada no Rio Grande do Sul, segundo Axt (2002, p. 25), o acordo de paz trouxe os seguintes reflexos político-administrativos: *a proibição de reeleição, [...], a adaptação das eleições estaduais e municipais à legislação federal, a determinação de nomeação de intendentess provisórios apenas nos casos de completa acefalia administrativa.*

Sendo assim, terminado os conflitos bélicos da Revolução Assisista de 1923, a história política do Estado do Rio Grande do Sul, haveria de seguir o fluxo normal das belicosidades e antagonismos políticos entre Republicanos e Federalistas-Aliancistas são observados em ambos os jornais, entre os meses de janeiro e maio de 1924, quando ocorreram eleições para os cargos de Deputados Federais e Senadores no Estado do Rio Grande do Sul.

Apesar da oposição exercida pela Aliança Libertadora nos editoriais do Correio do Sul ao sistema Castilhistas-Borgista nas eleições de maio de 1924, as notícias expressavam de certa forma às conquistas do avanço libertador no Rio Grande do Sul, como afirma Franco (2007, p.166) em relação aos avanços aliancistas nas eleições de 1924: *[...], fiscalizada pelo Exército, com a reserva convencionada de algumas cadeiras para oposi-*

*ção, tanto na Câmara Federal como na Assembléia, deu aos rebeldes uma tênue sensação de vitória.*

Em termos municipais, os reflexos político-administrativos decorrentes do Pacto de Pedras Altas, começam a ser observados ainda no mês de maio de 1924, quando o jornal O Dever publica a proposta de alteração da Lei Orgânica<sup>12</sup> do município de Bagé em sua edição de 31 de maio de 1924, onde observamos:

Projeto de reforma parcial da Lei Organica do Municipio de Bagé

A Lei organica póde ser reformada por iniciativa do Intendente ou por petição da maioria dos eleitores municipaes.

§ 1º - Quando a reforma for promovida por iniciativa do Intendente, este publicará o respectivo plano, e se no prazo de 60 dias não houver impugnações, de dois terços dos eleitores do municipio, será o referido plano convertido em lei. (Lei Organica, art. 6o).

Nos termos do accordo firmado entre os governos do Estado e da União, em 15 de dezembro de do anno próximo findo, que veio restituir a paz no Rio Grande do Sul, propoz o Presidente do Estado uma serie de modificações em nossa Constituição Politica e que acabam de ser sancionadas pela maioria dos Conselhos Municipaes.

Afim de adaptar a Lei Organica deste Municipio áquellas reformas, submeto á apreciação publica o projecto que formulo, alterando os artigos abaixo referentes ao Pacto da Paz e criando a aposentadoria dos funcionarios municipaes, medida de alta justiça:

Art. 6º - O poder municipal será exercido por um intendente, que dirigirá todos os serviços e por um conselho, que votará os meios de serem elles creados e mantidos.

§ Único - O intendente e o conselho serão simultaneamente eleitos mediante suffragio directo dos cidadãos, de quatro em quatro annos.

**Art. 8º - O intendente não poderá ser reeleito para o quadriennio immediato.**

**Art. 9º - Substitue o intendente, no caso de impedimento, e succede lhe, na falta, um vice intendente eleito simultaneamente com elle e da mesma forma.**

---

<sup>12</sup> A Lei Orgânica do município de Bagé foi aprovada pelo Ato Municipal nº 285 de 21 de outubro de 1924 que promulgou a Lei nº 91 de 17 de outubro de 1924, substituindo assim, a primeira Lei Orgânica do Município de Bagé, datada de 07 de setembro de 1892. Em tempo, cabe salientar, que estes documentos encontram-se arquivados no acervo do Arquivo Publico Municipal da cidade.

§ Único – Se, no caso da vaga, por qualquer causa, o vice-intendente suceder ao intendente, antes de decorridos dois annos do quadriênio municipal, proceder-se-á á nova eleição dentro de sessenta dias. [...]Intendencia Municipal de Bagé, em 30 de maio de 1924. Martim Silveira – Intendente (grifos nossos) (O Dever, 31/05/1924, p.01)

A mudança da Lei Orgânica Municipal possibilitou efetivas transformações na vida político-partidária da cidade de Bagé, pois em decorrência destas alterações, os republicanos tiveram que efetivar modificações no sistema eleitoral da cidade, visto que a Lei Eleitoral vigente no município datava de 1913, dentre as principais mudanças propostas na nova Lei Eleitoral aprovada em setembro de 1924, estão à questão do alistamento eleitoral e quanto ao processo das eleições, isto é, a adoção do voto secreto e a garantia da representação das minorias.

Outro ponto de destaque na reforma da Lei Orgânica Municipal foi à questão da chapa única, isto é, até então os vice-intendentes municipais eram indicados por ato/decreto expedido pelo Intendente eleito, essa inflexão no cotidiano político da cidade, proporcionou uma oposição mais combativa dos federalistas-aliancistas, como também, uma maior preocupação dos republicanos bajeenses nas eleições intencionais do ano de 1925, como se pode observar na carta de Martim Tupy Silveira à Borges de Medeiros:

Bagé, 4 de dezembro de 1924

Exmo. Snr. Dr. A. A. Borges de Medeiros

Porto Alegre

Presado chefe e amigo:

Saudações cordiaes

Não me tendo possível, até agora, como desejava e precisava, devido ao movimento sedicioso que veio perturbar a vida do Estado, ir a Porto Alegre, resolvi, por meio desta, **recomendar á vossa aprovação os nomes dos nossos correligionários Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont, respectivamente, para os lugares de Intendente e Vice-Intendente deste município. Deixo de entrar em apreço sobre as personalidades de ambos os recommendados, porque as suas qualidades pessoasas são de vosso inteiro conhecimento; limito-me apenas a dizer-vos que teem sido os meus**

***melhores auxiliares, tanto na política como na administração. Nestas condições, serão os meus substitutos com mais conhecimento da administração e da vida política do nosso partido aqui.*** Queria pessoalmente fazer-vos esta manifestação da minha vontade; a gravidade do momento, porém, faz com eu tenha de permanecer aqui á testa dos interesses da ordem publica. O Mangabeira que ahi se encontra, em seu regresso poderá ser o portador das instrucções que tiverdes sobre o assumpto ou de qualquer resolução que vos approuver de tomar.

Am. Cor.

Tupy Silveira (grifos nossos) (Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros do IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

Nesta carta, é possível observar a preocupação de Martim Tupy Silveira, ao indicar os nomes de Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont como candidatos na eleição intencional do ano seguinte, qualificando seus predicados pessoais, administrativos e políticos.

Sobre a vida político-partidária dos indicados à intendência municipal na eleição do ano de 1925, salienta-se que Carlos Cavalcanti Mangabeira<sup>13</sup>, era deputado estadual pelo PRR deste o ano de 1913 e Vice-Intendente municipal desde 1917 e Adolpho Luiz Dupont, editor e redator chefe do jornal O Dever, desde a sua fundação.

Para Axt (2007, p. 102), o período iniciado após o Pacto de Pedras Altas, pode ser classificado como de *Recomposição da Aliança Hegemônica (1923-1930)*, pois garantiu a permanência de Borges de Medeiros na presidência do Estado, apesar dos avanços constitucionais logrados pela oposição no acordo de paz e da possibilidade de seu renascimento político. Mas, por outro lado, fortaleceu temporariamente o poder dos chefes locais do PRR, como observamos na carta acima.

---

<sup>13</sup> Segundo Taborda (1966), Carlos Cavalcanti Mangabeira nasceu em 28 de agosto de 1876, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Era médico e farmacêutico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, tendo participado como membro voluntário do corpo médico na Campanha de Canudos em 1897. Tornou-se Tenente do Exército Nacional em 1900 e designado para servir no Estado do Rio Grande do Sul, dentre os anos de 1900 e 1906, serviu as guarnições de Quaraí, São Gabriel, Rio Grande e Bagé. Após este período, fixou residência na cidade de Bagé, e participou ativamente do Partido Republicano Bageense, sendo o principal homem de confiança de Tupy Silveira. Ainda segundo Taborda (1966, p.130): ***Pelo crescimento de seu prestígio no seio da coletividade bajeense, Carlos Mangabeira foi indicado pelo chefe local do PRR, cel. Tupy Silveira, para ocupar o lugar de vice-intendente, [...] as demonstrações que dava de amôr a Bajé, aliadas ao prestígio que tinha entre todos.***

## 2.5. A Eleição de 1925 e o Continuismo Republicano

Nas pesquisas empíricas realizadas entre os anos de 1900 e 1924, percebemos que as notícias encontradas no jornal O Dever predominantemente defendiam e sustentavam a política do PRR no Estado, e por outro lado, os editoriais do Correio do Sul, faziam críticas severas ao sistema político estabelecido pela Constituição de 1891 e censuravam às cooptações partidárias realizadas pelo sistema Castilhistas-Borgista no Estado.

As eleições municipais ocorridas em fevereiro de 1925, promoveram e inauguraram nos jornais da cidade de Bagé, uma série de notas políticas e editoriais jornalísticos nunca vistos anteriormente. Foi possível perceber que os editoriais publicados nos jornais O Dever e o Correio do Sul, e produzidos até o ano de 1924, tinham como objetivo primeiro: *defender os interesses republicanos ou os ideais federalistas em suas colunas, sendo que suas notas periódicas se preocupavam em defender ou criticar, sustentar ou censurar as questões relacionadas à política estadual do Estado do Rio Grande do Sul, quase nunca relacionadas às questões da política intencional do município.*

Estas novas notas políticas e editoriais jornalísticos sobre o cotidiano de Bagé, que se inauguram com a eleição municipal de 1925, demonstram que, a partir de agora: os antagonismos partidários existentes no município; as lutas pelos pleitos eleitorais; as divergências políticas; as críticas e defesas dos signatários do PRR no jornal O Dever e dos Federalistas no Correio do Sul, estão quase sempre vinculados às temáticas municipais.

Ademais, as notícias escritas pelos jornais a partir de 1925, revelam particularidades sobre questões específicas do município, em termos políticos, econômicos, sociais, educacionais. Neste sentido, as páginas escritas no Correio do Sul, começam a trazer severas censuras à política do governo municipal e críticas aos intendentistas republicanos. Por outro lado, o jornal O Dever sustentava a política do governo municipal, bem

como, exaltava a figura dos Intendentes, possibilitando a segurança necessária para o continuísmo republicano no poder.

Neste sentido, é interessante observar que os preparativos para a eleição municipal de 11 de fevereiro de 1925, não despertaram e nem provocaram severas asseverações entre republicanos e opositoristas na cidade de Bagé, pois a oposição não compôs uma chapa para a disputa do pleito da Intendência municipal. Por outro lado, os editoriais jornalísticos anteriores a eleição do mesmo mês, estampados pelo jornal O Dever, fazem alusão à reunião do partido que elegeu a chapa única para a Intendência do município<sup>14</sup>, a convocação de seus correligionários para a eleição e sobre a solidariedade à decisão de Martim Tupy Silveira na indicação de Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont, como também ratificam o jornal O Dever como representante do PRR bageense.

Figura 13 - Propaganda Republicana III

**Eleição Municipal**  
**Chapa do partido Republicano**

O «O Dever», devidamente autorizado pelo coronel Tupy Silveira, diretor da política republicana, deste município recomenda ao sufrágio dos seus correligionários, na eleição de 11 do corrente, os candidatos à sucessão intencional, proclamado solenemente, pela grande assembleia do partido, realizada em 10 de janeiro último.

Para Intendente:  
**Carlos Cavalcante Mangabeira**

Para Vice Intendente:  
**Adolpho Luiz Dupont**

Para Conselheiros:  
 Idalino Campos da Luz  
 José Cachapuz Primo  
 Serafim Leão Gomes  
 Oscar Salis  
 Francisco de Paula Pereira  
 Ernesto Quirino de Camargo  
 Geraldo Nanes  
 Belmiro Medeiros

Fonte: O Dever, 03/02/1922 (p.01)

Acervo Arquivo Público Municipal de Bagé

<sup>14</sup> Em tempo, cabe salientar que Martim Tupy Silveira, era chefe político do PRR bageense e candidato natural ao cargo de Intendente Municipal. Porém, não pode concorrer a eleição municipal de 1925, em função da mudança da Lei orgânica do município de Bagé realizada em outubro de 1924, onde se proibia a reeleição dos intendentes.

Neste sentido, o jornal O Dever havia também de qualificar e exortar as qualidades pessoais de Martim Tupy Silveira (Intendente) e Carlos Mangabeira (Candidato) em suas páginas, na perspectiva de qualificá-los politicamente e garantir a continuidade do PRR Bajense no controle político municipal.

Especificamente em relação à personalidade política de Carlos Mangabeira, o jornal O Dever, faz as seguintes considerações:

Dentro os filhos desta terra nenhum o excederá no interesse e no amor por tudo quanto lhe diz respeito. Há longos annos aqui radicado tendo aqui constituído seu lar o dr. Mangabeira tem conquistado as altas posições de que um homem se póde orgulhar, pelo seu único esforço, pela sua perseverança no trabalho, e por um culto fervoroso a todas as virtudes cívicas. No seio do partido republicano é figura de inconfundível relevo: na sua pessoa, desdobrada em trabalho incansável e em dedicação inexplicável tem tido o coronel Tupy um auxiliar valiosissimo na conquista das grandes victorias de que tão justamente se orgulha o partido republicano de Bagé. Vice-intendente do municipio durante oito annos, por diversas vezes tem estado no cargo; membro da Assembleia dos Representantes, durante doze annos, alli a sua operosidade se fez remarcada. Membro das mais importantes commissões, primeiro secretario da casa e seu vice presidente na ultima legislatura; o dr. Mangabeira assumiu o exercicio da presidência no momento mais empolgante da vida do nosso partido, quando os nossos adversarios pretendiam contestar o reconhecimento do benemérito dr. Borges de Medeiros, reeleito. [...] (O Dever, 11/02/1925, p.01)

A oposição apesar de não ter demonstrado interesse político na eleição municipal, teceu críticas ao continuísmo do PRR na cidade de Bagé, como observamos na notícia posterior ao dia da eleição do jornal Correio do Sul.

#### A Eleição Municipal

Realizou-se hontem o pleito eleitoral para a renovação do governo deste municipio, tendo concorrido ao mesmo sómente o Partido Republicano. Foram eleitos os srs. Carlos Mangabeira e Adolpho Dupont, candidatos aos cargos de intendente e vice-intendente, respectivamente. Tambem foi eleita a chapa

de conselheiros apresentada pelo situacionismo, inclusive o candidato avulso, sr. Fabio Lima, que foi suffragado pelos seus correligionários situacionistas. ***Não tendo a oposição comparecido às urnas, o pleito deixou de despertar interesse, correndo os trabalhos sem entusiasmo.*** (grifos nossos) (Correio do Sul, 12/02/1925, p.02)

Apesar do silêncio empreendido pelas páginas do jornal Correio do Sul nas vésperas da eleição municipal, este é interrompido nos editoriais escritos nos dias 15 e 21 de abril, quando ocorre o início da nova gestão<sup>15</sup>. Neste sentido, os artigos que seguem fazem várias críticas e francas oposições à figura de Carlos Mangabeira, como observamos nos trechos destacados abaixo:

O Estafeta – MANGABEIRA “VERSUS” TUPY

No Sabbado de Alleluia

Tomando posse do cargo de intendente deste município, [...] o dr. Carlos Mangabeira pronunciou um formidavel e kilometrico discurso, altamente patriotico e cheio de boas intenções. Depois de fazer varias considerações enaltecendo as virtudes privadas e publicas do coronel Tupy Silveira e recebendo por isso palmas e fores, entrou resolutamente na materia. [...] ***Passa em seguida a dizer que não fará politica e sim administração; [...] pois, a origem da própria candidatura que elevou ao cargo de intendente, está na mais baixa politicagem, meio onde o novo edil fez toda a sua feliz carreira publica.*** Acha tambem o prommetedor intendente que deve sempre haver um vasto programma a executar [...] ***Aqui principia o dr. Mangabeira, sem quiere, a ser cruel para com o seu digno e velho amigo sr. Tupy Silveira.*** Ora, das duas uma, ou o coronel ex-intendente tinha um vasto programma e o exgottou em doze annos de governo; ou, o sympatico bageense nunca teve coisa alguma e si teve não prestava, [...] ***Agora talvez o esperto bahiano*** venha tardiamente dizer que faltou, por simples descuido, collocar antes da palavra “melhoramentos” a partícula “mais”; [...] “Para fazer os melhoramentos existe a verba necessaria basta que faça uma arrecadação

---

<sup>15</sup> No período estudado neste trabalho, observou-se que, durante o mês de janeiro, acontecia a escolha do candidato à Intendência, o alistamento dos eleitores e as propagandas eleitorais, na primeira quinzena de fevereiro ocorria o processo do sufrágio municipal. Porém, as novas gestões da Intendência Municipal começavam geralmente na primeira quinzena do mês de abril do ano em questão. Todos os intendentes eleitos ou nomeados na cidade de Bagé tomaram posse no mês de abril, com exceção de José Octavio Gonçalves em seu terceiro mandato, que iniciou em 31 de outubro de 1910, em função da anulação da eleição intencional de 1909, pelo Presidente do Estado Carlos Barbosa.

equitativa pois até agora tem havido verdadeiras injustiças em materia de impostos”, de um modo geral, commenta ainda o dr. Carlos Cavalcanti Mangabeira. *Aqui faz, ao nosso ver, tambem sem querer, o actual intendente a mais forte accusação ao bondoso coronel Tupy Silveira; pois escreve no já famoso discurso:* “enquanto uns pagam o que deveriam pagar, outros pagam menos da metade”. Si tal acontece, o que não sabemos, por essa culpa deve haver alguém culpado. [...] Por fim o dr. Mangabeira quer que “a imprensa acompanhe a sua administração e faça uma critica sem favores porém com justiça”. Poderá estar descansado neste ponto o illustre major que, o que for a de soar. Não nos moverão pruridos de opposição e sim ardor de patriotismo. [...] *E o povo desta cidade responde ao dr. Carlos Mangabeira nestas palavras: fazendo metade do que promettes tereis nossos applausos.* (grifos nossos) (Correio do Sul, 15/04/1925, p.01)

Este editorial foi assinado com o nome fictício de **Zequinha Netto**, e nele percebemos o teor apontado nas críticas ao novo Intendente municipal. O redator ao escrever a notícia, realiza a defesa do governo do bajeense Tupy Silveira, ex-intendente do município, criticando o processo que conduziu Mangabeira ao cargo municipal, sua vida pública e política, sua esperteza baiana, sua falta de memória política e suas promessas de governo. Ademais, no editorial **O ESTAFETA – Grama contra um programa** -, o jornal Correio do Sul, ainda é mais incisivo em relação à figura do novo intendente, como vemos a seguir:

Sou um revoltoso. E por que? Indagará o geca doente e tão atrocemente ferretado por um physico bagéense. Lá vai bola: é porque venho de ouvir, hoje, num misto de estupefacção e indignado o sr. Major Mangabeira ler-me álcere e triumphante, *o seu programma, que é a mais bem acabada objurgatória com que, em todos os tempos, se tem arremettido contra um governante.* Nem o eloqüente Cicero, nem o arrebatador Demosthenes, nem o fulminante mestiço José do Patrocínio, nem o verbo-trovão Gaspar, nem o genial Ruy – *nenhum delles jamais causticou com tanta inclemência instituição alguma do seu tempo, como o bahiano, que ora nos administra, vulnerou desapiedadamente a administração que findou diante da soberania popular.* Aquelle discurso, que me foi lido e decorei, é a ultima pedrada arremettida, [...] no rubro horizonte de minha terra. Lendo-me a sua mensagem, o ex-operoso deputado *Mangabeira affirmou-me, em palavras*

*altisonantes, que em Bagé nada está feito, tudo está para se fazer!* [...] Escolas? [...] Hygiene? [...] Segurança Publica? [...] Embellezamento? [...] Illuminação? [...] Viação? [...] Funcionalismo? [...] Arrecadação? [...] Despeza? [...] Tudo, tudo, exclamou o sr. major, está num verdadeiro cahos! E eu, de mim para mim, após lembrar donde sahiu a candidatura do bem apessoado edil, interroguei: **Como poderá o venturoso administrador reconstruir a desmantelada cidade fronteiriça?** Arrecadando equitativamente e despendendo razoavelmente? **Mas será possível exigir da “sagrada, genuína família republicana”, o sacrificio inclemente de ser tributada a par da multidão adversária e criminosa?** [...] O major Mangabeira armou um dilema com duas agudíssimas pontas, necessariamente, ficará espetado: ou s. s., cumprindo á risca o seu programma e fazendo jus a gratidão desta população, levantará o despeito incontido de seus companheiros insatisfeitos em suas desabusadas ambições – ou s. s., faltando ás suas prommesas e continuando no ‘status quo’, será anathematizado por aquella que tudo merece. (grifos nossos) (Correio do Sul, 26/04/1925, p.01)

Neste editorial assinado pelo codinome de **Geca Almofadinha**, o jornal Correio do Sul apresenta uma série de ponderações ao programa de governo de Carlos Mangabeira. Neste sentido, a análise do editorial nos aponta as seguintes questões: a falta de honradez política de Mangabeira em relação ao ex-intendente; a crueldade ética presente em seu discurso; a falta de polidez do político baiano; a ausência do conhecimento dos avanços administrativos e econômicos anteriores.

Após a posse de Carlos Mangabeira em 1925, percebeu-se que o Correio do Sul, adentra num período de **Prostração e Ostracismo jornalístico** nos anos posteriores a eleição municipal, produzindo pouquíssimas notas e pequenas críticas em seus editoriais sobre a administração de Carlos Mangabeira.

Por outro lado, o jornal O Dever, como órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense de Bagé, como era de se esperar, frente à sonolência do periódico oposicionista bajeense, tratou de escrever vários editoriais em alusão ao governo municipal. Neste sentido, nos meses de abril de 1926, 1927 e 1928, os editoriais exaltavam os avanços ocorridos no governo de Carlos Mangabeira na administração municipal de Bagé.

Dentre estes vários editoriais, a notícia de abril de 1927, é extremamente relevante neste aspecto:

Dois annos que representam dez!

Com geraes applausos da imprensa e do povo, o dr. Carlos mangabeira attinge, amanhã, o 2º anniversario de administração municipal, em que emprehendeu e consolidou oras dignas do alto conceito das administrações republicanas. Abriram-se estradas, aformosou-se a cidade, ampliou-se o ensino, e tudo isso, a par da segurança da ordem, mostra os fructos de uma boa e intelligente operosidade. [...] quem se norteia por um ideal nobilíssimo de alevantamento moral e material há de, por força, mesmo sob a angustia premente do tempo escasso cumprir, fielmente, os compromissos múltiplos, assumidos pelo perante o povo. [...] O dr. Carlos Mangabeira fez muito e fez bem todo o muito que emprehendeu; não deixou uma iniciativa esboçada para tomar outra; houve um arranque simultâneo, um arremesso hercúleo sobre todos os pontos do programma, [...] Alem do mais, e para terminar esta commemoração de anniversario do governo intelligente, operoso e honesto, Bagé terá o seu theatro, alem da Banda Municipal. (O Dever, 10 de abril de 1927, p. 01)

De certa forma, o silenciamento e a apatia verificada nas páginas do jornal *Correio do Sul*, nos anos posteriores à eleição municipal de 1925, está intimamente ligado às preocupações dos Federalistas de Bagé no processo de reorganização interna do antigo Partido Federalista no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta recomodação ideológica do Partido Federalista desenvolveu-se efetivamente após a Revolução de 1923 e a assinatura do Pacto de Paz, onde as cisões internas foram verificadas com maior veemência, entre dois grupos, os que defendiam as “novas” reformas da Aliança Liberal, tuteladas nas figuras de Assis Brasil<sup>16</sup> e Raul Pilla<sup>17</sup>, e os que reafirmavam

---

<sup>16</sup> Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu em 29 de julho de 1857 na estância de São Gonçalo, Município de São Gabriel, Rio Grande do Sul. Por volta de 1877, Assis Brasil publicou "História da República Rio-Grandense", onde fez uma defesa ardorosa da Revolução Farroupilha de 1835. Neste livro já estão presentes os princípios básicos de seu pensamento. Em 1879, funda o "Clube Republicano Acadêmico e o jornal "Evolução". Foi eleito Deputado Provincial em dois biênios: 1884/86 e 1886/88. Em 1889, proclamada a República, foi eleito deputado à Assembléa Nacional Constituinte para o biênio 1889/91. Em 1896 publicou o livro "Governo Presidencial na República Brasileira", Em 1908 fundou, juntamente com Fernando Abbott, o Partido Republicano Democrático. Depois viveu retirado da atividade política até que, em 1922, o seu nome foi lançado como candidato de oposição pela Aliança Liberal. A rudeza da luta eleitoral tornou inevitável um movimento armado, que acabou resultando na reforma da

as heranças políticas do federalismo histórico sustentadas pelo advogado pedritense Demétrio Xavier e pelo diretório federalista de Santana do Livramento. (Franco, 2006).

A retomada do fôlego jornalístico e do vigor editorial encontrado nas páginas do jornal *Correio do Sul* é verificado em decorrência do Congresso Libertador que se organizava na cidade de Bagé no mês de março de 1928. No editorial de 1º de março de 1928, o jornal *Correio do Sul* traz a seguinte notícia:

A chegada do Dr. Assis Brasil – Imponente recepção que faz o povo de Bagé ao egrégio brasileiro

Às sete horas da tarde de hontem chegou a esta cidade, com procedência de Melo, o eminente brasileiro dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, que vem presidir á solenne inauguração do congresso opposicionista a reunir-se depois d’amanhã. [...] A Aliança Libertadora de Bagé deu a nota eloqüente do seu imenso prestígio, da sua dedicação á causa da liberdade e da fidalguia dos homens que a orientam e dirigem. Póde-se dizer que em tempo algum a invicta cidade fronteiriça havia demonstrado esplendor em festas de tal natureza. [...] Abrindo uma serie de discursos de saudação a s. exc., prendeu a atenção do publico o nosso fulgurante collaborador dr. Camilo Teixeira Mericio, que falou durante meia hora, arrancando entusiasticos applausos da multidão. O orador [...] o seguinte discurso: Illustre chefe Assis Brasil. [...] E agora, mais do que nunca, crepitam de entusiasmo todos os corações, vibram todas almas oppocionistas, no desaforo sereno e promissor que proporciona á alma gaucha, o vosso retorno do exílio, a vossa permanência

---

Constituição Estadual de 1891. Em 1923, no mês de dezembro, foi assinado o Tratado de Pedras Altas, em seu castelo na cidade de mesmo nome. Em 1924, tendo surgido um movimento revolucionário, exilou-se emigrando para o Uruguai. Em 1927 os sufrágios de seus correligionários o elegeram Deputado Federal. Sobre a vida e obra de Assis Brasil, consultar: AITA, Carmen. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: Perfil Biográfico e Discursos (1857-1938)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

<sup>17</sup> Raul Pilla uma das mais destacadas lideranças políticas do Rio Grande do Sul, nasceu em Porto Alegre no dia 20 de janeiro de 1982, filho de José Pilla e de Jovina Zenani Pilla. Um dos maiores defensores do regime parlamentarista para o Brasil, A sua carreira política inicia com apenas 17 anos, foi Secretário do Diretório Central do Partido Federalista em Porto Alegre em 1909. Posteriormente, afirmaria que se aproximou do partido influenciado pelas idéias de Apeles Porto Alegre, seu professor de história no Ginásio Julio de Castilhos, adepto do parlamentarismo, uma das principais bandeiras dos federalistas. Em 1922, atuou intensamente no movimento oposicionista apoiando Joaquim Francisco Assis Brasil na sua candidatura pela Aliança Libertadora, no ano de 1928 foi um dos fundadores e Vice-Presidente do PL – Partido Libertador, no Rio Grande do Sul. Sobre a biografia política da Raul Pilla, consultar: BUENO, Antonio Avelange Padilha. **Raul Pilla: Aspectos de uma biografia política**. Dissertação de mestrado. PUC/RS (Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Departamento de História). Porto Alegre, julho de 2006.

no solo farroupilha, o vibrar do vosso verbo, que guia e aconselha, entusiasmo e reanima, renovando esperanças e alentando descrenças, que, porventura, vierem, adubadas pelo dilatado prazo da lucta continua. A presença do apóstolo anima, a mais, a energia cívica, incita mais, o ardor partidário, [...] O discurso do glorioso prédicador político que há quase meio século fala á alma do povo aquella linguagem serena e persuasiva de patriota que o tornou querido dos brasileiros, foi delirantemente applaudido. (Correio do Sul, 01/03/1928, p.01)

Nesta notícia é perceptível a importância dada ao Congresso Libertador, bem como, ao chefe político da Aliança Liberal, Assis Brasil, é importante afirmar que desde 1920, as querelas ideológicas internas promoveram a fossilização do Partido Federalista, na expressão de Franco (2006). Sendo assim, é necessário compreender que Congresso Libertador representava a possibilidade da vinculação das tendências oposicionistas rio-grandenses. Ademais, a realização da Assembléia oposicionista na cidade de Bagé, possuía um caráter simbólico, devido à própria história política do Partido Federalista, das heranças políticas de Silveira Martins<sup>18</sup> e da presença das fortes lideranças políticas da região.

As notícias que seguem no jornal Correio do Sul evidenciam a reunião dessas lideranças no Congresso Libertador de Bagé, como podemos observar abaixo:

---

<sup>18</sup> Cabe salientar que a cidade de Bagé, possui o maior símbolo do imaginário e do ideário Federalista Gaúcho. No mês de agosto de 1920, após um arranjo político da cúpula do Partido Federalista juntamente com Júlio Silveira Martins, os despojos mortais de Gaspar Silveira Martins são removidos da cidade de Montevidéo/Uruguai para a cidade de Bagé, estes são colocados no mausoléu particular da Família Martins. Ainda hoje, os turistas ao visitarem a Catedral São Sebastião são convidados a apreciar o túmulo do Patrono do Federalismo gaúcho.

Figura 14 – Pauta do Congresso Libertador

**Congresso da Aliança Libertadora a realizar-se a 3 de março de 1928**

**ORDEM DOS TRABALHOS**

**DIA 3**

A's 10 horas da manhã sessão preparatória para a apresentação de credenciaes dos delegados ao Congresso.

A's 2 1/2 horas da tarde, sessão inaugural, com a seguinte organização:

Dirigirá os trabalhos do Congresso a Comissão Executiva da Aliança Libertadora, sob a presidência do exmo. sr. dr. Assis Brasil.

Farão ainda, parte da mesa, como convidados de honra, os membros das delegações dos Estados.

Iniciando os trabalhos falará o sr. dr. Assis Brasil dirigindo cumprimentos de boas vindas ás diversas delegações ao Congresso e expondo as bases do programma e do Regimento Interno do novo Partido, fundamentando o seu ponto de vista a respeito desse palpitante assumpto, sendo aquellas bases apresentadas aos srs. congressistas para estudo e deliberação.

A seguir o sr. deputado Demétrio Mercio Xavier, em nome dos opposicionistas rio-grandenses e do proprio Congresso saudará o notavel tribuno dr. Mauricio de Lacerda.

Terão inicio as orações dos srs. drs. Adolpho Pena, em nome das delegações do 1º Circulo Eleitoral do Estado, Alves Valença pelas delegações do 2º Circulo e Francisco Antunes Maciel pelas do 3º.

O dr. Mauricio de Lacerda responderá á saudação do deputado Demétrio M. Xavier.

Nomcação da Comissão de tres membros, que dará parecer sobre o projecto do Programma e Regimento do Partido.

**DIA 4 — A'S 9 HORAS DA MANHÃ**

Discussão e votação do Programma e Regimento Interno do Partido em tantas sessões quantas forem necessarias.

**DIA 5 — A'S 9 HORAS**

A sessão será consagrada á eleição do Directorio Central que se constituirá de nove membros e de dois suplentes e aos diversos assumptos que os srs. congressistas resolverem apresentar á deliberação da Assembléa.

**DIA 5 — A'S 20 1/2 HORAS**

Sessão de posse do novo Directorio Central e de encerramento do Congresso.

O sr. deputado Pinio Casado saudará o Directorio empossado e a Comissão Executiva cujo mandato findou.

O sr. dr. Assis Brasil pronunciará o discurso de encerramento do Congresso.

Bagé, 2 de Março de 1928.

**A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO**

Fonte: Correio do Sul, 02/03/1928

Acervo do Arquivo Público Municipal de Bagé

Através da notícia encontrada no jornal Correio do Sul, percebemos a presença de Demétrio Xavier (ícone da tendência gasparista), Assis Brasil (político aliancista), Mauricio de Lacerda (dissidente do PRR), Adolpho Pena (filho de Nicanor Pena – político federalista de Bagé) e Francisco Antunes Maciel Junior (Diretor do jornal *O Libertador*). A presença destas autoridades federalistas corroboram na compreensão de que as cisões internas da oposição seriam colocadas a termo neste momento.

A presença destes nomes somados a importância político-ideológica do Congresso que formaria as bases do *Novo Partido*, revigoram a ação política da oposição em Bagé. Na edição de 06 de março de 1928, o jornal Correio do Sul, traz a seguinte notícia de capa: ***Ainda a fundação do Partido Libertador – A sua organização básica e o seu regimento interno***, a leitura

completa deste editorial possibilita a compreensão de que: *as querelas partidárias internas foram resolvidas com a criação do novo partido.*

Logo, o Partido Libertador nasceu no berço do Federalismo, entusiasmado pelos ideais da oposição, conduzido pela figura histórica de Assis Brasil e na ânsia de tomar o poder político-ideológico do Partido Republicano Rio-Grandense nos municípios e no Estado do Rio Grande do Sul.

Neste sentido, é importante perceber que a constituição do Partido Libertador Estadual, possibilitou à oposição bajeense uma reorganização de seus quadros políticos e assegurou novamente uma franca oposição ao Partido Republicano em Bagé. Essa constatação é observada no final do mês de março de 1928, quando o Diretório Libertador “Nicanor Peña”, convoca seus partidários através do jornal *Correio do Sul*, para a deliberação dos seguintes pontos:

I - Constituição do Partido Libertador de Bagé, em substituição da Aliança Liberal;

II - Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei Orgânica do Partido Libertador de Bagé, com as emendas apresentadas, Projeto esse já publicado no “*Correio do Sul*” e que se acha impresso em avulsos, no Centro Nicanor Peña, á disposição dos corregilionarios que quizerem estadu-o;

III - Eleição do primeiro Directorio do Partido Libertador de Bagé, procedida mediante voto rigorosamente secreto, podendo votar todos os corregilionarios do municipio que exhibirem perante a mesa os seus titulos eleitoraes. Nessa eleição não deverão ser suffragados os nomes dos actuaes directores da politica libertadora local, que subscrevem a presente convocação.

Afóra estes tres pontos principaes desta convocação, outros assumptos de interesse partidario poderão ser tratados por proposta de qualquer corregilionario presente á reunião.

Bagé, 16 de março de 1928.

Orlando Brazil, Dr, Ernesto Medici, Dr. Luiz Mércio Teixeira, Hildebrando Brasil, Dr. Favorino Mercio, Guilherme Barbosa, Heitor Mercio, Carlos Brasil, Thomaz Collares. (*Correio do Sul*, 27/03/1928, p.01)

Esta convenção foi extremamente importante para a oposição bajeense, reavivando os debates partidários e ideológicos e consagrando novamente as disputas políticas nas folhas do *Correio do Sul*. No início

do mês de abril, as páginas deste periódico trazem em seu editorial, os resultados da Assembléia:

POLITICA LIBERTADORA – A grandiosa assembleia dos libertadores bagéenses; Aprovação da Lei Organica do Partido Libertador de Bagé, Eleição e Posse do Directorio, Vibrante consagração popular ao dr. Luiz Mercio Teixeira, eleito presidente do Directorio e aclamado pela numerosa assistência **candidato ao cargo de intendente de Bagé**. “Sou soldado do meu partido: obedeço” – diz o popular e querido médico bageense. (Correio do Sul, 03/04/1928, p.01)

Esta nota é relevante, pois ao lembrarmos o processo eleitoral de 1925, verificaremos que os federalistas não lançaram candidatura para o pleito municipal, isto significa afirmar, que a oposição depois de resolver suas querelas internas, volta ao seio das disputas políticas no município de Bagé, antecipando a escolha de seu candidato para a vaga de Intendente do município.

## 2.6. A Vitória Libertadora na Eleição Republicana Municipal<sup>19</sup>

Após a morte de Martim Tupy Silveira em agosto de 1928, o Partido Republicano Bajeense perdeu o principal aglutinador da política municipal, mesmo que Carlos Cavalcanti Mangabeira tenha sido “*conduzido*” pelas mãos do chefe local, indicado como intendente por Martim Tupy Silveira, e substituindo-o na presidência local do Partido em decorrência da enfermidade do ex-intendente, ele não gozava do mesmo prestígio político dentro das fileiras do PRR municipal, haja vista os problemas relacionados à cisão interna que se iniciava dentro do PRR municipal. Esta constatação pode ser observada na carta de Feliciano Gonçalves Vieira, pecuarista da região da campanha e republicano histórico de Bagé à Borges de Medeiros em 15 de agosto de 1927:

---

<sup>19</sup> Em relação aos fatos e às eleições de fevereiro de 1929, bem como suas implicações posteriores, salientamos que no processo empírico da pesquisa no jornal O Dever, localizado no acervo do Museu Dom Diogo de Souza da cidade de Bagé, as últimas edições preservadas datam do 1º (primeiro) semestre de 1928. Portanto, assinalamos que no processo de feitura desta parte do capítulo II, serão apenas usadas as notícias do jornal Correio do Sul.

Estimado Chefe

Tomamos a liberdade de dirigir-nos ao nosso preclaro chefe para succintamente informal-o do resultado da missão Mangabeira. ***Infelizmente parece-nos que nada conseguirá a intervenção do Major Carlos Mangabeira em face das declarações que nos fez S. S., após o seu regresso de Porto Alegre,*** discordes com as resoluções de V. Excia., na audiência que, nesta Capital, haveis concedido a um de nós e ao Coronel Vicente Lucas de Lima. Corrobóra esta nossa a velada parcialidade que presentimos, no alludido mediador, referente a uma accommodation conciliatória. [...] O Major Carlos Mangabeira refere-se ás posições pecuniarias no partido ás quaes nunca pleiteamos porque seria denotar conveniencias de méro personalismo politicp quando desejamos apenas colaborar na direcção do partido, concentrando-se esta numa Comissão Executiva. ***Assim collocados, numa posição política quase á margem do nosso partido,*** dirigimos novo apello ao nósso verenado Chefe, pedindo respeitosa-mente licença para lembrar, á vossa Excia, o alvitre de ser enviadas instrucções ao Major Carlos Mangabeira relativas a direcção local. ***Fazem quase tres annos que vimos procurando melhor organizar a direcção política do nósso partido em Bagé, e actuamos nessa tarefa desinteressada, sempre inspirados nos innumerados actos de renuncia e abnegação cívica*** patenteado ao Rio Grande pelo nósso supremo Chefe, seguindo os exemplos de V. Excia, sem a mínima vacillação na pratica do Maximo sacrificio em holocausto e harmonia e cohesao partidárias. Com sincera magua e verdadeiro constrangimento levamos ao conhecimento de V. Excia. ***estes factos que se poderiam evitar facilmente se houvesse, como de esperar, um pouco mais de desprendimento pessoal, dedicação cívica e visão política de nossos correligionarios Major Carlos Mangabeira e Tupy Silveira.*** Inspira-nos estas reflexões, como temos tido a honra de manifestar á V. Excia., simplesmente o ponto de vista da harmonia partidaria no intuito de impedir a deserção, que se tem verificado nas nossas fileiras, de elementos de primeira ordem. ***Deixando de enumerar a grande phalange de republicanos descontentes e afastados da actividade partidaria,*** pedimos vênia á V. Excia para, como justificativa do que affirmamos, ***citar só o nome de alguns valores republicanos desligados do partido que, ingressando no adversário, promovem hoje forte campanha eleitoral contra a situação,*** levando, á urna, apreciável numero de votos [...]. (grifos nossos) (Inventário do Arquivo de Borges de Medeiros do IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

A leitura desta carta demonstra a forma reticente que alguns republicanos bajeenses encaravam a condução do PRR municipal, podemos

observar que o teor da crítica referia-se especificamente à figura de Carlos Mangabeira, como se observa: ***Infelizmente parece-nos que nada conseguirá a intervenção do Major Carlos Mangabeira em face das declarações.*** O republicano bajeense alegava que as cisões internas levaram muitos signatários à margem das decisões partidárias ou apoiarem as fileiras adversárias, por outro lado, a carta ainda traz o nome de 31 dissidentes do Partido Republicano Bajeense, entre estes, destacam-se, Orlando e Carlos Brasil e Guilherme Barbosa, que ano seguinte assinavam a convocação de Fundação do Partido Libertador em Bagé.

Estes fatos corroboraram ainda mais para dilatar as querelas interna do Partido Republicano Bajeense, em fins de 1928, após a morte de Martim Tupy Silveira, Carlos Mangabeira, assumiu a chefia local do Partido e a responsabilidade de indicar pessoalmente o candidato à intendência municipal. Neste processo foi indicado o nome do potiguar José Bernardo de Medeiros Junior, juiz da Comarca de Bagé ao invés de Vicente Lucas de Lima, pecuarista e membro da Associação Rural de Bagé, preferido pelos signatários bajeenses.

Essas inflexões ocorridas no seio do PRR bajeense demonstram um enfraquecimento ou novas reformulações nos traços positivistas encontrados nos anos anteriores. Sobre este contexto regional, Pezat (2007, p. 31) faz a seguinte consideração: *[...] entre 1923 e 35, os traços do positivismo presentes nas instituições políticas e sociais do Rio Grande do Sul passam a ser abandonados ou inteiramente reformulados, refletindo novas tendências.*

Portanto, no limiar deste processo eleitoral que se inauguraria em fevereiro de 1929, o jornal Correio do Sul, reproduziu uma série de notícias tecendo várias críticas à condução de Carlos Mangabeira no PRR, bem como a sua desastrosa indicação ao cargo da Intendência Municipal, como observamos a seguir:

Um município em fralda de camisa

[...] as palavras do sr. **Carlos Mangabeira** [...] realizados há dias num dos districtos ruraes deste município. **Disse** s. exc.: **“O desembargador José**

***Bernardo deixou de ser o candidato do Partido Republicano para ser o candidato do povo de Bagé***”. Com que auctoridade avançou s. exc. essa proposição? Onde estão as credenciais que lhe conferiu o povo para falar em seu nome? [...] ***Todo mundo sabe que s. exc. foi partidario da candidatura de Dupont, só acceitando a do desembargador quando a resistência formidavel do grupo chefiado pelos irmãos Lima lhe embarçou as pretenções***. Nem de s. exc., portanto, é candidato o sr. José Bernardo. [...] A verdade é que s. exc. nem em nome do seu partido póde falar, porque aos seus embargos saltarão vespas irritadas os republicanos legítimos de Bagé. Legítimos por virem do período glorioso da propropaganda do regimen novo, e legítimos por porque são produtos de casa, [...]. A segunda revelação é mais assombrosa ainda: o ***sr. Mangabeira, no intuito de impedir o sr. Lima, filho do logar e, portanto, dono da casa, o substituisse no governo do municipio, foi quem indicou o nome do sr. José Bernardo, alienígena como s. exc. para candidato do situacionismo ao cargo de intendente!*** Como tudo isso é revoltante! Como tudo isso é revoltante! Como toda essa comedia deve offender os brios dos filhos do logar. ***Então um intruso tem o direito de apresentar outro intruso para substitui-lo?*** [...] “Maldicta sejas tu”, geração imprevidente, que elegeste um alienigena para esbanjar os teus haveres e deixar Bagé em fralda de camisa!” Cuidado, pois, que a experiencia é dolorosa! Fanfa Ribas (grifos nossos) (Correio do Sul, 06/01/1929, p.01)

Este editorial escrito por Fanfa Ribas nos revela: as contradições internas do PRR bajeense; defende a atitude dos republicanos locais na determinação do nome de Vicente de Lucas; critica a posição intransigente de Mangabeira na condução da chefia local do Partido e a indicação de um estranho para sucessão intencional.

De toda forma, os libertadores souberam explorar em vários editoriais os conflitos e as cisões internas do PRR bajeense nas páginas do Correio do Sul, mas não se esqueceram de promover à candidatura de Luiz Mercio Teixeira a intendência municipal. Sendo assim, as notícias publicadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1929, possuíam a tônica da oposição e o proselitismo Libertador.

As notícias publicadas no jornal Correio do Sul, em dia 10 de fevereiro de 1929, evidenciam as animosidades entre republicanos e

libertadores, a possibilidade da vitória histórica da oposição em Bagé e a propaganda eleitoral do Partido Libertador, respectivamente:

A proposito do pleito de amanhã – Os graves acontecimentos de hontem – Lenços verdes e lenços vermelhos – Conflictio entre libertadores e governistas – A Brigada Militar envolvida na lueta – Energica intervenção do delegado do governo de Estado – O deputado Baptista Luzardo reclama providencias ao tenente-coronel Pinheiro Barcellos. [...] A cidade de Bagé foi palco hontem theatro de lamentaveis acontecimentos, dos quaes gravissimas consequencias se a acção energica do sr. tenente-coronel Batista Luzardo, secundada pela intervenção decisiva [...] de Thomaz Collares, candidato libertador [...]. (Correio do Sul, 10/02/1929, p.01)

O Anjo da Victoria – Estamos em marcha para a vitoria. A bandeira da liberdade, enfunada ao sopro vivificante do vento que vem do cocuruto dos Andes, tremula, magestosa e bella, á frente das legiões de bravos que escalam os muros desta Jerusalem captiva, que é a destitosa Bagé. Hao de aqui reviver amanhã as glorias de dez gerações extinctas, mostrando aos escravizadores do povo que a despeito dos processos de compreensão usados pelos detentores do poder dictatorial, ainda há orgulho e valor para rechassar os intrusos e reivindicar para os naturaes do logar o direito de se governarem constitucionalmente. (Correio do Sul, 10/02/1929, p.01)

Homens livres de Bagé – A hora da batalha está prestes a soar! A Postos!!! A ordem é: comparecerdes, unidos e fortes, ás urnas. Fiscalizardes, activos e energeticos, o pleito. Agirdes, com desassombro, dentro da lei, para que o vosso voto, manifestação soberana da vossa vontade, seja respeitado na apuração e écôe, emfim, entusiastico e retumbante, o “hurrah! da vossa vitoria! Votae no Dr. LUIZ MERCIO TEIXEIRA, para Intendente, e no Dr. Carlos Kluwe, para Vice-Intendente. (Correio do Sul, 10/02/1929, p.01)

Apesar da forte campanha empreendida pelo Partido Libertador e da aparente possibilidade de vitória no pleito de fevereiro de 1929, o Partido Republicano Bajeense acabou impondo uma *estranha vitória* nas eleições municipais, sendo que o resultado eleitoral, na opinião dos libertadores representou: o aniquilamento da democracia gaúcha; a consternação da população de Bagé, a desqualificação da autoridade policial e a confirmação dos abusos históricos do Republicanismo.

Sobre o poder da máquina republicana do PRR durante o período de 1892-1930 e de seu monopólio sobre o governo estadual ou municipal, Love (2005, p. 76) afirma: *o controle dos assuntos do partido, no nível local, [...] com o emprego da violência e da fraude, quando necessário; e a eficiência de uma poderosa Brigada Militar que podia ser utilizada para finalidades políticas.*

As contendas sobre as fraudes do processo eleitoral seguem nos meses posteriores à eleição, o jornal Correio do Sul através de suas páginas acusava veementemente o Conselho Municipal de encobrir e ratificar os resultados de fevereiro de 1929, sendo que seus editoriais exigiam uma intervenção do governo estadual no caso intencional de Bagé. Estas querelas municipais parecem tomar fim, quando em agosto de 1929, o jornal Correio do Sul, publica a seguinte notícia:

A sucessão presidencial – Frente única por unanimidade – As resoluções do Directorio Central.

“Dr. Getulio Vargas – Porto Alegre. – Tenho a honra de communicar que o Directorio Central do Partido Libertador votou unanimemente a seguinte resolução: O Directorio Central do Partido Libertador reunido na cidade de Bagé, afim de decidir sobre a attitude a tomar na presente campanha presidencial, declara apoiar o movimento de reivindicações liberais iniciado no Estado de Minas e dará na próxima Convenção do Partido Democrático Nacional o seu voto á candidatura proclamada do sr. Getulio Vargas, julgando satisfactorios os compromissos de honra já assumidos pelos elementos responsáveis, bem como pelo mesmo candidato, em relação aos pontos essenciaes do seu programma partidario. [...] (a) J. F. de Assis Brasil, presidente do Directorio. (Correio do Sul, 02/08/1929, p.01)

Coincidências à parte, arranjos políticos combinados, descontentamentos libertadores e ressentimentos republicanos, foram à tônica dos editoriais que seguem entre os meses de agosto e setembro nas páginas do Correio do Sul. Porém, a notícia de 19 de outubro de 1929 é reveladora na compreensão da solução cautelosa e política de Getúlio Vargas em relação ao caso intencional de Bagé.

[...] Depois de alguns dias de entendimentos e combinações, foi ante-hontem firmado, pelos representantes dos partidos locais, o accôrdo que põe termo ao caso intencional deste município. **Segundo este pacto, serão retirados imediatamente todos os recursos pendentes de decisão do Superior Tribunal, feito o que, renunciará collectivamente o governo do município, sendo então nomeado um intendente provisório, que procederá, dentro de setenta dias, á nova eleição para a escolha da Administração local.** Conforme o convencionado, o Partido Republicano elegerá o intendente e quatro conselheiros e o Partido Libertador fará o vice-intendente e cinco conselheiros. [...] (grifos nossos) (Correio do Sul, 19/10/1929, p.01)

Segundo D'Araujo (2011, p.26), Getúlio Vargas teve um perfil de conciliador no encargo da Presidência do Estado do Rio Grande do Sul, buscando arregimentar as forças contrárias para o seu lado e cooptando todas as tendências políticas ao seu governo e planos federais, como aponta a autora:

No governo do estado, Getúlio procurou assegurar sua independência diante de seu chefe Borges de Medeiros. Assim, colocou no secretariado pessoas de sua confiança, entre as quais Osvaldo Aranha (Interior e Justiça) e Firmino Paim Filho (Fazenda). No plano econômico, procurou amparar a lavoura e a pecuária e incentivar a criação de sindicatos de produtores. **Mas foi no plano político que introduziu a inovação mais importante, concedendo garantias à oposição, que em março de 1928 se congregou no Partido Libertador, sucessor da Aliança Libertadora. A pacificação da conturbação política local iria revelar-se fundamental para o desenvolvimento de sua carreira no plano nacional.** Isso ficou claro quando começou a ser articulada a sucessão de Washington Luís, ainda no final de 1928, tendo em vista as eleições presidenciais marcadas para 1º de março de 1930. (grifos nossos)

Entre os meses de outubro e dezembro, o município de Bagé, viveu uma completa acefalia administrativa e política, segundo o Correio do Sul. O decreto nº 4405 de 07 de dezembro de 1929, editado por Getúlio Vargas nomeando um intendente provisório, que promoveu a eleição de uma chapa representativa entre republicanos e libertadores para a sucessão intencional tentou amenizar as fissuras abertas na política bajeense e por termo as querelas ocorridas em fevereiro de 1929.

Estes acontecimentos ocorridos no transcorrer do ano de 1929 e preconizados pela eleição de 1930, promoveram, a fragilização das forças políticas bajeenses, tanto republicanos como Libertadores (herdeiros do federalismo gasparista e do aliancismo assistista), possuíam heranças históricas antagônicas e ideologias divergentes em relação às questões políticas, sociais e administrativas.

Estas duas tendências partidárias que refletiram nas páginas dos jornais O Dever e Correio do Sul, desde a década de 1910, o espelhamento do conflito ideológico e político dos discursos escritos de Adolpho Dupont e Fanfa Ribas, da defesa dos ideais castilhistas-borgistas e dos preceitos gasparistas-assististas, experimentavam uma nova sensação editorial, a chapa de coalizão partidário-ideológica, como observamos seguir:

Figura 15 – Propaganda Eleitoral de 1930

**Partido Libertador**  
**de Bagé**  
**Eleição Municipal**

Havendo sido aprovados, pelo Directorio Central Libertador e pela Comissão Central Republicana, os candidatos para a eleição a se realizar a 2 de fevereiro proximo neste municipio, levamos ao conhecimento dos nossos correligionarios que, de conformidade com o pacto firmado pelas direcções politicas locais, será sufragada por ambos os partidos, na referida eleição, uma UNICA CHAPA, que está assim constituída:

**PARA INTENDENTE:**  
Coronel Juvenio Maximiliano de Lemos

**PARA VICE-INTENDENTE**  
Dr. Carlos Brasil

**PARA CONSELHEIROS:**  
Hildebrando Rodrigues da Silva, dr. Mario Suñe, Nicolau Tolentino Marques, Alcibiades Garrastazu Gontan, dr. Guilherme Barbosa, dr. Julio Vieira Diogo, João Guttemberg Maciel, Viterbo Alves Cruz e Clarimundo Cabral Dias.

**PARA SUPPLENTES:**  
Dr. Lourival Michelena Viña, Nercio Peduzzi, Pedro Vaz da Silva.

Proclamando a chapa acima, recomendamos-a integralmente, sem distincção de partidos, aos sufragios dos nossos correligionarios, conscios de que estes saberão honrar os compromissos assumidos pelo Directorio Municipal em nome dos libertadores bagéenses.  
Bagé, 21 de janeiro de 1930.  
Pelo Directorio Municipal: dr. Luiz Mercio Teixeira, presidente; dr. João Maria Collares, secretario ad-hoc.

Fonte: Correio do Sul, 22/01/1930

Acervo do Arquivo Público Municipal de Bagé

Sendo assim, podemos concluir que efetivamente após a eleição de Carlos Mangabeira em fevereiro de 1925, iniciou-se o processo de fragilização da política do Partido Republicano Bajense. A falta de líderes carismáticos locais no PRR, a ausência de um discurso uníssono, o paulatino afastamento da ortodoxia castilhistaborgista e existência de querelas internas, somados ao nascimento do Partido Libertador em 1928, possibilitaram o desmantelamento da hegemonia partidária republicana em Bagé no limiar da década de 1930.

Em relação a estas considerações, o pensamento de Axt (2007, p. 126-127) corrobora nas nossas impressões:

Quando, porém, a disputa tornava-se por demais acirrada, trazendo ameaças à ordem pública, ou quando uma facção tornava-se excessivamente poderosa e ensaiava escapar ao controle, o poder central estadual operava intervenções nos municípios. Embora tenham acontecido com relativa frequência, eram processos traumáticos, que ofendiam a autonomia local. Por isso mesmo, havia com que uma obsessão em revesti-las de uma aparência de formalidade jurídica. A frequência e a amplitude com que essas intervenções passaram a se dar corroeram a legitimidade do regime [...], pois a cada intervenção, produzia-se uma cisão. Além disso, a presença continuada de intendentess provisórios nos municípios contribuiu para a desmobilização do partido e o seu enfraquecimento.

De certa forma, o final do período da Republica Velha representa o fim do castilhismo como doutrina política no Estado do Rio Grande do Sul, mas por outro lado, inaugura o modelo borgiano de intervenção estatal e novas fórmulas de composição políticas e partidárias no Brasil pelas mãos de Getúlio Vargas.

### **Parte III**

#### **A educação republicana no município de Bagé**



## A educação como cenário da história nas primeiras décadas do Século XX

Figura 16 - Colégio Bageense (s/data)



Acervo Iconográfico Museu Dom Diogo de Souza

### 3.1. A Política Educacional Republicana na Primeira Década do Século XX

*Instrução Publica - É desnecessário fazer considerações sobre este ramo da administração publica porque todos sabeis as vantagens que dimanam para o paiz, da disseminação do ensino. É à base do progresso de um povo, em todas as manifestações da sua actividade.*

**José Octavio Gonçalves, 1910. Intendente Municipal**

Ao longo da República Velha, o Estado do Rio Grande do Sul viveu uma experiência singular em termos político-administrativos com a ascensão ao poder do Partido Republicano Rio-Grandense, sob o comando e a tutela de Júlio de Castilhos, estabeleceu-se uma filosofia particular aliada a uma prática política ditatorial.

A Primeira República no Rio Grande do Sul foi marcada pela hegemonia política do Partido Republicano Rio-Grandense, que se manteve no poder tanto na esfera estadual, como no controle do município de Bagé.

Esta atuação foi assinalada pela influência ideológica do Positivismo, o qual, de acordo com Tambara (1995) apresentou certas especificidades, decorrentes da aproximação das idéias de Auguste Comte com a leitura ideológica realizada por Júlio de Castilhos, este conjugamento ideológico, ficou conhecido como Castilhismo<sup>1</sup>.

Neste processo desencadeado entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os republicanos programaram um projeto modernizador de ordem capitalista e centrado em um modelo autoritário de poder. Dentro desta perspectiva, os líderes republicanos na condução administrativa do Estado conferiram a escola e ao ensino público, o caminho principal para o êxito do projeto político republicano de educação,

---

<sup>1</sup> A obra **Castilhismo: Uma Filosofia da República** escrita por Ricardo Vélez Rodríguez, busca compreender as origens, as influências, os sentidos e os reflexos do Castilhismo, e, resume neste sentido o conjunto de princípios e de regras norteadoras da prática castilhista: A “pureza das intenções”, pré-requisito moral de todo governante; O bem público interpretado como “reino da virtude”; e, o exercício de tutela moralizadora do Estado sobre a sociedade. (2000, p. 17). Ainda, no esforço de compreender o fenômeno do Castilhismo, bem como a incorporação de seus princípios pelos republicanos, Rodríguez (2007, p. 64 e 73-74) faz as seguintes considerações sobre esta ideologia: *O princípio básico para o Castilhismo é de que a sociedade caminha inexoravelmente para a sua estruturação racional [...]. Quando uma personalidade esclarecida pela ciência social assume o governo, pode transformar o caráter de uma sociedade que levou séculos para se constituir. A ação política de Castilhos inscreveu-se nesse contexto: não consultou a opinião do povo, nem sequer indagou acerca das condições de receptividade do meio para a sua ação, porque, impelido por um móvel poderoso [...] soube aproveitar o concurso dos fatores predominantes e, de acordo com eles, influiu nas multidões, sendo por elas seguido de maneira irrefreável. [...] para os Castilhistas a Assembléia Estadual estava composta, indistintamente, por todos os grupos sociais, aglutinados ao redor do Partido Republicano Rio-Grandense, que era imaginado como agremiação partidária única, uma vez que não se tolerava o pluralismo partidário e, muito menos, o funcionamento da oposição. [...] os castilhista davam preferência á renovação política, da qual esperavam a mudança moral e espiritual. [...] no castilhismo há uma tendência unificadora em torno do Estado [...], nota-se a tendência a converter tudo em função estatal [...] no sistema castilhista, o escancarado favorecimento da doutrina estatal, através da imprensa do Partido Único e das perseguições, sem piedade, aos jornais da oposição.* Rodríguez, Ricardo Vélez. **Castilhismo: Uma Filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção 500 anos) e Rodríguez, Ricardo Vélez. **O castilhismo e as outras ideologias**: In: Golin, Tau; Boeira, Nelson (Org). História do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, Tomo I.

isto é, a formação da “consciência nacional” e o estabelecimento do estatuto da cidadania. (Corsetti, 2008.)

Neste esforço pela estruturação do ensino público como meio de intervenção social, os governos republicanos estaduais trataram de pensar e qualificar políticas públicas educacionais para modernizar e renovar a educação estadual. Sobre esta concepção republicana de educação, Corsetti (1998, p. 154), faz a seguinte consideração:

Em termos educacionais, o governo de orientação positivista moveu-se em função de interesses específicos, que previam a utilização da educação como instrumento de modernização. Nesse sentido a ação governamental, além de jogar com a sua política educacional para ampliar o nível de formação dos gaúchos pela diminuição do analfabetismo, entre outros elementos, demonstrou sua compreensão de que a moral e a educação constituíram-se nos principais elementos de garantia da ordem social, amenizadores de conflitos e promotores da acomodação dos indivíduos à sociedade. A escola foi, assim, um dos mecanismos de construção da hegemonia burguesa. Para tanto, a política educacional do Rio Grande do Sul, na Primeira República, conjugou iniciativas governamentais com, sobretudo, o apoio à iniciativa privada. Insistimos, no entanto, que as ações no campo educacional integraram um conjunto mais abrangente de medidas que, na sua totalidade, configuraram o projeto político dos republicanos positivistas para o Rio Grande do Sul.

Sendo assim, a organização do sistema educacional rio-grandense no período da República Velha, constitui-se no aparato necessário para a construção do projeto político educacional republicano. Neste sentido, faz necessário compreender que neste período, o governo do Estado, manteve primordialmente o controle sobre o ensino primário<sup>2</sup>, sendo que a

---

<sup>2</sup> Em relação à organização do sistema educacional no Estado do Rio Grande do Sul, se faz necessário mencionar os artigos presentes na **Constituição Estadual de 1891**, que tratam especificamente sobre a questão do ensino no Estado. Em relação às atribuições do Presidente do Estado sobre a educação, encontra-se o **artigo 25º - Providenciar sobre o ensino público primário, gratuito e livre, ministrado pelo Estado**; e, em relação às garantias encontradas pelos habitantes do Estado em relação ao ensino, encontra-se o **Art. 71 - § 10 - Será leigo, livre e gratuito o ensino primário ministrado nos estabelecimentos do Estado**. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Constituições sul-rio-grandenses (1843-1947)**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>. Acesso em 02/06/2013). Sobre a função da escola para os republicanos rio-grandenses, Carboni e Maestri (2000), afirmam que ela possuía duas funções: **ser alavanca para desenvolvimento e aparato privado da hegemonia**. CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (org.) **Raízes italianas no Rio Grande do Sul (1875-1987)**. Passo Fundo: UPF, 2000.

escola secundária esteve quase sempre tutelada pela iniciativa privada. Portanto, estas iniciativas governamentais provocaram alterações à ordem cotidiana das cidades no que tange às questões educacionais.

Desta forma, podemos compreender que a educação pública adquiriria uma importância vital, pois seria o único meio natural para aflorar as aptidões individuais e desenvolvê-las de forma conveniente. Para Nagle (2001), foi diante deste quadro de transformações ocorridas conjuntamente com os setores da economia, da política, da sociedade e da cultura, que se deve analisar o processo da expansão do ensino. Este esforço deve ser analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social.

O processo da evolução das idéias pedagógicas na Primeira República pode ser caracterizado pela expansão da escolarização como grande instrumento para a construção da participação política. Sobre este período Saviani (2008, p.177) traz o seguinte comentário:

Em suma, as primeiras décadas do século XX caracterizavam-se pelo debate de idéias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização, considerado o grande instrumento de participação política. É, pois, a idéia central da vertente leiga da concepção tradicional, isto é, a transformação, pela escola, dos indivíduos ignorantes em cidadãos esclarecidos, que esteve na base do movimento denominado por Nagle (1974) de “entusiasmo pela educação”, o qual atingiu seu ponto culminante na eferescente década de 1920.

No processo de reconstrução da história das políticas públicas educacionais pensadas e/ou realizadas pelos intendentess municipais nas duas primeiras décadas do século XX, subsidiamos nossas análises com base nos Relatórios Intendenciass, Relatórios de Orçamentoss e notícias veiculadas pelos periódicos editados na cidade de Bagé.

Neste sentido, entendemos os Relatórios<sup>3</sup> Intendenciais<sup>4</sup> e Orçamentais como fontes de pesquisa. Eles eram produzidos geralmente no mês de setembro e possuíam como objetivo apresentar o mapeamento das ações e programas realizados pelo Intendente Municipal, referentes a todos os campos da administração pública. Na feitura destes relatórios, cada assunto da administração pública possuía um espaço específico para o relato das atividades anuais do Intendente e seus secretários.

Sendo assim, os esforços estaduais empreendidos pelo governo no processo de expansão do ensino desde a instauração da república no Estado do Rio Grande do Sul, também foram acompanhados pelos intendentess republicanos nas principais cidades do Estado. Nesta perspectiva, é importante perceber e analisar como se planejaram as políticas públicas<sup>5</sup> para a educação municipal nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Bagé.

Os primeiros relatos dos esforços municipais em tentar resolver os problemas educacionais vividos pelo município podem ser observados nas notícias do jornal “O Dever” de 19 de novembro de 1901:

---

<sup>3</sup> A feitura, a apresentação e a leitura dos Relatórios Intendenciais realizada pelos Intendentes municipais aos Conselheiros do município, ocorria geralmente entre os meses de setembro ou outubro, e fazia parte de todo um aparato simbólico e ideológico pensado pelos republicanos, que buscava representar à lisura, a honestidade, a integridade e a boa fé dos administradores sobre as questões do gerenciamento da coisa pública. Esta concepção foi uma prática realizada pelos positivistas, durante toda a Primeira Republica no Estado do Rio Grande do Sul, e pode ser definida pela frase: “**Viver para Outrem, Viver às Claras**”. Sobre este assunto, consultar: CORSETTI (1998) e GUTFREIND (1998).

<sup>4</sup> Os relatórios intendenciais, sejam eles, os encontrados no jornal O Dever ou os próprios editados pela Intendência, não contemplam e/ou completam a série total das primeiras décadas do século XX, sendo assim, dispomos apenas dos relatórios dos seguintes anos: 1903 a 1908; 1910; 1914 a 1918; 1920 a 1922 e de 1924 a 1930. Portanto, na escrita deste capítulo, as análises serão feitas na conjunção dos dados encontrados nos relatórios intendenciais e orçamentários do município de Bagé.

<sup>5</sup> Na perspectiva de compreender e/ou conceituar políticas públicas para a educação, compreende-se que as políticas educacionais se situam no âmbito das políticas públicas de caráter social, sendo assim, não são estáticas, mas dinâmicas, ou seja, estão em constante transformação. Para compreendê-las, é necessário entender o projeto político do Estado, em seu conjunto, e as contradições do momento histórico em questão. Sobre as preocupações que os pesquisadores devem tomar no processo de análise e compreensão das políticas públicas, Saviani (1986, p.135), traz o seguinte alerta: **Para se compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas.** Neste sentido, o conceito de Políticas Públicas comporta várias significações. Para alguns, pode ocorrer uma redundância, visto que toda política, pela própria natureza etimológica da palavra é essencialmente pública. Este termo pode referir-se a diferentes áreas ou campos de atuação governamental, por exemplo política econômica, políticas sociais, ou ainda, ambientais. Pode remeter aos processos próprios da ação política, no que diz respeito aos instrumentos, regras e organização das forças que se enfrentam ou se articulam no espaço dos embates. Pode significar, ainda, as instituições políticas, como o Estado e suas normas, regras e marcos jurídicos. Sobre este assunto, consultar: AZEVEDO, Janete M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

O benemérito intendente Major José Octavio Gonçalves que não mede sacrifícios quando se trata da difusão escolar deste município, poz á disposição do Governo, um edificio para nelle funcionar o Collegio Districtal. O Estado facultando a educação, ás creanças que mais tarde serão os seus deffensores, os seus sustentáculos, alguns chefes e guias, e todos elles o objecto de seu legitimo orgulho, continua a dar salutaes exemplos ao resto do Brasil. Não é só por ser o modelo da justiça, da prudencia, do desinteresse, da moderação, que o Governo do Estado tornou-se tão firme e poderoso; por ter consolidado todas as forças moraes, materiais e politicas da sociedade é, mais ainda, porque ama e protege – a Instrução. (O Dever, 19/11/1901, p. 03)

Outra afirmação que se pode aferir desta nota, é o papel destinado ao Governo Estadual, numa relação co-participe das responsabilidades sobre a Educação Primária Municipal. Ainda sobre a Instrução Pública<sup>6</sup> na cidade de Bagé, encontramos no Jornal **O Dever** de 28 de novembro de 1901:

De pessoa competente recebemos os seguintes dados, [...] Das 8 aulas existentes nesta cidade, 7 funcionaram durante todo o anno lectivo. Em quase todas as aulas, sobraram livros e utensilios fornecidos pelo Estado, para serem distribuidos pelos alumnos, os quaes receberam dos respectivos professores, tudo o que foi necessário para o ensino. As aulas foram inspecionadas por diversas vezes, pelo respectivo Inspector Regional, que encontrou sempre, em todas, numero de alumnos muito superior ao que exige o Regulamento da Instrucção publica. Finalmente, todas as aulas funcionaram em prédios confortáveis [...]. (O Dever, 28/11/1901, p. 02)

Nesta notícia do jornal O Dever, observamos a preocupação em demonstrar um inventário detalhado sobre as estatísticas e condições escolares encontradas na cidade de Bagé. No Relatório Intendencial, pu-

---

<sup>6</sup> Entendemos *Instrução Pública Municipal* como uma atividade organizada e promovida pelo poder público. Neste sentido, ao usarmos esta expressão, estamos nos referindo ao conjunto das ações educacionais encontradas nos Relatórios Intendenciais. Neste sentido, na perspectiva de diferenciar a *Instrução Pública Municipal* da *Educação Pública Municipal*, definimos que enquanto *Instrução Pública Municipal* representa toda a oferta do ensino escolar no município, seja ele, municipal, estadual ou privado. Por outro lado, a *Educação Pública Municipal*, se refere somente ao conjunto isolado das ações educacionais da administração municipal. Na elaboração desta definição, usamos como subsídio teórico os seguintes textos: CONDERCET, M. J. A. N. *Cinco memorias sobre la instrucción pública e otros escritos*. Madrid: Morata, 2011; LUZURIAGA, L. *História da educação pública*. São Paulo: Editora Nacional, 1959 e MAGALHÃES, Justino Pereira de. *A construção de um município pedagógico – o caso de Vimioso*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004 (mimeo).

blicado em 01º de setembro do ano de 1903, apresentado pelo Secretário Municipal Pedro Antonio da Cunha ao Intendente Municipal Major José Octavio Gonçalves no que se refere à instrução municipal, notamos as primeiras contradições e incongruências entre o pensado pela municipalidade e as reais características municipais da educação. Deste Relatório, retiramos o seguinte excerto sobre a Instrução Pública Municipal:

As aulas municipais localizadas no 5º e 6º districto, funcionam com regularidade, ***não correspondendo, infelizmente, a frequencia de alumnos, as despesas que o municipio faz para mantel-as.*** É sabido a insistência com que foram requeridas as creações dessas aulas pelos moradores desses districtos; no entretanto, ***nas epocas de preparos de terra e plantações, as creanças abandonam por completo a instrução para se entregarem a esses labores, afim de auxiliarem os seus progenitores!*** Em 24 de março deste anno foi inaugurado oficialmente o collegio districtal no prédio á praça Coronel Telles e em que funcionára a sede do governo do municipio. ***Apezar de já terem requerido matricula cento e tantos alumnos, este importante estabelecimento de instrução ainda não abriu as suas aulas, pela falta de moveis, que estão sendo esperados de Porto Alegre.*** Neste sentido já tomastes as necessárias providencias, sendo possível que brevemente elle comece a funcionar. (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1903, p.05)

Através deste Relatório Intendencial análises iniciais podem ser feitas, sobre as reais condições das aulas municipais na cidade de Bagé, tais como: - *A preocupação com as despesas originadas pela manutenção das aulas municipais* - *A existência de aulas franqueadas pelo município nos arrabaldes da cidade tinha que disputar espaços sociais com as atribuições cotidianas impostas pelas ainda características rurais da cidade;* - *Os esforços estaduais conjuntamente com os municipais em prover o município de um Colégio Distrital<sup>7</sup> esbarravam nas questões de infra-estrutura de responsabilidade do Estado;*

---

<sup>7</sup> Os Colégios Distritais foram instituídos no Estado do Rio Grande do Sul pelo ***Decreto nº 82, de 02 de fevereiro de 1897***, que reorganizou a Instrução Primária no Estado, neste sentido. Estes colégios tinham como objetivo difundir e desenvolver o ensino primário e eram classificados em dois tipos: Distritais e Elementares. O Colégio Distrital da cidade de Bagé foi instituído pelo ***Decreto nº 604 de 09 de março de 1903*** e dissolvido pelo ***Decreto nº 836 de 18 de novembro de 1905***, pois não atendia os objetivos para o qual havia sido criado. Segundo nota do jornal O Dever de 1º de fevereiro de 1903 (p.02), as aulas no Colégio Distrital começariam no dia 15 de fevereiro de

Estas ações empreendidas pela municipalidade e amparadas pelo discurso modernizador do governo estadual, tinham como pressuposto tornar a escola pública instrumento primordial na configuração da política do Estado gaúcho, que tinha como objetivo: a modernização, a garantia da estabilidade e o controle social.

As constantes preocupações dos Intendentes municipais em relação à deficiência do sistema educacional da cidade são verificadas na seqüência de descrições encontradas nos Relatórios Intendenciais do município de Bagé. No Relatório Intendencial referente ao ano de 1905, publicado no jornal O Dever de 28 de outubro do mesmo ano, pelo Intendente Augusto Lucio de Figueiredo Teixeira, percebemos o panorama da Educação Pública Municipal:

**Instrução Publica – É notavel a deficiencia de escolas na campanha do municipio. De todos os districtos tenho recebido pedidos para a criação de estabelecimentos de ensino publico, ponderando-me os interessados que existe grande numero de analphabetos nos nossos departamentos ruraes, verdade que infelizmente não admite contestação.** Aferindo-me pelo grau de instrução, o progresso dos povos, é obvio que ella nos deve merecer os maiores cuidados. Existe no 5º districto uma aula municipal sob a regência do professor Manoel Pantaleão da Cunha, e outra no 6º, sob a direcção do professor Appolinario Ferreira dos Passos. **Julgo, porém, indispensavel a dotação a cada districto de uma aula municipal.** Se assim o entenderdes e quizerdes devereis ter presente que a aula do 1º districto será localisada fóra da zona sub-urbana, no Pirahysinho, onde a agglomeração de operários das duas xarqueadas ali existentes, faz presuppôr um importante nucleo de população escolar. **O Estado mantem funcionando nesta cidade, oito escolas<sup>8</sup>, inclusive o**

---

1903, sob a direção de Affonso Machado Coelho, e dos professores João Roque Moreira Gomes para a Classe Elementar masculina, Maria Clara Mogetti para a Classe Elementar feminina, Angelica de Vilhena Cardoso para a 1ª Classe Complementar feminina e Affonso Machado Coelho para a 1ª Classe Elementar Masculina.

<sup>8</sup> As aulas estaduais que deveriam funcionar na 6ª Região Escolar (Bagé) foram estabelecidas pelo **Decreto n° 797 de 07 de março de 1905** e distribuídas da seguinte forma: **2ª entrancia:** 1ª Escola - sexo masculino, professor Rodolfo Orfino; 2ª Escola - mixta, professora Anna Euphrosina Borba e Almeida; 3ª Escola - sexo feminino, professora Amélia Resende Ferreira; 4ª Escola: sexo feminino, professora Melanie Granier; 5ª Escola - sexo feminino, professora Silvana Araújo; 6ª Escola - mixta, professora Maria Josephina Nunes de Camargo, todas localizadas na cidade. **1ª entrancia:** 1ª Escola - mixta, professora Aspasia Adélia Gonçalves de Almeida, subúrbios e 2ª Escola - sexo masculino, professora Adelgicia de Vilhena Cardoso na Estação do Rio Negro, perfazendo um total de o8 (oito) aulas. **Fonte:** Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1905. Porto Alegre: Officinas Typographicas D' "O Independente". Publicado em 1910.

**Collegio Districtal, instalado em um proprio do Municipio.** Além destas prestam ainda o seu concurso á instrucção primaria e secundaria, entre nós, **onze aulas particulares, distribuídas todas dentro dos limites urbanos e suburbanos**, entre as quaes se comprehende o collegio N. S. Auxiliadora, dirigido por padres salesianos, instituto de ensino que veio satisfazer uma grande e legitima aspiração do nosso povo. (grifos nossos) (O Dever, 28/10/1905, p. 02)

Do Relatório apresentado acima, podemos concluir que nas iniciativas municipais em relação ao ensino primário, incorriam os seguintes problemas: a permanência numérica de poucas escolas na região da campanha do município, o grande número de analfabetos na cidade e a necessidade de criação novas aulas nos distritos<sup>9</sup> municipais. Neste sentido também, verifica-se uma oferta maior de aulas tuteladas pelo governo do Estado, num total de o8 (oito) aulas e mais um Colégio Districtal, e uma efetiva participação da iniciativa privada na constituição de 11 (onze) escolas e/ou aulas no município.

Durante o governo de Augusto Lúcio de Figueiredo Teixeira verificam-se tentativas de expansão do ensino primário municipal, bem como, a preocupação na redução do analfabetismo que atingia taxas altíssimas no município de Bagé, logo se percebe que a educação constitui-se na principal ferramenta republicana. Estas constatações podem ser observadas no Relatório Intendencial do ano de 1906:

**Instrucção Publica** – Logo no começo do anno, **foi suprimido o collegio districtal**, que sob a digna direcção do sr. Professor Affonso Machado Coelho, mantinha o nosso patriotico governo estadual. Continuam a funcionar 6 aulas publicas estaduaes; sendo 03 mixtas, duas do sexo feminino e uma do masculino, com frequencia de 366 alumnos, sob a competente inspecção do professor sr. Azambuja Netto, ilustre educacionista ultimamente nomeado para esta zona escolar. **Em meu anterior relatorio, tive ensejo de patentear-vos a deficiência de escolas na campanha, onde é enorme o numero de analphabetos.**

---

<sup>9</sup> Cabe salientar, que até a década de 1914, a cidade de Bagé era dividida em 6 (seis) distritos, distribuídos da seguinte forma: **1º Distrito:** São Sebastião de Bagé; **2º Distrito:** Piraiá; **3º Distrito:** Olhos D' água; **4º Distrito:** Palmas; **5º Distrito:** Rio Negro e **6º Distrito:** Candiota. Com exceção do 1º Distrito, todos os outros eram considerados distritos suburbanos ou rurais. As charqueadas existentes na cidade de Bagé estavam localizadas no 1º e no 5º distrito da cidade devido à existência da malha ferroviária que cruzava o município nestas localidades.

*Usando verba que para esse fim decretastes creando mais quatro escolas, quando apenas existiam duas, localisei no populoso logar denominado Pirahyzinho, nas immediações das xarqueadas, uma aula sob a direção da senhorita Marina Mogetti, que com proficiência tem se entregado aos árduos labores de seu cargo. [...]. Foram nomeadas para reger as do 3º e 4º districto as exmas sras. d. d. Maria Annuniação Martins Lopes e Maria Magdalena Lucas Collares, as quaes têm revelado zelo e competencia nos mysteres de sua profissão. Para o 6º distrito foi escolhido o sr. Beltrão Osório de Castro, continuando como professor no 5º o sr. Manoel Panteleão da Cunha, funcionarios esses merecedores de francos elogios. A frequencia de nossas aulas da campanha é de 106 alumnos, sendo 87 do sexo masculino e 19 do feminino.* Temos ainda na nossa bella cidade o importante Collegio N. S. Auxiliadora, [...]. O Collegio Espirito Santo das irmãs em S. Francisco, [...] Alem destes existem no municipio mais quatro aulas particulares com uma frequencia de 191 alumnos. Como vedes é prospero o estado da instrucção entre nós, o que me leva a congratular-me convosco, por tão auspicioso motivo. (grifos nossos) (O Dever, 18/10/1906, p.01)

Sobre as considerações descritas no Relatório Intendencial das condições da educação primária municipal percebe-se às seguintes questões: a nomeação de professoras municipais para as aulas públicas, a extinção do Colégio Distrital e que apenas 06 (seis) aulas estaduais estavam providas. Quanto à participação da iniciativa privada, observa-se o destaque dado à presença de duas instituições de ensino católicas na cidade, o Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora para o sexo masculino e o Colégio Franciscano Espírito Santo destinado a educação das meninas.

Os Relatórios Intendenciais apresentados nos anos de 1907 e 1908, pelo Intendente municipal, Augusto Lucio de Figueiredo Teixeira<sup>10</sup> ao Conselho Municipal, retratam o panorama da Instrução Pública no município, além de apontar transformações ocorridas em termos educacionais em sua gestão intendencial:

---

<sup>10</sup> No processo empírico da pesquisa, percebeu-se a ausência do Relatório Intendencial relativo ao ano de 1909, esta constatação tem relação direta aos decretos de **nº 1450, de 23 de março de 1909**, que anulou a Eleição do Conselho Municipal e ao decreto de **nº 1459, de 11 abril de 1909** que nomeou como Intendente Juvêncio Maximiliano Lemos, em virtude das irregularidades ocorridas no processo eleitoral de 11 de fevereiro de 1909. O novo intendente foi empossado em 15 de abril de 1909, pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa permanecendo no governo até 03 de outubro de 1910, e, portanto não apresentou relatório intendencial ao Conselho Municipal, tendo em vista os problemas eleitorais que ocorreram em função das eleições para o Conselho.

**Instrução Publica – São seis as aulas municipaes creadas para dar instrução a grande numero de nossos municipaes que d’ella tanto precisam.** A frequencia não é a desejada em vista da má localização de algumas escolas, razão por que já dei providencias, afim de serem removidos para local onde haja população escolar mais densa. **Alem das seis a que me refiro existem mais 12 escolas estadaues e 13 collegios particulares,** entre esses o do Sr. Charles Dupont, provector educacionista, o das Irmãs de São Francisco e o Gymnasio Salesiano, equiparado ao Gymnasio Nacional, onde recebem instrução grande numero de jovens patrícios, deste e dos municípios visinhos. **Brevemente, em fevereiro talvez, será inaugurada em uma das sachristias da nossa Igreja Matriz, uma aula para meninos pobres e desprotegidos, obra grandiosa do nosso vigário ver. Hyppolito Costabile,** que alli á sua extrema bondade e cordura, uma superior força de vontade. **Frequentou todos os collegios que vos citei, o numero já elevado de 1612 alumnos, sendo 907 do sexo masculino e 705 do feminino, havendo matriculados mais 417 do que no anno anterior.**

Orgulho me em ministrar-vos essas informações que attestam o progresso crescente que nesse particular, faz o nosso caro municipio. (grifos nossos) (O Dever, 05/11/1907, p. 01)

**Instrução Publica –** No relatorio anterior vos comunicava que não era a desejada a frequencia de algumas escolas municipaes. **Devido á falta de frequencia extingui a escola de 4º Distrito,** cuja professora não podia mudar-se para lugar onde houvesse população escolar que justificasse a despeza que faria o municipio com essa aula. **Pediu demissão a professora do 3º districto.** Como fizesse falta uma escola na xarqueada “São Martin” por haver ahi uma grande aglomeração de população, **tranferi para lá a escola do 3º districto e nomeei o sr. Pedro Menezes,** que se tem dedicado com zelo ao seu mister. Na xarqueada “Santa Thereza” localisei a aula do 1º districto a cargo da professora d. Marina Mogetti, a qual tem uma boa frequencia. Tendo fallecido a professora do 5º districto, nomeei para o lugar vago o sr. Pantaleão da Cunha. As outras escolas continuam com sob a regência dos mesmos preceptores e estão localizadas nos mesmos pontos. **Além d’estas, subvencionei com 50\$000 mais duas, uma no Passo do Salso e outra no Quebraxo, ambas no 5º districto. Existem no municipio mais 11 escolas estadaues,** sendo 04 de primeira e 07 de segunda entrança e **14 collegios particulares.** Entre estes, distinguem-se os seguintes: O Collegio N. S. Auxiliadora, equiparado ao Gymnasio Nacional, [...]; O Collegio Espírito Santo,

[...]; o do Sr. Charles Dupont, conhecido educador da mocidade de Rio Grande; e dos Irmãos Maristas, em dependências de nossa bella igreja matriz e fundado graças aos esforços do distincto vigário da parochia revmo. Hyppolito Costabile, contando com a frequencia de 175 alumnos, na maioria pobre. **A matricula total é de 1906 alumnos, sendo 1153 do sexo masculino e 753 do feminino, havendo 294 mais do que no anno estatistico anterior.** (grifos nossos) (O Dever, 14/10/1908, p. 01)

A contraposição destes dois Relatórios expedidos pela Intendência entre os anos de 1907 e 1908 nos possibilita o mapeamento da oferta de aulas municipais, bem como, as ações administrativas no gerenciamento da educação municipal, o panorama da educação privada no município de Bagé e os avanços numéricos alcançados pela gestão de Augusto Lucio de Figueiredo Teixeira sejam eles municipais ou privados.

Em relação aos dados estatísticos descritos anteriormente nos relatórios intencionais, podemos compor o seguinte quadro comparativo sobre o panorama das mudanças na Instrução Pública no município de Bagé entre os anos de 1903 e 1908.

Quadro 03 – Panorama Educacional da década de 1900

Ano	Aulas Municipais	Aulas Estaduais	Aulas Particulares	Frequencia Média
1903	02	08	Não constam dados	Não constam dados
1904	02	08	13	1173 alunos
1905	03	08	11	Não constam dados
1906	06	06	11	Não constam dados
1907	06	12	13	1612 alunos
1908	08	11	14	1906 alunos
1909	Não constam dados	Não constam dados	Não constam dados	Não constam dados

Fonte: Livre adaptação dos dados encontrados nos Relatórios Intencionais

A partir destes dados, observa-se um crescimento numérico no curso do estabelecimento da educação primária pela ação municipal, de 02 aulas para 08 aulas, isto significa afirmar que este crescimento alcançou um total de 400% no número das aulas municipais. Em relação às aulas franqueadas pelo Estado, o crescimento alcançou um índice de 137,5%, e no que tange a ação da iniciativa privada, este crescimento foi de apenas 7% no número de aulas e/ou colégios em relação ao início da década.

Outra relação quantitativa que pode ser destacada se traduz no aumento de 62% nas matrículas do conjunto total das aulas distribuídas no município de Bagé.

Neste sentido, faz-se necessário também enfatizar que no processo de expansão do ensino primário em Bagé, este foi atendido tanto pela ação municipal como pela iniciativa estadual e privada, mas em relação ao ensino secundário, houve somente a presença de instituições escolares vinculadas às ordens religiosas e/ou particulares na primeira década do século XX.

Por outro lado, nos Relatórios apresentados durante os anos de 1907 e 1908, ainda observamos algumas especificidades no processo de expansão do ensino primário e secundário no município de Bagé. Neste sentido, percebemos claramente a iniciativa do controle da gestão dos recursos humanos e financeiros do município, a efetiva preocupação na apresentação do quadro estatístico educacional e o apreço dado à ação benemerita da Igreja Católica e das ordens confessionais no campo da instrução municipal.

Portanto, no delineamento da educação gaúcha no período da Primeira República, essa “ação benemerita” da Igreja Católica refletiu-se diretamente na ausência da atuação do Estado junto ao ensino secundário e conseqüentemente no ensino superior, garantindo amplo espaço para a iniciativa privada confessional. No entanto, no que se refere às relações entre Estado e Igreja e no estabelecimento do ensino primário, Corsetti (1998, p. 60) lembra que:

Em paralelo, a política educacional republicana incluiu, *através de uma acomodação de interesses, um relacionamento importante entre o PRR e a Igreja Católica que, mesmo não isento de divergências, serviu à concretização dos projetos por eles desenvolvidos. O apoio da Igreja foi elemento relevante no processo de dominação republicana no Rio Grande*. Por outro lado, o favorecimento à Igreja, oportunizado pelos republicanos, facilitou a recomposição da posição pretendida pela instituição, que atravessava crise expressiva desde o século XIX, particularmente com a implantação da República e a separação entre Estado e a Igreja. [...] especi-

almente nas regiões coloniais, o Estado estabeleceu um processo de disputa com a Igreja Católica, no que concerne ao ensino primário. Essas regiões eram fundamentais para o projeto de desenvolvimento dos dirigentes republicanos, que não hesitaram em avançar num terreno em que a Igreja considerava sua absoluta prerrogativa. As desavenças tornaram-se mais acirradas quanto mais se expandia o ensino público. ***A disputa com a Igreja, no campo do ensino primário sinalizou que o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento. Não foi por outra razão que o Estado investiu de forma expressiva no ensino primário*** e foi nesse nível que [...] se concretizou sua preponderância no setor. A Igreja, por seu lado, teve presença predominante no ensino secundário.

Dentre todas as ponderações destacadas por Corsetti (1998), a acomodação dos interesses republicanos e católicos, o conciliamento das divergências entre ambas as instituições e a harmonização das relações do PRR com a Igreja, foi um processo extremamente importante na consecução do projeto republicano. Este movimento pode ser observado na carta de Borges de Medeiros endereçada ao Intendente Municipal de Bagé, José Octávio Gonçalves sobre a figura do Padre Hypólito Constabile em 10 de março de 1906:

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 10 de março de 1906

Ilustre amigo sr. Coronel José Octavio Gonçalves.

Bagé.

Tenho a satisfação de apresentar-vos o distinto Hypolito Costabile, ***que foi provido na vigaria dessa freguesia. Não só pelas apreciáveis qualidades que tem revelado como sacerdote e também pelo facto de ser nosso esforçado correliigionário***, recomendo – o ao vosso carinhoso acolhimento, certo de que lhe prestareis os serviços de que venha a necessidade para bem desempenhar-se das suas funcções. Saudo-vos cordialmente.

Amº e Co\_religº Abº

Borges de Medeiros. (grifos nossos) (Fonte: Acervo Museu Dom Diogo de Souza)

É preciso ter em mente que as análises realizadas acima com base nos Relatórios Intendenciais, tem como objetivo esboçar o quadro e o

panorama da educação no município, bem como, indicar o processo de expansão educacional que se desencadeou com o início dos anos 1900 na cidade de Bagé. Ademais, este processo ocorrido na primeira década do século XX representam os primeiros passos para consolidação do projeto modernizador republicano no Estado do Rio Grande do Sul.

### 3.2. A Educação no município de Bagé entre os anos de 1910 e 1913

É importante perceber que apesar dos discursos da municipalidade em aferir a escola o papel de espaço norteador da direção intelectual e moral dos indivíduos, capaz de constituir uma sociedade onde a anarquia fosse suplantada pela ordem e pela prosperidade, desenvolvendo o senso do dever, de obediência e de modernidade da República, as dificuldades encontradas na primeira década do século XX provocariam mudanças substanciais nas décadas seguintes na cidade de Bagé.

Paralelamente aos discursos da municipalidade, os problemas eleitorais ocorridos no ano de 1909, com o pleito eleitoral para o Conselho Municipal<sup>11</sup>, foram resolvidos com a eleição do histórico republicano José Octavio Gonçalves, representante da primeira geração de republicanos e chefe supremo do PRR em Bagé em outubro de 1910, esta eleição “distensionou” o plano político de oposições na cidade, pois sua vitória representava a força hegemônica do discurso e das práticas republicanas desde o final do século XIX<sup>12</sup>.

Apesar dos francos esforços municipais desencadeados na primeira década do século XX, em expandir e apoiar a constituição de espaços educativos, estes eram insuficientes para mudar a estrutura<sup>13</sup> da *Organi-*

<sup>11</sup> Sobre este assunto, consultar especificamente a nota de rodapé anterior.

<sup>12</sup> Cabe salientar, que José Otávio Gonçalves havia sido Intendente municipal entre os anos de 1897 e 1905, período em que ocorreu a afirmação política do PRR e o gradual enfraquecimento das oposições federalistas na cidade. As observações sobre a constituição do panorama político na cidade de Bagé foram tratadas com maior acuidade no capítulo I, subseção 1.3. *A gênese do Universo Político-Partidário na cidade de Bagé* deste trabalho.

<sup>13</sup> Os estudos de Saviani (1983) e (2010) nos fazem entender o significado da expressão “Organização Educacional Municipal”, na perspectiva de conceituar o termo, Saviani (2010, p. 06) comenta que: [...] *estrutura implica a própria textura da realidade; [...], independentemente do homem e, [...]. O sistema, em contrapartida, implica uma ordem que o homem impõe à realidade.* Portanto, o homem sofre a ação das estruturas, mas, na medida em que

zação *Educacional Municipal*<sup>14</sup>, tendo em vista, que ainda não havia uma legislação municipal<sup>15</sup> que estruturasse a Educação Pública Municipal no município de Bagé.

Na perspectiva de organizar o panorama educacional do município de Bagé, na última gestão de José Octavio Gonçalves<sup>16</sup> (1910-1913), lançamos mãos de alguns dados encontrados no Relatório Intendencial municipal conjuntamente com os Relatórios da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul neste período.

Em seu primeiro Relatório, José Octavio Gonçalves elabora um inventário detalhado da situação educacional do município de Bagé, apresentando a importância da *disseminação* e as *vantagens* do ensino no contexto republicano.

**Instrução Publica** – É desnecessario fazer considerações sobre este ramo da administração publica porque todos sabeis as vantagens que dimanam para o paiz, da disseminação do ensino. É a base do progresso de um povo, em todas as manifestações da sua actividade. O governo do Estado a quem especialmente cumpre prover a instrução, tem procurado melhora-la n'esta circumscrição como lhe é possível. ***O municipio porêm attenta a insufficiencia de aulas publicas e de acordo com a verba [... inegível ...], conta actualmente com 5 aulas municipaes, trez das quaes são apenas subvencionadas e todas com uma frequencia de cento e quarenta e cinco alumnos.*** Existem alem dos collegios públicos, 12 particulares com uma matricula de 883 alumnos. O

---

toma consciência dessa ação, ele é capaz de manipular a sua força agindo sobre a estrutura de modo a lhe atribuir um sentido.

<sup>14</sup> Defendemos a tese que a Organização Educacional Municipal constituiu-se no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira, este assunto será tratado especificamente no próximo capítulo.

<sup>15</sup> Durante a Primeira República no Estado do Rio Grande do Sul, os republicanos estabeleceram uma série de decretos e regulamentos para a organização do ensino público estadual, e, conseqüentemente no aprimoramento da Instrução Pública no Estado. A pesquisadora Berenice Corsetti em sua tese de doutorado ***“Controle e Ufanismo: A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)*** elabora um interessante quadro sobre todas as legislações relativas ao processo de organização do ensino público estadual ocorrido na Primeira República e defende a seguinte idéia, Corsetti (1998, p. 285-286): *A organização do ensino público [...] foi promovida através da utilização do instrumento privilegiado pelos positivistas, ou seja, a lei. [...] Devemos ressaltar que essas regulamentações expressaram, [...] pressupostos políticos e educacionais defendidos pelos republicanos.* Por outro lado, os estudos e pesquisas realizados sobre o mesmo período político, revelam que a ação da esfera municipal no processo de regulamentação da educação primária, ocorreu somente após a década de 1920 nos municípios do Rio Grande do Sul.

<sup>16</sup> Em 07 de abril de 1913 acabou falecendo, entretanto, não ocorreu uma nova eleição para a Intendência Municipal. Esta resolução foi garantida pelo **Decreto nº 1955 de 12 de abril de 1913**, editado pelo governador do Estado, Borges de Medeiros, neste sentido, José Manuel Rodrigues foi instituído como intendente provisório até 05 de janeiro de 1914, data do término do mandato municipal.

Collegio N. S. Auxiliadora atendido por padres da ordem dos Salesianos é instituto de ensino primário e secundário que preenche satisfatoriamente os seus fins e tem matriculados 285 jovens estudantes. Tendo meu digno e zeloso antecessor oferecido ao Governo do Estado o antigo proprio municipal Intendência Velha sita á Praça Carlos Telles, para ahi ser installado o Collegio Elementar<sup>17</sup> creado nesta localidade, fez-se ali as reformas necessárias afim de adaptal-o ao destino que se lhe ia dar. Verificou-se por occasião da sua inauguração pelo Director e provector educacionista Snr. Capitão Azambuja Netto<sup>18</sup> que as peças de que se dispunha o edificio eram insuficientes para indispensáveis aulas alem do inconveniente da sua localização. Propôz-me aquelle director que a Intendência lhe conseguisse outro prédio mais apropriado. Attendendo a nobresa dos fins, resolvi então dar um aluguel a Intendência Velha, supprimir a subvenção de trez aulas que podiam ser dispensadas visto a substituição vantajosa e alugar com a economia que d'ahi proviesse o prédio onde se acha installado e funcionando regularmente o Collegio Elementar. Existe o Collegio São Sebastião fundado e dirigido pelo estimado vigário Hyppolito Costabile, com frequencia de 140 alumnos, que recebem instrução primaria. ***O nosso prospero municipio com uma população approximada a 40 mil habitantes, ainda resente-se da falta de instrução mas, nutre fundadas esperanças na acção proveitosa do patriótico governo do Estado no sentido de melhora-la, como se vae observando das medidas ultimamente adoptadas.*** (grifos nossos) (O Dever, 23/09/1910, p. 01)

A leitura do Relatório Intendencial, nos relata o cenário da educação municipal, porém, é perceptível neste discurso a ausência de políticas públicas e a insuficiência de aulas tuteladas pelo município, por outro lado, ainda persiste a ação da iniciativa privada nas questões educacionais e o irrestrito apoio da ação estadual no propósito de criação do

---

<sup>17</sup> O Colégio Elementar do município de Bagé foi estabelecido pelo **decreto nº 1479, de 26 de março de 1909**, quando foram modificados os programas do Ensino Complementar e criados colégios elementares no Estado. O Colégio Elementar de Bagé foi classificado como de 2ª Entrância. (*Relatório de Instrução Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1921, vol. II, p. 188*)

<sup>18</sup> Segundo o Relatório da Instrução Pública do ano de 1911 (p.238), o **Colégio Elementar** de Bagé estava sob a direção do Professor Francisco Pinto de Azambuja Netto. Com a designação dos professores Venâncio Valteriano de Souza e D<sup>a</sup> Universina de Araújo Bastos ficaram preenchidos os claros existentes no quadro pessoal docente. Tendo por Matrícula: 166 alunos, sendo que a matrícula em 1910 era de 153 alunos. (Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique. Data da Publicação: 1911).

Colégio Elementar<sup>19</sup> na cidade de Bagé. Neste sentido, não podemos deixar de fazer alusão a alguns dados estatísticos descritos na obra ***Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé*** de Jorge Reis, encarregado da Estatística do Município. Sobre a Instrução Pública, comenta Reis (1911, p. 67):

Existem funcionando n'esta cidade e municipio 26 aulas, sendo 13 collegios particulares, com uma frequencia de 965 alumnos; [...] D'estes, 5 de instrucção primaria e secundaria. A maior frequencia é a do collegio Salesiano, com um numero de 286, seguindo-se o habilmente dirigido pelo sr. tenente coronel Arthur da Silva Lopes, com 160 e o Espirito Santo, com 150. Aulas estaduais de 1<sup>a</sup>. Entrancia, providas existem 7, com uma frequencia de 355 alumnos [...]. De 2<sup>a</sup>. entrancia, 2 com uma frequencia de 189 alumnos [...]. O collegio Elementar, dirigido pelo sr. capitão Francisco Pinto de Azambuja Netto, que é auxiliado por 3 professoras e um professor tem uma frequencia de 166 alumnos [...] ***Aulas municipais, 4, localizadas nas xarqueadas S. Thereza, S. Martin, estação de S. Rosa e no 3<sup>o</sup> Distrito. Frequencia dessas aulas, 136. [...] Total dos alumnos matriculados em todas as aulas do municipio 1.791; - sexo masculino 1017, feminino 774. É presidente do conselho escolar, o Major Julio Soares de Mello.*** (grifos nossos)

Através destes dados estatísticos, podemos fazer algumas deduções, que apesar das aulas presentes no município de Bagé apresentarem uma matrícula total de 1791 alunos, apenas 1456 alunos ou 81% destes frequentavam as escolas no município de Bagé.

Em relação à frequência verificada no total das aulas, podemos afirmar que, os colégios particulares apresentavam uma frequência de 66% (965 alunos); que as aulas públicas estaduais representavam 24% (355 alunos) do total e que as aulas municipais atingiam um percentual equivalente a 10% (136 alunos) do total das aulas organizadas no muni-

---

<sup>19</sup> *As Metamorfozes do Professorado Gaúcho ao final da República Velha no Rio Grande do Sul* é um interessante estudo desenvolvido por Tambara e publicado no II Seminário de Pesquisa em Educação - Região Sul (AnpedSul), ocorrido no ano de 1999 na cidade de Curitiba/PR. Tambara anuncia em seu trabalho, que nos Colégios Elementares presentes no Rio Grande do Sul, os diretores eram quase sempre homens e consequentemente os únicos homens da Escola, e que eram raros os estabelecimentos escolares onde houvesse homens trabalhando na função de docente. Em relação ao Colégio Elementar de Bagé, observou-se que a direção deste estabelecimento ficou a cargo do Professor Francisco Pinto de Azambuja Netto até o ano de 1913, que logo após, foi substituído pela Prof<sup>a</sup> Universina de Araújo Bastos que ficou no cargo até o fim da República Velha.

cípio de Bagé. Cabe salientar, que na construção destas análises, os dados arrolados acima se referem conjuntamente ao ensino primário e ao ensino secundário.

No processo de análise dos dados quantitativos encontrados nos Relatórios da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1912 e 1913, sobre a educação municipal, verificamos a permanência do mesmo quadro numérico de escolas encontrado no Relatório Intendencial do ano de 1910, apresentado por José Octavio Gonçalves. Neste sentido, afirmamos que em sua última gestão como intendente municipal não ocorreram mudanças no panorama da Educação Pública Municipal em Bagé.

### **3.3. A Educação Municipal no Governo de Martim Tupy Silveira (1914-1925)**

Os processos históricos das sucessões dos chefes executivos municipais em Bagé adquiriram características peculiares após a Revolução Federalista (1893-1895), neste sentido, as indicações dos candidatos à intendência municipal passaram a privilegiar os correligionários que demonstrassem uma total identificação com o Castilhismo-Borgismo, o que implicava em uma subordinação direta ao líder do partido e ao presidente do Estado, figura que representava a hegemonia política do PRR.

Neste sentido, os signatários republicanos bajeenses que assumiram a condição de Intendentes Municipais, após o início da derrocada do Federalismo na cidade de Bagé, possuíam uma relação de *dedicação natural* ao ideário positivista do Partido Republicano Rio-Grandense, como afirma Bakos (1998, p. 215) em relação aos intendentes da cidade de Porto Alegre:

A situação de violenta disputa pelo poder reverteu-se em 1896, quando à paz seguiu-se, no Rio Grande do Sul, a consolidação do PRR, simbolizada pela volta de Castilhos ao governo do estado. O projeto de governo definido pela agremiação tinha como base o ideário de Augusto Comte, porém com versão própria –

o castilhismo. Entre as suas características mais importantes destacavam-se a presença dominadora do Poder Executivo e o seu comprometimento com o desenvolvimento capitalista. *Desde 1893, já então no poder, o Partido Republicano buscava manter a sua hegemonia recrutando, na sociedade civil, correligionários coniventes com o ideário castilhista para ocupar postos-chave no aparelho de estado. A primeira Constituição Republicana do estado – 1891 –, que teve Júlio de Castilhos como seu principal mentor, fornecia os meios técnicos necessários para o governo do estado controlar os municípios* apesar de, em leitura menos avisada, ela parecesse assegurar a autonomia municipal. *A primeira instância da lealdade política eram os próprios critérios de indicação do intendente; a segunda era a maneira como se fazia sua efetivação no poder – quando prestava compromisso formal de fidelidade para com o PRR e o seu líder mais expressivo, o presidente do estado, e quando recebia dele o apoio para o seu exercício administrativo: chave do continuísmo. Se ele servisse com fidelidade, perpetuava-se no cargo, fato explicado pelo princípio castilhista de que o poder vinha do saber. Tal premissa justificava a permanência de um político em um mesmo posto por um longo período de tempo, a fim de que conhecesse todos os macetes de sua função.* (grifos nossos)

Portanto, após a morte de José Octavio Gonçalves, o Partido Republicano bajeense necessitava de uma forte liderança política para governar o município, o vácuo deixado na morte do ex-intendente, fez com que o diretório estadual conjuntamente com o diretório municipal, realizasse uma escolha capaz de preencher a lacuna ideológica e política dentro do partido.

Martim Tupy Silveira nasceu em Bagé, em 1876. Filho do abastado fazendeiro Jerônimo Silveira, participou na defesa do Cerco de Bagé (1895) e filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense com apenas 17 anos de idade. Na última gestão de José Octavio Gonçalves (1910-1913), com 34 anos de idade, foi escolhido como vice-intendente<sup>20</sup> municipal, devido ao seu prestígio com os fazendeiros da região e com os próprios republicanos bajeenses. (Taborda, 1966)

---

<sup>20</sup> Nomeado pelo *Ato municipal n.º 117 de 30 de abril de 1910*. Fonte: Jornal O Dever, de 30 de abril de 1910, p.01.

O processo da escolha de Martim Tupy Silveira<sup>21</sup> como sucessor intencional e na chefia unipessoal da política municipal possuía como objetivo preencher a possibilidade da ausência de lideranças republicanas na cidade. Estas constatações podem ser observadas na notícia sobre a posse intencional realizada em 05 de janeiro de 1914:

Realizou-se, hontem, [...] a solemnidade da posse do intendente eleito, nosso illustre amigo sr. coronel Tupy Silveira e membros do conselho municipal. [...] ***o nome do coronel Tupy Silveira, para a alta investidura que lhe foi confiada, sendo que, quando um mister foi escolher um nome para substituir o coronel José Octavio Gonçalves o seu surgiu naturalmente sem que uma só objecção se fizesse sentir, sem que um pronunciamento contrario fosse ouvido.*** Dadas as condições da política local de então, foi necessaria, em nosso meio, a presença do nosso illustre amigo Nabuco de Gouvêa<sup>22</sup> que, distinguido merecidamente com as honrosas insignias de chefe do partido republicano local, auscultando a opinião publica e empenhando como todos, pelo engrandecimento deste municipio, não vacilou em indicar aos sufrágios de seus concidadãos o nome do coronel Tupy Silveira. Esse acto do Dr. Nabuco de Gouvêa, por si só, reflecte uma grande sagacidade politica, pois que esta, outra cousa não é sinão a sciencia de bem governar os povos, pondo a frente de seus destinos quem reúna as condições precisas e quem não alimente outras preocupações senão as de dar fiel cumprimento ás leis que são a segura garantia de todos os direitos. [...] ***O nome do coronel Tupy Silveira surgiu de conciliabulo político. [...] e foi amparado pelos próceres do partido republicano, cuja suprema chefia está confiada ao esclarecido espirito de tolerância do benemérito dr. Borges de Medeiros, que tem como suprema aspiração, que alimenta com carinhos especiaes o engrandecimento do Rio Grande do Sul, o bem estar da família rio-grandense.*** (Grifos nossos) (O Dever, 06/01/1914, p.01)

<sup>21</sup> Sobre a preocupação da possibilidade do vácuo político e da ausência de futuras lideranças na cidade de Bagé, em decorrência da doença que acometia José Octavio Gonçalves no ano de 1913. Salientamos a carta de Borges de Medeiros endereçada à Martim Tupy Silveira em meados de abril de 1913, indicando Tupy Silveira como candidato natural nas eleições de 1914 e trocando a chefia do PRR local. Esta carta consta na integra no Capítulo II, subseção 2.1.: *As querelas entre Republicanos e Federalistas*, presente no corpo de trabalho.

<sup>22</sup> José Tomás Nabuco de Gouvêa nasceu em Minas Gerais, em 11 de outubro de 1872. Formou-se em Medicina na cidade de Paris, e voltando ao Brasil, passou a clinicar no município de Bagé, onde adensou as fileiras do PRR, sendo vice-intendente entre os anos de 1905-1909, e deputado federal nas eleições de 1906, 1909, 1912, 1915 e 1918, participou ativamente nas campanhas da pacificação de 1923 no Estado do Rio Grande do Sul, e posteriormente dedicou-se a diplomacia. Informações obtidas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Coord: Alzira Alves de Abreu et al. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2001 (p. 4015-4016)

Sendo assim, resolvidas às questões da sucessão intencional no município, dissipadas as incongruências da chefia unipessoal do Partido Republicano Bajeense, o período que se inicia com a eleição de Martim Tupy Silveira em 1914, demonstra a força do “continuismo administrativo” do PRR na cidade de Bagé.

É possível afirmar, que Martim Tupy Silveira absorveu e foi absorvido pelo imaginário Castilhistas-Borgistas possibilitando sua permanência na condução administrativa do município até o ano de 1925, momento das primeiras inflexões políticas ocorridas em função das mudanças oriundas da Pacificação Estadual de 1923 e da alteração da Lei Orgânica Eleitoral do município de Bagé<sup>23</sup>.

Em primeiro ano de gestão, Martim Tupy Silveira, elabora um minucioso Relatório Intencional sobre as questões da Instrução Pública Municipal, detalhando o número de escolas municipais, de escolas estaduais e das escolas particulares existentes em Bagé. Além disso, apresenta a localização das aulas municipais, o quadro da frequência escolar e o número de matrículas por gênero no município.

Estes dados são relevantes para compormos o quadro da Instrução Pública Municipal, na perspectiva de compreender e analisar a oferta do ensino primário municipal da cidade de Bagé<sup>24</sup>. Elaboramos a partir do Relatório Intencional apresentado por Martim Tupy Silveira ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914<sup>25</sup>, o seguinte quadro conjuntamente com o mapa da localização dos distritos municipais:

---

<sup>23</sup> Em relação ao término da gestão de Martim Tupy Silveira e ao processo eleitoral que ocorreu no município de Bagé no ano de 1925, onde Tupy Silveira não pode concorrer à reeleição intencional, consultar o *Capítulo II, subseção 2.5.: A Eleição de 1925 e o Continuismo Republicano*, no corpo deste trabalho.

<sup>24</sup> No ano de 1914, o município de Bagé passa a ser dividido em 07 (sete) distritos, distribuídos da seguinte forma: 1º distrito: Bagé; 2º Distrito: Piraí; 3º Distrito: Olhos D' água; 4º Distrito: Palmas; 5º Distrito: Santa Rosa; 6º Distrito: Rio Negro e 7º Distrito: Candiota.

<sup>25</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Bagé pelo Intendente Martim Tupy Silveira em Sessão Ordinária de 20 de setembro de 1914. Bagé: Typographia da Casa Maciel, 1914.

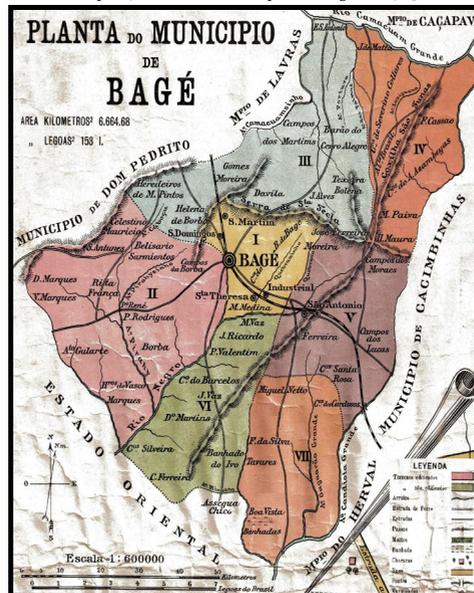
Quadro 04 – Aulas Municipais em 1914

Nº	Distr.	Professores	Localidades	Mas.	Fem.	Matric.	Freq.	Obs.
01	6º	Laudelino Moreira	Minuano	17	09	26	19	Subvencionadas pelo Governo Estadual.
02	1º	Isais M. da S. Soares	S. Martin	31	28	59	37	
03	3º	Florício de S. Alves	Olhos d'agua	18	07	25	15	
04	4º	Ernesto R. Tubino	Bolena	24	04	28	19	
05	1º	Alice Duarte Rego	Est. Aceguá	12	22	34	26	
06	5º	Ié Pereira da Silva	Jaguarão	25	03	28	21	
07	5º	Manoel P. Cunha	E. S. Rosa	11	19	30	24	
08	5º	Resendo L. d'Oliveira	A. S. Rosa	22	10	32	20	
09	3º	Ondina P. de Barros	Pirahysinho	01	08	09	07	
10	7º	Pedro J. de Barros	Passo-Salso	14	05	19	18	
11	7º	Manoel B. Soares	Candiota	27	03	30	22	
12	7º	José P. de S. Sarmiento	Jaguarão	15	11	26	21	
13	1º	Marina Mogetti	S. Thereza	08	18	26	20	
14	1º	Olga Siedler	Est. Cerro	16	34	50	32	
15	1º	<b>Julieta Pires Arruda<sup>26</sup></b>	<b>P. Republica</b>	<b>36</b>	<b>44</b>	<b>80</b>	<b>54</b>	
				277	225	502	355	

Fonte: Adaptado do Relatório Intendencial de 1914 (p.75)

Acervo: Museu Dom Diogo de Souza

Mapa 03 – Distritos Municipais de Bagé em 1914



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Bagé

<sup>26</sup> Segundo o Relatório Intendencial de 1914, a escola da Professora Julieta Pires Arruda era a única que era totalmente custeada pelos cofres municipais

Com base nos dados expostos no Quadro XX que trata das aulas municipais e na leitura do mapa dos distritos de Bagé no período de 1914, podemos fazer as seguintes ponderações sobre o panorama da Educação Pública Municipal existente na cidade de Bagé:

- Quase todas as aulas municipais eram subvencionadas<sup>27</sup> pelo governo do Estado;
- Que o 1º Distrito (Bagé), zona mais urbana do município, possuía o maior percentual das aulas municipais (05 aulas); o maior número de matrículas, isto é, 249 alunos ou 49% do total e uma matrícula maior de meninas nas escolas municipais;
- Que o 5º Distrito (Santa Rosa) e 7º Distrito (Candiota) possuíam o mesmo número de aulas municipais, ocupavam conjuntamente o segundo maior número de matrículas do município e em suas aulas estudavam majoritariamente alunos do sexo masculino;
- Que o 3º Distrito (Olhos D' água), 4º Distrito (Palmas) e 6º Distrito (Rio Negro) possuíam conjuntamente apenas 04 aulas municipais, o menor número de alunos matriculados e um percentual de 37% de frequência do total de alunos matriculados, como também, os alunos do sexo masculino predominavam em suas aulas.

Outro ponto relevante para nossa análise é a constatação de que somente no 1º Distrito (Bagé), zona urbana da cidade, havia um número maior de meninas matriculadas no ensino de primeiras letras, não possuímos dados relativos à frequência destas aulas, mas podemos conjecturar que: as meninas das famílias mais urbanas ingressavam em maior número nas escolas, e, por conseguinte sua educação mesmo que voltada para o lar, poderia possibilitar mudanças sociais geradas pelos novos tempos modernos, esta sociedade urbana percebia aos poucos, que a mulher não podia permanecer na mesma situação de ignorância.

Por outro lado nos distritos mais suburbanos ou rurais, geralmente mais pobres e afastados do centro urbano, permanecia a velha idéia de que a educação feminina se resumia às prendas do lar e que a mulher deveria ser preparada para ser uma dona de casa, esposa e mãe, perpe-

---

<sup>27</sup> O Decreto nº 2086 de 19 de março de 1914, fixou o número de aulas subvencionadas ao município de Bagé em um total de 14 aulas. **Fonte:** Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1913. Porto Alegre: Oficinas Typographicas D' "A Federação", 1914.

tuando assim, a diferenciação econômica entre os gêneros, caso não encontrasse um esposo, teria que trabalhar para garantir o seu sustento. (Saffioti, 1976)

No mesmo Relatório Intendencial do ano de 1914, encontramos ainda informações sobre a situação das aulas estaduais e dos colégios particulares distribuídos no município de Bagé. Em relação ao quadro numérico das aulas estaduais, havia 05 (cinco) aulas públicas e 01 (um) Colégio Elementar, estas aulas possuíam uma matrícula de 614 alunos com uma frequência de 477 alunos. Deste conjunto de aulas, o Colégio Elementar e mais 03 (aulas) eram para ambos os sexos, 01 (uma) para sexo feminino e outra somente para meninos.

Em relação à questão do gênero presente nas matrículas, de um total de 614 alunos, 54% ou 335 eram do sexo feminino, todas estas aulas estavam localizadas entre o 1º, 5º e 7º distritos da cidade de Bagé.

No que tange a educação vinculada à iniciativa privada presente no município de Bagé, o quadro apresentado no Relatório Intendencial do ano de 1914, estava representado da seguinte forma: havia a existência de 15 (quinze) escolas particulares, todas ofereciam ensino primário e apenas 08 (oito) ensino secundário. A matrícula estava dividida em 734 alunos ou 74% no ensino primário e 257 ou 26% dos alunos no ensino secundário, estas escolas em seu conjunto tinham uma frequência de quase 90% do total de 991 alunos matriculados.

Destas 15 (quinze) escolas existentes na cidade, 08 (oito) eram mistas, 04 (quatro) para o sexo feminino e apenas 03 (três) para o sexo masculino. Apesar, da ocorrência de um número maior de escolas mistas e para o sexo feminino, a maior matrícula era de meninos, ou seja, 581 alunos ou 59% eram do sexo masculino.

Sendo assim, percebe-se que o primeiro Relatório Intendencial de Martim Tupy Silveira, demonstra que o número total de alunos matriculados na Instrução Pública na cidade de Bagé era de 2107 alunos, sendo que estes estavam divididos em 1850 alunos no ensino primário e 257 alunos no ensino secundário. Outra constatação relevante para nossas

análises futuras, e que de todos os alunos matriculados nas escolas municipais, apenas 80 alunos dos 502 alunos matriculados pertenciam à escola da Professora **Julieta Pires Arruda**, única totalmente tutelada pelo município.

Os Relatórios Intendenciais publicados no jornal O Dever entre os anos de 1915 a 1918, trazem pouquíssimas ou quase nenhuma informação sobre a Instrução Pública existente no município de Bagé. Por outro lado, estes mesmos relatórios são fontes riquíssimas para compreender como se desenhava administrativamente o governo de Martim Tupy Silveira.

Neste sentido, foi possível constatar que principalmente após o estabelecimento do **Decreto nº 2265 de 10 de março de 1917**<sup>28</sup> que previa a assinatura de um convênio entre governo do Estado e a Intendência de Bagé para a realização do fornecimento e melhoramento dos serviços de água, esgoto e energia elétrica, a principal preocupação da gestão intencional foi equiparar com serviços de infra-estrutura o município de Bagé, isto é, organizar o sistema de água e esgoto, de abertura e preservação de estradas, de higiene, de assistência e saúde pública, como também de segurança pública com a manutenção de verbas para a Guarda Municipal da cidade.

Estas mesmas ações e procedimentos administrativos eram uma tônica nas principais cidades do Estado, governadas por republicanos que buscavam a ordem da sociedade e o progresso rumo à modernização.<sup>29</sup>

Contudo, a ausência de informações relativas à Instrução Pública Municipal nos Relatórios Intendenciais expedidos por Martim Tupy Silveira em sua gestão, podem ser complementados pelos dados encontrados nos Relatórios do Orçamento Municipal, no que se refere às receitas e despesas realizadas com a educação tutelada somente pela ação municipal:

---

<sup>28</sup> Fonte: **Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1917**. Porto Alegre: Oficinas Typographicas D' "A Federação", 1918. (p. 112-113)

<sup>29</sup> Interessante estudo realizado e publicado por Bakos (1998), onde a autora trata desta política governamental ocorrida na cidade de Porto Alegre no período da Primeira República.

Quadro 05 – Receita<sup>30</sup> Ordinária e Despesa Ordinária do Município com Educação

Ano	Receita Total	Despesa Orçada	Despesa Municipal	Aplicação
1917	8:400\$000	12:000\$000	3:600\$000	Professores Móveis e Utensílios
1918	8:400\$000	12:000\$000	3:600\$000	
1919	8:400\$000	10:600\$000	2:200\$000	
1920	8:400\$000	10:600\$000	2:200\$000	
1921	8:400\$000	11:800\$000	3:400\$000	

Fonte: Adaptado dos Relatórios do Orçamento  
Acervo: Arquivo Público Municipal de Bagé

Em relação à questão da Receita Ordinária do município, é necessário lembrar que após o ano de 1914 ocorreu a subvenção escolar ao município de Bagé, como retrata o Quadro 04, referente ao ano de 1914, mas estas subvenções escolares, somente aparecem pelo nome de **Subvenção às Escolas**, nos Relatórios do Orçamento Municipal a partir do ano de 1917. Sobre as especificidades dos aspectos da subvenção escolar ocorrida na Primeira República, Corsetti (1998, p. 179-180), traz a seguinte afirmação:

O governo gaúcho, portanto, passou a diversificar sua estratégia em relação aos mecanismos utilizados para a expansão do ensino, incluindo as subvenções escolares com instrumento de sua política educacional, passando a envolver não apenas as escolas particulares como, também, os próprios municípios. [...] Colocando, a nível das falas, a expansão das subvenções como derivada da necessidade de impulsionar o ensino público [...], o governo ampliou o número de subvenções aos municípios que, em 1914, chegaram a 963, e, em 1916, a 1065. [...] a evolução da política relativa à concessão de subvenções escolares foi marcada por um crescimento daquelas concedidas aos municípios.

Percebe-se que as subvenções estaduais eram usadas para o pagamento de professores, para a compra de móveis e utensílios escolares, e que estas sempre se mantiveram em 8:400\$000 (oito mil e quatrocentos contos de réis) até o final da década de 1920<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Em tempo, salientamos que os valores referentes à coluna da **Receita Ordinária** se referem ao repasse financeiro do Estado para as escolas municipais subvencionadas, sendo que todos os valores descritos na tabela estão na moeda da época, isto é, em contos de réis.

<sup>31</sup> Cabe salientar, que o Governo do Estado fixou pelo Decreto de nº 2514, de 09 de fevereiro de 1920, a quantidade de subvenções escolares para os municípios do Estado e a cidade de Bagé aparece com a seguinte discriminação 14

Por outro lado, os mesmos Relatórios revelam que às despesas municipais em relação aos investimentos educacionais, isto é, às Escolas Municipais, perfizeram uma média de 3:000\$000 (três mil contos de réis) no mesmo período. Portanto, podemos afirmar que a administração do município de Bagé despendia com a educação pública municipal menos do que recebia do governo estadual.

Neste sentido, a leitura do Relatório Intendencial<sup>32</sup> apresentado em 20 de setembro de 1922, por Martim Tupy Silveira Martins ao Conselho Municipal confirma nossa hipótese levantada anteriormente da pouca ação do poder público municipal nas duas primeiras décadas do século XX, em relação à educação pública municipal. As primeiras mudanças em relação aos investimentos educacionais patrocinados pela ação do município ocorrem com uma maior frequência após a passagem dos anos de 1920. O quadro abaixo sobre o panorama da Instrução Pública e Particular no ano de 1922 nos auxilia a compreender estas mudanças:

Quadro 06 - Instrução Pública e Particular no município de Bagé

Aulas	Tipo	CURSO PRIMARIO				Professores	CURSO SECUNDARIO				
		Matrícula			Freq.		Matrícula			Freq.	
		H.	M.	T.		H.	M.	T.			
02	Estaduais	227	211	438	317	01	09	--	--	--	--
20	Municipais	313	224	537	447	10	10	--	--	--	--
03	Subvencionadas pelo município	141	--	141	118	3	--	--	--	--	--
27	Particulares	762	483	1245	1098	9	18	--	--	--	--
01	Gymnasio Auxiliadora	200	--	200	176	14	--	100	--	100	92
01	Collegio Espírito Santo	--	116	116	106	--	14	--	86	86	80
01	Collegio Perseverança	--	--	--	--	--	01	15	21	36	33
01	Collegio Applicaçãõ	43	97	140	140	--	03	05	14	19	19
		1686	1131	2817	2402	37	55	120	121	241	224

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir do Relatório Intendencial do ano de 1922 (p.68)

Acervo: Museu Dom Diogo de Souza

subvenções no valor de 8:400\$000. Fonte: **Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1917**. Porto Alegre: Oficinas Typographicas D' "A Federação", 1918. (p. 191-192)

<sup>32</sup> Relatório Intendencial de Tupy Silveira Martins apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922. Bagé: Typographia e Encadernação do Povo, 1922.

Os dados representados acima, nos auxiliam a realizar algumas análises sobre a instrução pública e particular presente no município de Bagé. Porém, se compararmos primeiramente estes dados aos analisados no ano de 1914, pode-se estabelecer o seguinte cenário:

- No ano de 1914, havia 05 (cinco) aulas estaduais e 01 Colégio Elementar<sup>33</sup>, porém, com o processo de aumento das subvenções escolares ao município de Bagé, o número de aulas públicas estaduais no ano de 1922, teve um decréscimo de 80% em relação aos dados encontrados em 1914;
- No tocante a ação da iniciativa privada, o número de escolas apresentadas no relatório intendencial de 1922, demonstra que ocorreu um aumento significativo na expansão de instituições escolares<sup>34</sup> particulares, isto significa afirmar, que ao compararmos os dados do ano de 1914, a iniciativa privada dobrou o número de escolas/ aulas no ano de 1922 na cidade de Bagé;
- Por outro lado, em relação à ação do governo municipal pode-se afirmar que ocorreu um aumento no número de escolas, de 01 (uma) em 1914 para 06 (seis) escolas em 1922, além de o município subvencionar 03 (três) escolas particulares;

Em relação aos dados presentes no Relatório Intendencial do ano de 1922, faz-se as seguintes observações:

- Que todas as escolas subvencionadas<sup>35</sup> pelo município eram para meninos e atendiam somente o ensino de primeiras letras e eram regidas por docentes do sexo masculino;

---

<sup>33</sup> Sobre o Collegio Elementar de Bagé, encontramos no Relatório da Instrução Pública de 1922, as seguintes informações sobre o corpo docente do Colégio Elementar “Quinze de Novembro” da cidade de Bagé. Estes dados estavam separados da seguinte forma: Nome do Professor, Anos de Magistério Estadual e Tempo de Serviço no Colégio Elementar. Sendo assim, temos: **Diretora:** Universina de Araújo Nunes (22 anos/13 anos). **Professores:** Melanie Granier (29 anos/13 anos); Maria Josepha Nunes Camargo (32 anos/11 anos); Idalina Soares Lisboa Régio, (17 anos/9 anos); Albertina Schilleng Schmitt (9 anos/9 anos); Julia Costa Taborda (8 anos/6 anos); Maria Curtis (1 ano/1 mês); Herma Soyaux (1 ano/1 mês); Thereza Ravazolli (11 dias) e Maria do Carmo Lima (09 dias). **FONTE:** Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. (06 de setembro de 1922). Porto Alegre: Oficinas Graphicas D’ “Federação”. Data da Publicação: 1922

<sup>34</sup> Sobre as questões específicas da presença e do aumento do número de instituições escolares privadas no governo do Intendente Martim Tupy Silveira serão analisadas com maior acuidade na subseção **3.4. A ação educacional das Instituições Escolares em Bagé (1914-1925)** deste capítulo.

<sup>35</sup> As escolas particulares subvencionadas pela Intendência Municipal pertenciam a 02 (duas) escolas da ordem dos Salesianos e ao Colégio São Sebastião, dirigido pelo monsenhor Constabile Hyppolito, estas escolas eram destinadas ao atendimento de meninos órfãos ou pobres da cidade de Bagé. Relatório Intendencial de 1924. (O Dever de 30 de setembro de 1924, p. 01).

- Que 2817 alunos ou 92% do total estavam matriculados no ensino primário, e que destes 59% ou 1686 alunos eram do sexo masculino;
- Que no ensino secundário havia 04 (quatro) escolas, sendo 02 (duas) mistas, 01 (uma) para exclusivamente para a educação feminina e outra dedicada somente para a educação dos meninos. E que quase não havia diferença no número de matrículas entre meninos e meninas nestas escolas;
- Que as matrículas nas escolas que atendiam o ensino primário estavam divididas percentualmente em 65% de alunos nas escolas particulares, 19% nas escolas municipais e por fim 16% nas escolas estaduais;
- Que dos 92 professores do quadro da Instrução Pública e Particular no município de Bagé, 55 docentes ou 60% do total eram mulheres;

Sobre o processo de feminização do magistério ocorrido na Primeira República no Estado do Rio Grande do Sul, a leitura dos trabalhos de Tambara (1998, 1999) e Werle (1996, 2005) podem nos ajudar na compreensão deste movimento que modificou a escola primária no Estado. Neste sentido, a profissão docente foi, para muitas mulheres, uma possibilidade de romper barreiras de preconceito e de desigualdade social e econômica e significou um caminho para a profissionalização feminina. Estes termos são expostos por Tambara (1999, p. 02-04)

No caso específico dos índices de remuneração do magistério, no Rio Grande do Sul, o que se observa é que o que ocorreu foi justamente o contrário, pelo menos ao final do Império e início do período republicano, os docentes femininos foram os que, a rigor, obtinham os maiores salários. Isto ocorria, principalmente em função dos privilégios que o diploma de normalista acarretava. Em princípio, este diploma fazia com que as professoras conseguissem desde logo a efetividade do cargo, enquanto que os professores que em sua grande maioria não detinham este título apenas trabalhavam no magistério em nível precário. ***Este é outro aspecto que sem dúvida contribuiu para a feminização do magistério das séries iniciais. Isto é, socialmente se permitiu a mulher a ocupação de um turno de trabalho enquanto que nos outros era continuava a desempenhar normalmente os outros papéis sociais que tradicionalmente lhe eram atribuídos.*** Neste sentido, de forma alguma as tradicionais funções femininas vinculadas ao status de mãe, esposa e filha ficavam comprometidas, ao contrário, a ocupação de eventuais espaços públicos como o da docência vieram corroborar as mesmas, ao mesmo tempo que permitia uma espécie de oxigenação nas ati-

vidades femininas por uma ampliação de seu lócus de atuação significando em outras palavras uma espécie de domesticação do espaço público. (grifos nossos)

Estas assertivas expostas por Tambara do papel ocupado pela mulher no magistério estadual podem ser observadas na transcrição do Relatório Intendencial de 1924, apresentado por Martim Tupy Silveira sobre as escolas dirigidas por professoras em Bagé:

*Dirigido pela prosecta educacionista, exma. Sra. D. Universina de Araújo Nunes, auxiliada por um distinto nucleo de professoras diplomadas, funciona na cidade, com a elevada frequencia de 477 alumnos o “Collegio Elementar 15 de novembro”, instituto modelar mantido pelo benemerito governo do Estado. A esse estabelecimento, que, incontestavelmente, constitue um eloqüente attestado interesse que tem a alta adminstração pelo magno problema da instrucção publica, o municipio vem prestando todo o auxilio material que por vezes se faz necessário, certo de assim concorrer para uma grande obra de interesse colectivo. Merecem tambem especial menção: - O collegio “Espírito Santo”, dirigido pelas irmãs franciscanas, com a matricula de 210 meninas e com o corpo docente de 12 professoras; - O collegio “Perseverança”, dirigido pela estimada preceptora exma. D. Melanie Granier, auxiliada por quatro professoras, tem uma matricula de 110 alumnos de ambos os sexos. A estes tres últimos estabelecimentos que teem internato, bem como aos demais, resta a municipalidade incondicional apoio moral. (grifos nossos) (O Dever, 30 de setembro de 1924, p.01)*

Não temos como pretensão esgotar as múltiplas leituras que ainda possam ser feitas sobre este panorama educacional, como também sobre as mudanças educacionais pretendidas pela Intendência Municipal de Bagé, a partir da década de 1920. Nossa intenção é esboçar algumas considerações que possam contribuir para a compreensão destas mudanças ocorridas na estruturação do sistema educacional na cidade, isto é, como se organizou, a Instrução Primária Pública municipal no período da administração Intendencial de Martim Tupy Silveira.

Na tentativa de compor um maior escopo empírico destas características educacionais, lançamos mão de alguns dados encontrados nos

Relatórios do Orçamento municipal da cidade de Bagé, entre os anos de 1921 a 1925, organizados no quadro abaixo:

Quadro 07 – Despesas Ordinárias do Município com outras ordens em porcentagem<sup>36</sup>

	Ano 1921	Ano 1922	Ano 1923	Ano 1924	Ano 1925
Orçamento Total Anual	867:840\$000	1.183,640,000	1.201.640,000	1.201.640,000	1.240.800,000
Administração Pública	63,20%	69,13%	68,85%	68,85%	69,54%
Segurança Pública	17,93%	16,25%	16,01%	17,67%	18,13%
Iluminação e Higiene Pública	12,68%	9,29%	9,90%	8,24%	7,58%
Despesas Diversas	3,34%	2,45%	2,41%	2,41%	2,82%
Auxílios Municipais	1,50%	1,10%	1,08%	1,08%	0,24%
Educação Municipal	1,36%	1,77%	1,75%	1,75%	1,69%

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir dos Relatórios do Orçamento

Algumas conclusões podem ser realizadas com base nos dados do quadro acima, que os gastos empreendidos com a educação municipal tiveram uma média de 1,66% do orçamento total do município, entre os anos de 1921 a 1925. As verbas destinadas para a Educação Pública Municipal, quase sempre ocuparam a última categoria de investimentos municipais.

A partir do **Quadro 07**, outras análises podem ser feitas, entre as quais, destacam-se: que a primeira faixa orçamentária do município estava ligada com as despesas da **Administração Pública** e que também havia uma grande preocupação municipal com a **Segurança Municipal**, visto que a Intendência Municipal empreendia volumosos gastos com a manutenção da Guarda Municipal e dos Postos policiais na cidade. Este fato nos permite afirmar, que no município de Bagé, berço do Partido

<sup>36</sup> Na elaboração do **Quadro 07**, optamos por organizar as despesas do município de Bagé em categorias de gastos. Nos relatórios orçamentários da Intendência Municipal encontramos em torno de 20 referências das despesas municipais. Para uma melhor análise, estas foram organizadas em 06 categorias, na possibilidade de estabelecer um quadro comparativo com as despesas realizadas com a **Educação Municipal**. Sendo assim, na **Categoria 01**, encontram-se as despesas relativas à **Administração Municipal**, tais como: **Pagamento de Funcionários, Assistência Pública, Mercado, Melhoramentos Municipais, Matadouro Público, Eleições, Festas Nacionais, Hidráulica, Pensões, Almoxarifado, Estatística, Juros e Amortização de despesas**; Na **Categoria 02**, encontram-se: despesas relativas à **Segurança Pública**, como o pagamento da **Guarda Municipal, Manutenção dos Postos Policiais e Cadeia Civil**; Na **Categoria 03**, encontram-se as despesas relativas à **Iluminação e Higiene Pública**, neste item enquadram-se também: **Manutenção dos Jardins Públicos e Seção de Asseio Público**. Na **Categoria 04**, os gastos são relativos a **Despesas Diversas** do município; E por fim, na **Categoria 05**, encontram-se as despesas relativas aos **Auxílios Municipais**, tais como para a **Exposição Rural do Município e a Estação Zootécnica**.

Federalista, havia uma preocupação constante da Intendência Municipal em manter a ordem social.

A preocupação com a Instrução Pública Municipal, bem como o aumento dos investimentos financeiros aplicados com a Educação Pública Municipal serão sentidos com maior ênfase, somente após a segunda metade da década de 1920. Contudo, cabe salientar que a década de 1920, na área da educação no Brasil, foi um período de grandes iniciativas. Foi à década das reformas educacionais. Não havia um sistema organizado de educação pública, abria-se assim um grande espaço para propostas em prol da educação.

Um dos movimentos mais importantes da época ficou conhecido com o nome de Escola Nova<sup>37</sup>. Entre os princípios defendidos por estes educadores estavam à defesa de uma escola pública, universal e gratuita que se tornarão suas grandes bandeiras. A educação deveria ser proporcionada a todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação.

Pretendia-se com o movimento criar uma igualdade de oportunidades. A função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se transformando.

### **3.4. As Instituições Escolares<sup>38</sup> Privadas no município de Bagé (1914-1925)**

A leitura e a análise dos Relatórios Intendências encontrados no período da gestão municipal de Martim Tupy Silveira (1914-1925) revelaram o forte crescimento de instituições escolares vinculadas às ordens confesso-

---

<sup>37</sup> Além disso, no que se refere à educação na década de 1920, foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual inspiradas no Escolanovismo, tais como, a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923, a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925, a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais, em 1927, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1928 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco, em 1928. Sobre as implicações do movimento da Escola Nova, consultar: XAVIER (2004) e VIDAL (2008).

<sup>38</sup> Na perspectiva de compreender o significado do conceito de Instituições Escolares, os estudos de autores como BUFFA (1979) e WERLE (2001), nos ajudam neste termo. Logo, é preciso reconhecer que na trajetória das instituições escolares, a primeira observação é que a escola é uma instituição educativa, que se relaciona em termos diacrônicos com as mudanças que vêm ocorrendo ao longo da história e sincrônica, estabelecendo relações com o presente, na compreensão de Saviani (2007).

nais ou a professores particulares na cidade de Bagé no período estudado. Sendo assim, esta progressão numérica de escolas representa o avanço da iniciativa privada na expansão do ensino, seja ele, primário ou secundário presente na Primeira República em Bagé. Por outro lado, mesmo que havendo uma iniciativa do governo estadual conjuntamente às primeiras iniciativas da gestão municipal, estas não foram capazes de impedir esta expansão escolar privada. Sobre o panorama educacional existente na Primeira República, Corsetti (2008, p. 63) faz a seguinte avaliação:

[...], **a ação do governo gaúcho revelou a utilização da educação como instrumento da política de modernização do Estado**, tendo sido marcada por características que resumem a importante intervenção dos dirigentes positivistas em relação ao setor, conforme exposto abaixo: **a) Expansão do ensino público primário, como ação fundamental do Estado**; b) Estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados; c) Nacionalização do ensino, especialmente nas regiões coloniais; d) Utilização da escola como instrumento de política de saúde preventiva, através da formação da “consciência sanitária da população”, bem como de assistência social; **e) Contenção de despesas com a expansão do ensino, através dos mecanismos das subvenções escolares e do envolvimento das municipalidades**; f) Centralização administrativa e uniformização pedagógica; **g) Controle pleno do ensino público e liberdade à iniciativa privada**; **h) Utilização da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado**; i) Diferenciação dos saberes, como parte da própria lógica da dominação e da construção do processo de modernização capitalista patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista. **Em paralelo, a política educacional republicana incluiu, através de uma acomodação de interesses, um relacionamento importante entre o PRR e a Igreja Católica que, mesmo não isento de divergências, serviu à concretização dos projetos por eles desenvolvidos.** (grifos nossos)

Portanto, não restringindo a difusão do ensino primário somente as iniciativas estaduais e municipais, os governantes republicanos reproduziam a máxima do discurso do PRR que entendia os assuntos educacionais da seguinte maneira: “*Ensine quem souber e quiser – como puder*”. Assim, o exercício do magistério é deixado nas mãos da iniciativa

privada, como afirma Louro (1986, p. 11): *Com isso, a iniciativa privada era bem estimulada em todas as áreas, inclusive no ensino, embora neste setor [...] o estado desse assistência.* Dessa forma, entende-se o princípio da liberdade à iniciativa privada no sentido de fomentar a instrução primária e secundária na Primeira República em Bagé.

Neste sentido, verificou-se que a expansão do ensino privado ocorrida no governo de Martim Tupy Silveira possui os seguintes números comparativos. No início de sua gestão no ano de 1914, havia 15 escolas particulares com uma matrícula de 991 alunos, estes divididos em 734 alunos no ensino primário e 257 alunos no ensino secundário. Por outro lado, no período relativo ao ano de 1922, havia 31 escolas particulares com um número de matrículas equivalente a 1842 alunos, sendo que 1701 alunos estavam no ensino primário e 241 alunos no ensino secundário.

Estes números revelam que ocorreu um crescimento de 57% na oferta de escolas do ensino primário tuteladas pela iniciativa privada, e um aumento de 53% do número de alunos nestas escolas. Cabe salientar que durante todo o período da gestão de Tupy Silveira, o ensino secundário estava atrelado à iniciativa particular no município.

Portanto, nosso interesse nesta parte do trabalho é descortinar e inventariar a presença das principais instituições escolares privadas na cidade de Bagé, que usaram a propaganda institucional<sup>39</sup> como forma de anunciar as atividades educacionais nos jornais O Dever e o Correio do Sul no período compreendido entre 1914-1925.

Neste sentido, não temos como pretensão aprofundar nossas análises sobre as características e especificidades das instituições escolares no referido período. Porém, na apreciação das propagandas utilizadas pelas instituições escolares, compreendemos que elas auxiliam a desvelar estes espaços educativos. Na afirmação de Neves (2007, p. 40 e 47), a autora esclarece a importância das propagandas institucionais:

---

<sup>39</sup> Sobre o uso, a importância e as características das propagandas de Instituições Escolares em jornais na Primeira República, consultar o trabalho de NEVES, Helena de Araujo. *A "alma do Negócio": aspectos da educação em Pelotas-RS na propaganda institucional (1875-1910)*. 260 f. Dissertação de Mestrado, UFPel: FaE, Pelotas, 2007.

Importa salientar que a propaganda institucional é uma especificidade da propaganda, cujo objetivo é o de promover a imagem favorável de uma determinada instituição, [...]. Ela exerce noções vitais ligadas ao posicionamento e à imagem da instituição. [...], seu objetivo principal é o de reforçar ou corrigir a imagem pública de uma instituição, e o de associar essa imagem a atributos específicos que sejam considerados valiosos pela comunidade, tais como seriedade, respeito ao cliente, etc. [...] Percebeu-se assim, através do contato com as fontes (jornais) utilizadas nesta pesquisa, que os anúncios das instituições educativas [...], no período analisado, tornavam-se um meio para divulgação do ensino, e das próprias instituições. [...]

Em relação aos dados encontrados sobre a educação particular na cidade de Bagé, elaboramos um quadro síntese das principais instituições escolares noticiadas nos jornais pesquisados no período compreendido entre os anos de 1914 e 1925, com base em sua organização e proposta pedagógica<sup>40</sup>:

Quadro 08 – Instituições Escolares noticiadas nos jornais (1914-1925)

<i>Nome da Instituição</i>	<i>Tipo de Ensino</i>	<i>Vagas</i>	<i>Características</i>
Collegio Tiradentes	P/S <sup>41</sup>	F/M <sup>42</sup>	Externato
Collegio Dupont	P/S	F/M	Internato / Externato
Collegio São Paulo	P/S	F/M	Externato
Collegio São José	P/S	F	Externato
Collegio Perseverança	P/S	F	Internato / Externato
Collegio Nunes	P/S	F/M	Internato / Externato
Gymnasio Bageense	P/S	F/M	Externato
Collegio Espirito Santo	P/S	F	Internato / Externato
Gymnasio N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Auxiliadora	P/S	M	Internato / Externato
Collegio Aplicação	P	F/M	Externato
Collegio São Pedro	P	F/M	Internato / Externato
Collegio São Luiz	P/S	M	Internato / Externato
Escola Parochial S. Sebastião	P	M	Externato

Fonte: Livre adaptação do autor, com base nos jornais O Dever e Correio do Sul

<sup>40</sup> As informações elaboradas no Quadro 08, têm como base teórica os estudos realizados por BUFFA & ALMEIDA PINTO (2002) e possuem como objetivo demonstrar as principais características das instituições escolares presentes na cidade de Bagé, no período da gestão de Tupy Silveira.

<sup>41</sup> A sigla **P/S** no Quadro 08 (Instituições Escolares noticiadas nos jornais) significa que estas escolas ofereciam ensino primário e/ou secundário.

<sup>42</sup> A sigla **F/M** no Quadro 08 (Instituições Escolares noticiadas nos jornais) significa que o ensino nestas atendia alunos do sexo feminino e /ou para alunos no sexo masculino.

De todo modo, apesar de termos encontrado no Relatório Intendencial de 1914, um número de 15 (quinze) instituições escolares e no Relatório Intendencial de 1922, um número de 31 (trinta e uma) escolas particulares no período do governo de Martim Tupy Silveira, muitas destas escolas não tiveram ocorrência nos jornais da cidade.

Sendo assim, na elaboração do **Quadro 08** tivemos o cuidado de mencionarmos instituições escolares que tiveram um número maior de 10 ocorrências de propagandas institucionais nos jornais pesquisados. Especificamente sobre os anúncios escolares, Neves (2007, p. 96), argumenta:

Nesse contexto percebe-se, tanto pelo conteúdo dos anúncios, como através dos relatórios, que foram muitas as iniciativas do ensino privado na cidade. Por meio da exposição das características dos serviços de que as instituições dispunham, foi possível encontrar, nos anúncios, dados sobre sua origem e seu cotidiano. Desse modo, pode-se saber como as escolas eram constituídas uma vez que eram detalhados, por exemplo, seu calendário escolar, seu corpo docente, suas condições de admissão, as disciplinas que ofereciam, além de sua estrutura física.

A partir destas considerações e da leitura das notícias encontradas nos Relatórios Intendenciais e nos periódicos da cidade de Bagé, revela-se à existência de um número efetivamente peculiar de instituições escolares para uma cidade que possuía neste período a 4<sup>a</sup> (quarta) arrecadação de tributos municipais do Estado e já possuía uma população de quase trinta e dois mil habitantes<sup>43</sup>.

Na tentativa de elaborar uma análise sobre a presença destas instituições escolares no município de Bagé, organizamos o Quadro 09, na perspectiva de esclarecer algumas especificidades educacionais destas instituições escolares encontradas nos jornais da cidade.

---

<sup>43</sup> Sobre este assunto, ver LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Bagé: Relatos de sua História**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

Quadro 09 – Especificidades das Instituições Escolares

<i>Instituição Escolar</i>	<i>Mantenedora e/ou Proprietário</i>	<i>Endereço</i>
Collegio Tiradentes <sup>44</sup>	Julio Lebrum	Praça da Matriz (imedicações)
Collegio Dupont <sup>45</sup>	Charles Dupont	7 de setembro, 205
Collegio São Paulo	A. A. Agostinho da Cruz	General Sampaio, 63
Collegio São José	Heloisa Sarmento	Mal. Floriano, 73
Collegio Perseverança	Julieta Cazarré	Barão do Triunfo, 109
Collegio Nunes	Jacinto Nunes Garcia	Praça Julio de Castilhos, 82
Gymnasio Bageense	Manoel e Pedro Grott	3 de fevereiro, 123
Collegio Espirito Santo <sup>46</sup>	Irmãs Franciscanas	Gen. Osório, 204
Gymnasio N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Auxiliadora <sup>47</sup>	Padres Salesianos	Praça Rio Branco
Collegio Aplicação	Universina de Araujo Bastos <sup>48</sup>	Gen. Sampaio, 139
Collegio São Pedro	Olivia Romero	General Osório, 113
Collegio São Luiz	Waldemar Machado e Pery Coronel	Gen. João Telles, 15
Escola Parochial S. Sebastião	Cônego Costabile Hippolyto	Praça da Matriz (imedicações)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos jornais O Dever e Correio do Sul

As instituições escolares representadas no **Quadro 08** e **Quadro 09** merecem destaque, quer seja por sua evidência nos jornais, quer seja por suas propostas pedagógicas, quer seja por suas práticas escolares e/ou por sua existência na atualidade.

Ao analisarmos o Quadro 09, percebemos que a localização destas instituições escolares situava-se próxima à região que se efetivou a primeira ocupação urbana da cidade de Bagé, isto é, no primeiro centro urbano, entre a Praça da Matriz da Catedral São Sebastião e a Praça Rio

<sup>44</sup> O Colégio Tiradentes foi fundado no ano de 1912, por Júlio Lebrum, este importante educador foi nomeado por Getúlio Vargas, chefe da Seção Administrativa da Instrução Pública do RS no período de 1928. Nos Relatórios da Instrução do Estado é possível encontrar relatórios internos assinados por Júlio Lebrum.

<sup>45</sup> O Colégio Dupont, foi inaugurado por volta do ano de 1910 e pertencia ao conhecido educador Charles Dupont, que havia sido escolhido pela maçonaria para ser Diretor do Gymnasio Pelotense em 1902, além de já ter criado escolas na cidade de Rio Grande e Pelotas. A família Dupont estava vinculada ao PRR de Bagé, sendo que seu filho, Adolpho Luiz Dupont, era Presidente do Conselho Escolar, e, redator do Jornal republicano O Dever da cidade de Bagé. Sobre o Colégio Dupont na cidade de Pelotas, consultar: AMARAL (2003) e NEVES (2007).

<sup>46</sup> Sobre a história do Colégio Espirito Santo da cidade de Bagé, consultar a dissertação de Mestrado: AZEVEDO, Regina Quintanilha. *Práticas Educativas do Curso Complementar de uma Escola Particular Católica (Colégio Espírito Santo, Bagé, 1930-44)*. 139 f. Dissertação de Mestrado, UFPel: FaE, Pelotas, 2003.

<sup>47</sup> Em comemoração aos cem anos da Escola N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> Auxiliadora, foi produzido o livro de MARTINS, Tarcísio Luís Brasil. *Cem anos com a Rainha: centenário da presença Salesiana em Bagé/RS*. Porto Alegre: Insuperior Salesiana São Pio X, 2004, este trabalho é um interessante estudo sobre a presença da Congregação de Dom Bosco na cidade de Bagé e a sua obra educativa.

<sup>48</sup> Cabe salientar que nos Relatórios consultados o nome da Professora Universina aparece primeiramente com seu sobrenome de solteira (*de Araújo Nunes*), e após meados da década de 1920, com seu sobrenome de casada (*de Araújo Bastos*).

Branco, este movimento de diálogo da cultura escolar com a cultura urbana, é relembado por Faria Filho (1998, p. 143):

[..] é uma cultura escolar que dialoga com a cultura urbana, criando e/ou se apropriando de representações sobre o conjunto do social a partir do seu lugar específico na cidade. É a cultura de uma escola que se localiza, literal e simbolicamente, no centro, visando a influenciar os "poderes constituídos" e, neste movimento, constituir-se como um poder de influência sobre os "outros", sobre aqueles que se localizam na periferia.

Logo, salienta-se que no processo da escolha dos lugares que serviriam para a construção de prédios escolares ou de prédios alugados que abrigariam estas instituições escolares, houve todo um movimento que priorizava melhores condições, fossem elas, de salubridade, de espaço, de trabalho, de adequação às legislações educacionais ou por fim, de dialogar com o espaço público e urbano da cidade.

Diante destes fatos, usamos os dados encontrados nas propagandas para localizar as escolas no cenário urbano da cidade, neste sentido, cada instituição escolar recebeu um código de cor diferente, neste sentido, estas cores foram sobrepostos no mapa<sup>49</sup> do centro urbano da cidade, conforme vemos a seguir:

---

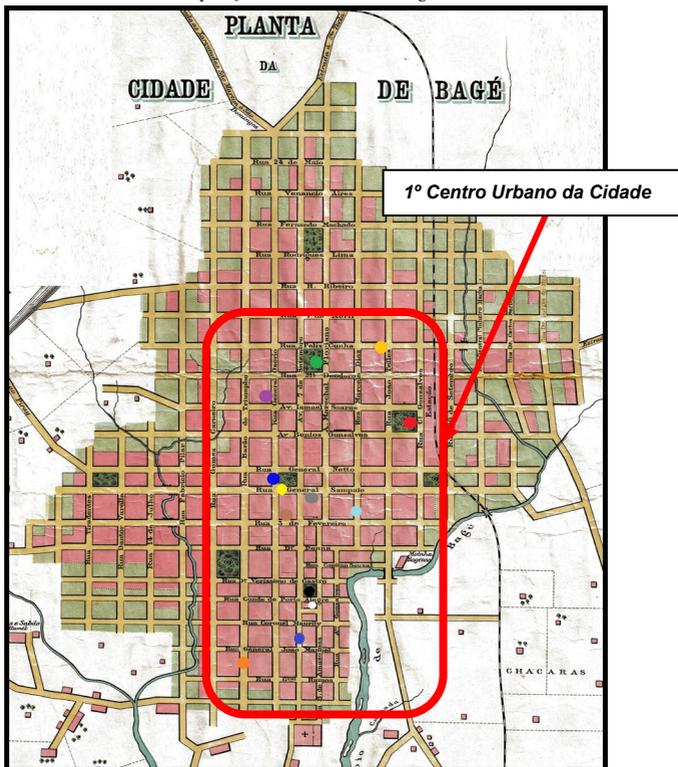
<sup>49</sup> Na disposição do mapa no corpo deste trabalho, optou-se em colocá-lo em uma única folha, esta ação tem por objetivo facilitar a leitura e possibilitar uma melhor qualidade da imagem.

Quadro 10 – localização das Instituições Escolares no cenário urbano

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos jornais “O Dever” e “Correio do Sul”

Instituição Escolar	Legenda de cores usadas
Collegio Tiradentes	[Preto]
Collegio Dupont	[Azul Escuro]
Collegio São Paulo	[Amarelo]
Collegio São José	[Lavanda]
Collegio Perseverança	[Laranja Claro]
Collegio Nunes	[Vermelho]
Collegio Bageense	[Marrom]
Collegio Espírito Santo	[Magenta]
Gymnasio N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Auxiliadora	[Verde]
Collegio Aplicação	[Cinza Escuro]
Collegio São Pedro	[Púrpura]
Collegio São Luiz	[Laranja Escuro]
Escola Parochial S. Sebastião	[Branco]

Mapa 04 – Planta da Cidade de Bagé



Autor: Desconhecido

Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Bagé

Nosso critério de preferência, foi o maior número de propagandas<sup>50</sup> sobre estes estabelecimentos de ensino, isto significa afirmar, propagandas institucionais destas escolas nos jornais da cidade, conjuntamente com suas referências nos Relatórios Intendenciais publicados no governo de Martim Tupy Silveira.

Partindo deste critério teórico, faremos apenas menção sobre algumas anotações das escolas mencionadas no último relatório intencional publicado pelo governo Martim Tupy Silveira no ano de 1924.

**Instrução** – Paralelamente com a instrução publica, a instrução particular é auspiciosamente desenvolvida em nosso meio. ***Destaca-se o Gymnasio N. S. Auxiliadora, dirigido pela Congregação Salesiana***, cuja matricula é 370 alumnos do sexo masculino e com um corpo docente de 21 professores. Tendo o referido estabelecimento, em virtude de ter cessado a sua equiparação, como consequência da actual lei do ensino, ficado na contingencia de requerer bancas examinadoras, o municipio subvencionou-o, por diversas vezes, pois que as despesas que se impunham sobrepujavam as fossas econômicas do estabelecimento. Sem esse auxilio, a nossa mocidade estudiosa muito veria a soffrer, pois, difficilmente, grande numero de nossos conterraneos poderia fazer seus exames preparatórios, afim de se habilitar a matricula em nossas academias. ***Merecem tambem especial menção: - O collegio “Espírito Santo”, dirigido pelas irmãs franciscanas, com a matricula de 210 meninas e com o corpo docente de 12 professoras; - O Collegio “Perseverança”, dirigido pela estimada preceptora exma. D. Melanie Granier, auxiliada por quatro professoras, tem uma matricula de 110 alumnos de ambos os sexos. A estes tres últimos estabelecimentos que teem internato, bem como aos demais, resta a municipalidade incondicional apoio moral. (grifos nossos) (Relatório Intencional de 1924, p. 01)***

Através desta pequena incursão pelos anúncios, como também na leitura de trechos dos relatórios intencionais sobre as instituições escolares privadas existentes no período da gestão de Martim Tupy Silveira, compreendemos que pesquisar a vida das Instituições Escolares de uma

---

<sup>50</sup> Especificamente sobre os exemplos de anúncios e/ou propagandas institucionais de algumas instituições escolares no período compreendido entre os anos de 1914 e 1925, ver anexo do Colégio Dupont, Espírito Santo, Gymnasio N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> Auxiladora e Tiradentes publicados no jornal Correio do Sul.

cidade é extremamente relevante na compreensão de uma face da História da Educação.

Portanto, acreditamos que o historiador ao revisitar o passado traz à tona novas interpretações e novos sentidos aos seus escritos, como afirma Chartier (2001): *“Ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis as intenções dos textos ...”*, ancorados nesta compreensão, pretendeu-se que esta parte do capítulo possa possibilitar novas e futuras leituras que possam ser construídas a partir dos dados encontrados sobre estas Instituições Escolares de Bagé na Primeira República, bem como, buscar compreender um passado permeado por intenções políticas, educacionais e culturais que fazem da história da educação um campo de pesquisa inquietante.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir para a construção de um acervo e um arcabouço documental para outras pesquisas sobre outras instituições escolares de ensino que estiveram presentes na história da educação de Bagé nas primeiras décadas do século XX.

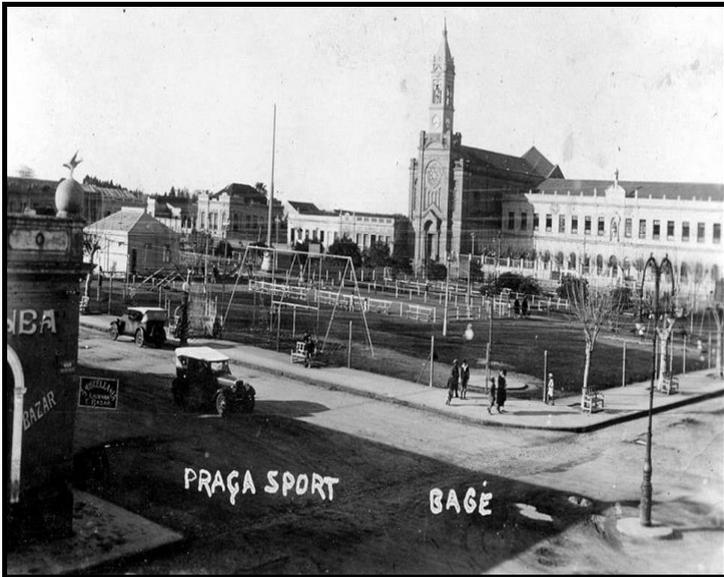
## **Parte IV**

### **A instrução primária como política educacional**



## A organização das políticas da Instrução pública municipal na década de 1920

Figura 17 - Praça dos Esportes (s/data)



Fonte: Acervo Iconográfico Museu Dom Diogo de Souza

### 4.1. A Administração de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929)

*[...] o movimento de renovação da escola primária empreendido pelos governos republicanos teve um profundo significado político, social e cultural. Tratava-se não apenas de sua difusão para o meio popular e da democratização do acesso à leitura e escrita [...], mas, também da implantação de uma instituição educativa comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira.*

(Souza, 2006, p. 51)

A condução de Carlos Cavalcanti Mangabeira à Intendência Municipal de Bagé no ano de 1925 deve ser compreendida no contexto dos reflexos políticos e administrativos ocorridos na última década da Primeira República. As conjecturas oriundas da Pacificação de 1923 no Estado e da reforma da Lei Orgânica Municipal em 1924 provocaram uma nova configuração dentro do Partido Republicano Bajeense nos últimos anos da década de 1920.

Carlos Cavalcanti Mangabeira nasceu em Salvador, médico farmacêutico por formação e Tenente do Exército Brasileiro, foi transferido para Estado do Rio Grande do Sul em 1900, servindo em várias cidades da região da Fronteira, tendo fixado residência na cidade de Bagé por volta do ano de 1908 e logo em seguida adensando as fileiras do Partido Republicano Rio-Grandense. (Taborda, 1966).

Conjuntamente com José Octavio Gonçalves, Augusto Lúcio de Figueiredo Teixeira, José Thomaz Nabuco de Gouvêa, José Manuel Rodrigues, Martim Tupy Silveira, Carlos Mangabeira figurava entre os principais nomes do grupo de republicanos da cidade de Bagé. Escolhido pelo Partido Republicano Bajeense como candidato ao Legislativo Estadual, foi eleito no ano de 1913, permanecendo no cargo até o ano de 1924, em seus mandatos ocupou os cargos de Vice-Presidente e de 1º Secretário da Mesa Diretora na Assembleia Legislativa<sup>1</sup> no Estado do Rio Grande do Sul.

Paralelamente ao mandato de Deputado Estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense, foi nomeado pelo ato nº 201<sup>2</sup> de 24 de maio de 1917, como vice-intendente de Martim Tupy Silveira permanecendo no cargo até ser eleito Intendente, nas eleições do ano de 1925.

Neste sentido, é interessante perceber que a eleição de Carlos Cavalcanti Mangabeira para o pleito municipal, representa o refortalecimento

---

<sup>1</sup> Após o término de seu mandato como Intendente Municipal de Bagé no ano de 1929, Carlos Cavalcanti Mangabeira é novamente eleito para o cargo de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano Bajeense, permanecendo até 1930.

<sup>2</sup> O Dever de 26 de maio de 1917, p.01.

do princípio da hegemonia partidária do PRR bajeense após a distensão política ocorrida com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, esse movimento ocorreu simultaneamente na capital do Estado, Porto Alegre, como afirma Bakos (2007, p. 195), sobre a eleição do intendente republicano Otávio Rocha no ano de 1925:

À luz do pensamento de Gramsci, sabe-se, hoje, que é preciso, quando se verifica uma crise hegemônica, apresentarem-se líderes e projetos novos. Na prática, essa foi a atitude do PRR, escolhendo Otávio Rocha à execução de remodelação da cidade [...]. Consciente da importância de seu papel e do dever procurou-se cercar de técnicos especializados, aumentando, em muito, a burocracia do governo municipal [...] Uma das medidas prioritárias do novo intendente foi organizar o sistema [...] para, a partir daí, fazer as reformas [...].

A leitura da citação de Bakos (2007) nos ajuda também a compreender a postura ideológica, política e administrativa que Carlos Cavalcanti Mangabeira iria imprimir na condução da Intendência Municipal de Bagé após o ano de 1925. Ao que tudo indica, Mangabeira assumiu uma postura austera em relação aos princípios positivistas na condução de sua gestão administrativa. Sendo assim, ao assumir a Intendência municipal, Mangabeira manifestou seu interesse em regenerar as instituições políticas e administrativas, buscar a saúde financeira do município e preconizar a responsabilidade fiscal da administração pública.

Neste sentido, Carlos Cavalcanti Mangabeira, guiou sua administração pela filosofia positivista, de governar pela ordem e pelo desenvolvimento do progresso das coisas públicas e privadas preconizada pelos republicanos, como afirma Corsetti (1998, p. 95): *a perspectiva reformadora de Augusto Comte foi assumida amplamente pelos republicanos rio-grandenses, desde a concepção relativa às bases científicas da nova sociedade, [...] chegando até ao campo educacional.*

Portanto, Carlos Cavalcanti Mangabeira procurou buscar em sua gestão, um modelo de reorganização administrativa em termos urbanos

e educacionais<sup>3</sup>. Apesar dos esforços empreendidos e dos avanços atingidos na gestão de Martim Tupy Silveira (1914-1925) no remodelamento urbano e no avanço educacional na cidade de Bagé, o município ainda carecia de um sistema organizado em relação às questões da administração municipal, isto é, um novo Código de Posturas Municipais.

Na perspectiva de reorganizar o sistema e o espaço urbano da cidade de Bagé, a administração municipal mandou publicar uma série de Editais e Atos municipais nos jornais da cidade entre os meses de abril e agosto do ano de 1925, entre eles, destacam-se os editais da Diretoria de Obras, da Seção de Águas e Esgotos, do Tesouro Municipal e da Circulação de Veículos na cidade.

Compreendemos que estas legislações fazem parte de um conjunto de normas que determinavam regras de comportamento, convívio e civilidade para a comunidade bajeense, demonstrando a disposição da Intendência Municipal em assegurar a ordem e projetar os discursos da modernidade da Primeira República na cidade de Bagé.

Portanto, entende-se que estas regras estabelecidas pela administração municipal complementavam o Código de Posturas Municipal, com um firme propósito de manter a segurança pública e resolver problemas relacionados com a saúde pública, como adverte Weber<sup>4</sup> (1992, p.10): *nos municípios gaúchos, as posturas eram uma legislação específica, que atendiam as necessidades regionais e que atingiam o dia a dia da população.*

Em relação aos vários editais publicados nos periódicos da cidade, o jornal Correio do Sul de 18 de abril de 1925, traz a seguinte notícia:

---

<sup>3</sup> Cabe salientar que os primeiros esforços empreendidos pela municipalidade na reorganização dos espaços urbanos da cidade, ocorreram nos governos de José Octávio Gonçalves (1910-1913) e particularmente no governo de Martim Tupy Silveira (1914-1925). Especificamente em relação ao período do intendente Martim Tupy Silveira, COSTA (1922, p. 39), comenta: *Bagé, [...] é, hoje, [...] uma das mais belas "urbs" rio-grandenses, pela excelência de suas construções, pela sua higiene, pela boa organização de seus serviços públicos.* DA COSTA, Alfredo R. **O Rio Grande do Sul**. Volume II. Porto Alegre: Globo/Barcellos, Bertaso & Cia., 1922.

<sup>4</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1992.

Intendência Municipal – Estao sendo publicados noutra logar desta folha, os seguintes editaes da Intendência Municipal, para os quaes chamamos a attenção dos interessados:

- da sub-intendencia do 1º districto, referente ao código de posturas municipaes em vigor;
  - da secretaria do Thesouro, prorrogando até ao dia 30 do mez corrente, o prazo para o pagamento de todos os impostos municipaes;
  - da secção de aguas e exgottos, sobre o desperdício d’agua pelos consumidores;
  - da Diretoria de Obras Publicas, sobre o deposito de materiaes na rua, etc.;
  - da sub-intendencia do 1º districto, regulamentando o transito de vehiculos.
- (Correio do Sul, 18/04/1925, p. 02)

Através destes vários códigos de condutas, percebe-se que o início da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira priorizou a sistematização do controle administrativo da cidade de Bagé, bem como, a organização das posturas públicas e particulares na região mais central da cidade. Ademais, foram também observadas medidas de embelezamento da cidade, como o plantio de árvores<sup>5</sup> no centro mais urbano do município.

Entre os vários editais publicados nos jornais da cidade, merece destaque o Ato nº 305 de 17 de agosto de 1925, que aprovava o Regulamento de Higiene da cidade:

O intendente municipal de Bagé, no uso de attribuições legaes, e, **considerando que a hygiene por suas leis e evoluções actuais, constitue uma das grandes preocupações das sociedades adeantadas; considerando que da observancia fiel dos seus preceitos redundam um grande beneficio para todos, tanto sob o ponto de vista moral, como sob o ponto de vista physico;** considerando que as suas leis, quando rigorosamente cumpridas, contribue para o augmento do coeficiente da vida, já fortalecendo o corpo, já afastando as epidemias; considerando que Bagé, por seu grão de adeantamento, não pode prescindir de uma hygiene geral e privada; considerando

---

<sup>5</sup> Nas edições do jornal Correio do Sul de 07 de junho de 1925, 15 de julho de 1925 e 02 de agosto de 1925, foram noticiadas, respectivamente: a substituição das árvores das ruas centrais, entre elas, a Rua 07 de setembro e a Rua Marechal Floriano; O ofício do Intendente de Bagé dirigido ao Intendente Municipal, Augusto Simões Lopes, requerendo mudas de árvores do Horto Municipal de Pelotas e o plantio das árvores na cidade de Bagé. As árvores plantadas na administração de Carlos Mangabeira no ano de 1925 fazem parte do patrimônio histórico e cultural da cidade na atualidade.

que é uma obrigação moral do governo da cidade cercar os seus administrados do conforto compatível com nossos adiantamentos; ***considerando que, após a extinção pelo governo do Estado, do cargo de delegado de hygiene, este logar nunca mais foi provido; considerando, porém, que apesar de seu grão de cultura, Bagé não comporta por enquanto todas as rigorosas medidas de hygiene absoluta***; Resolve aprovar o seguinte regulamento, que atende às exigências mais gerais e inadiáveis de hygiene particular e publica, elaborado pelo respectivo director.

Bagé, 17 de agosto de 1925.

Carlos Cavalcanti Mangabeira. (grifos nossos) (O Dever, 19 de agosto de 1925, p. 01)

O texto do Ato da Higiene Municipal aprovado pela Intendência demonstra claramente as preocupações com a hygiene pública, com o controle das epidemias, com os benefícios morais e físicos da cidade moderna, e, por outro lado, perpetuava os discursos de ordem e de controle da sociedade para o bom andamento da cidade. Sendo assim, organizar e regulamentar a cidade também significava inibir a ação de indivíduos que poderiam desafiar o poder do Estado, como afirma Silva (1997, p. 147):

Limpar a cidade significa também organizar os mecanismos institucionais capazes de garantir a continuidade do sistema social. A delinquência precisa ser inibida, ela polui a vida nas cidades e desafia o poder do Estado. É necessário limpar através da hygiene física e espiritual, moralizar o corpo e a alma do indivíduo.

As mudanças iniciadas no início da gestão de Mangabeira continuam a ser executadas nos anos seguintes, porém com uma frequência menor do que no ano de 1925. Entretanto, dentre estas mudanças destacam-se efetivamente aquelas relacionadas à Diretoria de Obras Públicas e da Repartição Central da Polícia Administrativa que tinham relação direta com o Código de Posturas Municipais. Em relação a estes Editais, destacamos:

Edital – Diretoria de Obras Publicas

De ordem do senhor intendente, faço publico que de accôrdo com os artigos abaixo transcriptos do Codigo de Posturas Municipaes, é expressamente prohibido:

- Art. 60º - Levantar andaimes sem licença, não os desmanchar, quando fôr intimado, ou conservá-los em estado que ameace a segurança dos operários e do trânsito público;
  - Art. 62º - Fazer escavações nas ruas e praças.
- Bagé, 20 de março de 1926. (Correio do Sul, 24/03/1926. p.02)

Edital – Repartição Central da Polícia Administrativa

De ordem do senhor intendente, faço público que de acordo com os artigos abaixo transcriptos do Código de Posturas Municipais, é expressamente proibido:

- Art. 58º - A pessoa conservar nas ruas ou praças qualquer objecto que prejudique o trânsito público;
- Art 63º - Transitar pelas calçadas ou passeios com volumes na cabeça, nos ombros ou nas mãos, que prejudiquem o trânsito público;
- Art. 66º - Conduzir pela cidade animais soltos ainda que sejam mansos.

Aos infractores serão applicadas as penas da lei.

Bagé, 20 de março de 1926. (Correio do Sul, 24/03/1926. p.02)

O contexto destas reformas e do cumprimento do novo Código de Posturas Municipais se insere numa esfera onde o poder da administração municipal postulou o ideário de uma cidade progressista e republicana. Neste conjunto de mudanças ficou evidente a inspiração de Mangabeira de buscar uma sólida formação da legitimidade da Intendência na construção de uma cidade higiênica, moderna e bela.

Enfim, a administração municipal de Carlos Cavalcanti Mangabeira pautou-se pela reconfiguração da cidade nos seus mais variados aspectos, fossem eles, relacionados ao Planejamento Urbano, ao Saneamento Público, ao Controle das Finanças Municipais, ao aumento das Estradas Urbanas e Vicinais do município, como também no gerenciamento da Instrução Pública e da Educação Primária Municipal entre os anos de 1925 a 1929.

Em alusão ao primeiro aniversário da gestão de Carlos Mangabeira, o jornal O Dever de 11 de abril de 1926, traz em seu editorial, a seguinte notícia sobre as muitas mudanças ocorridas na cidade de Bagé:

Um Anno de Intenso Trabalho  
Um brilhante exemplo de administração

O que tem sido, em 365 dias, o inteligente esforço do dr. Mangabeira a prol dos interesses de Bagé

Entre applausos e sympathias unanimes da população bagéense vence-se, hoje, o primeiro anno da operosa e intelligente administração do illustre dr. Carlos C. Mangabeira. Sentimos sincero orgulho, vencida esta primeira etapa, em poder proclamar do alto destas columnas que s. s. tem correspondido, integralmente, á confiança em si depositada pelos concidadãos que o elegeram o bem assim da sympathias espectativas dos seus municipaes, evidenciando, então breve lapso de tempo uma affirmação perfeita de administrador. [...] Assumindo o governo do Municipio, num periodo dellicadissimo, serias responsabilidades de ordem moral e material se apresentavam ao novo administrador. *Devia succeder a um governo que se identificara, intimamente, com o povo, num contacto permanente de doze annos de governança. Devia succeder a um governo que se popularisava, creando fundas raizes no coração do povo, pelo seu notável espírito de cordura, de tolerancia, de sentimentos confraternisadores, mais realçados nos angustiosos dias da nevrose revolucionaria.* [...] Governar com o povo, mas sem sacrificios dos interesses do municipio, affirmou. E assim tem sido, desde o primeiro dia de seu governo nós temos visto, a população inteira desta cidade tem constatado, *que Dr. Mangabeira tem estado inteiramente delicadamente entregue multipas preocupações do seu governo que, seja dito sem mais ardança, tem sido admirável de operosidade, despertando os mais entusiasticos applausos da população e sendo motivo de honrosas referencias, por parte de quantos no Estado. [...], transformando Bagé num verdadeiro centro de progresso e conquistando-lhe definitivamente a honrosissima prerogativa de RAINHA DA FRONTEIRA.* [...] (O Dever, 11/04/1926, p.01)

A leitura desta notícia nos ajuda a compreender a importância política da eleição de Carlos Mangabeira ao posto de Intendente Municipal visto a alusão feita ao tempo de permanência de Tupy Silveira, ex-intendente de Bagé, como também aos fatos políticos que antecederam sua eleição. Por outro lado, esta mesma notícia reafirma os avanços progressistas da administração municipal, além de promover o reconhecimento da cidade como a “Rainha da Fronteira”, em função de seus aspectos geográficos, históricos e políticos.

Outro momento importante da gestão de Mangabeira em relação ao Planejamento Urbano da cidade ocorre no mês de agosto de 1926, quando a Intendência Municipal aprova o Regulamento de Veículos, promovendo assim a organização da cidade em seus aspectos modernos para a circulação de veículos de tração animal e mecanizada, como percebemos abaixo:

Acto nº 326 – Aprova o Regulamento de Vehiculos

O intendente municipal de Bagé, no uso de suas atribuições legais, e, **considerando necessaria uma lei que regule o transito dos vehiculos, dentro dos limites urbanos; considerando que o codigo de posturas, decretado em 31 de agosto de 1899, além de ser muito deficiente, estabelece n'um capitulo, ligeiras disposições referentes unicamente a vehiculos de tração animal; considerando que após a decretação do referido codigo, é que tomaram grande desenvolvimento os vehiculos de ttracção mecnica;** considerando, por isso, que aquellas disposições já não correspondem ás necessidades e circunstancias actuaes. Resolve aprovar o Regulamento de Vehiculos, que este acompanha.

Intendencia Municipal de Bagé, 14 de agosto de 1926. Carlos Cavalcanti Mangabeira. (grifos nossos) (O Dever, 15 de agosto de 1926, p.02)

A aprovação do Regulamento de Veículos possibilitou o estabelecimento de novas regras de circulação no centro urbano, visto que agora o desenvolvimento do município estava associado à modernidade. Neste sentido, é importante observar, que após a efetivação deste regulamento, foi firmado entre a Intendência Municipal e a Empresa Juvenil Bispo & Artech e o acordo da primeira concessão de linhas de ônibus para o centro urbano da cidade de Bagé<sup>6</sup>.

Sobre as mudanças estruturais e os melhoramentos urbanos ocorridos nos primeiros anos da administração de Carlos Cavalcanti

---

<sup>6</sup> No processo empírico da pesquisa encontramos na edição do jornal O Dever de 29 de dezembro de 1926 (p.02), a seguinte notícia: **Bagé vae ter uma linha de autoomnibus.** A afirmação contida na notícia, afirma que a primeira linha de “**auto-omnibus**” da cidade de Bagé funcionaria a partir de janeiro de 1927 com ônibus de excelentes acomodações comportando 24 pessoas, e que: **O auto-omnibus, é hoje o meio de condução mais preferido, conforme se está falando na capital do Estado, onde estes carros vêm fazendo concorrência aos bondes elétricos. [...] além de economica e confortávell, é rapida e barata, sendo um grande melhoramento para a cidade.**

Mangabeira, o jornal O Dever de 27 de janeiro de 1927, traz a seguinte notícia, da qual destacamos:

À CIDADE DE LARGAS AVENIDAS – A administração de Mangabeira cumpre galhardamente o seu programma. *Vae apenas para metade do seu periodo de governamenta a actual administração de municipio de Bagé, e podemos desde já constatar a plena realização do magnífico programa do sr. d. Carlos Mangabeira, consubstanciado nestes quatro expressivos intuitos, que objetivam o brilhante esforço dos interesses públicos: instrução, estradas, saneamento, finanças.* Nada absolutamente conseguiu demover esse moço dos seus magníficos proposito de corresponder á confiança nelle depositada pelos habitantes de Bagé. [...] *É digno de registrar o facto de haver o edil alcançado effectivamente o seu sabio desejo de interessar, directamente, nas cousas publicas, o municipio, na generalidade, por uma injustificável attitude, arredio das administrações: a intendência é a casa de todos, e o governo do municipio uma obra commum que quer a colaboração de todos.* Foi o que ocorreu com as estradas cujos trabalhos o fazendeiro hoje dirige e fiscaliza em pessoa. A instrução, representada de modo brilhante por trinta e tantas aulas municipaes, alem de innumeras escolas particulares que o municipio ampara, obteve um triumpho e entrou num periodo de maiores responsabilidades [...]. Mas o intelligente moço, que, para servir de corpo e alma a terra a que por grandes laços está ligado, deixou a sua brilhante posição na Assembleia do Estado, cuja presidencia assumiu em bem critica situação, enquadrou no seu programma a parte esthetica. E graças a isso a nossa cidade dentro em breve justificará a existência das largas avenidas que encontram similares apenas numa cidade do Brasil, em Minas Gerais. [...] *É desprezioso, modesto, esse administrador ficou fiel á singeleza do seu proposito inicial, expresso neste intuito: não imitar o erro daquelles que assumindo um governo resolvem fazer tudo novo e abandonam as boas iniciativas e os bons trabalhos das administrações passadas. A prova está ahí, flagrante, no destino que o actual governo do municipio vae dar aos 2500 contos do empréstimo que o Estado permittiu ao municipio [...]. Esse empréstimo vae garantir um srviço hydraulico á altura das nossas necessidades,* continuando, portanto, o portentoso “trabalho de Hercules” da administração do benemérito Coronel Tupy. [...] *É fácil prever para o anno que hoje entra, ainda melhorias nos já corretos serviços públicos. De passagem, informaremos que 120 contos destina-os o orçamento á illuminação da cidade, 70 á instrução, 250 ás obras publicas, e 250 contos á segurança urbana e ru-*

**ral**, esta desde agora dando os seus bons fructos por não permittir a existencia na campanha, dos grupos de malfeitores que se aproveitam da alteração da ordem para attentar contra a propriedade alheia. [...]. (grifos nossos) (O Dever, 27/01/1927, p.01)

Apesar da demonstração de operosidade da administração de Carlos Mangabeira descrita na notícia publicada do jornal O Dever, onde são aclamados os feitos do governo municipal nas questões relacionadas à modernização da cidade, como também da posição política ocupada por Mangabeira frente ao governo do Estado e no apoio as questões da municipalidade bajeense por Borges de Medeiros. Observamos que o governo de Mangabeira enfrentou uma das mais fortes oposições e as mais pesadas críticas dos editores do jornal Correio do Sul<sup>7</sup>.

Obviamente, que estas divergências ficaram somente no plano das ideias e explorados nos editoriais do jornal Correio do Sul, enfatizando a posição política e ideológica de seus editores. Neste sentido, dois editoriais são importantes de serem analisadas:

Olhe os Buracos, Sr. Intendente! – O estado deploravel em que se encontram certos trechos das principaes ruas da nossa urbs, leva-nos a solicitar do Sr. dr. Carlos Mangabeira, intendente do municipio, a sua attenção ao menos para os logares onde mais urgentes são reclamados reparos, em virtude de ser mais intenso ali otransito de vehiculos. **Com effeito, na Avenida Sete de Setembro, uma das arterias onde maior é o movimento, [...] que, além dos inconvenientes que offerecem ao transito publico, constituem um triste, lastimável attestado de desidia para uma administração que se prese de ser zelosa e progressista.** [...] Esperamos que o sr. dr. Intendente não deixará de attender esta reclamação, em virtude dos motivos que a justificam. (grifos nossos) (Correio do Sul, 10/08/1927, p.02)

A nossa Urbs – O sr. intendente municipal determinou que as turmas de operarios da Directoria de Obras Publicas comecem, **hoje, os reparos nas**

---

<sup>7</sup> Em relação ao embate ideológico travado entre os jornais O Dever e o jornal Correio do Sul da cidade de Bagé na Primeira Republica no Estado do Rio Grande do Sul, consultar neste trabalho a: **Parte II – Os Jornais como Fonte de Pesquisa: Os discursos na Imprensa Periódica de Bagé: A Visão Republicana do Dever e a Concepção Federalista no Correio do Sul**, e, sobre a oposição ao governo Carlos Cavalcanti Mangabeira, consultar a subseção: **A eleição de 1925 e o continuísmo republicano.**

***diversas ruas da cidade, iniciando os trabalhos na Praça da Republica e extremo norte da Avenida Sete de Setembro.*** Esses serviços não sofrerão interrupção, até ficar as nossas ruas em bom estado o transito. (grifos nossos) (Correio do Sul, 16/08/1927, p.02)

Ao observar as duas notícias acima, notamos que apesar das críticas serem dirigidas diretamente ao Intendente e a sua administração municipal, os editores do jornal Correio do Sul, advertiam também sobre as necessidades prementes da cidade, mas por outro lado, reconheciam os avanços progressistas do município, como também, promoviam os serviços executados pela municipalidade.

Portanto, ao recuperar alguns aspectos administrativos da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira percebemos que seu governo impôs uma concepção moderna do espaço urbano, um discurso privilegiado da transformação da cidade velha e colonial para uma cidade nova e republicana, na ideia da regeneração social e das práticas cotidianas. Nestes termos, Mangabeira decretou vários editais que visavam o progresso econômico e social, além de mudar a fisionomia estrutural da cidade.

Sendo assim, esta nova visão moderna sobre a cidade apensada às ações administrativas afetaria também a elaboração das políticas públicas educacionais propostas pela gestão de Mangabeira, concordando com os preceitos estabelecidos pela filosofia e pelas práticas republicanas. Neste sentido, afirma Corsetti (2008, p. 58-59):

***Portanto, a constituição da nova sociedade implicava o seu reordenamento*** [...] Na linha da argumentação exposta, o atraso passou a ser identificado com a sujeira, a feiúra, a doença, a ignorância, a prostituição, a loucura, a vadiagem, a morte, ou seja, a desordem, elementos que deveriam ser eliminados. ***No contraponto, o progresso teve como ingredientes*** a limpeza, o embelezamento das cidades, a saúde, a reprodução da vida, ***a educação*** e, em paralelo, a disciplina, a ordem, a produtividade, a lucratividade. ***Nesse contexto, a questão da educação passou a ter uma ênfase destacada.*** Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, colocou-se como central para que todos os homens tivessem consci-

ência de seu papel social. *Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão [...].*

Logo, estes discursos do reordenamento da cidade, do progresso social e da vinculação da educação na formação dos cidadãos bajeenses estiveram presentes nas políticas públicas educacionais que iniciaram na gestão administrativa da intendência no ano de 1925. Neste sentido, compreende-se que Carlos Cavalcanti Mangabeira quer seja pela sua história política, quer seja pela sua experiência pública, quer seja por sua apropriação pessoal da ideologia castilhista-borgista, foi o único político bajeense que colocou em prática a cartilha política e administrativa do PRR estadual na cidade de Bagé.

#### 4.2. A Organização da Educação Primária (1925-1929)

De acordo com Corsetti (1998), o projeto republicano de educação ancorava-se na expansão do ensino, na extinção do analfabetismo, na modificação dos programas curriculares, na organização e no planejamento do ensino, como também na aplicação de recursos financeiros à educação. Segunda a mesma autora: *“a importância da educação primária pública foi posta com insistência, sendo ela ingrediente fundamental do projeto de modernização implementado pelos positivistas no Estado.* (Corsetti, 1998, p. 171).

No Relatório Intendencial do ano de 1925, encontramos a seguinte informação sobre o panorama da Educação Pública Municipal, como também, sobre as futuras intenções da municipalidade em relação às questões educacionais, descritas, pelo então, Intendente Municipal, Carlos Cavalcante Mangabeira, na página inicial do documento:

Instrução Pública - Convencido que a grandeza de um povo se aquilata principalmente pela sua instrução e que uma das principaes funcções de uma administração é zelar pelo ensino dos seus administrados, tenho procurado cuidar com o maior desvelo e carinho d'este nobre encargo, e, assim praticando, *quis que meu primeiro passo administrativo fosse concernente á*

***instrução pública promulgando por Acto n. 295 de 8 Maio, o regulamento das escolas municipaes.*** Logo, em seguida nomeei inspector escolar, de accôrdo com o regulamento baixado, o professor Waldemar Amorety Machado. ***No mesmo mez foi aberta, pela primeira vez, em Bagé, a inscripção para o concurso<sup>8</sup> de professores municipaes, tendo se inscripto 33 candidatos, dos quaes 25 lograram aprovação. Por acto n<sup>o</sup> 304 os candidatos aprovados em concurso foram nomeados e localizadas as escolas*** [...] É de 2492 o total dos alumnos matriculados nos differentes collegios do município, assim discriminados: escolas municipaes 526, esta-duaes 366, parochiaes 311, particulares 1289. Penso que o ensino primário municipal tomou outra direcção e não pouparei esforços para que a instrucção tenha a maior diffusão no município. (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1925, p. 04)

A partir deste excerto do Relatório Intendencial, ponderamos, então, que as mudanças administrativas e educacionais tangenciadas pela Intendência da cidade de Bagé, comecem a ocorrer efetivamente somente com a instituição do Regulamento das Escolas Municipais em 1925.

O Ato n<sup>o</sup> 295, de 08 de maio de 1925<sup>9</sup> que estabeleceu o Regulamento das Escolas Municipais teve por objetivo unificar e controlar a Educação Primária Pública no município de Bagé, estes termos são defendidos pelos positivistas durante toda a Primeira República. Neste sentido, o controle permanente da educação pública foi uma ferramenta defendida pelos republicanos, associada à unidade pedagógica e ao planejamento do ensino. (Corsetti, 1998)

O Regulamento das Escolas Municipais<sup>10</sup> está subdividido em 7 (sete) capítulos. Em seu primeiro capítulo composto de 9 (nove) artigos,

---

<sup>8</sup> O Edital do Concurso para o Magistério Municipal foi veiculado durante todo o mês de maio de 1925 nos jornais Correio do Sul e Dever. Para inscreverem-se no concurso, os candidatos deveriam ser brasileiros ou naturalizados, maiores de 21 anos e menores de 55 anos e atestado de boas referências, ainda no mesmo Edital se encontravam os conteúdos exigidos, ***“Grammatica Portugueza; Arithmetica; Geographia do Brasil e do Rio Grande do Sul e História Pátria”***. No jornal Correio do Sul de 17/06/1925, p.02, foi veiculada a seguinte notícia: *os exames terão inicio no dia 06 e 07 do mez entrante, sob a presidencia do respectivo inspector escolar, em uma das salas da municipalidade.* O Edital de nomeação dos professores foi veiculado pelos jornais O Dever e Correio do Sul em 04 e 05 de agosto de 1925.

<sup>9</sup> O Regulamento das Escolas Municipais de 1925 foi o primeiro regimento que atuou e legislou sobre as características administrativas, estruturais e pedagógicas das escolas municipais da cidade de Bagé, sendo publicado em sua íntegra no jornal O Dever e no Correio do Sul na edição de 09 de maio de 1925.

<sup>10</sup> Em seu estudo de doutorado, Corsetti (1998) defende em seu trabalho, os princípios da Política e da Organização Educacional, bem como, as características da Escola Pública no Rio Grande do Sul na Primeira República, portanto,

## dedicava-se a apresentar os objetivos ***Da Criação e Funcionamento das escolas municipais:***

Art. 1º - Serão creadas tantas escolas quantas forem necessarias para a difusão do ensino no território do municipio.

Art. 2º - Nos distritos rurais, no lugar em que for verificada a existencia de uma população escolar de cincoenta crianças, em condições de receber ensino, será installada uma escola. Para esse fim, o sub intendente do districto ou moradores do lugar, solicitarão, a necessidade da creação da escola.

Art. 3º - As escolas que tiverem uma frequencia inferior a quinze alumnos, serão fechadas, e o professor removido para outro lugar, onde seja maior a população escolar.

Art. 4º - As escolas funcionarão em casas de aluguel, arrendadas ou offerecidas pelos proprietários, dotando-as a municipalidade de todas as condições hygienicas. [...]. O mobiliário e o material necessarios para o ensino, serão fornecidos pela intendência.

Art. 5º- As escolas serão mixtas, o ensino leigo e gratuito, obedecendo ao programma organizado pela comissão de que trata o art. 10 deste regulamento.

Art. 6º - É livre a matricula ás crianças de qualquer sexo, raça ou nacionalidade, de 7 a 14 annos de idade. Não terão ingresso nas escolas mixtas, alumnos do sexo masculino, maiores de 14 annos.

§ único - A matricula será feita verbalmente ao professor, pelos pais ou tutores dos candidatos ou por estes. Não serão matriculados os candidatos que soffrerem de moléstias contagiosas;

Art. 7º - O anno lectivo terá início no primeiro dia util do mês de Março e será encerrado depois dos exames, que serão feitos na segunda quinzena do mês de Dezembro.

Art 8º - O horario das escolas será das 9 ás 11 e das 13 ás 16 horas.

Art. 9º - Em cada escola haverá três livros, sendo um para a matricula dos alumnos, um para as actas de exame e um para a carga do material existente. (Regulamento das Escolas Municipais, p. 03-04)

Podemos notar que nos artigos arrolados acima, existem diversas preocupações quanto à necessidade da expansão do ensino primário no

---

na análise do Regulamento das Escolas Municipais de Bagé, percebemos as influências ideológicas do pensamento republicano em todos os seus capítulos. Neste sentido, afirmamos que na composição deste Regulamento, Carlos Cavalcanti Mangabeira inspirou-se nestes preceitos para a composição da primeira politica pública para a educação primária municipal de Bagé.

município como também nos distritos rurais com mais de 50 crianças, preocupação com a frequência escolar, com a infra-estrutura das escolas, com a tipologia do ensino, em relação à idade dos alunos, sobre as condições de saúde das crianças para o ingresso nas escolas, sobre o período e o horário das aulas. Presume-se, então, que este regulamento foi influenciado pelos princípios republicanos, visto que já em seu primeiro capítulo encontramos ideais defendidos por estes educadores. Sobre o estabelecimento dos regulamentos, Corsetti (1998, p. 284 e 286) afirma:

Os regulamentos e regimentos escolares, pelo conjunto de determinações que encerram, possibilitam a percepção da ação governamental num plano muito específico, ou seja, o interior da escola. A orientação positivista que norteou a ação dos republicanos gaúchos garantiu que esses instrumentos se transformassem em mais uma peça importante da engrenagem educacional, [...]. Devemos ressaltar inicialmente que essas regulamentações expressaram, nas suas diversas determinações, a forma como os elementos integrantes da política educacional do Estado gaúcho, - ***diríamos também dos municípios*** -, no tocante à escola pública, se realizam concretamente, evidenciando a tradução, na prática, dos pressupostos políticos e educacionais defendidos pelos republicanos. (grifos nossos).

No segundo capítulo deste Regulamento, observam-se as preocupações em relação aos Programas de Ensino das escolas primárias, em seu Artigo 10º: *O programma de ensino será organizado pelo inspector escolar e por uma comissão de professores do Collegio Elementar, convidada pelo Intendente.* É perceptível a anuência dada à figura do Inspetor escolar e aos professores do Colégio Elementar na organização do programa de ensino, isto é, na escolha técnica e qualificada dos programas escolares. Percebe-se novamente, os preceitos republicanos relativos à unidade administrativa e pedagógica do ensino presentes na configuração deste regulamento.

O terceiro capítulo possui 03 (três) artigos, e se propõe a apresentar as características ***Dos professores e seus deveres***, do qual enfatizamos os artigos:

Art. 12º - São exigidas as condições seguintes para ser professor:

c) Ter necessária habilitação, julgada por uma comissão examinadora, escolhida pelo intendente e presidida pelo Inspector, no exame a que será submetido.

Art. 13º - Todos os professores teem por dever:

b) cumprir, rigorosamente, o programma de ensino;

c) Fazer sentir aos chefes de familia, em palestra ou por qualquer outro meio de propaganda, o mal do analfabetismo, inculcando-lhes no espirito de manterem seus filhos á escola;

d) Providenciar para que seja içada a bandeira nacional nos dias feriados pela República e pelo Estado, encarregando dessa o alumno mais applicado;

f) Ser delicado e bem para os alumnos, tratando os com maior carinho e fazendo-lhes comprehender que seu educador é um amigo e protector;

g) Não applicar castigos corporaes, nas faltas que forem commetidas, impondo, sómente, penas de tarefas escriptas, que redundem em proveito dos alumnos;

h) Apresentar todos os menses mappa de matricula e frequencia dos alumnos, afim de receber seus vencimentos no thesouro municipal. (Regulamento das Escolas Municipais, p. 05-06)

Este capítulo revela as preocupações da municipalidade em relação aos deveres de seus professores, estes elementos que ocupariam o quadro docente do município deveriam ser pessoas idôneas, habilitadas para ocupar a função, contratadas por concurso, além de serem capazes de possibilitar as melhores condições para o ensino de seus alunos.

Na letra **C** do Artigo 13, nota-se claramente a intenção da municipalidade em manifestar a preocupação em combater o analfabetismo através dos discursos do professor, confirmando assim a ideia defendida pelos republicanos da década de 1920, que as mazelas sociais eram causadas pela falta e pelo abandono das crianças das escolas.

A preocupação com o imaginário republicano e com a absorção dos rituais e símbolos cívicos do novo regime, também é preconizada neste capítulo, fazendo da escola pública o lócus primordial e eficaz para a assimilação dos valores da modernidade republicana.

Na letra **F** do mesmo artigo, menciona-se o tipo de conduta a ser seguida pelos professores, podemos aferir que eles seriam brandos nas

suas ações e suaves no trato e/ou castigos com seus alunos. Essa afirmação pode ser contemplada quando se observa o item subsequente, onde ficam proibidos os castigos corporais e impondo somente aos alunos tarefas escritas de cunho educativo. Pode-se pensar então, que estas ações serviriam para que o professor estabeleça-se uma relação de respeito mútuo com seus alunos.

O capítulo *IV – Inspetoria* possui dois artigos principais, estes comentam sobre a importância do papel educacional do Inspetor, este seria o agente responsável pela feitura dos relatórios quantitativos e qualitativos da educação municipal, bem como, reafirma o papel de examinador nas bancas finais, da escritura dos mapas de matrículas das escolas urbanas e rurais, além de propor a nomeação e a exoneração de professores ao Intendente municipal.

O penúltimo capítulo deste Regulamento é extremamente importante, porque trata dos vencimentos do Inspetor e dos professores do município, traduzindo as diferenças entre professores das escolas menores e maiores, bem como, sobre o sistema de bonificação dados aos professores municipais. Como se observa abaixo:

Dos vencimentos do Inspetor e professores

Art. 17º - São fixados, mensalmente, os vencimentos do inspetor, em 200\$000; dos professores que leccionarem de 15 a 25 alunos, em 150\$000; dos que leccionarem de 26 a 40 alunos, em 200\$000.

§ único - O inspetor terá mais uma diária arbitrada pelo intendente, quando no interior do município, em serviço de seu cargo.

Art. 19º - Será concedida uma gratificação especial, no fim do anno lectivo, aos professores que provarem, mediante attestado do inspetor, do subintendente, dos pais dos alumnos ou de outras pessoas gradadas, os seus esforços pelo ensino e pelo maior numero de educandos, a qual será fixada pelo intendente. (Regulamento das Escolas Municipais, p. 07-08)

Especificamente em relação aos vencimentos dos professores das escolas municipais, podemos fazer a seguinte alusão com a prática usada pelos republicanos gaúchos na configuração salarial dos colégios estaduais em relação as suas entrâncias, isto significa afirmar, que quanto maior o

colégio ou escola maior o salário dos professores. Nestes termos ainda, entendemos que havia também uma cooptação política do professorado pelo Intendente Municipal, geralmente as escolas municipais que tinham uma maior frequência localizam-se na Zona Urbana do 1º Distrito de Bagé, e as que possuíam menor frequência na Zona Rural, sendo assim, havia de certa forma uma diferenciação salarial e social dos professores na esfera municipal, esta mesma ação acontecia no plano estadual em relação aos professores das zonas urbanas e rurais. (Corsetti, 1998).

Portanto, pode-se concluir que além de promover a estruturação do ensino primário público, o Regulamento das Escolas Municipais, promoveu a procura por novos alunos e conseqüentemente, a busca no aumento do número de matrículas por parte dos professores, visto que este empenho “pedagógico” poderia recompensá-los com uma maior remuneração financeira. Este fato nos permite afirmar que os professores que possuíam mais alunos e que demonstrassem mais esforços seriam premiados pela comunidade escolar, bem como, pela intendência municipal.

Quanto ao capítulo VII que faz referência as ***Disposições Finais***, destacamos os seguintes artigos:

Art. 20º - Fica isento de impostos municipais, o chefe de família que tiver tres filhos frequentando, com assuididade, as aulas, de accordo com a autorização que oportunamente será solicitada ao Conselho.

Art. 21º - Serão concedidos premios, pelo intendente ou por outras pessoas que visarem o mesmo objetivo, aos alumnos que demonstrarem melhor aproveitamento nos exames finais.

Art. 22º - O municipio fornecerá ás crianças reconhecidamente pobres, o material que for necessario para seu ensino.

Art. 25º - A municipalidade subvencionará qualquer escola que ministre ensino gratuito, justificados a frequencia e o aproveitamento dos alumnos.

Art. 26º - Na sede do municipio, reconhecida a necessidade, serão creados grupos escolares dirigidos por três professores. As suas aulas funcionarão pela manhã, á tarde e á noite. (Regulamento das Escolas Municipais, p. 08-09)

Neste capítulo, podemos concluir que a municipalidade pretendia assegurar em seu Regulamento todo um aparato financeiro para manter

as crianças nas escolas municipais, demonstrando a preocupação em garantir às famílias numerosas a isenção de impostos e a permanência de seus filhos na escola, evitando assim, o abandono e a evasão escolar e diminuindo os índices de analfabetismo do município de Bagé.

Outra questão observada que se impõe no Regulamento, possui relação direta a oficialização dos prêmios por mérito aos alunos que obtivessem melhor destaque nos exames finais. Neste sentido Dalabrida (2001, p. 06) afirma que esta prática era comum desde os tempos coloniais na educação brasileira:

Ademais, o processo de incitamento à produção discente era alimentado pela emulação, uma tradição escolar jesuítica. A “digna emulação” era incentivada sutilmente nas classes ginasiais, estabelecendo um clima de constante superação entre todos os alunos, mas particularmente entre internos e externos. ***A emulação estava ligada ao sistema de premiação, que concedia solenemente recompensas aos melhores alunos no final do ano letivo e a cada bimestre.*** (grifos nossos)

Quanto ao Art. 26º, nota-se a intenção da criação de grupos escolares na cidade de Bagé, demonstrando assim, a relação com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira.

Sem dúvida alguma, o estabelecimento e as imposições contidas no Regulamento das Escolas Municipais editado pela Intendência Municipal de Bagé no ano de 1925 promoveram as primeiras reformas educacionais na cidade e organizaram a Educação Municipal.

Compreendendo que este movimento inaugurado pela Intendência Municipal na gestão de Carlos Mangabeira tinha como propósito estabelecer o papel ***regenerador da educação*** e a implantação da organização e regularização da Educação Municipal, este movimento trouxe o conjugamento dos ideais republicanos da Primeira República.

Assim sendo, procuraremos estabelecer conexões entre o *Regulamento das Escolas Municipais* e os Relatórios Intendenciasais do município de Bagé, entre os anos de 1925 e 1929. Neste sentido, nosso primeiro passo foi analisar os mapas escolares, a localização das aulas municipais,

das aulas estaduais e dos colégios particulares, além da frequência dos alunos e do número de matrículas existentes na cidade.

Portanto, ao reproduzirmos estes documentos temos como objetivo compor o quadro da Instrução Pública Municipal, bem como, demonstrar os avanços da Educação Pública Municipal a partir da efetivação do *Regulamento das Escolas Municipais* de Bagé.

Logo, neste sentido, nossas primeiras análises começam com o Mapa Escolar do município de Bagé, encontrado no Relatório Intendencial do ano de 1925, e apresentado pelo Inspetor Escolar, Waldemar Amoretty Machado. Este documento é extremamente relevante para a composição de nossas análises sobre a questão da expansão da Instrução e Educação Pública Municipal no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira.

Figura 18 – Mapa Escolar do ano de 1925

COLLEGIOS	Distrito	LOCAL	Alunos Matriculados		Frequencia Media		Professores	
			Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
<b>Collegios Estaduaes</b>								
Collegio Elementar	1º	Praça Rio Branco	123	198	87	153		9
Aula Estadual do prof. Arthur Domingues Orfino		Rua Rodrigo Lima n.º 2	45		22		1	
<b>Aulas Municipaes</b>								
Hulda Josephina Siedler		» Proximidades Arejano	16	19	14	17		1
Alice Almeida Costa		» Villa Dolores	23	33	23	33		1
Sylvia Barreto		» Villa Petropolis	7	23	7	22		1
Jesusa Arretch		» Rua Col. José Octavio n.º 7	12	27	12	27		1
Amelia Araujo		» Marcello Dias	7	14	7	14		1
José Marques Franca		» Proximos. Matadouro Publico	21	8	21	8	1	
Olga Sons Quintana		» Rua Hippolyto Ribeiro	2	8	2	8		1
Julietta Cassarré		» Rua Gal. João Telles n.º 81	20	29	20	29		1
Esther Ferreira Magalhães		» Avenida Mal. Floriano Peixoto	9	25	9	25		1
Analia da Rocha Fouchard		» Praa da Republica	21	23	21	23		1
Veronica Portilho		» Rua 20 de Setembro n.º 30	9	14	9	14		1
Francisco Artissoni	5º	Estacio Santa Rosa	21	11	21	11	1	
Amphiloquio Vaz		» Quebracho	11	5	11	5		1
Marina Mogetti		» Xarquetada Santo Antonio						1
Thomaz Aparal Machado	6º	Cochilha Secca					1	
José Coll Leite	7º	Iaguariú Chico						1
Magdalena Lucas Collares	8º	São Martin	14	17	14	17		1
Francisca G. de Vasconcelos		São Domingos	14	20	14	20		1
Diva Brito Lucas	9º	Passo do Acampamento	26	2	26	2		1
Olga Siedler de Souza	1º	Xarquetada Industrial	8	8	8	8		1
<b>Collegios Parochiaes</b>								
São Sebastião *	1º	Praça Carlos Telles	55		45		1	
São Pedro		Povo Novo	41	20	35	20		2
São José		» Prcl. Avenida 7 de Setembro	24		17		1	
Santa Elisabeth *		» Avenida 7 de Setembro		110		80		3
Croche Coração de Jesus		» Rua Barão do Amazonas	14	22	5	14	2	
Therezinha do Menino Jesus		» Arrabalde Estrella d'Alva	13	12	6	6		1
<b>Collegios Particulares</b>								
Gymnasio N. S. Auxiliadora		» Praça Rio Branco	369		290		18	
São Luiz de Gonzaga		» Mal. Floriano Peixoto n.º 19	145		130		4	
Bagéense		» Avenida 7 de Setembro	33		28			1
Espirito Santo		» Avenida General Osorio		223		230		14
Perseverança		» Avenida Barão do Triunpho	30	93	30	85		3
Santa Elisabeth		» Av. Mal. Floriano Peixoto n.º 3	7	40	7	15		1
São João		» Avenida 7 de Setembro	13	11	13	21		1
Orphanato		» " " " "		50		50		4
Santo Antonio		» Coronel José Octavio n.º 29	8	12	8	12		1
São José		(Dr. V.) 18 de Maio n.º 7	30	17	30	17		2
Mogetti		» Avenida General Osorio	5	5	5	5		1
São Luiz de Gonzaga		» Rua Rodrigues Lima n.º 20	6	14	3	5		1
Oriente		» Prcl. Rua Ismael Soares	18	9	18	5		1
Carmo		» Dr. Verissimo de Castro	29	11	20	10		1
Maria F. Nunes Granier *		» Avenida General Osorio 37	16	14	16	14		1
Olivia Romero *		» " " " "	14	33	14	33		1
Alice Régó *		» Rua General João Telles	12	12	12	12		1
			1201	1201	1080	1064	32	64

NOTA — Os collegios encimados de um asterisco são subvencionados.

Fonte: Relatório Intendencial de 1925 (p.70)

Numa breve análise, sobre as características educacionais presentes no mapa escolar acima sobre a Educação do município de Bagé, as seguintes análises podem ser feitas:

- Todos os colégios estaduais, paroquiais e particulares estavam localizados no 1º Distrito da cidade, isto significa afirmar que estas escolas estavam localizadas no centro urbano do município de Bagé;
- Os colégios estaduais possuíam 366 alunos matriculados, destes 168 meninos e 198 meninas, com uma frequência média de 262 alunos anualmente;
- Os 06 (seis) colégios paroquiais tinham um total de 311 alunos matriculados, sendo 108 meninos e 120 meninas e com frequência média de 228 alunos. Pelo artigo 26º do Regulamento das Escolas Municipais, os colégios São Sebastião e Santa Elizabeth, eram subvencionados pela Intendência Municipal;
- Havia 17 (dezessete) escolas particulares, sendo que três professoras possuíam subvenção pela Intendência do município. Numericamente estas escolas possuíam o maior número de alunos matriculados;
- Em relação à frequência dos alunos das escolas particulares, podemos afirmar que existiam 1309 alunos matriculados e apenas 1132 alunos eram frequentes, dos quais 624 eram meninos e 508 eram meninas;

Neste sentido, podemos fazer as seguintes constatações, que o número de alunos matriculados nas escolas estaduais, paroquiais e particulares representava uma oferta de 79% do total de aulas do município de Bagé, além de ter uma frequência média de 1682 alunos ou 84% do total de alunos matriculados.

Ao verificarmos o quadro relativo às aulas municipais apresentadas no mapa escolar, observamos que um total de 20 (vinte) professores, sendo que 12 (doze) aulas localizavam-se no centro urbano da cidade e 08 (oito) aulas no interior do município. Contudo, ao confrontarmos este documento com o Relatório do Inspetor Escolar apresentado ao Intendente Municipal percebemos uma incongruência com o mapa apresentado: *Por motivo de força maior, ainda não entraram em exercícios, os seguintes professores: João Fernandes de Oliveira Lima, Alice Ferreira Paes, Anna Job, Etelvina C. Bidart e Cerise de Araujo Bastos.* Estes professores foram aprovados no concurso público e nomeados pela

Intendência Municipal, porém não constavam como professores em exercício no ano de 1925.

Ainda no mesmo Relatório (1925, p.70): encontramos a seguinte afirmação do Inspetor Escolar: *Em virtude de grande dificuldade de encontrarem casas apropriadas nos pontos por Vossa Senhoria designados, os seguintes professores estão provisoriamente assim localizados [...], revela que apesar dos esforços municipais em sistematizar e promover a expansão do ensino primário a partir de então, era de se esperar que a Intendência tivesse que resolver questões referentes ao estabelecimento de professores e com a infra-estrutura dos espaços escolares como referido na expressão do Inspetor.*

Entretanto, em relação aos dados numéricos do Quadro Escolar de 1925 referentes às escolas municipais, constatamos que:

- A frequência média das escolas primárias municipais alcançava um percentual de 97% ou 513 alunos de um total de 526 alunos matriculados;
- Dos 20 professores existentes pertencentes ao quadro da Intendência, 75% eram mulheres;

Ademais, a leitura do mapa escolar conjuntamente com os dados encontrados no Relatório Intendencial de 1925 demonstram que a Instrução Pública Municipal em Bagé, possuía os seguintes números: - *02 escolas estaduais, 14 subvenções estaduais às escolas municipais; 06 escolas municipais; 03 colégios paroquiais e 03 escolas particulares subvencionadas pela municipalidade, além de 14 escolas particulares.*

Em relação aos investimentos educacionais na cidade de Bagé, afirmamos que somente após o primeiro ano da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira, ocorreu a efetiva expansão da educação primária municipal e um controle maior da municipalidade sobre os negócios da Instrução Pública Municipal.

No Relatório Intendencial de 1926, Carlos Mangabeira procurou reafirmar os laços republicanos e políticos existentes entre o Conselho Municipal e a Intendência, visto que todas estas decisões faziam parte da

vida administrativa do município e deveriam em tese serem aprovados na leitura anual do Relatório, como podemos observar abaixo:

Senhores Conselheiros: Eis-me, pela segunda vez, em vossa presença, no cumprimento de dever que a lei organica do municipio prescreve. Se, no anno passado, foi com o maior prazer que vos dei conta de tudo que ocorreu no municipio, ***tenho hoje enorme satisfação em afirmar-vos que, de 1º de setembro de 1925 até este momento, a administração municipal tem marchado, embora com aperturas financeiras, sem a menor contrariedade ou dificuldade na maneira de agir e dirigir os negócios publicos, pois, tem encontrado sempre em vós auxiliares poderosos da administração, sempre promptos a approvarem tudo que vos tem sido solicitado para o bem estar e engrandecimento do progressista municipio de Bagé.*** A administração, é de justiça que tambem aqui fique consignado, não encontrou ainda o menor embaraço por parte da culta e laboriosa população na applicação de leis e posturas que teem sido postas em vigor; pelo contrario, todos os habitantes do municipio teem-me auxiliado, poderosamente, no trabalho em que estou empenhado, de tudo fazer para conservar, melhorando, o que foi executado pelos meus illustres e dignos antecessores. ***É, portanto, necessário que antes de entrar na descrição minunciosa de que diz respeito à vida administrativa, eu aqui declare, o quanto me sinto bem e me considero feliz com a facilidade que tenho encontrado por parte de todos para o desempenho do mandato, que me foi confiado.*** Nada mais facil do que administrar um municipio rico, como este em que vivemos e em que seus habitantes sempre correm a amparar tudo que é nobre e o que vem em auxilio de seu desenvolvimento e de sua grandesa. (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1926, p.03)

Especificamente sobre a ação da municipalidade na expansão do ensino primário e no gerenciamento da Instrução Pública Municipal, o Relatório Intendencial apresentado por Carlos Cavalcanti Mangabeira ao Conselho Municipal de Bagé em 20 de setembro de 1926, traz a seguinte consideração:

***Instrucção Publica*** - É com o maior desvanecimento que levo ao vosso conhecimento que a instrucção publica, em Bagé, vae em crescimento desenvolvimento. ***Notando que a campanha do municipio muito necessitava de escolas, providenciei para que, no dia 06 de março, se realizasse***

***o segundo concurso, unicamente para professores da campanha.*** Inscreveram-se 09 candidatos, tendo sido aprovados, foram designados para os seguintes logares: St<sup>a</sup> Tecla, Rincão, Nascente do Rio Negro, Estação do Rio Negro, Passo do Valente, Coxilha Secca, Aceguá, Bolena e Tamanduá. [...]. ***Actualmente existem 32 escolas municipais. Além destas e das subvencionadas pelo governo do Estado em numero de 14, a municipalidade subvenciona as escolas parochiaes de S. Sebastião, de S. Pedro, de St<sup>a</sup> Elisabeth e as de D.D. Maria Francisca Nunes Granier, Olívia Romero e Alice Rego.*** Todas as escolas são gratuitas, tendo de frequencia grande numero de alumnos. A municipalidade subvenciona cada uma dellas com a quantia de cem mil réis mensaes. A todas estão sendo fornecidos com regularidade, sendo seguidamente fiscalizadas pelo inspector escolar e, tambem, na campanha, pelos sub-intendentes dos districtos. ***Os alumnos teem tomado parte em festejos patrióticos, e tudo leva a crer que da maneira pela qual está se interessando o professorado municipal, vae se desenvolver grandemente a instrução primaria em Bagé.*** (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1926, p.04)

A partir da leitura deste trecho do Relatório Intendencial, observamos que quando Carlos Mangabeira faz as seguintes referências: ***Notando que a campanha do municipio muito necessitava de escolas, providenciei para que, [...], se realizasse o segundo concurso, unicamente para professores da campanha,*** ele está fazendo cumprir o Regulamento das Escolas Municipais em seu Art. 2º que trata da criação de aulas nos distritos rurais e quando ***a municipalidade subvenciona as escolas parochiaes as de D.D. Maria Francisca Nunes Granier, Olívia Romero e Alice Rego,*** a Intendência permanece subvencionando escolas que atendiam crianças reconhecidamente pobres (Art. 26º).

Ademais, neste processo de expansão do ensino primário municipal evidenciou-se também a busca pela construção do imaginário social da república nas crianças e professores nas festividades pátrias, atitude esperada pelos republicanos gaúchos, como afirma Corsetti (1998, p. 231): ***os rituais, expressos através das comemorações e festas cívicas destinada à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana. A escola, mais uma vez, contribuiu eficazmente nessa tarefa.***

Por outro lado, é possível perceber também o aumento significativo das aulas primárias municipais, de 06 aulas em 1925 para 18 aulas em 1926, sendo que havia mais 14 aulas municipais subvencionadas pelo governo do Estado. Estas observações são descritas no Relatório do Inspetor Escolar Waldemar Amorety Machado apresentado pelo Relatório Intendencial do ano de 1926:

[...] ***O grande problema do ensino primário, atacado resolutamente desde os primórdios da administração de V. S., teve este ano um desenvolvimento que bastante compensa os vossos esforços despendidos neste sentido.*** O aumento do numero de aulas muito cooperou para isso, principalmente nos districtos ruraes, onde com grande prazer já vemos ao som de hymnos infantis e patrioticos flutuar o pavilhão nacional, despertando e revigorando no espirito das creanças o entusiasmo pela grandeza da nossa nacionalidade e um vivo sentimento de amor á patria. [...] ***Isto mostra que a diffusão da instrução neste municipio começa a prodigalizar uma bôa messe de beneficios á nossa infância,*** e que a sua culta população tem sabido corresponder aos esforços de V. S. em pról do ensino e da educação. (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1926, p. 67)

Outras informações descritas no Relatório realizado pelo Inspetor Escolar no ano de 1926 sobre a organização administrativa e a unidade pedagógica do ensino primário municipal pela Inspetoria de Ensino Primário também são reveladas neste documento:

Reabertura da matricula e aulas<sup>11</sup> - ***Conforme preceitúa o artigo VII do regulamento em vigor foram publicados editaes*** em 16 de fevereiro ***abrindo a matricula de todas as aulas municipaes*** e designando a reabertura das mesmas para o primeiro dia util do mez de Março, epocha em que começam a funcionar com toda a regularidade e bôa frequencia de alumnos de ambos os sexos. (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1926, p. 67-68)

Mudança de horario<sup>12</sup> - ***Visando a maior regularidade de frequencia ás aulas, especialmente das creanças pobres,*** que difficilmente dispõem de

<sup>11</sup> Os editais sobre a abertura das matrículas e da reabertura das aulas municipais foram encontrados no jornal O Dever de 03 de março de 1926, p.02.

<sup>12</sup> As notícias sobre a mudança de horário das aulas municipais foram encontradas no jornal O Dever de 10 de abril de 1926, p.02.

todo o dia para se dedicarem ao estudo, V. S. atendendo o que lhe foi requerido,  ***julgou racional modificar o horario das aulas***. Esse horario que era das 9 ás 11 e das 13 ás 16 horas, passou a ser por acto nº 321 de 09 de abril, 4 horas indivisiveis, isto é, das 8 ás 12 horas. (Relatório do Inspetor Escolar de 1926, p. 69)

Sem dúvida alguma, a tese da organização administrativa e da unidade pedagógica foi amplamente difundida no plano estadual pelos republicanos durante toda a Primeira República. (Corsetti, 1998). Neste sentido, é possível afirmar que ao pensar a expansão da educação primária municipal, Carlos Mangabeira percebeu a necessidade premente de se ter o pleno controle da educação primária municipal.

Outra preocupação observada no processo da expansão do ensino primário foi à questão da infra-estrutura interna das escolas municipais, com a disposição de materiais pedagógicos e símbolos pátrios e cívicos, medida esta concernente a manutenção dos preceitos republicanos, como afirma o Relatório do Inspetor Escolar (1926, p. 70): *Foi distribuido pelas diversas aulas, [...] o seguinte material escolar: 72 cadeiras, 20 bandeiras nacionaes, 20 escudos Rio-grandenses e 16 quadros negros.*

Ademais, percebeu-se a presença dos discursos médicos-higiênicos na fiscalização das escolas existentes no município de Bagé, como apresentado pelo Inspetor Escolar (1926, p.70): *Este serviço tem sido feito pela Diretoria de Hygiene, a qual tem prestado forte concurso á instrucção, quer na inspecção das escolas particulares, quer na dos professores e alumnos das escolas publicas.* Este movimento, só foi possível, após a criação do Regulamento de Higiene no ano de 1925 pela Intendência Municipal de Bagé.

Sobre a importância dos discursos médicos e sobre o papel do processo higienização-escolarização na Primeira República que resultaria na promoção da civilidade tão desejada pelos dirigentes republicanos, Stephanou (2005, p.148) faz a seguinte afirmação:

***A medicina vinha a cumprir um papel fundamentalmente preventivo.*** As doenças da civilização moderna ofereciam um campo enorme para as ações

sanitárias. Os médicos apresentaram-se como uma espécie de mediadores, aqueles que, propondo medidas de ordenamento do espaço e purificação do meio, conduziriam a uma sociedade sadia e positivamente civilizada. ***A de-generação poderia ser contornada. A enfermidade dos corpos e da sociedade cederia lugar à saúde e à vida.*** Fazia-se mister, contudo, garantir o espaço para a atuação educativa e saneadora da medicina [...] ***A educação aparecerá como aquela tarefa afinada com a missão da medicina preventiva.*** Mas à medicina social, profilática por excelência, incumbiam também ações corretivas e ortopédicas. (grifos nossos)

Além da preocupação com as condições higiênicas das escolas municipais, outro ponto destacado no Relatório do Inspetor Escolar refere-se às condições arquitetônicas dos espaços escolares das aulas municipais, como se pode perceber no trecho abaixo:

Antes de entrar na explanação dos trabalhos escolares, desejo fazer algumas considerações sobre as casas em que funcionam as aulas, chamando a atenção de V. S. para este ponto que julgo de real importância. ***Como V. S. teve ocasião de observar pessoalmente a maioria destas casas<sup>13</sup>, embora não sejam desprovidas dos requisitos higienicos, contudo não sendo construídas para este fim, apresentam senões difíceis de serem corrigidos, já pela propria edificação, algumas vezes, em desaccordo com os preceitos pedagogicos, já por se tratarem de edificios particulares.*** Estas e outras inconveniencias que soem acontecer freqüentemente seriam sanadas pelo modo como prevê o art. 4<sup>o</sup><sup>14</sup> do regulamento elaborado por V. S., isto é, pela construcção de casas apropriadas. ***As vantagens d'ahi resultantes seriam innumerables, pois além do municipio pagar pelo capital empregado, juros inferiores aos alugueis actuaes, desappareceriam as inconveniencias de mudanças, transferencias, etc.,*** facilitando ainda a criação de grupos escolares o que muito contribuiria para a maior diffusão do ensino. (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1927, p.50)

---

<sup>13</sup> Na edição do jornal O Dever de 20 de abril de 1927 (p.02), foi noticiada a fiscalização realizada pelo Intendente Municipal conjuntamente com o Inspetor Escolar nas escolas municipais, a fim de verificar as condições educacionais e pedagógicas da educação primária no município de Bagé.

<sup>14</sup> O Inspetor Escolar ao fazer alusão ao Regulamento das Escolas Municipais refere-se especificamente neste sentido ao texto do Art. 4<sup>o</sup> deste regulamento, que afirma: As escolas funcionarão em casas de aluguel, arrendadas ou offerecidas pelos proprietários, dotando-as a municipalidade de todas as condições higienicas, ***até que sejam construidos edificios próprios.*** O mobiliario e o material necessario para o ensino, serão fornecidos pela intendencia.

Segundo Viñao Frago (1998, 2005), o espaço escolar foi sendo pensado para ser laboratorial, disciplinador e difusor de práticas higiênicas e moralizantes. Além de possibilitar o aperfeiçoamento do espírito, o doutrinamento do corpo, e se necessário para a inculcação dos novos saberes do universo escolar moderno e republicano.

No processo de análise das fontes levantadas nesta pesquisa no contexto das reformas municipais empreendidas na gestão do Intendente Municipal Carlos Mangabeira, verificou-se a importância conferida à figura do Inspetor Escolar, Waldemar Amorety Machado<sup>15</sup>, na consecução do projeto modernizador pensado pela Intendência Municipal.

Portanto, no processo de expansão do ensino primário municipal as preocupações atinentes aos esforços da municipalidade foram amplamente defendidas pelo Inspetor Escolar, como se pode observar em seu Relatório:

*Proseguindo na execução do programma administrativo, a que se produz o esclarecido governo de V. S., têm-se empregado todos os recursos accessíveis, para que o ensino primario tenha a mais ampla diffusão neste municipio.* Visando este *desideratum*, o magisterio municipal, penetrado da ardua missão que lhe compete, não se limita a acção passiva de esperar o matriculando, para ministrar-lhe os rudimentos de que carece, mas desenvolvendo sua actividade, vae, por meio de patriotica propropaganda, á casa do alumno, realçando a necessidade da instrucção e cooperando deste modo para o augmento da frequencia escolar. [...] ainda é uma affirmacção do progresso da instrucção neste municipio e constitue um dos melhores títulos demonstrativos dos benefícios, que Bagé vem colhendo, na execução do sistema educativo que adoptou. *Comtudo, se senões ainda existem, é porque certamente, todas as questões que surgem, quando se trata de resolver tão magno, quão momentoso problema, não pertencem ao curto espaço de tempo, que medeia uma gestão administrativa, mas reclamam demorado estudo e constantes esforços*, que visem, ao menos, por em equação o problema, para os trabalhos de cada anno, sejam a continuacção dos do precedente, seguindo deste modo por caminho recto e seguro ate o fim

---

<sup>15</sup> O professor Waldemar Amorety Machado era diretor do Colégio São Luiz Gonzaga na época de sua nomeação para Inspetor Escolar, era reconhecido como um educador dedicado nas causas educacionais. Mesmo após o fim da Primeira República dedicou-se ao magistério no município de Bagé.

collimado, o que não só evita o destruir para recomençar, como ainda facilita as futuras administrações. ***Para este ponto fundamental, tem-se feito convergir todos os esforços, afim de formar um systema educativo, capaz de obter o maximo de resultados práticos e immediatos.*** (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1928, p. 33-34).

Ao analisarmos esta longa citação, podemos perceber a importância da figura do Inspetor Escolar, como agente da municipalidade com poder para fazer cumprir os programas de transformações pensados para as escolas primárias municipais. Por outro lado, o próprio inspetor escolar assumia as exigências descritas no Regulamento das Escolas Municipais<sup>16</sup> referentes ao seu cargo, além de afirmar que a expansão do ensino primário fazia parte do processo de organização do ***systema educativo*** municipal e ***capaz de obter o maximo de resultados práticos e immediatos*** para a educação pública primária.

De acordo com Faria Filho (2000), os Inspectores de Ensino imprimiam suas observações dos acontecimentos do cotidiano escolar, possibilitavam o controle, como possíveis intervenções nas atividades desenvolvidas nas escolas. Em outras palavras, os relatórios produzidos concediam à Intendência Municipal uma maneira de fiscalizar as atividades dos profissionais que atuavam nos estabelecimentos de ensino, de forma a manter sempre vivo os interesses da municipalidade.

Observadas as especificidades do papel do Inspetor Escolar no processo da expansão do ensino primário municipal, outros dados encontrados no Relatório de Waldemar Amorety Machado merecem ainda ser analisados no corpo deste trabalho. Sobre o aumento da oferta do ensino primário público municipal, encontramos a seguinte afirmação no Relatório apresentado no ano de 1928:

---

<sup>16</sup> No Regulamento das Escolas Municipais, os capítulos da Inspeção e Fiscalização do Ensino, determinavam entre outras coisas, que o Inspetor de Ensino: deveria apresentar ao intendente um relatório minucioso do trabalho nas escolas, propor e tomar medidas convenientes para o bom funcionamento das escolas; Propor a remoção de professores que tivessem pouca frequência de alunos e suspender professores que não atendessem as funções de seu ofício. Todas essas decisões deveriam ser comunicadas ao Intendente Municipal.

GRUPO ESCOLAR DE S. MARTIM - *Attendendo ao prospero desenvolvimemto deste povoado visinho*, bem como a alta frequencia de alumnos, mantida nas aulas municipaes alli existentes, foi por acto n<sup>o</sup> 353, de 11 de abril deste anno, *creado um grupo escolar nessa localidade. Este grupo funciona três vezes, sendo uma dellas á noite, o que favorece consideravelmente a frequencia as aulas, especialmente por parte daquelles, que pelos afazeres quotidianos, não podem subordinar-se ao horario comum. Além deste grupo foram creadas*, por acto n<sup>o</sup> 354 e na mesma data, *as aulas municipaes localizadas nos logares denominados Boa Vista, Santa Tecla, Villa Alegre, Lageado, Povo Novo e Xarqueada Industrial*. Foi ainda por acto n<sup>o</sup> 360 de 31 de maio, *creada outra aula no logar denominado “Igrejinha”*, sendo nomeada para Regel-a, por acto n<sup>o</sup> 361 da mesma data, a prof<sup>a</sup> Alzira Cazarré. (Relatório do Inspetor Escolar de 1928, p.36)

Nesta passagem do Relatório, observa-se que além da preocupação existente no processo desta expansão, havia também a preocupação com o gerenciamento da educação primária municipal, reunindo as aulas existentes no distrito de São Martim, e constituindo assim, o primeiro grupo escolar da cidade de Bagé, segundo Souza (1998, p. 45) esta prática era comum nos governos republicanos: *Foram criados os grupos escolares, por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio*. Neste sentido, afirma-se que a educação passou a ser considerada instrumento essencial na preparação do cidadão republicano para o trabalho e para a prática política e, também, emergiu a crença de que só pela educação popular as dificuldades econômico-financeiras seriam superadas. Em outros termos, na afirmação de Nagle (2001, p.149):

[...] firma-se o princípio de que a educação popular é a pedra angular sobre que repousa a estrutura toda da organização social’, ou melhor, chega-se, por essa via, à conclusão de que a estrutura política, econômica e social da Nação apresenta-se instável porque sobre ela pesa a grande massa de analfabetos, que lhes ameaça as bases

Portanto, os discursos proferidos pelo Inspetor Escolar, bem como pelo Intendente Municipal, revelam que neste processo de expansão da educação primária municipal ocorresse os primeiros grandes avanços sociais na educação popular, como observamos no enunciado abaixo de Carlos Mangabeira:

*Instrução Publica – Se em todos os departamentos da administração municipal tem havido a preocupação de conservar melhorando, de certo na parte referente á instrução publica, tenho procurado empregar todos os esforços para que cada vez mais se desenvolva este ramo do poder publico e que preocupa enormemente todos os governos. É com desvanecimento que trago ao conhecimento do illustre Conselho Municipal, que a instrução publica, no municipio, melhora consideravelmente n’uma afirmação iniludível de que já a grande maioria dos Paes se preocupa com a instrução indispensavel de seus filhos.* Não me descurando jamais, do compromisso que tomei de tudo fazer n’este sentido, vejo com satisfação que alguma cousa já se tem obtido; e, se mais não se fez, foi indiscutivelmente pela dificuldade de se obter professores habilitados para dirigir, principalmente, as aulas ruraes. (grifos nossos) (Relatório da Intendência Municipal de 1928, p.04)

Primeiramente, no que tange a administração de Carlos Cavalcanti Mangabeira, o Intendente externalizou um princípio do positivismo importante nas administrações republicanas, neste sentido **a preocupação de conservar melhorando**, sublinha em seu discurso alguns valores, tais como, idéia de progresso e ordem, do papel fundamental atribuído à ciência (via educação) e que o cientificismo, se expressa na crença na razão, isto é, que o conhecimento científico aparece como único conhecimento possível.

Sendo assim, os Relatórios Intendenciasais analisados até este momento, revelam que as ações empreendidas pela municipalidade entre os anos de 1925 a 1929 da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira, dinamizaram a educação primária municipal. Portanto, a **organização educacional municipal** de Bagé, produziu uma série de determinações legais, como a existência do Inspetor Escolar, a contratação de professores, a expansão do

número de aulas municipais para sede e a campanha do município, a subvenção para escolas particulares, a criação de grupos escolares e a compreensão da educação como um ramo da política pública municipal.

Ademais, o progresso quantitativo da Organização *Educacional Municipal* pode ser observada quando confrontamos os números da Instrução Pública Municipal da última gestão de Tupy Silveira (1921-1924) com a gestão de Carlos Mangabeira (1925-1928) na tabelas<sup>17</sup> comparativas abaixo:

Quadro 11 – Instrução Pública Municipal (1921-1928)

Aulas	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Estaduais	02	02	02	02	02	02	02	02
Particulares	25	28	28	35	14	14	14	14
Paroquiais	03	03	03	03	03	02	02	02
Municipais	06	06	06	06	14	18	18	21
Municipais Subvencionadas <sup>18</sup>	14	14	14	14	14	14	14	14
	50	53	53	68	47	50	50	53

Fonte: Quadro elaborado a partir dos Relatórios Intencionais

Em relação aos dados quantitativos expostos pelo Quadro 11, observamos que a intervenção estadual no município de Bagé, sempre correspondeu a 14 (quatorze) subvenções às aulas municipais, 01 (um) Colégio Elementar e 01 (uma) escola isolada para o sexo masculino<sup>19</sup>. Durante a última gestão de Martim Silveira, houve um aumento gradual de 40% no oferecimento de escolas particulares. Em relação às escolas paroquiais e aulas municipais este percentual permaneceu igual entre os anos de 1921 a 1924.

<sup>17</sup> Salientamos que na composição do Quadro 11, foram usados os números educacionais encontrados nos Relatórios Intencionais dispostos entre os anos de 1921 e 1928, outro ponto que merece ser destacado, é que o último relatório apresentado por Tupy Silveira corresponde ao ano de 1924, e que também o último relatório de Carlos Mangabeira foi apresentado no ano de 1928, em decorrência deste fato é que a tabela se encerra no ano de 1928.

<sup>18</sup> Cabe lembrar que a partir do ano de 1916, o governo do Estado subvencionava 14 aulas municipais. Neste sentido, os Relatórios Intencionais ao apresentarem o número total de aulas municipais somavam as subvencionadas pelo Estado com as aulas mantidas pela Intendência.

<sup>19</sup> Cabe salientar que no processo de análise dos Relatórios Intencionais da cidade de Bagé, percebeu-se que após o ano de 1920, existiam apenas duas ocorrências de aulas estaduais no município, umas delas referia-se ao Colégio Elementar e a outra a escola isolada do Professor Arthur Domingos Orfino. Especificamente ao Professor Arthur D. Orfino encontramos as primeiras referências sobre sua atuação no município de Bagé no Relatório da Instrução Pública do ano de 1912.

Por outro lado, no período da gestão de Carlos Cavalcanti Manguabeira (1925-1928), observamos que o aumento gradual ocorrido na oferta de aulas da iniciativa privada no período de 1921 a 1924 teve uma queda percentual de 60% no número de aulas oferecidas. Logo, a introdução da **Organização Educacional Municipal** em 1925, promoveu um aumento na oferta de aulas públicas tuteladas pelo município em 250%, isto é, de 06 aulas no ano de 1924 para 21 aulas no ano de 1928.

Além disso, no processo de expansão da intervenção municipal na Educação configurou-se também a manutenção e o aumento das subvenções às escolas paroquiais e particulares, esta ação pode ser constatada quando observamos a tabela XX sobre os números da intervenção municipal na Instrução Pública Municipal:

Quadro 12 - Intervenção Municipal na Instrução Pública Municipal (1921-1928)

Aulas	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Particulares Subvencionadas	03	03	03	03	03	03	03	04
Paroquiais Subvencionadas	01	01	01	01	03	04	04	04
	04	04	04	04	06	07	07	08

Fonte: Livre adaptação dos Relatórios Intendências

Ao analisarmos o quadro acima, algumas observações podem ser feitas, entre elas, que a administração municipal no período de 1921 a 1928, pouco alterou o número de subvenções às escolas particulares, visto que havia um número significativo de escolas particulares na cidade de Bagé.

Porém, por outro lado, neste mesmo período ocorreram aumentos significativos nas subvenções municipais às escolas paroquiais, esta ação possivelmente demonstra a relação de *cordialidade e convergências* entre os republicanos bajeenses e as ordens católicas existentes na cidade, estes *acordos diplomáticos* são constatados por Corsetti (1998, p.137): “A conciliação que se efetuou entre o Estado gaúcho e a Igreja Católica [...] possibilitou os favores mútuos com os quais as duas instituições marcaram sua trajetória na história rio-grandense”.

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre as fontes examinadas, entendemos que no processo de expansão da Instrução Pública Municipal, ocorrido na cidade de Bagé entre os anos de 1925 a 1929, a gestão municipal de Carlos Cavalcanti Mangabeira imprimiu a cidade um novo reordenamento urbano e social em todos seus aspectos, porém, sua grande contribuição se verificou na configuração e na ***Organização Educacional Municipal***.

Este movimento inaugurado na gestão intendencial de Carlos Mangabeira, edificou um novo planejamento educacional e conferiu ao município de Bagé um quadro de mudanças significativas de ordem administrativa, estrutural, educacional e pedagógica.

Entretanto, estas mudanças também provocaram novas implicações educacionais na cidade como a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora, o estabelecimento do Conservatório Municipal de Bagé e a construção da Praça de Desportos.

#### **4.3. – O Ensino Secundário e a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora**

A vida institucional do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora está diretamente ligada à história da educação do município de Bagé na Primeira República. Neste sentido, os primeiros relatos encontrados sobre a vinda dos padres salesianos para a cidade, são descritos pelo Intendente Municipal José Otávio Gonçalves em seu Relatório Intendencial relativo ao ano de 1903 (p.01): *“Está definitivamente resolvido a instalação nesta cidade, [...] um collegio [...], dirigido por padres [...] salesianos, [...] resolvi, mediante a importância marcada em lei de orçamento, ceder a area sufficiente para a construção desse edificio.*

Portanto, na perspectiva de compreender o processo da municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora é necessário revisitar alguns momentos da história desta instituição escolar mantida pela iniciativa privada e que esteve intimamente ligado à oferta de vagas de ensino

primário e secundário na Instrução Pública Municipal do município de Bagé.

No ano de 1908, o Gymnasio N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> Auxiliadora consegue a sua equiparação ao Gymnasio Nacional pelo Decreto n<sup>o</sup> 3.890 de 1<sup>o</sup> de janeiro de 1901. Este decreto além de consolidar o regime de equiparação<sup>20</sup> amplia-o, em relação ao Decreto n<sup>o</sup> 981 de 1890, segundo o artigo 361 deste decreto: *“estabelecimentos de ensino superior ou secundário fundados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por qualquer associação ou indivíduo, poderá o Governo conceder os privilégios dos estabelecimentos federaes congêneres”* (BRASIL, 1901a, p. 45).

Contudo no decorrer do ano de 1911, o Gymnasio N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> Auxiliadora perdeu a equiparação ao Colégio Nacional, devido às mudanças previstas na Lei Orgânica do Ensino Superior e Secundário, a Lei Rivadávia Correa publicada em abril de 1911, provocou uma grande modificação estrutural nos estabelecimentos de ensino existentes no Estado do Rio Grande do Sul, como afirma Amaral (1999, p. 147):

[...] a implantação da Lei Orgânica de 1911, proposta pelo ministro Rivadávia Correa, que era ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense. [...] nesta reformulação há forte influencia do ideal positivista de liberdade e de desoficialização do ensino. Propondo um regime que concedia ampla autonomia aos estabelecimentos escolares, onde o ensino passava a ser livre, diversificado e flexível, a nova reformulação do ensino se impôs desestruturando ainda mais a escola brasileira. [...] Deixou de existir o sistema de equiparação ao Ginásio Nacional (D. Pedro II). [...] A situação do ensino secundário brasileiro voltou a se “normalizar” com a implantação da reforma Carlos Maximiliano, em 1915. Esta lei restabeleceu a influencia do governo federal sobre o ensino secundário e superior através da reoficialização do ensino. (grifos da autora)

Entretanto, na reorganização do ensino secundário preconizada pelo Decreto n<sup>o</sup> 11.530, de 18 de Março de 1915, ocorreu uma incongruência

---

<sup>20</sup> Os documentos necessários para o pedido de obtenção da equiparação dos Gymnasios eram o registro de compromisso social (caso das associações); regulamento do estabelecimento, avaliação do prédio; que deveriam ser averiguados por um delegado fiscal; ter em caixa 50 contos de reis, ter matriculado no mínimo 60 alunos e ter um regimento compatível com o estabelecimento federal, no caso o Ginásio Nacional (BRASIL, 1901a, p. 45).

entre a Legislação Federal e a Legislação Estadual, pois ao determinar em seu Art. 24: *Que nenhum estabelecimento de instrução secundaria, mantido por particulares [...], poderá ser equiparado ao Collegio Pedro II*, vetou a equiparação do Gymnasio Salesiano e restringiu as equiparações a estabelecimentos estaduais de ensino. Porém, no Estado do Rio Grande do Sul, o ensino secundário sempre ficou a cargo da iniciativa privada ou aos municípios.

Sendo assim, no período compreendido entre os anos de 1915 a 1925, o acesso ao ensino superior pelos alunos salesianos eram realizados através de bancas examinadoras oficiais. Em relação aos exames realizados pelos alunos no Gymnasio Auxiliadora, bem como, as despesas relativas a estes exames, o Relatório Intendencial de 1923, traz a seguinte informação:

Paralelamente com a instrução publica, a instrução particular é auspiciosamente desenvolvida em nosso meio. Destaca-se o Gymnasio N. S. Auxiliadora, dirigido pela Congregação Salesiana, cuja matricula é 370 alumnos do sexo masculino e com um corpo docente de 21 professores. ***Tendo o referido estabelecimento, em virtude de ter cessado a sua equiparação, como conseqüência da actual lei do ensino, ficado na contingencia de requerer bancas examinadoras, o municipio subvencionou-o, por diversas vezes,*** pois que as despezas que se impunham sobrepujavam as forças econômicas do estabelecimento. ***Sem esse auxilio, a nossa mocidade estudiosa muito veria a soffrer,*** pois, difficilmente, ***grande numero de nossos conterraneos poderia fazer seus exames preparatórios, afim de se habilitar a matricula em nossas academias.*** (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1923, p. 01)

Através da leitura deste fragmento do Relatório, pode-se perceber a preocupação da Intendência Municipal sobre os reflexos da Lei Carlos Maximiliano na organização da escola secundária na cidade de Bagé, como também a necessidade de apoio financeiro para a escola na realização dos exames preparatórios para o ensino superior.

Segundo Amaral (1999), vários municípios do Estado do Rio Grande do Sul buscaram a implantação e equiparação de seus ginásios muni-

país no decorrer da década de 1910, e efetivamente na década de 1920, Amaral afirma ainda (1999, p. 178): “*Como não havia, neste estado, um estabelecimento de ensino secundário estadual, alguns municípios, [...] entraram numa verdadeira corrida pela equiparação.*”

Em relação ao movimento de equiparação do *Gymnasio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora*, encontramos a seguinte passagem no Relatório apresentado pelo Intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1926:

***Instrução Secundaria - De grande necessidade era a existencia de instituto de ensino secundário nesta cidade. Havia o Gymnasio N. S. Auxiliadora, dirigido pelos competentes sacerdotes salesianos, que estavam no caso de bem leccionar o curso de humanidades; uma dificuldade, porém, logo se apresentava - a de que os exames, que ahí se effectuassem, não teriam valor legal, não seriam, portanto, aproveitados para a matricula nas faculdades de ensino superior do Paiz. De logo vi que era uma necessidade que se impunha a equiparação do Gymnasio N. S. Auxiliadora, pois, assim, as portas das academias ficariam abertas para os alumnos pobres, que não tivessem recursos para estudar o curso de preparatórios fóra daqui.*** Encaminhados os entendimentos para obtenção de tão útil objectivo, foi por ato do Departamento Nacional de Ensino concedida a fiscalização preliminar ao *Gymnasio*, sendo nomeado inspector o Sr. Doutor Octacilio Pessoa e, posteriormente, o Sr Dr. Osvaldo Orico. Antes mesmo de ser obtida a fiscalização preliminar, no anno de 1925, o *Gymnasio* obteve bancas examinadoras, tendo se effectuado os exames finaes de preparatórios em que os alumnos demonstraram bom aproveitamento. Em março do corrente anno realisaram-se, novamente, exames parcellados e os de admissão para o curso gymnasial. Todos elles foram presididos pelos fiscaes do governo federal. Para as bancas examinadoras, concedestes a verba de dez contos de réis, e para os vencimentos de inspector, como é de lei federal, votastes a verba de dezoito contos de réis. ***Por acto nº 320<sup>21</sup>, de 29 de março deste anno, foi municipalizado o Gymnasio N. S. Auxiliadora, pois, de outro modo, não poderia ser equiparado.*** (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1926, 04-06)

---

<sup>21</sup> Em relação ao processo de municipalização do *Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora* encontramos às seguintes notícias no jornal *Correio do Sul*: ***Foi equiparado o Gymnasio N. S. Auxiliadora e A municipalização do Gymnasio N. S. Auxiliadora***, respectivamente nos dias 10/02/1926 e 25/02/1926.

Compreende-se que os esforços empreendidos no processo de municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora faziam parte de um conjunto de mudanças educacionais pretendidas pela gestão municipal de Carlos Cavalcanti Mangabeira na expansão da Instrução Pública Municipal.

Sendo assim, promover a municipalização do Gymnasio Salesiano foi extremamente rentável e economicamente mais viável para a Intendência municipal, pois, nestes termos, a administração municipal não necessitaria empreender recursos financeiros na construção de uma escola pública secundária no município de Bagé. Ademais, o processo de municipalização, foi também vantajoso para os padres salesianos, pois continuavam a exercer sua influencia pedagógica sobre a escola.

No contrato<sup>22</sup> firmado entre a Intendência Municipal e a direção do Gymnasio Salesiano de Bagé, são priorizadas algumas questões relacionadas às futuras condições administrativas e pedagógicas do Gymnasio Municipal. Neste sentido, é importante destacar alguns artigos do Ato Municipal nº 320, de 29 de março de 1926, que municipaliza o Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora:

DECRETA:

Art 1º - É considerado municipal o Gymnasio N. S. Auxiliadora.

Art 2º - O Gymnasio Municipal N. S. Auxiliadora reger-se-á pelo seu estatuto próprio, sob a condição de adoptar o programma do Collegio Pedro II.

**Art 3º - Mantem-se no domínio exclusivo da Associação a que pertence o edificio em que funciona actualmente o Gymnasio e os demais bens que possui, assim como todos os que de futuro vier adquirir.**

Paragrafo unico - Fica reservado ao governo municipal o direito de exigir que sejam feitas no prédio e demais bens a que se refere este artigo, as modificações que forem julgadas necessárias á realização do fim a que se destina.

**Art 4º - O governo municipal fica com o direito de fazer matricular, gratuitamente, no Gymnasio, quinze alumnos reconhecidamente pobres, residentes no município, a juízo do intendente, sendo dez no externato e cinco no internato.**

---

<sup>22</sup> O contrato firmado entre a Intendência Municipal de Bagé e a direção do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora aparece descrito em anexo no final do Relatório do Orçamento do ano de 1927.

**Art 5º - Serão mantidos em seus cargos os membros da actual diretoria e do corpo docente**, sendo que a substituição dos últimos será feita mediante prévio entendimento com o chefe do executivo municipal, respeitadas as disposições da lei federal de ensino relativas a esta matéria.

Art 6º - Nas suas relações com o Gymnasio, cujo representante será sempre o seu director, o governo municipal será representado pelo intendente, ou pessoa por elle nomeada.

Art 7º - As obrigações constantes nos artigos anteriores, serão objecto de contracto.

Art 8º - Revogam-se as disposições em contrario. Intendencia Municipal de Bagé, 29 de março de 1926. (Correio do Sul, 30/03/1926, p.01)

Portanto, podemos afirmar que a justificativa para a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora relaciona-se diretamente com as conjecturas da expansão da Instrução Pública Municipal, pensadas pela administração de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929). Contudo, a manutenção de um estabelecimento que historicamente atendeu a elite da região da campanha gaúcha legitima os apoios financeiros e os acordos realizados entre o governo municipal e a Ordem Salesiana no empenho de subsidiar o ensino secundário e particular na cidade de Bagé no período da Primeira República.

#### **4.4. - O Instituto Municipal de Belas Artes de Bagé**

A história do ensino musical no município de Bagé tem suas primeiras iniciativas no início do século XX, este momento é considerado por Winter (2008), como o período em que a formação musical era realizada paralelamente por instituições particulares, estabelecimentos subvencionados e por estabelecimentos públicos oficiais.

Segundo Nogueira (2011), a primeira escola oficial de música que se tem notícia no Estado do Rio Grande do Sul, foi o Conservatório de Música de Bagé, inaugurado em 05 de abril de 1904. Sobre este fato, Lemieszek (1997, p. 110-111), faz o seguinte comentário:

A educação musical era estimulada desde cedo junto aos jovens, havendo na época diversas professoras particulares de piano, canto, música, etc. [...] Talvez justamente por essas razões encontrasse fácil curso e repercussão favorável a ideia de criação de um Instituto Musical. Contudo, a iniciativa partiu do uruguaio Henrique Calderon La Barca, que ao chegar a Bagé, [...] procedente da cidade uruguaia de Mello, com a intenção de fixar residência para dar aulas de solfejo, canto e piano, [...]. Imediatamente o maestro Calderon de La Barca tratou de seduzir o Intendente José Otávio Gonçalves mostrando a importância de Bagé contar com um ensino de regular de música. [...], era publicado na imprensa local o Ato Municipal nº 64/1904, que autorizava a instalação e funcionamento do Conservatório Municipal de Música.

Ademais, o apoio da Intendência Municipal no estabelecimento de uma escola de música na cidade de Bagé, representava também a concepção republicana e positivista da educação, isto significa afirmar que a educação musical recebia grande aceitação pelos republicanos bajeenses. Segundo Leal Rodrigues (2000, p. 64): *“no sistema de Comte a música participa do processo de formação do cidadão, oferecendo as ferramentas básicas para a aquisição de habilidades intelectuais necessárias para o exercício da plena cidadania”*.

Ainda neste sentido, Corsetti (1998) afirma que dentro dos programas escolares dos Colégios Elementares no Estado do Rio Grande do Sul, o ensino da música era preconizado como conteúdo programático e oficial destas escolas, logo, a educação musical deve ser entendida dentro do projeto pensado e realizado pelos republicanos gaúchos, fazendo parte de todo um aparato ideológico da cultura e do civismo.

Contudo, a pesquisa empírica realizada nas fontes revelou uma lacuna histórica, pois não foram encontrados relatos específicos sobre a educação musical, bem como, sobre a Escola de Música inaugurada em 1904, nos jornais e nos Relatórios Intendenciasais pesquisados, entre os anos de 1905 a 1920.

As pesquisas recentes de Rodrigues (2000), Cerqueira (2008), Winter (2008) e Nogueira (2007, 2011), reforçam a tese que somente a partir do final da década de 1910, ocorreu o processo de interiorização da cultu-

ra musical e artística no Estado do Rio Grande do Sul. Sobre o projeto de interiorização da educação musical no Estado, Cerqueira (2008, p. 119-120) afirma:

um projeto de “interiorização da cultura artística”, que pretendia a criação de um movimento cultural autônomo no Rio Grande do Sul, através do “estabelecimento de uma rede de centros culturais que permitisse a circulação permanente de artistas nacionais e internacionais, além de também promover a educação musical da juventude”. ***O projeto elaborado por Fontainha e Corsi surpreende-nos por seu idealismo, por sua abrangência e pelas estratégias de ação envolvidas, tendo em vista a extensão do estado e as dificuldades de locomoção no período; uma vez que pretendia abranger dezessete cidades do Rio Grande do Sul, onde seriam fundados conservatórios de música que trabalhariam associados a centros de cultura artística.*** (grifos nossos).

Ao que parece, este processo de “interiorização da cultura artística” tem seus primeiros reflexos na cidade de Bagé no início da década de 1920, visto que os jornais da cidade comentam sobre a instalação de uma Escola de Música pelos professores do Conservatório de Música de Porto Alegre, Guilherme Fontainha e José Corsi, como podemos observar abaixo:

***Conservatorio de musica – Publicamos, há tempos, um telegramma assignado pelos maestros Guilherme fontainha e José Corsi,*** respectivamente director e professor do já afamado Conservatorio de Música de Porto Alegre, ***em que nos era dada a notícia, que,*** jubilosamente, ***transmittimos ao publico, da proxima fundação de um estabelecimento idêntico, nesta cidade.*** [...] Como aconteceu em Porto Alegre e, ultimamente em Pelotas, Bagé não tarda á apreciar as inestimáveis vantagens da escola moderna, pelo Conservatorio principiará a funcionar no decorrer da 1ª quinzena de março. [...] A iniciativa dos maestros Fontainha e Corsi, que teve franco e decisivo apoio do benemerito presidente do Estado, tem encontrado nesta cidade a mais esthusiastica acceitação. [...]. (grifos nossos) (O Dever, 07/01/1921, p. 02).

***Conservatorio de musica – Está definitivamente assente para breve a inauguração do Conservatório de Música de Bagé,*** instituição que a nossa cidade deverá aos esforços dos competentes maestros srs. José Corsi e Gui-

lherme Fontainha, patrocinados pelo Centro de Cultura Artística, da capital do Estado. [...] A mensalidade instituída é de 25\$000, para os cursos de canto ou instrumento, dando qualquer delles direito á frequencia das aulas de solfejo, theoria e historia musical. [...]. (grifos nossos) (Correio do Sul, 15/01/1921, p. 02)

Estas notícias são extremamente importantes para atestar que o processo da interiorização da educação musical no Estado do Rio Grande do Sul, promoveu a instalação da Escola de Música na cidade de Bagé no início da década de 1920, porém, este movimento foi conduzido pela iniciativa particular dos maestros do Conservatório de Música de Porto Alegre.

Somente com o início da gestão municipal do Intendente, Carlos Cavalcanti Mangabeira, se observa uma preocupação mais efetiva da administração municipal com o Conservatório de Música de Bagé, como se pode observar no Relatório Intendencial do ano de 1926:

Instrucção Artística - A instrucção artistica é ministrada pelo Conservatorio de musica [...]. A municipalidade auxilia este estabelecimento, não só pagando-lhe o aluguel da casa, em que funciona, como tambem o aluguel dos pianos, etc. ***É pensamento da administração municipalisar, no próximo anno, o Conservatório de musica, para que já teve entendimento com o maestro José Corsi, a quem está actualmente entregue a administração do mesmo.*** Já tem preferencia a municipalidade num alteroso predio, para onde pretende transferir o Conservatório, ficando este no andar superior, e na parte inferior uma bibliotheca publica que a administração cogita crear, ***de modo a ficarem os filhos de Bagé,*** para os que não tiverem o menor recurso para pagar professores e comprar livros, mas que possuam intelligencia e gosto pelas letras, ***aptos para estudar os cursos secundario, primario e musica, e ter tambem na biblioteca os livros de que necessitarem, tudo isto gratuitamente, pois que, nas escolas primarias municipaes, no Gymnasio Municipal e no Conservatório de musica, estão previstos estes casos.***[...]. (Relatório Intendencial de 1926, p.06-07)

Portanto, o processo de municipalização do Conservatório de Música de Bagé iniciado no ano de 1926, pela Intendência Municipal, ocorreu somente no ano seguinte, pelo Acto nº 336, em 05 de abril de 1927, que determinou a compra de todos os bens e utensílios da Escola de Música

fundada pelos maestros Guilherme Fontainha e José Corsi na cidade de Bagé.

No jornal O Dever de 06 de abril de 1927, encontramos os termos do Ato municipal que providenciou a aquisição da Escola de Música, como se pode observar abaixo:

***Considerando, finalmente, que já tendo esta administração providenciado sobre o ensino primário e secundário, deve, também, cogitar a educação artística de seus municipaes.***

**DECRETA**

***Artº 1 – Fica nesta data municipalizada a Escola de Musica, que passará a denominar-se – Conservatorio Municipal de Música.***

Artº 2 – O Conservatorio observará, até ulterior deliberação, o regulamento da Escola de Música.

Artº 3 – Serão creados novos cursos e aulas á proporção que forem julgados necessários.

Art 4º - São mantidos em seus cargos, enquanto convier ao Municipio, a directora e professoras da Escola, as quaes continuarão a perceber os mesmos vencimentos.

Artº 5 – Revogam-se as disposições em contrário.

Intendencia Municipal de Bagé, 5 de abril de 1927 (grifos nossos) (O Dever, 06 de abril de 1927, p.02)

Com base na parte inicial da notícia publicada: [...] *finalmente, que já tendo esta administração providenciado sobre o ensino primário e secundário, deve, também, cogitar a educação artística de seus municipaes.* [...], podemos observar que na configuração do projeto educacional da administração de Carlos Cavalcanti Mangabeira também esteve presente à questão da Instrução Artística Municipal. Portanto, entendemos que a Intendência de Bagé ao municipalizar a Escola de Música promoveu a encampação de mais um espaço de educação para o município.

Deste modo, o projeto educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira na condução da administração da Intendência Municipal de Bagé contemplou a educação primária, secundária e artística, promovendo ainda mais, a *Organização Educacional Municipal* da Educação Pública.

#### 4.5. A Praça de Desportos: A dimensão cívica do discurso republicano

Outro ponto de extrema relevância para a composição deste trabalho é a intenção educacional da criação da Praça de Desportos na cidade de Bagé em 1927. O esforço empreendido pela Intendência Municipal na construção deste espaço público evidencia os preceitos republicanos, isto é, a conjugação dos aspectos doutrinários da modernidade com os enfoques da instrução moral e cívica.

A primeira evidência encontrada sobre a necessidade da construção de um espaço escolar que fosse destinado a Educação e ao Civismo, pode ser retirada, do Relatório Intendencial de 1925, como transcrevemos a seguir:

PRAÇA DE JOGOS INFANTIS - É pensamento da administração dotar a nossa cidade com uma praça para desenvolvimento das crianças, já tendo sido escolhida a praça Rio Branco. ***A planta da citada praça está sendo elaborada em Montevidéo no Centro de Cultura Physica.*** Este grande melhoramento para Bagé deve-se em grande parte á generosidade de um illustre filho que, ausente ha muitos annos, de sua terra, attendeu immediatamente ao pedido que lhe fiz afim de custear em companhia da municipalidade ***a execução desta praça de sports, concorrendo assim para que seu berço natal seja a primeira cidade do Rio Grande que vae possuir tal melhoramento. Este bagéense distincto, a quem deixo aqui os meus maiores agradecimentos, que são os de todos os seus conterraneos, é o illustrado medico Dr. José Pardo Santayanna.*** (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1925, p. 06)

Esta notícia traz alguns indícios para nossas análises iniciais, tais como, que a construção da ***praça de jogos infantis*** era uma intenção administrativa e educacional primordial no transcorrer da década de 1920 para a cidade de Bagé.

Outros pontos relevantes presentes neste documento, que merecem serem analisados, é que a ***planta da citada praça está sendo elaborada em Montevidéo no Centro de Cultura Physica***, e que a cidade de Bagé seria ***a primeira cidade do Rio Grande que vae possuir tal melhora-***

**mento**, sendo que grande parte desta obra seria custeada pela iniciativa privada [...] **Este grande melhoramento [...] deve-se [...] á generosidade de um illustre filho [...] Este bagéense distinto, [...] é o medico Dr. José Pardo Santayanna.**

No projeto de consecução da Praça de Desportos se evidencia fortemente a participação do Centro de Cultura Física do Uruguai, essa afirmação nos faz pensar que havia a necessidade de articular os discursos republicanos com os discursos das práticas desportivas. Pois, desde o início do século XX, o Uruguai começou a organizar seus programas de cultura física<sup>23</sup> para as praças de desportos. Sobre a importância dos discursos outorgados às práticas desportivas no Uruguai no início do século XX, Dogliotti (2012, p.02) comenta<sup>24</sup>:

A los atributos de fuerza desplegados por las actividades físicas se suman los de orden moral. Son innumerables los discursos altruistas em relacion al deporte como desarrollo de valores morales. Así en la divulgación del deporte hay algo más importante que su tecnicismo real, existe el despertar de una moral cuyo desenvolvimiento es lá más positiva contribución a la defesa de la humanidad [...] Dar al deporte no solo su valor educativo de nuestra organización humana sino también la significación de su real predominio como escuela de Disciplina, de Moral y de Respetto.

Os discursos de disciplina, de moral e de respeito agregados às práticas da Educação Física, encontram ressonância nos discursos dos republicanos gaúchos, e conseqüentemente no projeto educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira.

O Relatório Intendencial afirmava ser Bagé, a primeira cidade do Estado do Rio Grande do Sul que possuiria uma praça totalmente dedicada às práticas desportivas. Contudo, esta ideia deve ser relativizada, mas podemos suspeitar que ainda não existiam outras praças iguais, no

<sup>23</sup> MORO, Paola. Imágenes del “Maestro de cultura física” em la Revista Uruguay-Sport: Archivos de la CNEF. In: Revista Imagens da Educação, V.3, n.1, p.01-10, 2013.

<sup>24</sup> Nas citações retiradas de textos em espanhol, resolvemos não fazer a tradução dos mesmos, para possibilitar ao leitor deste trabalho, uma aproximação maior com a idéia inicial de seus autores.

Estado do Rio Grande do Sul. A partir da afirmação de Cunha (2010, p. 02-03 e 18), nossas suspeitas podem ser comprovadas:

Com a transformação do significado das praças e sua apropriação pela população, outras formas de lazer começaram a emergir, destacando-se as práticas corporais e esportivas. Foi assim que, em meados dos anos de 1920, as práticas corporais e esportivas começam a tomar lugar nas praças públicas de Porto Alegre. **Com a criação do Serviço de Recreação Pública (SRP – 1926) e o incremento das práticas, algumas praças foram denominadas Praça de Desportos; à medida que passaram a ser utilizadas pelas escolas, constituindo-se em uma extensão das mesmas, as Praças de Desportos para a ser chamadas de Praças de Educação Física**, pois começaram a contar com o trabalho de instrutores de Educação Física.

**Em 30 de dezembro de 1928 é noticiada a criação do Jardim de Recreio da Praça de Desportos [...].** Esta praça tinha uma aparelhagem moderna, localização privilegiada e ótimo espaço físico para práticas corporais e esportivas diversas.

De todo modo, para reforçar nossa ideia de ser Bagé, a primeira cidade do Estado, a possuir uma praça dedicada às práticas desportivas. Recorremos à notícia encontrada no jornal Correio do Sul, de 04 de dezembro de 1925, que pode sustentar nosso pressuposto teórico: **Na [...] Casa Caminha está [...] a planta da praça de sports, mandada executar em Montevidéo, no Instituto de Educação Physica, pelo sr. dr. Pardo Santayana. A municipalidade [...] em seguida iniciará os trabalhos.**

Estas afirmações também podem ser observadas nas duas placas existentes na Praça de Desportos do município de Bagé, colocadas em função da inauguração da mesma, em 07 de setembro de 1927.

Figura 19 – Placa da Comissão Nacional de Educação Física do Uruguai



Fonte: Acervo do Autor (fotografia da placa existente na Praça de Desportos)

Figura 20 – Placa de inauguração da Praça de Desportos de Bagé



Fonte: Acervo do Autor (Fotografia da placa existente na Praça de Desportos)

Sendo assim, as fontes que serviram de base para a constituição do segmento deste trabalho, revelam todo o processo de constituição da Praça dos Desportos do município de Bagé. Estes documentos podem esclarecer os processos que constituíram a construção deste espaço dedicado a Educação e ao Civismo.

Para tanto, ao iniciarmos nossas análises destes documentos, procuraremos historicizar o que significa afirmar que este espaço escolar tenha sido considerado um lugar único para a manutenção dos discursos cívicos e educacionais pensados pela municipalidade bajeense.

Ademais, as notícias anteriores à inauguração da Praça de Desportos referendam a importância deste empreendimento municipal, bem como, o planejamento institucional na configuração dos espaços existentes e a organização interna da Praça de Desportos, como se pode observar na notícia abaixo:

Praça de Sport Infantil – Está na cidade, desde sábado, o sr. Amador Franco, que veiu encarregado pela Comissão Nacional de Educação Phisica de Montevideo, para dirigir os trabalhos de colocação dos aparelhos de Sport infantil, á praça Rio Branco. ***O sr. Amador Franco é professor do Instituto de Educação Phisica da capital do Uruguay e trouxe ao sr. dr. Intendente municipal recommendação de sua competencia profissional.*** Hontem já forma iniciados os trabalhos de collocação e demarcação das canchas da praça de sport. (grifos nossos) (Correio do Sul, 05/05/1926, p.02).

A partir desta notícia, depreende-se que havia claramente a necessidade de demonstrar a capacidade pedagógica dos professores do Instituto de Educação Física do Uruguai, com também da importância da ação do professor Amador Franco na conjugação dos ideais da praça de desportos, segundo os preceitos modernos da prática desportiva.

Segundo Moro (2013, p.02), sempre houve uma preocupação pedagógica na formação dos Mestres das Praças de Desportos no Uruguai, como vemos a seguir:

A lo largo de las p.inas de la revista Uruguay-Sport se presentan en varios artículos e informes las características, conocimientos y modos de actuar que

debe poseer um buen maestro de cultura física. ***Se compara con el maestro de escuela, poseyendo las mismas características en la relación a la formación del carácter de los niños pero diferenciándose en el medio de enseñanza*** (los juegos físicos) y el objeto de enseñanza (el corpo del niño). De esta manera, la gran responsabilidad que pesa sobre los maestros de las plazas, se debe a la intervención importante que tienen ellos en la formación del carácter de los niños. [...] ***El maestro de cultura física de las plazas, el verdadero maestro***, consciente de lo elevado de su misión, ***por medio de los juegos físicos prepara el cuerpo del niño como finalidad principal y moldea su carácter por medio de las derivaciones***. (grifos nossos)

Cabe salientar, que nos discursos modernos da República era imperioso forjar o “novo” homem, e nenhum elemento parecia concorrer tão fortemente a tal princípio quanto à educação. Sendo, pois, a Educação Física a parte física da educação, ficaria sob sua responsabilidade a incumbência de ser um espaço que oferecesse subsídios para “forjar e aperfeiçoar indivíduos”. (Lyra, 2011).

Ademais, a prática da educação física ocupava um papel de destaque no projeto republicano gaúcho na Primeira República, como afirma Corsetti (2006, p. 01-02):

Nesse contexto, a questão da educação passou a ter uma ênfase destacada. ***Uma educação física, intelectual e moral da mocidade, com a finalidade de possibilitar ao espírito todas as noções necessárias para melhor garantir a ordem, se colocou como central para que todos os homens tivessem consciência de seu papel social***. Em outras palavras, a educação foi vinculada à formação do cidadão, de uma forma que podemos melhor explicitar. ***Definido o objetivo da escola como o de “formar um povo com aptidão para governar-se e gosto pelo exercício da liberdade”, remeteu à educação a tarefa de formação da “consciência nacional”,*** que conduzisse os indivíduos à compreensão da necessidade de um Estado que os representasse, agindo como elemento catalisador do “ideal comum” disperso no social. ***Essa compreensão devia promover a união dos indivíduos em torno do Estado, desenvolveria neles a “consciência nacional”, tornando-os aptos ao exercício político que lhes permitiria alcançar o estatuto da cidadania***. (grifos nossos)

Sendo assim, compreende-se então, que todos os esforços empreendidos pela municipalidade de Bagé na construção do espaço da Praça de Desportos permitiram que este lugar conjugasse a educação física moderna com a formação da consciência republicana dos cidadãos no transcorrer do final da Primeira República.

Para tanto, o Ato Municipal nº 342, de 22 de agosto de 1927 aprovou e instituiu o Regulamento da Praça de Desportos, deste documento, destacamos os seguintes pontos:

**Art. 1º - A praça terá o seguinte pessoal, de nomeação do intendente** e com os vencimentos designados nas respectivas portarias:

- a) Um director;
- b) Um ajudante;
- c) Uma professora;
- d) Três serventes;

**Art.º 2 - O director é o chefe da praça e tem sob sua direção o corpo docente e o pessoal de serviço**, sendo responsável pelos pavilhões, aparelhos, moveis e utensílios existentes na mesma.

**Art.º 3 - São deveres do diretor:**

**I - Criar na praça um ambiente são e moral;**

III - Enviar, mensalmente, um relatório detalhado, ao intendente municipal, sobre os trabalhos effectuados todos os dias na praça [...];

IV - Remeter, semanalmente, ao thesouro municipal, o dinheiro arrecado na praça;

VIII - Organisar, durante as horas de funcionamento da praça, programas de exercicios e jogos para distintas edades e sexos, sempre que houver uma assistência superior a dez alunos. (grifos nossos) (Regulamento da Praça de Desportos, p. 04)

Nesta parte inicial do Regulamento, as referências obtidas revelam o destaque da figura do diretor, primeiramente, porque era nomeado diretamente pelo Intendente Municipal e agregava os papéis do controle administrativo, pedagógico e educacional da praça.

A presença do diretor na Praça de Desportos representava toda a importância pedagógica da instrução física, sobre as atribuições dos diretores nas Praças de Desportos, Moro (2013, p.04) faz a seguinte

consideração: *“El maestro [...] debe ser un abegnado en su tarea, [...]. Los fines altruistas y ‘superiores’ de su ‘misión’ llevan a que se depositen en la figura del maestro atributos de sacrificio y entrega.*

Neste contexto, outro ponto interessante de análise, é a preocupação com a tipificação dos **“programas de ejercicios e jogos para distintas edades e sexos”** para grupos superiores a 10 alunos. Essas referências revelam que na configuração deste espaço escolar, houvesse preocupações referentes à fiscalização, a gestão e aos métodos pedagógicos da instrução física. Sobre a gestão deste espaço educativo, encontramos as seguintes informações:

#### USO DE UNIFORMES

Pessoal Docente: Este deve usar o uniforme regulamentar para o publico, durante as horas de serviço, na praça.

Pessoal addido ao serviço: Usar uniforme indicado pela Intendencia, nas horas do expediente.

#### HORÁRIO PARA O PESSOAL

Professores – devem prestar serviço durante todo o tempo em que estiver aberta a praça ao publico.

Pessoal addido ao serviço:

Inverno – das 8 às 11,40 – 13,30 às 18.

Verão – das 7,30 às 11 – 15 às 19,30.

Todo o pessoal da praça (e os que prestam serviço extra) deve assinar o livro ponto marcando, cada vez, a hora exacta da entrada e sahida.

#### DESCANÇO PRESCRIPTO AO PESSOAL

Director – Segunda feira.

Professores – Terça feira.

Empregados – Um dia por semana a cada um, a começar de terça feira.

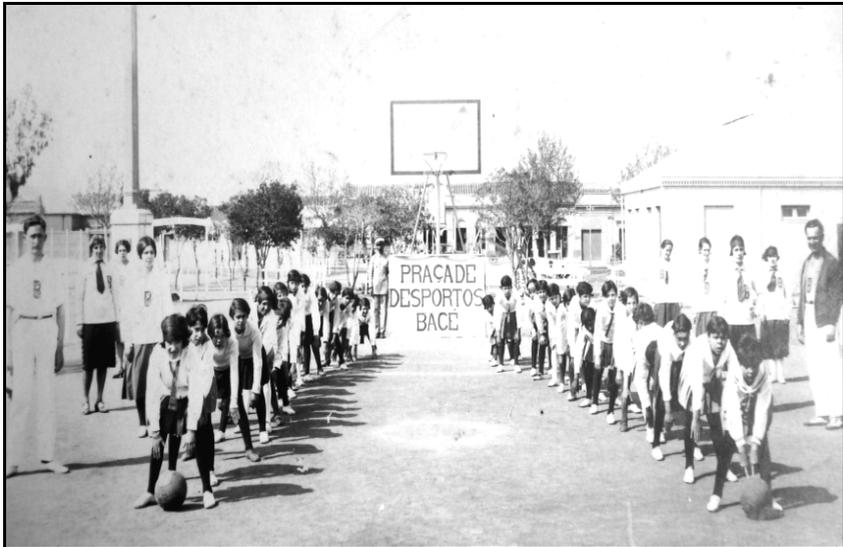
No caso de coincidência dos dias livres com os feriados. Aquelles devem transferidos. (Regulamento da Praça de Desportos, p. 07)

Esta nota revela a preocupação efetiva da municipalidade em processar e manter uma rotina de controle administrativo na Praça de Desportos, determinando a presença efetiva do diretor, dos professores e dos monitores uniformizados durante todo o expediente da praça ao público. Além disso, é possível destacar que a média da jornada de trabalho era de 8 ho-

ras/diárias, tanto no inverno como no verão; o Livro-Ponto como forma constante do controle do trabalho e a divisão semanal das folgas do corpo administrativo da praça, sem prejuízos ao funcionamento da mesma.

É importante, salientar que segundo o Regulamento da Praça de Desportos, havia somente um Diretor, uma professora e três ajudantes no corpo administrativo da praça. Esta constatação pode ser verificada na imagem abaixo, onde percebemos a presença dos ajudantes, da professora e do diretor, respectivamente, da esquerda para a direita, e ao fundo, o outro funcionário (5) segurando a Bandeirola da Praça dos Desportos:

Figura 21 – Praça dos Desportos



Fonte: Acervo Iconográfico – Museu Dom Diogo de Souza

Outra constatação possível de aferir desta imagem é a preocupação em evidenciar a tipificação de uma das atividades físicas destinadas às alunas do sexo feminino. Outro ponto de grande valor para nossa análise sobre as questões da fiscalização da gestão da Praça de Desportos no que tange às relações de gênero, às condutas morais pessoais e aos uniformes, é também destacado no Regulamento Interno da Praça, nos seguintes artigos, respectivamente às questões mencionadas:

#### Secções da Praça

A praça consta com de duas secções: mulheres e homens, além de recreios para crianças de collo. É terminantemente prohibido aos homens permanecerem nas secções das mulheres, excepto nos casos em que acompanhem crianças, na cancha de tennis e pista de patins.

#### Pavilhão

Para o bem collectivo, roga-se ao povo: Cooperar para a conservação do pavilhão e observar as medidas hygienicas necessárias para a sua limpeza, evitando:

- 1º - Cuspir fora das escarradeiras;
- 2º - Atirar cascas, papeis e outros resíduos no chão;
- 3º - Fumar dentro do mesmo.

#### Das canchas e pistas

Os parapeitos da pista de patins se destinam para o apoio dos patinadores e não para assentar-se, em caso algum.

#### Uniforme

O uniforme para a pratica dos desportos e exercicios phisicos deve ser de accordo com os preceitos de hygiene. Aconselha-se o seguinte uniforme:

HOMENS - Camiseta branca com ou sem mangas; calças brancas curtas ou cumpridas; sapatos de desportos ou alpercatas.

SENHORAS - Traje completo estylo marinheiro. Golla de desportos. Calçado branco de desporto.

#### Banhos

O uso dos banheiros só será permitido áquelles que tiverem praticado desportos.

#### Disposições Gerais

Fica absolutamente prohibido o porte de armas e a introdução de bebidas alcoólicas dentro da praça. A bem da saúde não é permitido aos menores fumarem, bem como aos desportistas emquanto jogarem. A linguagem e o procedimento devem ser correctos, de forma que não offenda a moral nem os bons costumes. (Regulamento da Praça de Desportos, p. 08 - 11).

Através da leitura e análise destes artigos, notamos os ordenamentos morais pensados na constituição do Regulamento da Praça de Desportos, com isso, podemos fazer as seguintes ponderações:

- Que havia espaços sociais específicos demarcados, como se pode observar a seguir: [...] ***É terminantemente prohibido aos homens permanecerem nas***

- secções das mulheres**, demonstrando assim, uma clara divisão entre os lugares destinados à convivência para homens e mulheres;
- Em relação aos padrões de asseio, de higiene e ao cuidado com a saúde dos usuários da praça é possível encontrar as seguintes preocupações: **1º - Cuspir fora das escarradeiras; 3º - Fumar dentro do mesmo [...]**, e ainda, **Fica absolutamente proibido o porte de armas e a introdução de bebidas alcoólicas dentro da praça;**

Especificamente, sobre estes pontos, isto é, sobre a política sanitária na Primeira República, Stephanou (2005, p. 144), traz o seguinte comentário sobre os discursos médicos e a educação sanitária no Brasil:

[...] manifestação que contempla importantes enunciados sobre a educação, presentes na discursividade do campo médico: educar desde a tenra idade, ensinar pela pedagogia do exemplo, difundir regras de bem-viver, instruir para salvar da ignorância, formar virtudes e inteligência, fortalecer o caráter, restituir energias para produzir. Nas primeiras décadas do século XX, muito crédito era atribuído à educação no concurso que ela prestava à obra do saneamento do meio e do homem.

E ainda neste sentido, Digliotti (2012, p. 05), complementa: *“se ve a infinidad de sportmen que no beben alcohol o no fuman más,- y es esto lo más importante,- porque tienen conciencia del mal que les hace.*

Por fim, o regulamento da Praça de Desportos, estabeleceu regras específicas relacionadas ao tipo de uniformes permitidos para a prática de exercícios [...] **HOMENS - Camiseta branca [...] calças brancas [...]; sapatos de desportos [...]. SENHORAS - Traje [...] estylo mari-nheiro. Golla de desportos. Calçado branco [...]**, todos estes artigos, revelam o projeto da gestão da Praça de Desportos do município de Bagé.

Sendo assim, a Intendência Municipal determinou os conceitos de higiene, de moral, de ética, de condutas pessoais e civilidade, traduzindo com toda força os preceitos morais e sociais presentes na década de 1920, como tenta afirmar o último parágrafo do Relatório Interno: **“A Praça de Desportos é um lugar de recreação sadia e expansão do povo. O fim**

***que se procura é o desenvolvimento physico, moral e intelectual de ambos os sexos.”***

Os discursos modernos sobre a capacidade de desenvolver os aspectos físicos, morais e intelectuais dos participantes da Praça de Desportos através das práticas desportivas, são confirmados por Digliotti (2012, p. 06):

*El deporte es la ‘escuela del carácter’, voluntad, respeto de las reglas, esfuerzo, solidaridad, confianza, energia; el dominio de si mediante el dominio de los deseos e impulsos son todos atributos otorgados al deporte. Se establece, al igual que en el discurso de los legisladores, un cierto ‘optimismo deportivo’: se trata al deporte como con cierta esencialidad, como si hubiera en su lógica constitutiva determinados valores Morales. [...]. **Aquel que llegue a cumplir, sin esfuerzo, todas las prescripciones regulamentarias**, seguramente cumplirá también, sin esfuerzo, todos los dictados de su consciencia, y todas las obligaciones legales, **en razón de que todos esos aspectos – sportivo, individual y social – no son más que exteriorizaciones de una solo cosa: la consciencia del deber.** (grifos nossos)*

O Relatório apresentado pelo Intendente Municipal Carlos Cavalcanti Mangabeira ao Conselho Municipal, em 20 de setembro de 1927, traz preciosas informações sobre a Praça de Desportos. A partir desta valiosa fonte de pesquisa, tentaremos realizar um pequeno inquérito sobre as questões educacionais e pedagógicas presentes no cotidiano da educação. Sobre as mudanças educacionais ocorridas após o estabelecimento da Praça de Desportos de Bagé, encontramos a seguinte informação, presente no Relatório Intendencial de 1927:

Visando o desenvolvimento physico dos alumnos, foram creadas aulas de gymnastica, que estão dando o melhor resultado, como ficou verificado nos exercicios executados na Praça de Desportos pelos alumnos de todas as escolas. **Os alumnos municipaes, sem prejudicarem as suas aulas, frequentam a Praça de Desportos, que esta provida de tudo que é preciso e de todos os aparelhos exigidos para o completo desenvolvimento physico das creanças, que assim adquirem robustez e saúde.** (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1927, p. 05)

Os esforços educacionais no processo da expansão do ensino primário, secundário e artístico somados à criação da Praça de Desportos no município de Bagé, possibilitaram a prática de exercícios físicos por todos os alunos das escolas municipais e particulares, promovendo assim, mudanças substanciais na Instrução Pública Municipal. Sobre a inauguração da Praça de Desportos, encontramos a seguinte notícia descrita no Relatório Intendencial do ano de 1927:

Fazendo parte da instrução publica, inaugurou-se a 7 de setembro último, com solemnidade e grande affluencia de povo, esse centro de desportos, destinado à cultura physica da nossa mocidade. ***Não resta a menor duvida de que é um grande empreendimento este, para Bagé, e que vem desenvolver a robustez, augmentar as energias e dar vigor aos jovens bageenses, quer terão no campo de desportos um logar para o completo desenvolvimento de todo o seu organismo.***[...] os agradecimentos que aqui faço [...] Justo é também que os agradecimentos que aqui faço ao Dr. Santayana, se estendam á Comissão de Cultura Physica de Montevideo, que sempre, com a melhor vontade, attendeu ás solicitações d'esta municipalidade, [...] ***Bagé foi a primeira cidade do Brasil que teve a fortuna de possuir um campo de educação physica dotado de tudo que é necessário para o desenvolvimento physico da nossa mocidade.*** (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1927, p. 06-07)

Ainda sobre a inauguração da Praça, o ***Relatório da Praça de Desportos*** apresentado ao Intendente, extraímos a seguinte nota:

Por ocasião da inauguração da Praça de Desportos foram preparados números especiaes de educação physica, com elementos dos collegios locaes; obteve-se outrossim a ***vinda de um grupo de atletas estudantes da vizinha cidade uruguaya de Melo***, desenvolvendo-se um programa no dia 14 de setembro p.p. (Relatório do Diretor da Praça de Desportos de 1927, p. 03)

Estas duas notas revelam a importância dada ao ato inaugural da Praça de Desportos, demonstrando a relevância deste espaço escolar e social para cidade, destinada ao desenvolvimento físico, ao civismo e as práticas educacionais, bem como, a ligação com a Comissão de Cultura

Física do Uruguai. A fotografia abaixo, tirada com o objetivo de apresentar a Comissão de Cultura Física do Uruguai, revela a vinda dos estudantes uruguaios da vizinha cidade de Melo:

Figura 22 – Time de Futebol de Melo - Uruguai



Fonte: Acervo Iconográfico – Museu Dom Diogo de Souza

Numa análise inicial da imagem acima, podemos observar em seu canto direito uma das seções da Praça, dedicado as práticas desportivas masculinas e na parte superior esquerda da fotografia, notamos a seguinte descrição, assinada por Emilio Chapella, então, Diretor Físico da Praça de Desportos: ***“Un pequeno souvenir a los compatriotas que tomaron parte en la fiesta de inauguracion de esta Plaza. Bagé 11/08/27.*** Na parte inferior direita da imagem, temos a seguinte inscrição: ***“Recuerdo de nuestra estada en Bagé. Primo Chianelli.”***

Nesta imagem, os três primeiros indivíduos da fotografia, vestem uniformes masculinos de funcionários da Praça, bordados com a letra **“B”**, referência ao município de Bagé, segurando a Bandeira Nacional do Uruguai. Ainda na mesma imagem, observamos os estudantes uruguaios perfilados, e em seu uniforme a letra **“M”** em referência a cidade de Melo juntamente com a bandeira brasileira.

A visita da comitiva uruguaia à cidade de Bagé foi amplamente noticiada pela imprensa da cidade, como vemos abaixo:

A inauguração da Praça de Desportos – Conforme temos noticiado, deverá ser inaugurada hoje a Praça de Desportos desta cidade, bellissimo emprehendimento que resultará de inextimavel valor para o desenvolvimento da nossa mocidade. [...] ***Afim de assistir á inauguração da nossa Praça de Desportos, chegou hontem da vizinha cidade uruguay de Melo uma grande missão de desportistas, composta de alumnos da Praça de Desportos dali.*** São todos elles jovens pertencentes á elite social de Melo. ***Chefia a embaixada melense o competente desportista sr. Primo Gianelli, director da Praça de Desporto de Melo.*** Tambem faz parte da missão o distincto cavalheiro sr. J. Urrutia, que vem representando o governador de Melo. A colônia uruguay aqui domiciliada projecta varias homenagens aos seus patricios. (grifos nossos) (Correio do Sul, 07/09/1927, p.02)

Ao confrontarmos as descrições contidas na imagem com a notícia do jornal Correio do Sul de 07 de setembro de 1927, podemos fazer as seguintes ponderações: - Que no processo de escrita da imagem, o autor escreveu a data errada na fotografia, visto que a notícia é referente ao jogo de abertura da Praça de Desportos entre a seleção da cidade de Melo e a seleção da cidade de Bagé; ou então, que a dedicatória foi produzida, somente após a inauguração da Praça de Desportos.

Neste sentido, vale lembrar que o papel do historiador deverá priorizar uma relação com as fontes mesclada de intuição, criatividade, interrogações e sensibilidade. Em seu ofício de pesquisador, o historiador deverá ser consciente que ao trabalhar com as fontes não basta apenas organizá-las de forma cronológica, mas sim, inquiri-las com criticidade. Para tanto, no processo do uso das fontes para a construção do conhecimento histórico, deve-se ter um rigor teórico e metodológico que priorize uma atmosfera de objetividade e cientificidade. Neste sentido, Le Goff (1996, p. 55), alerta que:

[...] O documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio e, é parcialmente determinado por sua época e seu meio; o

documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado quanto para dizer a “verdade” [...]. (grifo do autor).

Enfim, a construção do ofício do historiador perpassa por esses dilemas teóricos e empíricos na construção de seus processos de escrita e de análise de suas fontes de pesquisa.

Ainda em relação às análises do processo de constituição da Praça de Desportos de Bagé, o Relatório do Inspetor Escolar do ano de 1927, reforça a importância da prática da ginástica para os alunos das escolas públicas e privadas do município:

*Gymnastica - Si por um lado a inacção conduz irremediavelmente á degeneração orgânica e á morte prematura, por outro o movimento é o conservador por excellencia da saúde, da energia e da actividade do corpo humano. É um dever que se impõe a todo o homem procurar os meios que lhe assegurem a boa organização physica, base da saúde, porque até certo ponto, nella repousa a garantia da conservação de um povo.* Foi visando este desideratum, *que nas diversas aulas foram creados cursos de gymnastica racional, nos quaes se têm procurado desenvolver as aptidões physicas do alumno* de acordo com as suas forças. E ainda para colaborar mais eficientemente neste sentido, estabeleceram-se tambem horarios, sem prejuizo de estudos, durante os quaes cada aula possa ir á Praça de Desportos, recentemente inaugurada, *onde os alumnos encontram a par de todos os jogos de sua idade, um excellente gymnasio, no qual sob a fiscalização de um estrutor podem praticar exercicios gymnasticos.* (grifos nossos) (Relatório do Inspetor Escolar de 1927, p. 04)

Notamos, na afirmação acima, a importância dada ao discurso das práticas físicas para os alunos, bem como, a criação do curso de **Ginástica Racional** supervisionado pelo instrutor da praça, para os discentes das escolas, caracterizando assim, todo um programa especial e orientado para as mais variadas idades dos alunos bajeenses.

Sobre a valorização da Educação Física e a importância das regras sociais contidas no planejamento das Praças de Desportos, as pesquisadoras Cunha & Mazo (2011, p. 20 e 23) trazem a seguinte consideração:

*E é assim que a Praça de Desportos passou a ser vista em função da valorização da Educação Física, como complemento da escola, a qual estava fortemente unida, pois foi transformada em Praça de Educação Física.* O programa de Educação Física da escola e o da praça obedecia a mesma orientação e, tendo o mesmo fim, foram fundidos num único. *As praças mantinham ligação íntima com a escola. Eram locais espaçosos, que tinham um programa e proporcionavam aos frequentadores alegria pela prática de jogos e atividades ao ar livre. [...] as Praças de Desportos eram vistas como espaços de controle social eficaz através da mudança de estilo de vida impulsionada pela modernidade.* A sociedade moderna reservou para o lazer a satisfação da necessidade que os indivíduos têm de experimentar em público a explosão de fortes emoções, sem com isso perturbar ou colocar em risco a organização da vida social. *As rotinas das práticas corporais e esportivas nas praças garantiam este nível elevado de segurança aos indivíduos e as instituições possibilitando a integração e formando uma rede de ligações.* (grifos nossos)

O Relatório da Praça de Desportos apresentado ao Intendente municipal pelo Sr. Ramon Tejedor, Diretor da Praça, dispõe também sobre o tipo e a frequência da instrução ocorrida neste espaço educativo:

*A população de Bagé carecia de conhecimentos na prática de exercícios e desportos públicos,* de modo que o infrascripto dedicou preferente atenção ao ensino de tudo o que a isto competia *de accôrdo com as idéas modernas que são: Trabalhos de grandes conjunctos e não individual.* [...] Aberta ao serviço publico a Praça de Desportos, *procedeu-se á realização do seu programa de actividades diarias.* Por isso, concorrem nas horas da manhã, em dias uteis, alumnos dos collegios, acompanhados dos respectivos professores, recebem instrucção methodica de exercicios phisicos, desportos e jogos adaptados ás edades e sexos. *Calcula-se essa instrucção matutina numa média de 110 alumnos de ambos os sexos, afôra o publico que em taes horas concorre á Praça de Desportos.* A media diária das pessoas que fazem uso da Praça de Desportos, oscilla mais ou menos em 400, exceptuando o publico visitante que se eleva a umas 100 pessoas. (grifos nossos) (Relatório do Diretor da Praça de Desportos, p. 17)

Afirma-se que somente a construção da Praça de Desportos não foi suficiente para evidenciar toda a preocupação com a Instrução Pública Municipal, mas o conjunto de ações desencadeadas, após o início da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira possibilitou a instalação de um fazer pedagógico singular e particular no município de Bagé. Um indicativo disso aparece, quando analisamos o Relatório da Praça dos Desportos, quando este faz indicações para a manutenção futura da Praça, como espaço dedicado **a Educação e ao Civismo:**

[...] Aproveitando desta informação o infraescripto se permite a fazer algumas observações que contribuirão para o maior exito do funcionamento da Praça de Desportos.

1<sup>a</sup> - Realizar dentro desta, toda especie de festivaes escolares, patrióticos, educativos, etc.

2<sup>a</sup> As competências que se pôdem realizar entre atletas, devem ser pelo mesmo desporto, portanto, existe a conveniência de não dar prêmios officiaes.

3<sup>a</sup> A formação de Clubs Desportivos, dentro da Praça são convinientes: deve a direcção da Praça assumir uma attitude só de technica-accessoria, podendo-se formar vários Clubs para fomentar os distinctos Desportos [...].

4<sup>a</sup> - Deve-se procurar que a Praça de Desportos não diminua nenhum instante o seu interesse e enthusiasmo da população, procurando que sempre existam actividades para o menino e para adultos, obrigando-os nesta forma indirecta a fazer uso da Praça de Desportos. (Relatório do Diretor da Praça de Desportos de 1927, p. 17-18).

Este trecho é substancialmente importante para compormos nossas análises, pois, a Praça de Desportos de Bagé, foi construída e planejada como um espaço urbano, educativo e social. Neste lócus singular, seriam realizadas todas as festas escolares, patrióticas e cívicas da cidade. Neste sentido, o trecho do último Relatório Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1928, é extremamente relevante:

PRACA DE DESPORTOS - *A educação physica da nossa mocidade continúa sendo dada, diariamente, na nossa Praça de Desportos*, sem igual em todo o Paiz, quanto aos seus aparelhos. *As escolas municipaes são obriga-*

**das, uma vez por semana, cada uma, a frequentar a Praça de Desportos** e a receber do seu director os diferentes ensinamentos physicos, usando dos diversos aparelhos ali installados. É actualmente director da Praça o sr. Ramón Tejedor. **Os alumnos do Gymnasio Municipal, do Collegio Elementar e do Collegio Espirito Santo tambem frequentam o magnífico campo de desportos.** Este campo é o predilecto ponto de reunião da nossa juventude e das famílias, tornando-se mais concorrido, nos dias em que a Banda Municipal ali dá retretas, ás terças-feiras e domingos. **Nella se tem realizado diferentes festas patrióticas, em dias de grandes da Patria, como igualmente em dias de festas de tradição popular, como o Natal e Anno Novo.** Em taes occasiões a praça tem sido, realmente, pequena para comportar a grande massa de povo que a ella tem acudido. (grifos nossos) (Relatório Intendencial de 1928, p. 06)

Ademais, é importante salientar que estas mudanças provocaram o conjugamento de discursos educacionais, administrativos, políticos e culturais próprios da municipalidade na gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira entre os anos de 1925 e 1929 no município de Bagé, que precisam ser revisitados e reescritos sob a luz de um novo olhar, que seja capaz de ressignificar estes sentidos do passado. Nas palavras de Decca (2000: p.20 – 21):

a história é uma narrativa de eventos reais, diferente da narrativa ficcional, que não deixa de ser também uma narrativa de eventos humanos. A diferença está no fato de que a narrativa historiográfica moderna sustenta-se a partir de elementos pré-textuais, empíricos, que são os documentos, submetendo-se, assim, aos critérios da prova, uma exigência própria do campo das ciências.

Além disso, a Praça de Desportos de Bagé serviu como um lugar de sacralização dos rituais republicanos pensados pela ideologia positivista do Partido Republicano Bajeense na década de 1920 e na consagração da *Organização Educacional Municipal* da Instrução Pública de Bagé.

#### **4.6. As Heranças do Projeto Educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929)**

De certo, os discursos políticos e as ações administrativas no transcorrer da década de 1920, possibilitaram certa centralidade à educação nas proposições dos governos republicanos gaúchos, logo, ela passou a ser concebida como um direito do cidadão e como uma necessidade para o progresso social e cultural da nação. É possível afirmar, então, que a educação se tornou um dos principais instrumentos da regeneração dos cidadãos, como também um elemento fundamental na execução das reformas sociais, responsáveis pelo advento da modernidade republicana.

No planejamento das políticas públicas e na organização da educação estadual, os republicanos gaúchos transferiram para a escola pública, o papel fundamental e relevante na consecução do projeto republicano gaúcho da Primeira República. Segundo Corsetti (2008, p. 80):

Ao longo da Primeira República, o Rio Grande do Sul vivenciou um [...] projeto de modernização conservadora cujo objetivo fundamental era a consolidação do sistema capitalista no Estado. Nesse contexto, os dirigentes republicanos de orientação positivista definiram uma política que culminou numa organização do setor educacional na qual a escola pública foi estrutura de acordo com o projeto modernizador [...]

É em meio a este quadro geral, que ao assumir a Intendência Municipal no ano de 1925, Carlos Cavalcanti Mangabeira – republicano histórico de Bagé – assumiu uma postura no combate ao analfabetismo e promoveu um projeto de regeneração da sociedade bajeense através da educação contida seu projeto da Instrução Primária Pública.

Neste contexto, ao reunirmos os aspectos mais representativos da política pública da *Organização de Educação Municipal* no período de Mangabeira (1925-1929), afirmamos que estas ações demonstraram todo o esforço na expansão e consolidação da educação primária, secundária, artística e física na cidade de Bagé no final da Primeira República.

Na perspectiva de apontar este empenho educacional, é importante salientar que os investimentos municipais com a Instrução Primária Pública, obtiveram um aumento percentual de 45% entre anos de 1926 e 1929, e que também os investimentos educacionais perfizeram uma média de 7,95% do orçamento total nos últimos anos da década de 1920, como se pode observar no Quadro XX abaixo:

Quadro 13 – Orçamento de Despesas do Município com outras ordens percentagem<sup>25</sup>

	Ano 1926	Ano 1927	Ano 1928	Ano 1929
Orçamento Total Anual	1.486.000,000	1.552.000,000	1.997.000,000	2.211.500,000
Administração Pública	63,08%	61,92%	61,36%	62,27%
Segurança Pública	17,63%	17,72%	16,50%	15,60%
Iluminação e Higiene Pública	9,76%	10,63%	10,63%	10,63%
Despesas Diversas	1,14%	1,93%	2,26%	3,39%
Auxílios Municipais	0,20%	0,19%	1,24%	0,11%
Educação Municipal	8,21%	7,60%	8%	8%

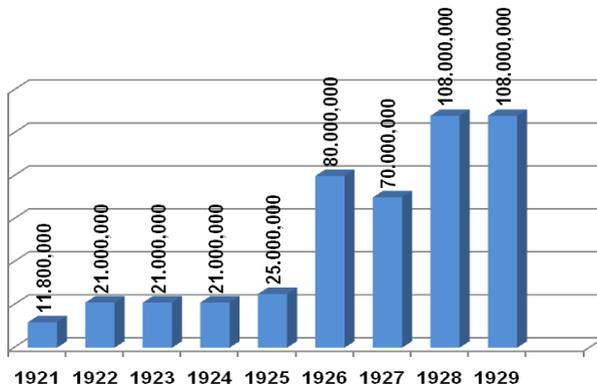
Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Relatórios do Orçamento

Outro ponto importante a ser analisado e que as despesas com a Instrução Primária Municipal passam a ocupar o quarto lugar no orçamento total do município de Bagé. Ademais, é importante destacar que dentro da ***Categoria Iluminação e Higiene Pública***, podem ser enquadradas as despesas com a criação, inauguração e manutenção da futura Praça de Desportos de Bagé, que foi planejada após 1925, pelo Intendente Carlos Cavalcante Mangabeira. Sendo assim, os investimentos com a educação passam a ocupar uma maior relevância dentro do orçamento financeiro da Intendência Municipal de Bagé.

Na perspectiva de elucidar os dados empíricos encontrados nos relatórios do orçamento municipal no transcorrer da década de 1920 em relação às questões educacionais do município de Bagé, elaboramos o gráfico 01, somente com dados relativos à Educação Pública Municipal.

<sup>25</sup> As categorias usadas na elaboração do Quadro 13 têm por base os dados encontrados nos Relatórios do Orçamento do município de Bagé.

Gráfico 01 – Despesas isoladas com a Educação Pública Municipal

**EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (1921-1929)**

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos Relatórios do Orçamento

Ao iniciar nossas análises, lembramos que, em nossa compreensão, Educação Pública Municipal, se refere somente aos investimentos relativos com as escolas primárias mantidas pelo município. Sendo assim, com base nos dados expostos na tabela XX, percebe-se que no transcorrer da década de 1920, ocorreu um paulatino aumento nos gastos intencionais com a Educação Pública Municipal.

Mas, somente com o início da gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira em 1925, os investimentos públicos em relação aos gastos financeiros com a educação sofreram aumentos substanciais e graduais em decorrência do processo da expansão da Educação Pública Municipal.

Em relação a estes investimentos, percebemos que os valores gastos no ano de 1921 – 11.800\$000 – quando comparados com os valores empreendidos no ano de 1929 – 108.000\$000 – representa um aumento quase 10 (dez) vezes maior, em relação ao início da década.

Por outro lado, ao compararmos os valores médios dos valores empregados em educação municipal da gestão de Martim Tupy Martim Silveira (1921-1924) com a gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Cabe salientar que o primeiro **orçamento** proposto pela gestão municipal de Carlos Cavalcanti Mangabeira, foi aprovado em setembro de 1925, pelo Conselho Municipal para o ano posterior.

(1926-1929), observaremos que ocorreu aumento percentual de 900% nos investimentos municipais.

Portanto, afirmamos que o período do Intendente Municipal Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) priorizou como ação governamental à Educação Pública Municipal.

Com base nestas conclusões, uma das heranças educacionais de sua gestão relaciona-se com a efetiva aplicação de recursos financeiros para a expansão, estruturação e normatização da Educação no município de Bagé.

Deste modo, é possível afirmar que os gastos empreendidos com a Educação Pública Municipal, entre os anos de 1925 e 1929, pela gestão do Intendente Carlos Cavalcanti Mangabeira foram também responsáveis na promoção de todas as reformas propostas pela Intendência Municipal de Bagé na implantação da Organização Educacional Municipal.

Neste sentido, as fontes pesquisadas nos indicam que também no processo da estruturação da Instrução Pública Municipal, intensificou-se o estabelecimento de normas, padrões de funcionamento e regras de controle que determinaram a estrutura da organização da Educação Municipal de Bagé.

Sendo assim, as ações administrativas e os discursos educacionais foram um elemento propulsor para o avanço econômico, científico e político da sociedade bajeense, bem como, vincularam o espaço da escola pública como um elemento essencial para a difusão dos ideais cívicos, morais e republicanos.

Conforme o que apresentamos anteriormente, parece importante destacar a função da educação na cidade de Bagé no governo da Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira. Em seu período como intendente, as questões educativas tomaram um fôlego maior, quer seja por suas raízes políticas ou por seus ideais republicanos.

Mangabeira encontrou na Instrução Primária Pública a possibilidade de vincular os ideais do positivismo e os preceitos republicanos da

educação pública, demonstrando que o ensino era o caminho mais viável e rápido no processo de civilizar o povo e de modernizar a nação.

Enfim, a maior herança educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira como Intendente Municipal de Bagé entre os anos de 1925 a 1929, foi o estabelecimento e a implantação de uma política educacional, que foi fundamental para organização e expansão da educação pública municipal de Bagé.

Ademais, neste processo promoveram-se várias reformas na Instrução Pública Municipal, tais como, a normatização da educação municipal, a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora, a encampação municipal da Escola de Música e a construção da Praça de Desportos, um templo dedicado a conjugação de todos os discursos republicanos presentes na Primeira República gaúcha.

Afinal, a educação foi à melhor forma e/ou caminho encontrado pelos positivistas para preconizar os símbolos, as crenças, os rituais e os valores da República, e, além disso, foram especialmente a partir do governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira que se manifestaram todas estas possibilidades na campanha gaúcha e na Rainha da Fronteira.

## Considerações finais

Figura 23 – Cartão Postal da Praça de Desportos – Década de 1930



Fonte: Arquivo Iconográfico Museu Dom Diogo de Souza

*Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um “objeto” que, como princípio, possa também servir aos outros. Assim, não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta. [...] Enfim, elaborar uma tese é como exercitar a memória.*

*Eco (2005, p. 05)*

A partir da afirmação de Eco (2005), considero que o movimento exaustivo da construção da escrita deste trabalho que resultou neste livro tem como, demandou muitas escolhas teóricas e empíricas, promoveu

alguns diálogos entre historiador e suas fontes de pesquisa, e contribuiu de forma singular na formação do professor-pesquisador e/ou pesquisador-historiador, além promover o encontro metodológico da teoria-empíria em todo o processo de elaboração deste trabalho final.

Enfim, neste trabalho se buscou compreender os significados das mudanças estruturais do processo da expansão da Instrução Pública Municipal na cidade de Bagé, bem como, entender as dimensões educacionais da Organização Educacional da Educação Pública Municipal no período da Intendência de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé.

Sendo assim, cabe neste momento, fazer uma retomada dos aspectos analisados durante a Primeira República na cidade de Bagé, desde o processo de formação do município, bem como, de seus elementos históricos, econômicos, políticos e educacionais. Esta ação tem como objetivo compreender, enfim, as diretrizes das políticas públicas educacionais que se impuseram com uma maior intensidade no transcorrer da Administração Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) e contribuíram na implantação da Organização Educacional Municipal da Instrução Pública e na consecução do projeto republicano de educação pautado pelos princípios positivistas.

Ao retomar estes aspectos, cabe salientar que no processo de urbanização da cidade de Bagé durante o século XIX, a constituição do cenário urbano, cultural e econômico foi uma consequência das especificidades das regiões de fronteira, como reitera Ramos (2006, p.443): *Sem perder de vista [...] à Fronteira, queremos incluir Bagé, entre as importantes cidades fronteiriças do século XIX. Localizada na região da Campanha, foi fruto da disputa pela fixação das fronteiras [...].*

Estes acontecimentos ocorreram principalmente aos desdobramentos políticos oriundos das disputas territoriais, das demarcações das fronteiras brasileiras, e marcadamente nos conflitos militares presentes na história do Rio Grande do Sul. Em parte, estes desdobramentos estavam apoiados nas amplas divergências políticas entre as forças

partidárias e antagônicas presentes no período do Império e da Primeira República no Estado Gaúcho.

Desta forma, depreende-se que na configuração do contexto urbano e econômico bajeense, estes pressupostos foram fundamentais na formação de uma sociedade ancorada pelos elementos fronteiriços. Deste modo, a produção saladeiril constituiu-se como fator econômico essencial para o desenvolvimento urbano, cultural, social e político da cidade de Bagé na Primeira República gaúcha.

Contudo, no advento da República, os positivistas gaúchos atribuíram à escola um papel modernizador para a nascente sociedade rio-grandense do século XX, estas apreensões teóricas podem ser apreendidas nos vários documentos encontrados no corpo deste trabalho - Relatórios de Presidentes do Estado, Relatórios Intendenciais, Correspondências oficiais, Decretos e Leis estaduais e municipais - e em autores que pesquisam a história e a história da educação do Estado do Rio Grande do Sul no período da Primeira República.

Neste sentido, as pesquisas revelaram que os discursos dos dirigentes republicanos atribuíram à Instrução Pública um papel fundamental no projeto de desenvolvimento econômico e fundamental na regeneração da sociedade gaúcha.

Na organização da educação pública estadual, segundo os preceitos ideológicos do positivismo gaúcho, os assuntos educacionais transformaram-se ingredientes necessários e fundamentais para a viabilização do projeto republicano de modernização da sociedade rio-grandense.

Na consecução do projeto republicano gaúcho, os positivistas viveram momentos de inflexões e de antagonismos partidários desencadeados pelas querelas políticas entre republicanos e federalistas ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, destacam-se neste contexto, a Revolução Federalista (1893), o Congresso Federalista (1917), a Reação Republicana (1922), o Assisismo (1922), o Pacto de Pedras Altas (1923) e por fim, a fundação da Aliança Liberal

(1928), todos estes acontecimentos tiveram reflexos e espelhamentos políticos, culturais, sociais, urbanos e educacionais na cidade Bagé.

Autores como Axt (2007), Bakos (1998) e Félix (1987) afirmam que após o período da pacificação do Pacto de Pedras Altas (1923), os acordos políticos garantiram a permanência de Borges de Medeiros no controle político e estatal do Rio Grande do Sul e provocaram uma recomposição das alianças internas do Partido Republicano Rio-Grandense, promovendo assim, um continuísmo político e partidário nos municípios gaúchos.

Em decorrência dos reflexos políticos do Pacto de Pedras Altas e da reorganização interna do Partido Federalista no município de Bagé. O processo eleitoral ocorrido em 1925 levou ao paço municipal, o republicano histórico Carlos Cavalcanti Mangabeira, que representou com maior ênfase a **retomada dos princípios positivistas** de governar e gerir a sociedade no final da Primeira República na cidade de Bagé.

Na perspectiva de compreender esta retomada dos princípios positivistas e republicanos tomados após a eleição de Carlos Cavalcanti Mangabeira, analisamos o cenário da Instrução Pública Municipal, desde o início dos anos 1900, da Primeira República na cidade de Bagé.

Os processos de expansão educacional ocorridos entre os anos de 1900 a 1924 representaram lentamente os primeiros passos para a consolidação do projeto modernizador republicano na cidade de Bagé.

Carlos Cavalcanti Mangabeira ao assumir a Intendência Municipal, no ano de 1925, promoveu discursos de reordenamento da cidade e de vinculação da educação pública na formação e promoção social dos cidadãos bajeenses, estabelecendo as primeiras políticas públicas educacionais de expansão da Instrução e da Educação Pública Municipal.

Neste sentido, compreendemos que Carlos Cavalcanti Mangabeira quer seja pela sua história política pública ou pela assimilação da doutrina positivista, foi o Intendente Municipal que colocou em prática a política administrativa e educacional do Partido Republicano Rio-Grandense na cidade de Bagé.

As fontes examinadas revelaram que no processo da expansão da Instrução Pública Municipal, ocorrido na cidade de Bagé entre os anos de 1925 a 1929, Carlos Cavalcanti Mangabeira imprimiu um novo ritmo administrativo e compôs um novo reordenamento urbano e social para a cidade. Porém, sem dúvida alguma, a maior contribuição de sua gestão administrativa foi à elaboração e estruturação da ***Organização Educacional Municipal***.

Neste sentido, este processo inaugurado na gestão intencional de Carlos Mangabeira, possibilitou uma nova organização educacional, produzindo mudanças significativas de ordem administrativa, estrutural, educacional e pedagógica nas questões da Instrução e Educação Pública Municipal.

Para iniciar este projeto de expansão do ensino primário e de mudanças no quadro educacional, a Intendência Municipal estabeleceu primeiramente o ***Regulamento das Escolas Municipais (1925)***, que tinha por intenção controlar as questões administrativas e pedagógicas da Educação Primária Pública no município de Bagé, cabe lembrar que estes princípios foram defendidos pelos positivistas gaúchos em todo período da Primeira República.

No esteio deste projeto de expansão educacional na cidade, encontramos ainda, o apoio ao ensino secundário e privado com a municipalização do Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora; a expansão da Instrução Artística com o estabelecimento do Conservatório Municipal de Bagé e a organização da Instrução Física com a construção da Praça de Desportos.

Sendo assim, o projeto educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira se pautou na expansão da educação primária, secundária, artística e física, isto é, na configuração da ***Organização Educacional Municipal*** da Educação Pública

Carlos Cavalcanti Mangabeira, ao longo de seu governo demonstrou habilidade política e administrativa, pois, ao vincular à Instrução Primária Pública aos ideais do positivismo e aos preceitos republicanos,

justificou que o ensino - público e/ou tutelado pelo município -, era o caminho mais rápido no processo da modernização da cidade moderna no contexto da Primeira República.

Sobre a importância do processo que se estabeleceu com a expansão educacional no município de Bagé, Waldemar Amoretty Machado, Inspe-  
tor Escolar do município de Bagé, afirma:

*Prosseguindo na execução do programma administrativo, a que se pro-  
duz o esclarecido governo de V. S., têm-se empregado todos os recursos  
acessíveis, para que o ensino [...] tenha a mais ampla difusão neste  
município.* Visando este desideratum, o magisterio municipal, compenetra-  
do da ardua missão que lhe compete, não se limita a acção passiva de esperar  
o matriculando, para ministrar-lhe os rudimentos de que carece, mas desen-  
volvendo sua actividade, vae, por meio de patriotica propaganda, á casa do  
alumno, realçando a necessidade da instrucção e cooperando deste modo pa-  
ra o augmento da frequencia escolar. [...], *mas ainda é uma afirmação do  
progresso da instrucção neste municipio e constitue um dos melhores tí-  
tulos demonstrativos dos beneficios, que Bagé vem colhendo, na  
execução do systema educativo que adoptou.* [...] por em equação o pro-  
blema, para os trabalhos de cada anno, sejam a continuação dos do  
precedente, *seguindo deste modo por caminho recto e seguro ate o fim  
collimado, o que não só evita o destruir para recomeçar, como ainda fa-  
cilita as futuras administrações.* (grifos nossos) (Relatório Intendencial de  
1928, p.33)

Com base neste documento, é possível afirmar que a implantação da  
Organização Educacional Municipal foi o caminho para a expansão edu-  
cacional no município, além de constatar que o papel educacional-  
pedagógico dos professores é imprescindível na formação do indivíduo  
na sociedade republicana.

Afinal, a educação foi à melhor forma encontrada pelos positivistas  
republicanos para preconizar os ideais, os símbolos, as crenças, os rituais  
e os valores da República. Logo, constatam-se que as ações empreendidas  
pela gestão de Carlos Cavalcanti Mangabeira revelaram todas estas parti-  
cularidades no fazer educacional na cidade de Bagé no final da Primeira  
República.

Para Gramsci (1982), a categoria intelectual auxilia a entender a formação da sociedade moderna, devido ao fato de ser por intermédio do lugar ocupado por esses sujeitos que chegaríamos à compreensão geral das relações de poder e de dominação de determinados grupos. Portanto:

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosa forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo da cultura, a civilização, de um determinado Estado. (GRAMSCI, 1982, p. 09).

Enfim, a principal contribuição educacional de Carlos Cavalcanti Mangabeira como Intendente Municipal de Bagé entre os anos de 1925 a 1929, foi o estabelecimento do processo da expansão da educação propagado pela Organização Educacional de Ensino do município de Bagé.

Cabe ainda colocar, como futuras possibilidades de pesquisa, estudos comparativos sobre as questões educacionais dos municípios gaúchos na última década da Primeira República, estas pesquisas podem revelar que as mudanças educacionais ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul neste referido período, estiveram sempre tuteladas às influências dos ideais positivistas pensados pelos signatários do Partido Republicano Rio-Grandense.

Em outra direção, identificamos que outros elementos carecem de novos olhares historiográficos e que estão relacionados com as fontes consultadas. Referimo-nos às instituições escolares, quer seja para ampliar os estudos focalizados sobre a história da educação do Rio Grande do Sul, bem como, para possibilitar novos trabalhos sobre a história educacional do município de Bagé.

Por outro lado, podemos pensar ainda que no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira organizou-se em Bagé a ideia do *município pedagógico*<sup>1</sup> defendido por alguns teóricos da educação.

Vêm-se também possibilidades do desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre os anos de 1930-1945, tendo em vista que no período da Primeira República perceberemos a inexistência de regulamentos doutrinários sobre os sistemas de educação municipal em nível estadual e municipal. Contudo, com o advento da Era Vargas e com o estabelecimento da Constituição de 1934, cria-se a necessidade de delinear as diretrizes da educação nacional por um sistema de educação nacional.

Sem dúvida nenhuma, esta longa caminhada tem relação com estas razões, porém, não são somente elas, que movem o professor-pesquisador e/ou pesquisador-historiador. Conjuntamente com estas razões, está o nosso maior desejo: revelar, desvelar, dizer, contradizer, pensar, repensar, escrever e reescrever com olhos atentos uma parcela da história da Educação do Rio Grande do Sul, e quiçá contribuir para a compreensão das dimensões educacionais bajeenses, rio-grandenses e brasileiras.

---

<sup>1</sup> Sobre a ideia de município pedagógico na história da educação brasileira, consultamos as obras de: CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil: a Educação em Minas Gerais no início da República (1889-1906)**. In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara (UNESP), v.05, n. 02, 2010; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG**. In: Cadernos de História da Educação. Uberlândia (MG): EDUFU, n. 2, 2004 e GONÇALVES NETO, Wenceslau. **História e memória da educação: a organização do sistema escolar em Uberabinha, MG, no final do século XIX**. In: Revista História da Educação. Pelotas (RS): UFPel/ASPHE, vol. 9, n. 17, abr. 2005. Também, é importante citar que o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da Faculdade de Educação (UNICAMP) têm produzido um acervo online para consulta de pesquisadores interessados nas mais variadas áreas das Ciências Humanas, onde podemos encontrar a seguinte afirmação: *O município pedagógico é a entidade administrativa local na qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativas, promovem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico e para a legitimação do poder.*

## Referências

### Livros, Teses, Dissertações e Artigos

- ABREU, Alzira Alves et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. Volume II. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2001.
- ALMEIDA, J. S. de. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.
- \_\_\_\_\_. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. Tradução de Antonio Crizzotti São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.
- AITA, Carmen. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: Perfil Biográfico e Discursos (1857-1938)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: Uma face da História da Educação em Pelotas**. Pelotas: Seiva/UFPel, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Gatos Pelados X Galinhas Gordas: desdobramentos da Educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação. UFRGS, 2003.
- ANDREOTTI, Azilde L. **Acervo de Fontes de Pesquisa para a História da Educação Brasileira: características e conteúdo**. In: [www.histedbr.fae.unicmap.br](http://www.histedbr.fae.unicmap.br), 2005.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: As oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JR, Décio. (Org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia/MG; Campinas/SP: EDUFU; Autores Associados, 2002.

ARAÚJO, José Carlos Souza et al. (Orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império a Republica**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

ARAÚJO, Orestes. **Historia de la Escuela Uruguaya**. Montevideo: El siglo ilustrado, 1911.

ARRIADA, Eduardo. **A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. Jundiá: Paco Editorial, 2011.

ARTEGA, Juan José. **Las consecuencias del Tratado de Madrid en la desarticulación de la frontera demográfica de la Banda Oriental. 1750-1761**. Montevideo: Archivo General de la Nacion, 1999;

AXT, Gunter. **Apontamentos sobre o sistema castilhisto-borgista de relações de poder**. In: *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. (Coleção Sujeito & Perspectiva, v.1).

\_\_\_\_\_. **Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul (1889-1930)*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo I.

\_\_\_\_\_. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.

\_\_\_\_\_. Constitucionalidade em debate: a polêmica carta estadual de 1891. In: *Revista Justiça & História*. Porto Alegre, Volume 2, Nº 3, 2002. Disponível em: [http://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaicho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v2n3/doc/13-Gunter\\_Axt.pdf](http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n3/doc/13-Gunter_Axt.pdf). Acesso em 10/05/2013.

AZEVEDO, Janete M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

AZEVEDO, Regina Quintanilha. **Práticas Educativas do Curso Complementar de uma Escola Particular Católica (Colégio Espírito Santo, Bagé, 1930-44)**. 139 f. Dissertação de Mestrado, UFPel: FaE, Pelotas, 2003.

BALBINOT, Jonas. **Relações de Poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)**. Passo Fundo: UPF, 2008. Dissertação de mestrado em História. Orientação: Profª Drª Janaína Rigo Santin; Co-orientação: Profª Drª Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel.

BAKOS, Margaret M. **O continuísmo administrativo no governo municipal de Porto Alegre: 1897-1937**. Revista de Estudos Ibero-americanos, v. 13, nº 2, p. 161-194, dez. 1987.

\_\_\_\_\_. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. (Coleção História, 11).

\_\_\_\_\_. **Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre**. Revista Estudos Avançados. [online]. 1998, vol.12, nº 33, pp. 213-226.

\_\_\_\_\_. **Política na Sala de Visitas (1897-1937)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, República Velha (Tomo I).

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Espelho de papel: a imprensa e a história da educação**. In: ARAÚJO, José Carlos e GATTI JR, Décio (orgs.). *Novos temas em história da educação. Instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean Pierre (et alii). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia para la historia o el oficio de historiador**. México: FCE, 2001.

BONATO, N. M. da C. **A Escola normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República**. In: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (org.) *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p.163-191.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Coleção História &... Reflexões).

BOUCINHAS, Cláudio A. **A História das Charqueadas de Bagé (1891 – 1940) na Literatura**. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 1993.

BUENO, Antonio Avelange Padilha. **Raul Pilla: Aspectos de uma biografia política.** Dissertação de mestrado. UFRGS (Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Departamento de História). Porto Alegre, julho de 2006.

BUFFA, Ester e ALMEIDA PINTO, Gelson. **Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971.** São Carlos: EDUFSCar/INEP, 2002.

BUFFA, Ester & NOSELLA, Paolo. **A Escola profissional de São Carlos.** São Carlos: EDUFSCar, 1998.

BUFFA, Ester, **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. (Coleção Universitária).

\_\_\_\_\_, **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos.** São Carlos: EDUFSCar, 2002. 1º reimpressão.

\_\_\_\_\_. **Práticas e Fontes de Pesquisa em História da Educação.** In: *História da Educação em perspectiva: Ensino, produção e novas investigações.* Campinas, SP: Autores Associados & Uberlândia, MG: EDUFU, 2005 (Coleção Memória da Educação).

BURKE, Peter. **A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa.** In: \_\_\_\_\_ (org.). *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

CAGGIANI, Ivo. **Rafael Cabeda: símbolo do Federalismo.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_; PRADO, Maria Lígia C. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Brasília: Editora da UnB, 1982. p.181;

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (org.) **Raízes italianas no Rio Grande do Sul (1875-1987).** Passo Fundo: UPF, 2000.

- CARNEIRO, Newton. **Dissidência política e partidos: da crise com a regência ao declínio do II Reinado.** In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 2, Império.
- CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município pedagógico e a descentralização do ensino no Brasil: a Educação em Minas Gerais no início da República (1889-1906).** In: *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara (UNESP)*, v.05, n 02, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.** Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O positivismo brasileiro e a importação de idéias.** In: GRAEBIN, Cleusa M.; LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o positivismo*. 1a. ed. Canoas: Editora La Salle, 1998. p. 13 - 27.
- \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados, escritos de história e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Rui Barbosa e a razão clientelista.** Dados: Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000.
- CARVALHO, M. T. de. **Nobiliário Sul-Rio-Grandense.** Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas: Papirus, 1994.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara et al. **O Centro de Documentação Musical da UFPel no horizonte da multidisciplinaridade: articulações entre musicologia histórica, gestão patrimonial e memória institucional.** *História* [online]. 2008, vol.27, n.2, pp. 111-143.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHAUNU, Pierre. **O Filho da Morta.** In: NORA, Pierre. *Ensaio de Ego-História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

CONDERCET, M. J. A. N. **Cinco memorias sobre la instrucción pública e otros escritos**. Madrid: Morata, 2011

CORSETTI, Berenice. **Uma história sobre trajetórias dos professores públicos do Rio Grande do Sul (1889-1930)**. In: Revista História & Perspectivas, Uberlândia, n° 38, jan. jun 2008, p. 79-98

\_\_\_\_\_. **Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)**. In: Cadernos de Educação - FaE/PPGE/UFPel - Pelotas, n° 31, julho/dezembro 2008.

\_\_\_\_\_. **Fontes para pesquisa da história da educação no Rio Grande do Sul**. In: Revista História da Educação. Pelotas, RS, ab. 2002, n° 11.

\_\_\_\_\_. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Dissertação (Mestrado História). – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1983.

\_\_\_\_\_. **Controle e Ufanismo. A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Santa Maria: UFSM, 1998. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

\_\_\_\_\_. **Política e organização da educação sob o castilhismo**. In: *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. (Coleção Sujeito & Perspectiva, v.1).

\_\_\_\_\_. **Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: Uma Abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos**. UNIREvista - Vol. 1, n° 1: 32-46 (janeiro 2006).

\_\_\_\_\_. **A Educação: Construindo o Cidadão**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul (1889-1930)*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo II.

\_\_\_\_\_. **Imaginário social e política educacional no Rio Grande do Sul/Brasil (1889/1930)**. In: *Cultura Escolar Migrações e Cidadania*. Atas do VII Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Junho 2008, Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto).

- \_\_\_\_\_. **O pensamento social e educacional no Rio Grande do Sul na Primeira República.** In: *IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixoo6/Berenice%20Corsetti%20-%20Texto.pdf>
- CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid.** Brasília: Senado Federal, 2001, 2 tomos.
- CRUZ, Milton da. **Catecismo Cívico.** 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1927.
- CUNHA, Isabel M. R. Ferin. **Análise documentária.** In: SMIT, Johanna Wilhelmina (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese.* 2.ª ed. Brasília: IBICT, 1989. p. 39-62.
- CUNHA, Maria Luiza Oliveira de. **As práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre (1920-1940).** 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre PPGCMH/UFRGS, 2009.
- CUNHA, Maria Luiza Oliveira da; MAZO, Janice Zarpellon; STIGGER, Marco Paulo. **A Organização das Praças de Desporto/Educação Física na cidade de Porto Alegre (1920-1940).** Belo Horizonte: Revista Licere. v. 13, p. 1-33, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A criação dos Clubs nas Praças públicas da cidade de Porto Alegre (1920 - 1940).** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 32, p. 123-139, 2011.
- DALMAZO, Renato Antonio. **As relações de comércio do Rio Grande do Sul – do século XIX a 1930.** Porto Alegre: FEE, 2004.
- DALMAZO, Renato. **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930.** Porto Alegre: FEE, 1986. (Documentos GERPRO, n. 68)
- DALABRIDA, Norberto. **Disciplina e Devoção: O Ginásio Catarinense na Primeira República.** In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Rio Grande do Norte: Natal, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3151.pdf>. Acesso em 29/06/2013
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série perfis parlamentares; n. 62)

DE DECCA, Edgar Salvadori e LEMAIRE, Ria (Org.). **Pelas Margens. Outros Caminhos da História e da Literatura**. Campinas, Porto Alegre: Ed. da Unicamp, Ed. da Universidade-UFRGS, 2000.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **Narrativa e História**. IN: *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); 2004. (Coleção Memória da Educação).

DIGLIOTTI, Paola. **Acerca de la “Cultura Física” em la Revista “Uruguay-Sport: Archivos de la CNEF”, Uruguay (1918-1926)**. In: *Pensando a Educação Física Escolar e não-escolar: Estratégias na constituição de saberes*. Atas do VI Congresso Sul Brasileiro de Ciências do Esporte. Rio Grande: FURG, 2012.

DILL, Aidê Campello. **Diretrizes Educacionais do Governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1984.

DREHER, Martin N. **As religiões**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 2, Império.

ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Imprensa a serviço do progresso**. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de, (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico. **Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.1, Colônia.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Constituições sul-rio-grandenses (1843-1947)**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3D&tabid=3456&language=pt-BR>. Acesso em 02/06/2013

FAGUNDES, Elizabeth Macedo. **Vila de Santa Thereza**. [S. l: S. N], 1999.

---

\_\_\_\_\_. **Inventário Cultural de Bagé: Um passeio pela história**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

\_\_\_\_\_. **Dos Pardieiros aos Palácios – Cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

\_\_\_\_\_. **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. **O jornal e outras fontes para a história da educação mineira d século XIX – uma introdução**. In: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JR, Décio. (Org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia/MG; Campinas/SP: EDUFU; Autores Associados, 2002. p. 133-150.

\_\_\_\_\_. **O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões**. Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, n<sup>o</sup>1,v.24, Jan/Jun, 1988.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano: Sociedade e Política**. São Paulo; Difel, 1982.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Documenta; 18).

\_\_\_\_\_. **A Revolução Federalista: uma interpretação**. In: ALVES, F. [et al.] (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG,1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Guerra Civil de 1893**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

\_\_\_\_\_. **Gente e Coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Partido Federalista**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1<sup>a</sup> Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, República Velha (Tomo I).

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **“Persona” – Des. Antonio Augusto Borges de Medeiros**. In: *AJURIS – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: n. 74, ano XXV, novembro/1998, p. 432-444.

\_\_\_\_\_; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. **As sedes do poder Judiciário no Rio Grande do Sul**. In: *AJURIS – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: n. 75, ano XXVI, setembro/1999, p. 857-871.

FERREIRA, Arthur Filho. **História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974**. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

FERREIRA, Mário Clemente. **O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional**. Lisboa: CNCDP, 2001.

FRANCO, Sergio da Costa. **Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo**. In *Revista MÊTIS: História & cultura – v. 2, n.4, p.263-271, jul./dez. 2003*.

Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório**. São Paulo, Cortez, 2001.

GATTI JR, Décio. & INÁCIO FILHO, G. (orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. 1ª. ed. Campinas/SP; Uberlândia/MG: Autores Associados/EDUFU, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio & ARAÚJO, José Carlos S. (orgs.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção memória da educação).

GATTI JR, Décio. . **A História e a Historiografia das Instituições Escolares**. In: José Claudinei Lombardi Garcia; Dermeval Saviani. (Org.). *Navegando pela História da Educação brasileira: 20 anos de HISTEDBR*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009, p. 239-258.

GATTI JUNIOR, Décio & OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M.. **História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico**. In: *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 1., nº 1, jan./dez., 2002

GIOLO, Jaime. **Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República**. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2004. V. 02.

\_\_\_\_\_. **A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

\_\_\_\_\_. **A guerra guaranítica**. Porto Alegre: Editora da Universidade; Passo Fundo: UPF Editora, 1998;

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX**. In: *Novos temas em história da educação no Brasil. Instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG**. In: *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia (MG): EDUFU, n. 2, 2004

\_\_\_\_\_. **História e memória da educação: a organização do sistema escolar em Uberabinha, MG, no final do século XIX**. In: *Revista História da Educação*. Pelotas (RS): UFPel/ASPHE, vol. 9, n. 17, abr. 2005.

GONDRA, J.G. **Medicina, Higiene e Educação Escolar**. In: LOPES, E.M.T. et. al. *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**, 10<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 6 vols. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002.

GUTFREIND, Ieda. **O Gaúcho e a sua cultura**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1<sup>a</sup> Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.1, Colônia.

GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul: 1889-1896: A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa**. Dissertação (Mestrado em Historia) - Pontífice Universidade Católica, Porto Alegre. 1979.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia sul-rio-grandense e o positivismo comtiano**. 1998, p. 50. In: GRAEBIN, Cleusa M.; LEAL, Elisabete (org.). *Revisitando o positivismo*. 1<sup>a</sup> ed. Canoas: Editora La Salle, 1998, p. 47-58.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1968.

HARRES, Marluza Marques. **Ferrovários: Disciplinarização e trabalho VFRGS: 1920-1942**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 1992.

HEINSFELD, Adelar. **Ao sul do Rio Grande do Sul: a retificação dos limites territoriais com o Uruguai, 1909**. In: Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). Fundação Alexandre de Gusmão. Documentação Diplomática. Ed. Especial. Brasília, DF: A Fundação, 2007.

HEREDIA, Edmundo. **Cono Sur: El fin de las regiones de frontera**. In: Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). Fundação Alexandre de Gusmão. Documentação Diplomática. Ed. Especial. Brasília, DF: A Fundação, 2007.

HOBSBAWN, Eric. **A volta da narrativa**. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e Castilhismo**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, República Velha (1889-1930) Tomo I.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JANOTTI, M. L. **O Livro Fontes Históricas como fonte**. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005;

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. Tese de doutorado. Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações. São Paulo: USP, 1994.

LAURENZANO, Cristina Mayra. **Os Conflitos Platinos e a Formação do Estado**. Dissertação de Mestrado em História Social, UEL, Londrina, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEAL RODRIGUES, Claudia Maria. Institucionalizando o ofício de ensinar: um estudo histórico sobre a educação musical em Porto Alegre (1877-1918). Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Música da UFRGS como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Música, área de concentração Educação Musical. Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabeth Lucas. Ano: 2000.

LE GOFF, Jacques. **História**. In: *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Desejo pela História**. In: NORA, Pierre. *Ensaio de Ego-História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. Bagé: **Relatos de sua História**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Notícias da Revolução de 1923 em Bagé**. Bagé: Praça da Matriz, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Imprensa partidária e a Guerra Civil de 1923**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo: UPF, 2010. Orientação: Profº Drº Luiz Carlos Tau Golin.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon. **“Os modernos métodos de ensino”: a criação dos cursos intensivos de Educação Física na capital sul-rio-grandense**. In: *Revista Do Corpo: Ciências e Artes*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, jul./dez. 2011.

LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento. (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); 2004. (Coleção Memória da Educação).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas Históricas da Educação**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Educação da mulher: a feminização do magistério**. Teoria & Educação, Porto Alegre, n.4, p.22-40, 1991.

\_\_\_\_\_. & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Coleção O que você precisa saber sobre).

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.11, n.2, p.25-56, jul./dez. 1986.

\_\_\_\_\_. **História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul**. In: Cadernos Educação & Realidade, Porto Alegre: UFRGS, 1986.

- LOVE, Joseph. **Regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOVE, Joseph L. **O Sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de um comparativista**. In: AXT, Gunter. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A., **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2007.
- LUZURIAGA, L. **História da educação pública**. São Paulo: Editora Nacional, 1959.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **A construção de um município pedagógico - o caso de Vimioso**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004 (mimeo).
- MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; Um estudo sobre a História de Pelotas**. Pelotas: EDUFPel: Coedição Livraria Mundial, 1993.
- MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta da Armada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- MARTINS, Tarcísio Luís Brasil. **Cem anos com a Rainha: centenário da presença Salesiana em Bagé/RS**. Porto Alegre: Inspeção Salesiana São Pio X, 2004.
- MEDEIROS, Vera Lúcia Cardoso. **Lagoa da Música, de Pedro Wayne: Ecos da História e do imaginário do Pampa Gaucho**. In: Revista Eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Dossiê: literatura, oralidade e memória. PPG - LET - UFRGS - Porto Alegre - Vol 04 N. 01 - jan/jun 2008.
- MEDICI, Rita. **Gramsci e o Estado: Para uma releitura do Problema**. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 29, p. 31-43, nov. 2007.
- MERTZ, Marli...[et al.] **A Agricultura: a organização dos sistemas agrários**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3. República Velha (1889-1930). Tomo I.

MESQUITA, Eni Sâmara; TUPY, Ismênia S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MIRANDA, Marcia. **A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul: 1889,1890 e 1891**. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1939.

MORO, Paola. **Imágenes del “Maestro de cultura física” em la Revista Uruguay-Sport: Archivos de la CNEF**. In: *Revista Imagens da Educação*, V.3, n.1, p.01-10, 2013.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento... [et al.] (orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NEVES, Helena de Araujo. **A “alma do Negócio”: aspectos da educação em Pelotas-RS na propaganda institucional (1875-1910)**. 260 f. Dissertação de Mestrado, UFPel: FaE, Pelotas, 2007.

NEVES, Margarida de S. **O Bordado de um tempo**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, nº 81, PP, 32-42, abr./jun. 1985.

NOGUEIRA, Isabel Porto; SOUZA, Márcio de. **Música (1889-1930)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul (1889-1930)*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo II.

NOGUEIRA, Isabel Porto; GOLDBERG, L. G. D. **O ensino musical no RS da Primeira República: o Rio Grande dos Conservatórios**. In: Isabel Porto Nogueira, Francisca Ferreira Michelon, Yimi Walter Premazzi Silveira Junior. (Org.). *Música, memória e sociedade ao sul: retrospectiva do Grupo de Pesquisa em Musicologia da UFPel (2001-2011)*. Pelotas: Editora da UFPel, 2011, v. , p. 59-72.

NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro**. Campinas, SP: Editora Alínea, 1998.

NÓVOA, Antonio. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1997.

\_\_\_\_\_. **Apresentação**. In: STEPHANOU, M. ; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil no séc XX*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3.

\_\_\_\_\_. **A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português**. In: *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

PACHECO, Ricardo. **Conservadorismo na tradição liberal: Movimento Republicano (1870-1889)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2. Império.

PADOIN, Maria Medianeira. **A Revolução Farroupilha**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2. Império.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O Progresso da Ordem: O florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PEREIRA, Aline Pinto. Domínios e Império: **O Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na Construção do Brasil**. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, 2007

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia**. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção História & ... Reflexões,5)

\_\_\_\_\_. **A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho.** Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PEZAT, Paulo. **Leituras e interpretações de Auguste Comte.** In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo II.

PICCOLO, Helga. **Vida política no século XIX.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

\_\_\_\_\_. **1893: A Revolução além da Fronteira.** In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo I.

\_\_\_\_\_. **O processo de Independência do Brasil.** In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2, Império.

\_\_\_\_\_. **A Política Rio-Grandense no Império.** In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 93-117.

PIMENTEL, Alessandra. **O Uso da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, nov./ 2001.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Bagé.** Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891).** Dissertação de mestrado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 1979.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Positivismo: um projeto político alternativo – RS (1889-1930).** Porto Alegre: LP&M, 1986.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRIORI, Mary Del. **História das mulheres no Brasil.** In: LOURO, G. L. *Mulheres na sala de aula*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-479.

QUEIROZ, Suely Robles de. **Os radicais da República.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUEVEDO, Raul. **As Estâncias e as Charqueadas**. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1986.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação**. Trad. Carlos Eduardo Vieira. Educar. Curitiba, n. 18, p. 13-28, 2001.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 3ed Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1985).

RAMOS, E. H. C. L.. **Cidades e sociabilidades (1822 - 1889)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul - Império I*. 1 ed. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006, v. 2.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REICHEL, Heloísa Jochims. **Fronteiras do Espaço Platino**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2006, v.1.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **1893: A revolução além da fronteira**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul (1889-1930)*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, República Velha (1889-1930). Tomo I.

\_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul e Uruguai: os bastidores da diplomacia marginal, 1893-1897**. In: *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)*. Fundação Alexandre de Gusmão. Documentação Diplomática. Ed. Especial. Brasília, DF: A Fundação, 2007.

REIS, Jorge. **Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé**. Bagé: Typografia do “jornal do Povo”, 1911.

RIBEIRO, Darci. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizatório**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1968.

RODRIGUES, Claudia Maria Leal. **Institucionalizando o ofício de ensinar: estudo histórico sobre a educação musical em Porto Alegre (1887-1918)**. Porto Alegre, 2000. 236 f. Dissertação (Mestrado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RODRIGUES, Marly. **O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo**. São Paulo: Editora Ática, 1997. (*Série Princípios*).

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos).

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **O castilhismo e outras ideologias**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3, República Velha (1889-1930), Tomo I.

RÖHRIG, Oldemar. **Repertório da Legislação Rio Grandense**. Porto Alegre: Oficinas Graphics D' "A Federação, 1925.

ROSSATO, Monica e PADOIN, Maria Medianeira. **Gaspar Silveira Martins e sua posição política em relação à forma de governo, ao parlamentarismo e a federação**. In: Revista Portal Educativo – Uruguay - CDHRP- setiembre 2011 – Año 2.

ROTERMUND, Harry. **História de Bagé do Século Passado**. Bagé: Departamento de Artes Gráficas – FAT – Funba, 1981.

RUSSOMANO, Victor. **Historia Constitucional do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1976.

SADER, Emir. (org.). **Gramsci: Poder, Política e Partido**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes. (1976).

SALIS, Eurico Jacinto. **História de Bagé: ama tua terra quem bem conhece**. Porto Alegre: Livraria do Globo S.A., 1955.

SAMARA, Eni de Mesquita & TUPY, Ismênia Spínola Silveira. **História & Documento e Metodologia de Pesquisa**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010. (Coleção História & ... Reflexões).

SANFELICE, J. L. (org.). **História e Historia da Educação: o debate teórico metodológico atual**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SANTOS, Mara Leonor Barros. **A palavra e o tempo: as mudanças na Inspeção Escolar no Estado de Minas Gerais**. 2009. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis.

SAVIANI, Demerval et al. **História e história da educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. – 5ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Educação: Subsídios para a Conferência Nacional de Educação**. 2010. Disponível em: [http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portarquivos/p14-499\\_conae\\_dermevalsaviani.pdf](http://portais.seed.se.gov.br/sistemas/portarquivos/p14-499_conae_dermevalsaviani.pdf). Acessado em 06/06/2013.

\_\_\_\_\_. **Escola e Democracia**. 36ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Breves considerações sobre fontes para História da Educação**. IN: *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); 2004. (Coleção Memória da Educação).

\_\_\_\_\_. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. . Campinas: SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

- SOARES, Fernanda Codevilla. **Santa Thereza: Um Estudo sobre as Charqueadas da Fronteira Brasil-Uruguaí**. Dissertação de Mestrado em Integração Latino Americana, UFSM, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4<sup>a</sup> ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1981. 3 vols. 3<sup>o</sup> vol. p.376
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil**. In: SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- SOUZA, Susana Bleil de. **Brasil-Uruguaí, uma articulação regional revisitada**. In: Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD). Fundação Alexandre de Gusmão. Documentação Diplomática. Ed. Especial. Brasília, DF: A Fundação, 2007.
- SOUZA, Susana Blein de. **Identidade e nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguaia no final do século XIX**. In: *Humanas. Globalização, Nacionalismo e Regionalização*. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, v. 18, n.12, jan.-dez. 1995.
- STEPHANOU, M. **Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira**. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M.H.C. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, Vol. III: século XX. Petrópolis: Vozes: 2005, p. 142-164.
- STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história**. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.
- TABORDA, Attila. **Bajé na História**. Bajé: Tipografia Cetuba, 1959.
- TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. **Câmara Municipal de Bagé: 140 anos de História (1847-1987)**. Bagé: Câmara Municipal, 1987.

TAMBARA, Elomar. **Modernização & Crise na Agricultura**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

\_\_\_\_\_. **As Metamorfoses do Professorado Gaúcho ao final da República Velha**. In: II Seminário de Pesquisa em Educação – Região Sul (Anped Sul). Curitiba/PR: UFPR, 1999. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Historia\\_Da\\_Educacao/Trabalho/05\\_33\\_25\\_AS\\_METAMORFOSES\\_DO\\_PROFESSORADO\\_GAUCHO\\_AO\\_FINAL\\_DA\\_REPUBLICA\\_VELHA\\_NO\\_RIO\\_GRANDE\\_DO\\_SUL.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Historia_Da_Educacao/Trabalho/05_33_25_AS_METAMORFOSES_DO_PROFESSORADO_GAUCHO_AO_FINAL_DA_REPUBLICA_VELHA_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL.pdf). Acesso em 08/06/2013

\_\_\_\_\_. **A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Educação, 1991. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. **Profissionalização, Escola Normal e Feminilização: Magistério Sul-Rio-Grandense de Instrução Pública no Século XIX**. História da Educação. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPEl, n° 03. pp 35-58, abril, 1998.

\_\_\_\_\_. **Problemas Teórico-metodológicos da História da Educação**. In: *História e História da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

TARGA, Luis Roberto Pecoits. **A política fiscalizadora do Partido Republicano Rio-Grandense (1889-1930)**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, República Velha (1889-1930), v. 3, Tomo I.

TRINDADE, Héglio. **Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)**. In: DACANAL, José H. e GONZAGGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre, Mercado Aberto: 1979.

\_\_\_\_\_. e NOLL, Maria. I. **Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre, Ed. UFRGS e Sulina: 1991.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre, L&PM: 1980.

VARELA, Alfredo. **A Constituição Riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Graphicas D' "A Federação, 1869.

VARELA, Jose Pedro. **Obras Pedagógicas: La Educacion del Pueblo**. Montivideo: Biblioteca Artigas, 1964, Tomo I.

\_\_\_\_\_. **Obras Pedagógicas: La Legislacion Escolar.** Montevideo: Biblioteca Artigas, 1964, Tomo II.

VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. **Aspectos da Educação no Rio Grande do Sul.** Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2003.

VERISSIMO, Jose. **A Educação Nacional.** São Paulo: Typografia da Livraria Francisco Alves, 1906.

VERISSIMO, Erico. **O Tempo e o Vento - O Arquipélago II.** 16ª ed. São Paulo: Globo, 1995.

VIDAL, Diana (org.). **Educação e Reforma: O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

\_\_\_\_\_; CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. **A Imprensa Periódica especializada e a pesquisa histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* Brasília, v.73, nº 175, p. 407-430, set/dez. 1992.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920.** In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação.* Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. (1998) **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões.** In: VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Augustín. *Currículo, espaço e subjetividade - a arquitetura como programa.* 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A. p.59-139. (Tradução: Alfredo Veiga-Neto).

VIÑAO FRAGO, Antonio. (2005) **Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada.** In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org). *História da educação, arquitetura e espaço escolar.* 1. ed. São Paulo: Cortez. p.15-47.

XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Manifesto dos Pioneiros da Educação: Um legado educacional em debate.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WAYNE, Pedro. **Xarqueada**. Porto Alegre: IEL/Movimento, 1982.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992, pp. 11-12.

WERLE, Flavia Obino Correa. **Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: História Institucional**. Revista Diálogo Educacional, V. 05, nº 14, p. 35-50. jan-abril 2005.

\_\_\_\_\_. **Práticas de Gestão e Feminização do Magistério**. Cad. Pesq (on line). 2005, vol. 35. nº 126, p. 609-634.

\_\_\_\_\_.; BRITTO, Lenir M. T. de Sá and NIENOV, Gisele. **Escola Normal Rural e seu impresso estudantil**. Educ Revista (on line). 2007, nº 45, p. 81-105.

\_\_\_\_\_, Lenir M. T. de Sá and MERLO, C. C. **Espaço Escolar e História das Instituições Escolares**. Revista Diálogo Educacional (PUCPR), V. 07, p. 147-163, 2007.

WINTER, Leonardo L.; BARBOSA JÚNIOR, Luiz Fernando; MÂNICA, Sólon. *O Conservatório de Música do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul: fundação, formação, primeiros anos (1908-1912) e incorporação à universidade*. In: **Revista do Conservatório de Música da UFPel**. Pelotas, nº 01, 2008. P.195-219. Disponível em: [http://conservatorio.ufpel.edu.br/revista/artigo\\_pdf/artigo08.pdf](http://conservatorio.ufpel.edu.br/revista/artigo_pdf/artigo08.pdf).

ZARTZ, Paulo Afonso. **A Estrutura Agrária**. In: *História Geral do Rio Grande do Sul*. 1ª Ed. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 2, Império.

## Jornais Consultados

O Dever (1900-1928)

Correio do Sul (1914-1930)

A Federação (1900-1930)

## Relatórios e Regulamentos

**Regulamento das Escolas Municipais**. Bagé: Typographia da Casa Maciel, 1925.

**Regulamento da Praça de Desportos de Bagé.** Bagé: Typographia da Casa Maciel, 1927.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Oficinas à Vapor da Livraria Americana, 1897.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Typographia à Vapor da Livraria do Globo, 1902.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Emílio Wiedmann & Filhos, 1903.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Comercio, 1910.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1911.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1912.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1913.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Protásio Antônio Alves D. D. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior pelo Sr. Dr. Firmino Paim Filho ( Director Geral) .** Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Detenção, 1914.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Casa de Detenção, 1916.**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas D' "Federação", 1917.**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas D' "Federação, 1920."**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas D' "Federação", 1921.**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas D' "Federação", 1922.**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas D' "Federação", 1923.**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas D' "Federação", 1924.**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antônio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Officinas Graphicas D' "Federação", 1927.**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Osvaldo Aranha. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.** Porto Alegre: Oficinas Graphicas D' "Federação", 1929.

## **Leis, Decretos e Atos**

**Leis, Decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.** (1897-1925).

BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901a **Aprova o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negocio Interiores.** Disponível em: [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br). Acesso em 10 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 3.914, de 26 de Janeiro de 1901b **Aprova o regulamento para o Gymnasio Nacional.** Disponível em: [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br). Acesso em 10 de julho de 2013.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. **Reorganiza o ensino secundário e o superior da Republica.** Disponível em Disponível em: [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br). Acesso em 10 de julho de 2013.

## **Relatórios**

**Relatório Intendencial de Tupy Silveira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914.** Bagé: Typografia da Casa Maciel, 1914.

**Relatório Intendencial de Tupy Silveira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1921.** Bagé: Typografia e Encardenação do Povo, 1921.

**Relatório Intendencial de Tupy Silveira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922.** Bagé: Typografia e Encardenação do Povo, 1922.

**Relatório Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1925.** Bagé: Typografia Casa Maciel, 1925.

**Relatório Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1926.** Bagé: Typografia Casa Maciel, 1926.

**Relatório Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927.** Bagé: Typografia Casa Maciel, 1927.

**Relatório Intendencial de Carlos Cavalcanti Mangabeira apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1928.** Bagé: Typografia Casa Maciel, 1928.

**Relatório Intendencial de Alziro Marino apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1929.** Bagé: Typografia Casa Maciel, 1929.

**Relatório Intendencial de Juvêncio Maximiliano Lemos apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1930.** Bagé: Oficinas Graphics da Casa Maciel, 1930.

**Relatórios do Orçamento Municipal de Bagé.** (1910-1930)

**Relatórios do Presidente da Província do Estado do Rio Grande do Sul.** (1900-1930).  
Acervo Digital: Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 24 de abril de 2013. Link para acesso: [http://memoria.bn.br/pdf2/720500/per720500\\_1920\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf2/720500/per720500_1920_00001.pdf)

## Anexo 01

Figura 24 - Anúncio do Collegio Dupont



**COLLEGIO DUPONT**  
INTERNATO, SEMI-INTERNATO E EXTERNATO —  
Avenida 7 de Setembro, 205 -- Bagé

As aulas deste estabelecimento de instrução primaria e secundaria, reabrem se no dia 5 de fevereiro proximo.

Curso de bordados para meninas

Este estabelecimento de ensino, dos mais antigos do Estado, com quarenta annos de ininterrupto funcionamento, disponde de um completo corpo docente, prepara alumnos a matricula em qualquer estabelecimento superior de ensino da Republica.

**N. B.** — A de 1º de março principiará a funcionar, diariamente, das 17 ás 18 horas um curso particular de Portuguez e Francez para alumnos que não possam cursar as aulas do Collegio e para de outros estabelecimentos de instrução e que queiram ter maior numero de aulas das referidas materias para exame de preparatorios.

N 3634 V

Fonte: Correio do Sul, 19/01/1917 (p.02)

## Anexo 02

Figura 25 - Anúncios dos Collegios Espirito Santo e Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora

**COLLEGIO ESPIRITO SANTO**  
— BAGÉ —

**Internato e externato dirigido pelas Irmãs Franciscanas**

Reabre suas aulas a 1º de março  
O programma de ensino elementar e superior abrange  
10 classes ou annos e garante ás alumnas solida educação  
moral e formação intellectual.

**Esclarecimentos mais minuciosos dará a directora.**  
N. 5309 c

---

**Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora**

Está aberta a matricula deste Gymnasio para os cursos  
gymnasial, commercial, complementar e preliminar.  
O curso gymnasial está amoldado ao Pedro II.  
Os exames de 2ª epocha e de admissão deverão ser  
prestados nos dias 1, 2 e 4 de março.  
A 4 de março se dará inicio ao anno lectivo para todos  
os cursos simultaneamente. M. 5298 P

Fonte: Correio do Sul, 12/02/1918. (p.02)

## Anexo 03

Figura 26 - Anúncio do Colégio Tiradentes

**Collegio Tiradentes**  
**Internato, Semi-Internato,  
Externato**

Abre as suas aulas no dia  
1º de Fevereiro. Tem por fim:  
1º dar uma solida instrucção  
primaria áquelles que não se  
dedicam a carreiras liberaes.  
2º Ensinar as materias que  
constituem o curso de prepara-  
torios de accordo com os  
programmas officiaes aos a-  
lumnos que pretendem matri-  
cular-se nas Faculdades. Os  
Exames prestar-se ão ainda es-  
te anno no Gymnasio Julio  
de Castilhos ou Gymnasio Le-  
mos Junior a não ser que os  
Collegios Particulares de Ba-  
gé consigam tambem privile-  
gios especiaes em proveito da  
Instrucção desta Cultra Terra.

Professor *Julio Lebrun.*  
N. 6571 L

Fonte: Correio do Sul, 05/01/1919. (p.02)

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**